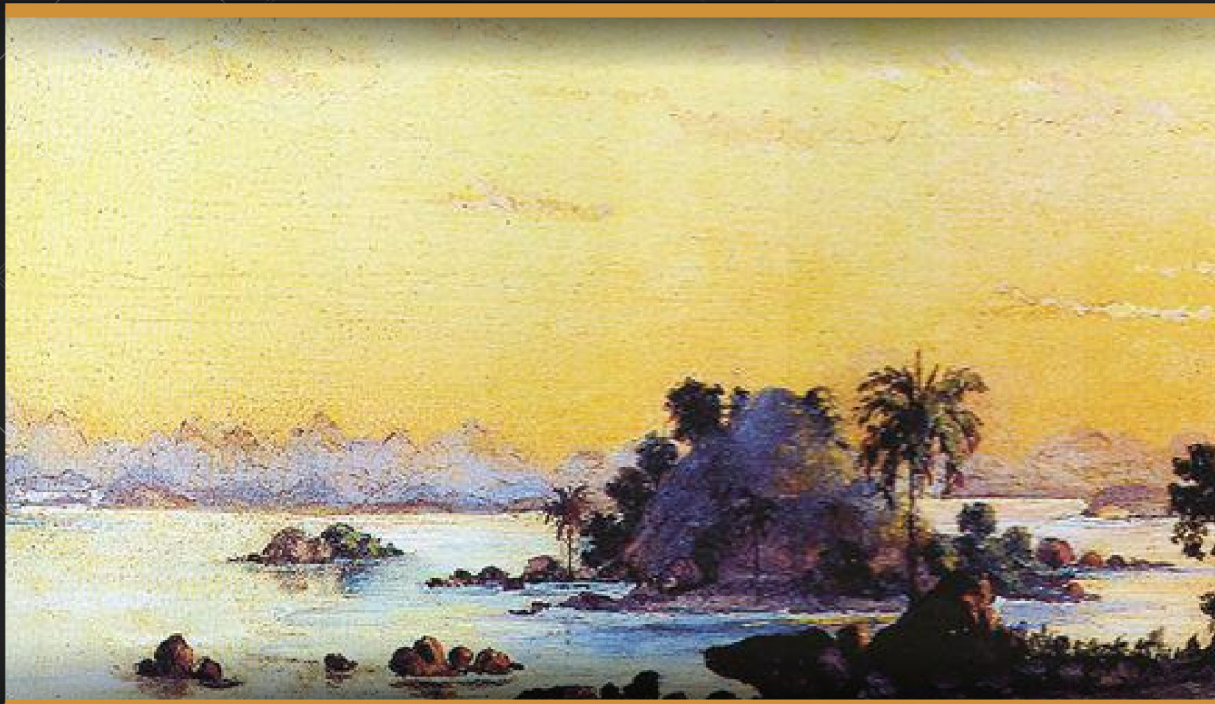


JAN - ABR • 2018

26

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA



REVISTA ELETRÔNICA QUADRIMESTRAL

ISSN • 1983-9928



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

EXPEDIENTE

CONSELHO EXECUTIVO

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)
Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO

- Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
- Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
- Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
- Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
- Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
- Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)
- Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
- Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
- Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
- Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
- Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
- Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
- François Hartog (EHESS . Paris . França)
- Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
- Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
- Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
- Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
- Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
- José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
- Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
- Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
- Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
- Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
- Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
- Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
- Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
- Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
- Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
- Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
- Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

EDITORES COLABORADORES

Guilherme Bianchi (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Marianna Andrade Melo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Rodrigo Machado (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

SECRETÁRIO

Augusto Martins Ramires (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Antônio dos Prazeres

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA

Equipe de Revisores da História da Historiografia

REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000| Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

MISSÃO

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

FICHA CATALOGRÁFICA

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2018, número 26, Jan-Abr, 2018, 321 p.

Quadrimestral ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL EDITORIAL	09
ARTIGOS ARTICLES	
Mito e história nas Histórias de Heródoto Camila Condilo	13
Carolingian history and the historians' metanarrative Dmitri Starostin	40
Tradução Ilustrada. Imagens da História Universal inglesa e de suas edições europeias no século XVIII André de Melo Araújo	69
Fragmentos de ética: figurações do historiador oitocentista em Alexandre Herculano Evandro Santos	101
A emergência do "moderno" conceito de revolução Jaime Fernando dos Santos Junior	122
Historiadores e memória da historiografia no Rio Grande do Sul: a edição póstuma de <i>Terra Gaúcha</i> (1955), de Simões Lopes Neto Jocelito Zalla	148
História, ausência e mito historiográfico: um estudo sobre o diálogo entre Marshall Sahlins e a História (1950-1980) Felipe Souza Leão de Oliveira	171
O engajamento político e epistemológico no ofício dos historiadores brasileiros profissionais nos anos da redemocratização: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979) Rodrigo Perez Oliveira	197
As cabecinhas estourando, a prisão do cientista e o cheiro da chuva: trauma, perplexidade e esperança em Não Verás País Nenhum Ana Carolina Monay	223

RESENHAS REVIEW ESSAYS

Por una disciplina del “quizá”

NAVA Murcia, Ricardo. *Deconstruir el archivo: la historia, la huella, la ceniza*. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2015. 167 p.

Alfredo Nava Sánchez

251

A poética do poder na América portuguesa

LUZ, Guilherme Amaral. *Flores do desengano: poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2013.

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

261

João Ribeiro entre a memória e o esquecimento

RODRIGUES, Rogério Rosa (org). *Nos desvãos da História: João Ribeiro*. Paco Editorial: Jundiá, 2015

Felipe Yera Barchi

269

TEXTO E DOC. HISTORIOGRÁFICO

TEXT AND HISTORIOGRAPHICAL DOCUMENT

Aproximação antropológica à atualidade da retórica

Hans Blumenberg

Trad. Luiz Costa Lima

277

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

EDITORIAL GUIDELINES

304

DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES FOR AUTHORS

311



EDITORIAL

EDITORIAL

Cá estamos com mais um número da nossa *História da Historiografia*. Como já foi dito em editoriais anteriores, continuamos vivendo em tempos não muito alvissareiros para a ciência e a democracia em terras brasileiras. O governo em exercício continua com sua perversa política de desmantelamento das instituições de fomento e das universidades, sempre escudado pelo argumento da necessidade de “austeridade”, enquanto seu ministro da Educação buscou, através de declarações desastradas e bastante autoritárias, intimidar docentes envolvidos/as com cursos críticos sobre o *impeachment* (ou seria golpe de Estado?) de 2016 que começam a surgir no horizonte universitário nacional. Ainda que, frente à forte resistência pública e política aos seus atos, o ministro tenha recuado em suas pretensões censoras, continuamos sob o risco permanente de outro ataque às universidades e, em especial, às Humanidades, visto que amplos setores da sociedade brasileiras parecem vê-las com desdém e ódio – não precisamos aqui lembrar do triste fenômeno do Escola sem Partido, já mencionado no editorial do número anterior de nossa revista, e da ressonância que infundadas acusações de “doutrinação” encontram em páginas de diários e semanários locais, por exemplo. E, como se não bastasse a dose diária de tragédias fornecida pela conjuntura atual, testemunhamos, pávidos e horrorizados, a execução de Marielle Franco (presente!), mulher, negra, lésbica e a quinta vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro, em pleno Centro de sua cidade (que, lembremos, é palco de uma intervenção militar oportunista e brutal). Diante de tudo isso, como perseverar?

Ainda assim, lutar é preciso. Talvez como uma prova da resiliência necessária àqueles e àquelas envolvidas com Ciência e com a defesa dos últimos resquícios de democracia em nosso país, a *História da Historiografia* apresenta aos seus leitores e leitoras seu número 26. Essa edição traz textos que perpassam diversos assuntos, contextos e marcos temporais, em uma demonstração da riqueza e vivacidade dos estudos sobre teoria da história e história da historiografia globo afora, a despeito (ou talvez por causa deles!) de nossos tempos sombrios.

Começamos a edição com o texto de Camila Condilo sobre mito e história nas *Histórias* de Heródoto, seguido do artigo de Dmitri Starostin que trata das metanarrativas historiográficas sobre o Império Carolíngio. Da Antiguidade e o medieval, passamos para a Ilustração e os Oitocentos, com as contribuições de André Araújo sobre as edições europeias da História Universal inglesa do século XVIII e de Evandro Santos acerca das figurações do historiador oitocentista na obra do português Alexandre Herculano. Seguem-se, então, mais cinco artigos: o de Jaime Fernando Santos Jr., sobre a emergência do conceito moderno de revolução a partir das experiências revolucionárias inglesa e francesa; os textos de Jocelito Zalla e Felipe Leão de Oliveira, sobre a edição póstuma da *Terra Gaúcha* de Simões Lopes Neto e do diálogo entre o antropólogo Marshall Sahlins e a História, respectivamente; e, finalmente, as contribuições de Rodrigo Perez de Oliveira sobre o engajamento político e epistemológico dos historiadores brasileiros nos anos da redemocratização e de Ana Carolina Monay sobre trauma, perplexidade e esperança em *Não Verás País Nenhum*, de Ignácio de Loyola Brandão. Do mesmo modo, a edição traz ainda três resenhas e é fechada pela tradução de um texto seminal de Hans Blumenberg, realizada por Luiz Costa Lima.

Nesta edição, temos também o prazer de apresentar o novo projeto gráfico da revista, elaborado por Marianna Andrade Melo, a quem agradecemos imensamente pelo trabalho. Nossa intenção não foi somente modernizar o aspecto visual da História da Historiografia, mas também tornar a leitura dos artigos mais prazerosa e eficaz para nossos leitores e leitoras.

Desejamos, assim, a todos e a todas uma ótima leitura, com a esperança de que dias melhores desponham no horizonte, mesmo que, diante de tudo que já foi dito aqui, isso se assemelhe a um trabalho digno de Sísifo e que os cumes de nossas montanhas pareçam cada vez mais distantes. Mas, como já escreveu Albert Camus durante a meia-noite do século passado, ainda assim é necessário “imaginar Sísifo feliz”.

Os Editores

Boa leitura!



ARTIGOS



ARTICLES

Mito e história nas Histórias de Heródoto

Myth and history in Herodotus' Histories

Camila Condilo

RESUMO

Este artigo discute o tratamento que Heródoto dá aos mitos na obra *Histórias*. Tomando como ponto de partida o argumento de Robert Fowler sobre a controversa relação entre *mythos* e *logos*, sugiro que Heródoto aborda mito de uma forma coerente e sistematizada em sua narrativa. Para tanto, estabeleço uma definição de mito e analiso evidências de genealogias mitológicas nas *Histórias* a partir da focalização dos relatos o do próprio autor ou o de suas fontes.

ABSTRACT

This article discusses Herodotus' treatment of myth in the *Histories*. Taking as a starting point Robert Fowler's argument about the controversial relationship between *mythos* and *logos*, I suggest that Herodotus presents a coherent and systematic approach of myth in his narrative. To this end, I propose a definition of myth and analyze mythical genealogies in the *Histories* by looking at focalization the author's or his sources' in their reciting.

PALAVRAS-CHAVE

Heródoto; Mito; História

KEYWORDS

Herodotus; Myth; History.

Neste artigo, discuto dois autores, um antigo e um contemporâneo: Heródoto e Robert Fowler. Usarei Fowler como uma desculpa para falar de Heródoto e Heródoto como uma desculpa para falar de Fowler, pois acredito que uma abordagem mais apurada da relação entre mito e história nas *Histórias* esclarece e complementa um argumento muito importante feito por Fowler sobre esta controversa relação, mas que é, em certa medida, equivocado no que diz respeito a Heródoto. Ao mesmo passo, tal abordagem também lança luzes a respeito do trato do próprio Heródoto sobre esta questão. Qual seria esse argumento? De acordo com Fowler, não existe em Heródoto um contraste semântico claro do que é *mythos* e do que é *logos*, tampouco um tratamento sistemático na operacionalização destes dois conceitos na narrativa. Posto isso, meu objetivo é tentar situar com maior precisão a atitude de Heródoto a respeito da relação entre mito (*mythos*) e razão (*logos*), a fim de fazer uma espécie de correção do que considero ser um problema nesse importante argumento de Fowler.

Antes de começar, vem a propósito contextualizar quem são esses dois autores. Embora Heródoto dispense apresentações, vale lembrar que ele foi um autor grego do século V a.C. da dórica Halicarnasso (atual Bodrum no oeste da Turquia) e que ele é considerado por muitos classicistas – embora seja discutível o que se entende por História no período em que ele escreveu – como o primeiro historiador. Robert Fowler é *Professor* na Universidade de Bristol, na Inglaterra, e ocupa uma série de cargos administrativos importantes, dentre eles o de Presidente da *Hellenic Society* (2014-2017). No que diz respeito à pesquisa, Fowler tem realizado um trabalho muito importante sobre os mitógrafos gregos, dentre os quais se incluem um volume de fragmentos e outro valiosíssimo de comentário (*Early Greek Mythography* vols. 1 e 2), além de muitos artigos e capítulos de livro sobre assuntos diversos, tais como genealogia, religião, mundo intelectual grego, dentre outros. A questão que me interessa neste artigo é sua discussão sobre a relação mito e história. Embora Fowler tenha influenciado muito a forma como penso Heródoto hoje, tenho

uma divergência com este aspecto específico do trabalho dele. É esse aspecto que desenvolvo a seguir, muitas vezes utilizando argumentos do próprio Fowler contra ele mesmo. Para tanto, apresentarei, primeiramente, o argumento do autor sobre a relação entre mito e razão, apontando o problema que é o ponto de partida deste artigo. Em seguida, definirei os conceitos de mito e razão que orientam minha análise. Por fim, discutirei algumas passagens das *Histórias* a fim de demonstrar que Heródoto aborda a relação entre mito e história de uma forma pensada e sistemática, o que vai de encontro ao argumento de Fowler sobre esta questão.

Robert Fowler sobre *mythos* e *logos*

Robert Fowler revisita a polêmica tese da passagem do *mythos* para o *logos* no artigo “*Mythos and Logos*”, publicado no *Journal of Hellenic Studies*, em 2011. Esta tese, cujo trabalho mais representativo é o livro de Wilhelm Nestle, *Vom Mythos zum Logos* (1940), e as obras de autores como Jean-Pierre Vernant, foi muito criticada até recentemente por estabelecer uma relação direta entre concepções antigas e modernas de mito e razão; uma evolução linear e simplista de um período incivilizado e primitivo para outro, dito civilizado e racional; e pelo simples fato de que mesmo na contemporaneidade mitos ainda fazem parte da vida das pessoas.

Sendo assim, sua proposta traça um histórico do uso semântico da palavra *mythos* e sua relação com o termo *logos*, cujo significado também se alterou ao longo do tempo, sempre levando em conta as complexidades das rupturas e permanências. Nesse sentido, Fowler analisa estes termos em vários autores, mas particularmente nos filósofos pré-socráticos, sofistas, Heródoto e escritores do período helenístico e imperial. A partir disso, Fowler conclui que a narrativa tradicional sobre a relação entre *mythos* e *logos* possui muitos problemas, mas que não é de toda sem fundamento: existem nas fontes antigas desde antes de Platão o reconhecimento de alguma forma de

contraste entre estes dois termos no sentido de verdadeiro *versus* falso, realidade *versus* imaginação, argumento ficcional *versus* argumento lógico, bem como uma forte associação entre mito e poesia, a qual é contraposta com procedimentos críticos de investigação já no século V a.C. Enquanto tais, estes aspectos correspondem claramente ao que se entende por mito e razão na tradição dita ocidental desde o Iluminismo.

Posta uma breve síntese do argumento de Fowler, cabe agora nos voltarmos para o tratamento dispensado a Heródoto no contexto desse argumento. Heródoto é um autor chave tanto para a visão tradicional sobre a questão da passagem do pensamento mítico para o racional quanto para o argumento de Fowler porque ele ilustra muito bem as características que acabei de mencionar e as dificuldades interpretativas delas decorrentes. Tanto no argumento tradicional quanto no de Fowler, Heródoto se situa no início de um processo de transformação do sentido das palavras *mythos* e *logos* e de suas implicações ideológicas. Afinal, o sentido arcaico do termo *mythos* e seus derivados deixa de expressar declarações de autoridade para designar exatamente o oposto. Heródoto é um dos primeiros autores em que nós percebemos uma distinção qualitativa nesse sentido. A meu ver, Fowler está correto sobre este ponto.

Fowler também parece correto ao afirmar que, no sentido estrito, Heródoto não classifica as histórias que ele critica como mito, tampouco diz se elas são verdadeiras ou falsas. Heródoto apenas afirma que prefere falar do que nós podemos saber, isto é, do que pode ser conhecido através da investigação e experiência. Também concordo com o argumento de Fowler a respeito do uso que Heródoto faz desse vocabulário. Embora a insistência de Heródoto em usar *logoi* possa ser considerada uma tentativa deliberada de excluir *mythoi* de sua narrativa, nós não devemos fundamentar nossas análises em especulação, mas em evidências. E as evidências indicam que Heródoto sempre se refere tanto a seu relato ou pensamento quanto ao relato ou pensamento de outros como *logos* (cf. Hdt. 1.95, 2.3, 4.127, 6.124, 7.41); que Heródoto utiliza a palavra *mythos*

apenas duas vezes ao longo de sua obra (Hdt. 2.23, 2.45), quando ele poderia tê-lo feito em várias ocasiões; mas que, embora tais ocorrências apareçam em contextos sugestivos de um contraste, fato é que somos nós quem chamamos as histórias que Heródoto critica de mito.

Meu primeiro ponto de divergência com Fowler é que, embora o vocabulário seja de importância fundamental tanto para a compreensão do desenvolvimento da relação entre *mythos* e *logos* quanto das implicações ideológicas a ela relacionadas, deve-se ter em mente também que a ausência de clareza no uso do vocabulário não quer dizer que o fenômeno do contraste entre as ideias que estas palavras representam já não existisse. O fato da precisão e do contraste semânticos destes dois termos não se manifestarem de forma explícita no âmbito do vocabulário parece indicar que estas ideias estão em processo de maturação, afinal, estamos falando aqui em um período de transição. Além disso, *mythos* ainda terá qualidades semânticas ambíguas em Platão e mesmo além – o próprio Fowler admite isso em dado momento de seu texto (FOWLER 2011, p. 63-64).

O segundo ponto, que é uma implicação do primeiro, é que não há nas *Histórias* um tratamento sistemático do que é *mythos* e do que é *logos*. Vejamos algumas declarações:

Suas [Heródoto] reflexões acerca de método e a decisão de restringir sua investigação (*historie*) à “idade dos homens” mostra que uma distinção qualitativa está tomando forma entre aquilo que pertence ou não ao domínio da história. Por outro lado, a construção não é perfeitamente articulada, tampouco aplicada de forma consistente em relação a todos os materiais antigos (FOWLER 2011, p. 52).¹

Uma vez que Tucídides era bem versado nos escritos sofísticos, seu *mythodes* pode ser tomado como evidência adicional para a utilização que eles faziam deste conceito. Poderíamos atribuir o mesmo sentido a Heródoto? A resposta, a meu ver, é que esta consciência é explícita em Tucídides (*to mythōdes*) e implícita em Heródoto (FOWLER 2011, p. 61).

1. Tradução das citações em língua estrangeira são de minha autoria. Para Heródoto, uso as traduções de A. D. Godley (Loeb Classical Library) e A. L. Purvis (The Landmark Herodotus), com adaptações.

No tratamento dispensado à Guerra de Tróia por Tucídides, este sentido de historicização é muito forte, estando associado com uma declaração programática explícita sobre o seu próprio projeto. Heródoto não vê a diferença com a mesma clareza; ele carece de ou não usa o termo *mythōdes*; ele pode ser inconsistente em seus cálculos cronológicos e (mais honestamente, alguém poderia dizer) incerto sobre um exemplo ou outro (tal como Minos); mas ele essencialmente está participando do mesmo processo que Tucídides (FOWLER 2011, p. 62).

Note que, para Fowler, Heródoto apresenta elementos racionalizantes, mas de forma não articulada, especialmente quando comparada com a sofisticação teórica e metodológica de Tucídides. No restante deste artigo, questiono esta ideia ao tentar demonstrar que Heródoto faz uma abordagem consistente e explícita dos seus (que também são os nossos) mitos, embora tal articulação não transpareça claramente formulada no uso do vocabulário.

Mito e história

Na historiografia contemporânea, *mythos* foi por muito tempo definido em oposição a *logos*. *Logos* é um termo que apresenta muitos sentidos ligados ao universo da linguagem e do discurso, como contação de histórias, argumento, discurso, relato, entre outros. *Logos* também entra na definição de várias disciplinas como zoologia, cosmologia, cronologia etc., de onde resulta sua relação com conhecimento e, portanto, com a ideia de razão. Afinal, entender a natureza de uma coisa, isto é, “o que é algo”, é pré-requisito para se falar “o que algo é” (LESHER 1999, p. 244-245). A ideia de *mythos* como contraponto ao conceito de *logos* é problemática por várias razões, sendo a principal delas o fato de que *mythos* também possui uma dimensão racional na medida em que qualquer forma de pensamento necessariamente envolve lógica, portanto, cada forma de pensar tem sua própria razão de ser. Se *mythos* é entendido no sentido de história não verdadeira, permanece o fato de que histórias fabulosas continuaram válidas por muito tempo como explicações relevantes para a manutenção de práticas sociais e políticas no mundo antigo.

Diretamente relacionado com isso, há um problema de definição sobre que tipo de histórias fabulosas estamos falando. Seria mito em termos de gênero literário, tais como a poesia épica e a tragédia, de mitemas em tradições orais ou de lendas coloniais? Cada uma destas possibilidades têm implicações distintas. Por exemplo, o primeiro caso envolve formas diferentes de se enquadrar uma história ou grupo de histórias. No segundo, mitema é um termo criado pela tradição estruturalista “para denotar o irredutível, o imutável elemento central encontrado nos vários mitos”, que constitui “uma função e reflexo de realidades culturais e padrões de pensamento mais amplos”, tal como a história do bebê salvo miraculosamente da morte para se tornar um governante poderoso (e.g. rei persa Ciro e o tirano coríntio Cipselos). Lendas coloniais, por sua vez, contêm verdade histórica, mas essa verdade só é representada simbolicamente através de histórias antes do que através de uma análise objetiva dos fatos (BARAGWANATH; DE BAKKER 2012, p. 47-56; THOMAS 2012, p. 233-235).

Outra forma de se pensar mito é através da relação com crenças religiosas. Tal critério, no entanto, é tão problemático quanto o primeiro, na medida em que, ao contrário do cristianismo, os gregos antigos não tinham um *corpus* de preceitos doutrinários ou uma hierarquia clerical organizada para orientar um fórum de práticas e discussão sobre o assunto. Também não temos evidências concretas para sustentar a oposição fato e ficção. A palavra grega “verdade” (ἀλήθεια) deriva da conjunção do alfa privativo com λήθω (“esquecer”), que é uma forma colateral do verbo λανθάνω (“passar despercebido”). Antes do que uma polaridade entre “verdade” e “mentira”, ἀλήθεια expressa o sentido daquilo que *não* é obscurecido, desconhecido ou esquecido acerca do argumento em questão. Em outras palavras, ἀλήθεια significa fazer a apreciação de uma situação da forma mais completa e precisa que se for capaz (CHANTRAINE 1968, λανθάνω; FLORY 1987, p. 49-79; DE LIMA 1996, p. 173-185; HARRISON 2000, 2004; CHERUBIN 2009, p. 52-58, 62; VARTO 2009, p. 38; BARAGWANATH; DE BAKKER 2012; BRANSCOME 2013, p. 6-11).

Há, portanto, sérios problemas em se estabelecer uma correspondência direta entre a ideia de *mythos* e a ideia de “ficção”, “falsidade” ou “mentira”. Entretanto, Fowler (2011), conforme apontado anteriormente, observa os perigos de se rejeitar completamente qualquer tipo de relação possível entre os termos *mythos* e *logos* com os significados contemporâneos que atribuímos a eles, pois isto afeta de forma significativa não só nosso entendimento da cultura grega, mas também as tentativas de se historicizar a ideia de racionalidade.

Com esse pano de fundo em mente, é importante esclarecer que me refiro à relação entre mito e história nas *Histórias* como sinônimo de mito e razão porque, no contexto da obra de Heródoto, os indícios do que chamamos racionalidade estão intrinsicamente relacionados ao processo de sua *historie*. Heródoto define *historie* como uma atividade intelectual cuja finalidade é avaliar criticamente as informações de suas fontes obtidas através de observação, relatos orais, reflexão/julgamento pessoal e investigação (Hdt. 2.99). Por contiguidade, *historie* também é o resultado dessa atividade de investigação intelectual (Hdt. 1.1). Portanto, os vários *logoi* que constituem o *logos* de Heródoto são, ao mesmo tempo, ação e resultado da sua atividade de análise crítica, em outras palavras, de seu racionalismo.

Outros aspectos confirmando a relação entre *historie* e racionalismo são as críticas e os comentários metodológicos de Heródoto. Heródoto restringe sua investigação apenas a evidências que ele pode acessar de alguma forma: “De minha parte, não tenho nenhuma intenção de afirmar que esses eventos ocorreram dessa ou daquela maneira. Mas eu sei quem foi o primeiro homem a cometer atos injustos contra os gregos” (Hdt. 1.5); “Polícrates é o primeiro grego de que temos notícia a tentar controlar o mar, exceto, é claro, por Minos de Cnossos e qualquer um que possa ter dominado o mar antes de Minos. Mas no que é dito sobre a chamada idade humana, Polícrates foi o primeiro nesse sentido” (Hdt. 3.122). Ele dispensa os elementos supernaturais nas histórias dos heróis legendários ao colocá-las sob análise crítica: “como

poderia ser humanamente possível para Heracles, um homem só e humano, como eles dizem, matar muitos milhares de homens de uma só vez?” (Hdt. 2.45); “Eu disse ‘até Perseu’ uma vez que eu não consigo traçar a linhagem além disso porque ninguém é considerado o pai mortal de Perseu – como Anfitrião, por exemplo, é considerado o pai de Heracles” (Hdt. 6.53). Heródoto também associa os poetas com a invenção de histórias: “Pois eu, ao menos, não tenho conhecimento seguro de que um rio Oceano existe. Eu penso, ao contrário, que Homero ou um dos poetas antes dele inventou o nome e o introduziu na sua poesia” (Hdt. 2.23); “Pois eu acredito que Hesíodo e Homero... foram os poetas que compuseram para os gregos a genealogia dos deuses...” (Hdt. 2.53). Além de confirmar a estreita relação entre razão e *historie*, estas são evidências sugestivas de que histórias tinham valores diferentes e que Heródoto parece privilegiar certos tipos de histórias sobre outros. Olhemos com mais vagar este ponto.

Embora Heródoto utilize *historie* para examinar histórias fabulosas, ele não parece ter problemas em acomodar elementos extravagantes no seu relato sobre as localidades e costumes de outros povos, tais como no caso das formigas gigantes que coletavam ouro para os indianos (Hdt. 3.102) ou no das serpentes aladas que tomavam conta das árvores de olíbano na Arábia (Hdt. 3.107). Apesar de suas críticas ao divino, sua narrativa é permeada por tais elementos, como declarações oraculares, portentos, sonhos premonitórios etc. Além disso, como Heródoto poderia ter sabido sobre conversas privadas, tal como o diálogo noturno entre Dario e Atossa no aposento real persa (Hdt. 3.132-3.134)? Se fossemos seguir estritamente a metodologia de Heródoto, estas histórias são todas mitos na medida em que elas não podem ser verificadas.

Contudo, elas constituem uma forma elaborada através da qual Heródoto tenta compensar a ausência de evidências em seus argumentos ao apelar para uma apresentação realística de conjecturas como prova de sua honestidade intelectual e comprometimento com a pesquisa. Em outras

palavras, Heródoto está aplicando nesses casos um argumento *eikos*. *Eikos* (εἰκός, Ion. οἰκός) é uma palavra grega geralmente traduzida como “provável”, “razoável”, “usual” e é indicadora de pensamento sofisticado na medida em que é um argumento construído para persuadir através de verossimilhança antes do que através de declaração direta de verdade. Defender uma ideia baseando-se em probabilidade envolve mais do que um argumento lógico baseado em fatos. Envolve construir um argumento não só a partir do que é mais provável, mas principalmente a partir do que é geralmente o caso. *Eikos* evoca um sentido fortemente normativo na medida em que depende da manipulação de estereótipos do que é normal. Assim, um orador ganha a audiência ao apresentar como evidência uma suposição que é geralmente aceita, mas não explicitamente declarada, muito menos provada (GOLDHILL 2002, p. 49-50; cf. GRIMALDI 1980; GAGARIN 1994, p. 46-68; DE LIMA 1996, p. 70-76, 127-170). De acordo com a definição de Kraus:

Em última instância, o que faz um argumento *eikos* convincente não é sua semelhança com alguma verdade ontológica (que, de acordo com Górgias, é inalcançável de qualquer maneira), mas o grau de coerência e congruência que a narrativa de um orador tem com a experiência cotidiana ordinária da audiência, com suas predisposições emocionais e hábitos de comportamento (KRAUS 2006, p. 141-142).

A linha de argumento do orador deve, dessa maneira, ser adaptada ao que a própria audiência sentiria ou faria em circunstâncias similares ou como outros personagens parecidos tenderiam a se sentir ou agir em situações e condições análogas. Esta adaptação para antecipar resposta, penso, é o que é expresso pelo sentido de conveniência e apropriabilidade expressos semanticamente pela palavra εἰκός (KRAUS 2006, p. 141-142).

A partir disso, formigas escavadoras de ouro e serpentes aladas são críveis porque se concentram nas fronteiras do mundo conhecido, das quais as pessoas não têm (ou têm apenas muito pouca) informação. Por serem lugares dos quais se sabia muito pouco, acreditava-se que coisas muito estranhas aconteciam lá. Manifestações divinas também eram

críveis na medida em que eram conectadas a provas visuais de fenômenos naturais, como no caso da epifania do deus Apis no Egito, reconhecida através de certas marcas distintivas no corpo de um bezerro (Hdt. 3.28). Conversas noturnas entre esposos e as implicações políticas delas decorrentes quando ocorrem entre pessoas poderosas, também fazem sentido, pois apelam para um padrão familiar à rotina da audiência. Menos usual, no entanto, é encontrar os deuses que os gregos antigos cultuavam em carne e osso, interagindo diretamente e tendo filhos com seres humanos.

Esses exemplos sugerem que, quando Heródoto passa mitos pelo crivo de sua *historie*, ele tem como alvo um tipo específico de mito, os quais acredito ser uma série de histórias sobre o passado focada em deuses e heróis e notadamente consolidada no imaginário social e universo intelectual gregos. Além da crítica das mentes imaginativas dos poetas, existem dois outros pontos corroborando minha hipótese. Primeiro, poetas como Arion (Hdt. 1.23-1.24), Ésquilo (Hdt. 2.156) e Simonides (Hdt. 5.102, 7.228) são geralmente citados explicitamente apenas como personagens em histórias.² Em contraste, Heródoto parece admitir Homero e Hesíodo como autoridades textuais. Homero e Hesíodo eram *os poetas* que deram forma literária a muitas crenças e costumes do universo grego, mesmo a muito do repertório dos outros poetas. Por conta disto, Heródoto não se satisfaz em mencionar estes dois autores apenas. Ele demonstra uma necessidade de discutir suas ideias abertamente e o faz em muitas ocasiões (e.g. Hdt. 2.53, 2.82, 4.32). Isso não se restringe às passagens nas quais Heródoto os nomeia explicitamente. O diálogo de Heródoto com a tradição mítica que Homero e Hesíodo inauguraram por escrito – pois muitas das histórias por eles contadas já circulavam oralmente bem antes disso – é muito mais sutil e profundo, transcendendo declarações explícitas. Nesse sentido – e este é meu segundo ponto –, Heródoto é bastante consciente de que o tipo de história que ele deseja contar será avaliado de acordo com critérios exteriores ao mundo da contação de histórias, de maneira que ele anuncia de antemão no prólogo

2. Píndaro (Hdt. 3.38) é a única exceção. Para um inventário das menções de poetas em Heródoto, ver Lateiner (1989, p. 106-107). É importante ter em mente, contudo, que presença ou ausência de um nome não constitui prova conclusiva de que Heródoto está ou não dialogando com ideias de um autor.

os princípios que tanto orientam seu trabalho como servem de critérios a partir dos quais seu trabalho deve ser avaliado pela audiência: seu foco “nas coisas feitas pelos homens” (τὰ γινόμενα ἐξ ἀνθρώπων) está em perfeita harmonia com suas atividades de criticismo literário da poesia homérica e hesiódica. Tomando como base as evidências elencadas sobre os argumentos pro e contra o racionalismo de Heródoto, fica evidente que a crítica que Heródoto faz ao *mythos* tem como alvo as histórias sobre deuses e heróis legendários que nós encontramos não só nestes dois poetas, mas também em outros poetas e autores (como os mitógrafos, por exemplo) que seguiram seus passos, ao mesmo tempo em que ele dificilmente demonstra qualquer preocupação em desafiar outros tipos de histórias que seriam igualmente consideradas como mitos aos olhos contemporâneos.

Por essas razões, eu adoto a definição de mito proposta por Baragwanath e de Bakker (2012, p. 10-19), os quais sugerem três características distintivas de mito: 1. deuses e heróis são os principais assuntos do mito, independentemente de seu formato narrativo; 2. mito é tradicional na medida em que não pode ser atribuído a um autor específico, aparecendo em diferentes trabalhos e gêneros. Autores eram livres para colorir a história como quisessem, mas “eram sempre atrelados em alguma medida pelas tradições que determinavam o esqueleto da narrativa e os limites dentro dos quais motivos podiam variar” (BARAGWANATH DE BAKKER 2012, p. 17); 3. Mitos tinham um importante significado coletivo para grupos sociais na medida em que eram parte de um repertório mais amplo de histórias que poderiam, por exemplo, “formar a consciência grega acerca de sua história e da relação entre os vários grupos” (BARAGWANATH; DE BAKKER 2012, p. 18).

Estabelecidos os parâmetros da discussão, tomarei como estudo de caso as genealogias dos heróis gregos, pois elas parecem ilustrar de forma contundente não só um contraste entre mito e história nas *Histórias*, mas também uma sistematização na operacionalização destes dois conceitos, independentemente de sua formulação explícita em nível de vocabulário.

Mito e história nas Histórias de Heródoto

De acordo com os critérios acima, são 15 as genealogias míticas nas *Histórias*:³

Genealogia	Localização nas <i>Histórias</i>
Io	1.1
(Paris) Alexandre	1.3, 2.120 (nesta ocorrência aparece junto com seu irmão, Heitor)
Midas	1.14, 8.138
Minos	1.173 (nesta ocorrência aparece junto com seu irmão, Sarpedão), 3.122, 7.169-7.171
Heracles	2.43-2.45, 2.145-2.146, 6.53-6.54
Castor e Polídeuces	2.43, 2.50, 4.145, 5.75, 6.127, 9.73
Melampo	2.49
Perseu	2.91, 6.53-6.54, 7.61, 7.150
Helena	2.112
Targitau	4.5
Édipo	5.59-5.60
Danae	6.53-6.54
Pelops	7.11, 7.159
Medéia	7.62
Agamemnon	7.159

3. Iniciei uma discussão dessas evidências e das questões por elas levantadas, mas de forma pouco aprofundada, em Condilo (2017).

Essas 15 genealogias se distribuem em 26 passagens ao longo do texto, sendo que oito delas (Io, Melampo, Helena, Targitau, Édipo, Danae, Medéia e Agamemnon) são referidas apenas uma vez. Na maioria delas, Heródoto faz uso da primeira pessoa autoral, seja como historiador, narrador ou comentarista (DE JONG 2004, p. 103). Não raro, ele utiliza mais de uma ou todas estas modalidades autorais em uma mesma passagem. Em duas ocorrências, no entanto, isto não acontece: as genealogias de Pelops e Agamemnon.

A genealogia de Pelops aparece em um discurso no qual Heródoto supostamente reproduz em citação direta as palavras de Xerxes, tendo um sentido pejorativo ao se referir aos peloponésios como descendentes de um escravo:

...Xerxes, enfurecido com o que ele havia dito, respondeu,

“...Mas uma vez que nós persas fomos os primeiros a serem ofendidos, é correto e apropriado que nós os punamos agora, a fim de que eu possa realmente aprender essa coisa terrível que sofrerei quando marchar contra esses ‘homens’ os quais *Pelops* o frígio, um escravo dos meus antepassados, conquistou tão decisivamente que mesmo hoje esse povo e sua terra mantêm o nome de seu conquistador” (Hdt. 7.11, grifo meu).

A mesma genealogia aparece em um discurso no qual Heródoto supostamente reproduz, também em citação direta, as palavras de um espartano. Nesse caso, a referência genealógica tem uma conotação positiva, pois *Pelops* é valorizado como herói fundador do Peloponeso através da figura de Agamemnon:

Nesse momento, Siagro não pôde suportar ouvir isso e respondeu, “*Bem, tenho certeza de que Agamemnon descendente de Pelops se voltaria em seu túmulo em alto lamento se ele ouvisse que os espartanos estavam sendo roubados de seu comando por Gelão e os siracusanos!*” (Hdt. 7.159, grifo meu).

Embora essas duas passagens sejam exceção por não aparecerem na primeira pessoa autoral, mas em citações em “discurso direto” dos personagens do relato do autor, elas concordam com a maioria das ocorrências ao estabelecer uma espécie de corte entre tempo divino e tempo histórico. Vejamos melhor como funciona a presença deste corte cronológico.

Em nossa primeira referência genealógica, *Io* é apresentada como filha de *Ínaco*. Embora as diferentes tradições ora considerem *Ínaco* como um deus-rio filho de *Oceano* e *Tétis*, ora como o primeiro rei mortal de *Argos* (e.g. *Apollod. Bibl.* 2.1; *Paus.* 2.15), Heródoto considera *Ínaco* um rei mortal. Isso fica evidente não só pelo enunciado do prólogo de sua obra ser seguido pela busca de *uma explicação plausível* sobre a origem do conflito entre gregos e bárbaros (contexto no qual esta passagem se insere), mas principalmente pelo fato de Heródoto claramente se referir a *Io* a partir de evidências resultantes de seu trabalho de investigação *no presente*:

Os sábios persas dizem (φασί) que os fenícios foram a causa da disputa. Os fenícios chegaram ao nosso mar a partir do mar que

é chamado Vermelho e tendo se estabelecido no território que eles ocupam atualmente (καὶ οἰκήσαντας τοῦτον τὸν χώρον τὸν καὶ νῦν οἰκέουσι), rapidamente eles começaram a fazer longas viagens. Dentre os outros lugares para os quais eles levaram mercadoria egípcia e assíria, eles chegaram a Argos, que naquela época era proeminente em todos os aspectos dentre os povos do que hoje é chamada Grécia (τὸ δὲ Ἄργος τοῦτον τὸν χρόνον προεῖχε ἅπασιν τῶν ἐν τῇ νῦν Ἑλλάδι καλεομένη χωρῇ). Os fenícios vieram a Argos e expuseram suas mercadorias. No quinto ou sexto dia depois de sua chegada, quando suas mercadorias já estavam quase todas vendidas, muitas mulheres vieram à orla, dentre elas, especialmente, a filha do rei. Seu nome, de acordo com o que os gregos também dizem (λέγουσι), era Io, a filha de Ínaco... (Hdt. 1.1).

O tempo dos homens como corte cronológico se fundamenta no uso de fontes, caracterizado especialmente pela presença dos verbos φασὶ (“declaram”, “dizem”, “afirmam”) e λέγουσι (“falam”, “dizem”). Tais verbos dão uma espécie de concretude ao argumento de Heródoto, pois são a base a partir da qual ele o constrói. Mas a concretude de seu argumento também é reforçada por relações de comparação e contraste com elementos do tempo presente, particularmente através da utilização do advérbio νῦν (“agora”, “tempo presente”): “ocupam atualmente”; “do que hoje é chamada Grécia”. Enquanto tal, este referencial temporal se contrapõe ao tempo dos deuses ao qual Heródoto não tem acesso. Nesse sentido, o fato de Heródoto apresentar Ínaco como um mortal é bastante coerente com o contrato textual que ele estabelece com seus leitores no começo de seu trabalho, bem como com sua abordagem metodológica ao longo das *Histórias*.

Tal abordagem é ainda mais clara no tratamento que Heródoto dispensa à genealogia de Heracles. Também baseando-se nos resultados de sua investigação, Heródoto argumenta que existem dois Heracles: um que é um deus egípcio muito antigo e outro que é um herói grego (Hdt. 2.43-2.45). Além disso, ele diz que alguns gregos mantêm dois santuários distintos para Heracles, sacrificando para um Heracles imortal com o epíteto “Olímpico” e para um Heracles herói, que é mortal. Este, no entanto, recebe oferendas próprias de um morto,

não de um deus. Mais significativo do que a separação entre os Heracles mortal e imortal é que esta é uma implicação do fato de que Heródoto se restringe a falar sobre aquilo que ele tem evidências para investigar e discutir, o que também se evidencia no trecho a seguir:

No que diz respeito a esses dois (Pan e Dioniso), uma pessoa pode escolher qualquer dessas histórias que achar mais crível. De qualquer maneira, minha opinião pessoal já foi revelada. Se Dioniso filho de Semele e Pan filho de Penélope apareceram na Grécia e lá envelheceram, como Heracles filho de Anfítrio, nós poderíamos dizer que eles também eram apenas homens que foram nomeados a partir de Pan e Dioniso, deuses muito antigos (Hdt. 2.145-2.146).

Portanto, não há uma divisão entre tempo divino, mítico e histórico, mas apenas um tempo divino e um tempo histórico nas *Histórias*.

Tal aspecto não se evidencia apenas nas genealogias de Io e Heracles. Muitas das outras genealogias consistentemente mencionam os pais mortais dos heróis e heroínas do passado antes do que seus progenitores divinos. Perseu (Hdt. 2.91, 6.53) e os irmãos Minos e Sarpedão (Hdt. 1.173) são apresentados por meio de suas mães mortais Danae e Europa, respectivamente. Helena (Hdt. 2.112) e os gêmeos Castor e Polideuces são introduzidos por meio de seu pai mortal, Tindário (Hdt. 4.145, 5.75, 9.73), bem como Midas (Hdt. 1.14, 8.138) e Agamemnon (Hdt. 7.159). Entretanto, Heródoto deixa em aberto a ancestralidade de Pelops (Hdt. 7.11, 7.159). De todo modo, haja vista o padrão que estamos acompanhando, há grande possibilidade de que ele não conecta Pelops a um deus porque ele não considera isso importante. Mais do que isso, ele não parece considerar uma relação como esta razoável ou “racionalmente” aceitável.

Mas há exceções. Se em Hdt. 2.91 e 6.53 Perseu é apresentado como filho de Danae apenas, em Hdt. 7.61 e 7.150 Perseu é filho de Danae e Zeus. Se em Hdt. 4.145, 5.75 e 9.73 Castor e Polideuces são filhos de Tindário, um mortal, em Hdt. 2.43

e 2.50 eles são explicitamente chamados de deuses, portanto, filhos de Zeus. Isto sem contar que a própria terminologia com a qual eles são referidos já é indicativo de um problema em nosso recorte, uma vez que Dioscuri significa “filhos de Zeus”. Targitau, por exemplo, não aparece como filho de pais mortais, como nos casos que vimos antes, mas como filho de Zeus e da filha do rio Borístenes (Hdt. 4.5). Além disso, o corte entre tempos divino e histórico também é posto em xeque na genealogia de Minos. Se em Hdt. 1.173 Minos é introduzido como filho de Europa apenas, em Hdt. 3.122 há um contraste nítido entre Minos como figura mítica em contraposição a Polícrates como figura histórica. Como explicar tais contradições dentro do esquema delineado acima, de que Heródoto delimita seu comentário sobre esses personagens tendo como base as evidências que ele pode examinar, o que o leva a adotar o critério de pais mortais como corte de referência em sua cronologia? Olhemos para esses casos individualmente para tentar entender o que está acontecendo.

Começo com a genealogia de Targitau, que demanda uma explicação um pouco mais simples do que as ambiguidades nas genealogias de Perseu, dos gêmeos Castor e Polideuces e de Minos. A genealogia de Targitau aparece em um contexto no qual Heródoto oferece uma genealogia explicando as origens do povo cita. Destaca-se nessa passagem sua atitude como historiador, pois ele se esforça em oferecer todas as explicações a que teve acesso em sua investigação, bem como realiza uma análise crítica de todas elas, no intuito de indicar a mais plausível (Hdt. 4.5-4.12). Nesse sentido, ele relata três versões da genealogia dos citas: uma dos próprios citas, outra dos gregos que habitam a região do Ponto Euxino (Mar Negro) e uma contada igualmente por gregos e bárbaros da qual Heródoto se diz mais parcial. Assim, a versão da genealogia de Targitau como filho de Zeus e uma das filhas do Rio Borístenes é apenas uma das três versões oferecidas. A focalização desta versão não é em Heródoto, mas nos citas, uma vez que esta é a versão deles sobre sua própria genealogia (ὡς δὲ Σκύθαι λέγουσι).⁴ Heródoto, na verdade, rejeita tal versão por não acreditar nela (ἐμοὶ μὲν οὐ πιστὰ λέγοντες). Portanto, não existe uma inconsistência no padrão de tratamento do mito nesta passagem.

4. Focalização, grosso modo, diz respeito à percepção de quem a história é contada, isto é, o próprio autor ou um dos seus personagens. Ela é muito mais do que “ponto de vista”, pois este sugere mais uma ideia de perspectiva física do que mental (emocional ou intelectual). Há diferentes tipos de subfocalização, mas elas não são pertinentes para o problema em questão, pois embora eu utilize certos instrumentos da narratologia para pensar o problema deste artigo, minha abordagem não é uma abordagem narratológica. A narratologia tem como característica principal o estudo de estratégias narrativas e regularidades diversas que se repetem em vários textos e este não é meu intento aqui.

Vejam agora as inconsistências na genealogia de Perseu que ora é referido como filho de Danae apenas (Hdt. 2.91, 6.53), ora como filho de Danae e Zeus (Hdt. 7.61, 7.150). Em 2.91, a referência a Perseu aparece em um contexto no qual Heródoto diz que os egípcios evitam adotar costumes estrangeiros, com exceção dos egípcios da cidade de Chemmis, onde há um “santuário de Perseu filho de Danae”. A partir disso, ele faz um extenso relato falando do templo, do culto e das relações dos chemitas com Perseu, no qual se inclui o argumento de que Perseu seria originário daquela cidade. Além da primeira pessoa autoral, esta passagem conta com a construção “quando eu perguntei por que” (εἰρομένου δέ μευ ὅ τι) e está repleta da expressão “o povo de Chemmis diz” ou “dizia” (οἱ Χεμμῖται λέγουσι, ἔφασαν), o que é indicativo dos procedimentos críticos do autor. Heródoto parece ser favorável ao relato dos egípcios de Chemmis sobre Perseu porque em vários momentos ao longo do Livro 2 ele traz à tona sua polêmica teoria de que vários elementos e personagens da cultura grega são originários do Egito (Hdt. 2.2-2.4, 2.43, 2.50, 2.146). Outro momento em que esta teoria se evidencia é a passagem a seguir, onde os procedimentos investigativos de Heródoto estão claramente em ação, bem como a relação de Perseu com sua progenitora mortal apenas:

Dos helenos, os lacedemônios são os únicos que contam essa versão da história. No que eu escrevo eu sigo o relato dos outros helenos e entendo que eles contam corretamente os reis dórios até Perseu filho de Danae, omitindo o deus e mostrando que esses reis eram helenos e que mesmo naqueles primeiros dias eles já eram classificados como gregos. Eu disse “até Perseu” e não levei o assunto para além disso porque ninguém é considerado o pai mortal de Perseu tal como Anfitrão é considerado o pai mortal de Heracles. Portanto, eu estava certo em dizer “até Perseu”. Mas se alguém fosse recontar os ancestrais de Danae filha de Acrísio e listando-os em uma sequência contínua, ficaria evidente que os líderes dos dórios são genuinamente egípcios por descendência direta (Hdt. 6.53-6.54).

Note que há um corte cronológico claro no tratamento de Heródoto sobre Perseu quando ele diz que não levará o assunto adiante por não saber quem é o *pai mortal* de Perseu. Note também que indica uma anuência ao argumento chemita sobre

as origens de Perseu, agora não mais em primeira pessoa autoral como narrador mas como historiador, ao afirmar que uma análise cuidadosa da evidência deixaria claro que os reis dórios eram, na verdade, de origem egípcia. Isso porque Heródoto se refere a Danae especificamente como filha do rei argólida Acrísio. De acordo com a tradição mítica (Apollod. *Bibl.* 2.1.4-2.2.1), Acrísio é um descendente de Linceu, um outro rei de Argos que, de acordo com os chemitas, era de ascendência egípcia:

Quando eu perguntei por que Perseu aparecia apenas para eles e por que, ao contrário de todos os outros egípcios, eles celebravam com jogos atléticos, eles me disseram que Perseu era originário de sua cidade, pois Danaus e Linceu, ambos de Chemmis, viajaram para a Grécia e a partir deles é traçada a linhagem da qual descende Perseu (Hdt. 2.91).

Um elemento importante de Hdt. 6.53-6.54 é que Heródoto também menciona uma terceira versão da genealogia de Perseu ao final de seu argumento. Ele não chega a desenvolver esta parte da análise, mas ela é deveras significativa para nosso entendimento do que acontece em Hdt. 7.61, onde Perseu aparece genealogicamente ligado a Zeus. Diz Heródoto:

Assim eu tracei a genealogia dos reis espartanos de acordo com a versão grega, mas a versão dos persas é que Perseu era de origem assíria e que ele se tornou grego, o que seus ancestrais não eram. Os persas dizem que os antepassados de Acrísio não tinham vínculo algum de parentesco com Perseu, e que eles na verdade eram, como dizem os próprios gregos, egípcios (Hdt. 6.53-6.54).

Em Hdt. 7.61 também é usada a primeira pessoa autoral, mas a ênfase é mais em sua pessoa autoral como narrador e comentarista do que como historiador, de maneira que o vocabulário e procedimentos característicos de sua *historie*, tal como vimos nas passagens anteriores, quase não aparecem aqui:

Em tempos antigos, os persas eram chamados cefenes pelos gregos, mas artaios por si próprios e seus vizinhos (ἐκαλέοντο δὲ πάλαι ὑπὸ μὲν Ἑλλήνων Κηφῆνες, ὑπὸ μὲντοι σφέων αὐτῶν καὶ τῶν περιοίκων Ἀρταῖοι). Então, Perseu filho de Danae e Zeus veio até Cefeu filho de Belo e obteve Andrômeda filha de Cefeu como sua

esposa e ela lhe gerou um filho que foi dado o nome de Perses e ele o deixou lá, pois Cefeu não tinha um herdeiro homem. Foi desse Perses que os persas obtiveram seu nome (Hdt. 7.61).

Embora não haja propriamente verbos *legetai* nesta passagem, nós temos *ἐκπέοντο* ... *ὑπὸ*, sugerindo a focalização do relato como sendo a opinião de suas fontes. Mas há indícios claros de que Heródoto não está relatando sua própria opinião, mas a de terceiros nesse contexto. Primeiramente, porque em Hdt. 6.53-6.54 ele argumenta de forma contundente que Perseu é de origem egípcia e que sua investigação se restringe à linhagem mortal de Perseu. Em segundo lugar, porque em Hdt. 6.53-6.54 ele claramente focaliza o argumento da origem assíria de Perseu como sendo dos próprios persas: “mas a versão dos persas é que Perseu era de origem assíria e que ele se tornou grego”. Em terceiro lugar, porque tanto as genealogias dos medos quanto as dos persas estão intimamente relacionadas com cidades acusadas de medismo durante as Guerras Médicas, quais sejam, Argos e Tebas, o que tem implicações políticas de grande importância (VANNICELLI 2012). Neste caso, a evidência de que esta é a versão dos persas e dos inimigos de Argos (possivelmente os espartanos, mais especificamente), antes do que do próprio Heródoto, é o fato de que a referência a Perseu e sua relação com os persas é retratada por Heródoto nas palavras do próprio rei persa Xerxes, supostamente em discurso direto:

Homens de Argos, esta é a mensagem do rei Xerxes para vocês: “É nossa crença tradicional de que somos descendentes de Perses, cujo pai era Perseu filho de Danae e cuja mãe era Andrômeda filha de Cefeu. Se este é o caso, nós seríamos seus descendentes e seria inapropriado para nós marchar contra nossos próprios antepassados ou para vocês se tornarem nossos oponentes ao ajudar outros contra nós; ao contrário, vocês deveriam permanecer tranquilos e em paz. Pois se tudo acontecer como planejo, não terei nenhum outro povo em mais estima do que vocês” (Hdt. 7.150; cf. 7.61).

Dessa forma, não há uma contradição na atitude de Heródoto no que diz respeito à genealogia de Perseu. A variação da focalização nessas quatro passagens revela que Heródoto

é bastante coerente no tratamento dessa genealogia: o corte analítico são os antepassados mortais do herói. A introdução de Zeus na história se dá por conta de outras versões da genealogia que Heródoto, autor sério que é, não deixa de relatar. Seu relato, no entanto, é cuidadosamente articulado através de *historie*, que marca de forma clara como o leitor deve entender sua posição no debate.

A aparente contradição nas referências a Castor e Polideuces ora como filhos de Tindário, ora como deuses (filhos de Zeus) também se esclarece através de uma análise cumulativa das evidências. Heródoto se refere aos Dioscuri como deuses explicitamente em Hdt. 2.43 e 2.50; explicitamente como filhos de Tindário em Hdt. 4.145, 5.75 e 9.73; e com nenhuma referência à ascendência divina ou mortal em Hdt. 6.127. Em todas estas passagens Heródoto faz uso de primeira pessoa autoral, mas há uma distinção entre as duas passagens nas quais Castor e Polideuces aparecem como deuses e as outras quatro passagens: elas são mencionadas em momentos nos quais Heródoto aborda temas polêmicos, ao passo que, nas outras, Heródoto se coloca mais como narrador e comentarista. Além disso, esta mudança de modalidade autoral parece refletir uma evolução no argumento. Em 2.43, Heródoto faz um paralelo entre os nomes dos deuses gregos e egípcios para elaborar sua polêmica teoria, já referida anteriormente, de que os gregos se apropriaram de muitos aspectos da cultura egípcia. Mais adiante, Heródoto dá continuidade à polêmica, ainda se referindo a Castor e Polideuces como deuses e concluindo que:

De fato, os nomes de quase todos os deuses vieram para a Grécia do Egito. Pois eu estou convencido pela minha investigação de que eles vêm de lugares estrangeiros e acredito que vieram principalmente do Egito. Exceto os nomes de Poseidon e Dioscuri, como eu já havia dito, e Hera, Hestia, Themis, as Graças e as Nereidas, os nomes de todos os deuses já existiam no Egito. Aqui eu estou relatando o que os próprios egípcios dizem. Os deuses cujos nomes eles dizem não conhecer foram, acredito, nomeados pelos pelasgos, com exceção de Poseidon, uma vez que este deus foi introduzido aos gregos pelos líbios. Nenhum outro povo além dos líbios tem tido o nome de Poseidon desde

o começo e eles têm sempre honrado esse deus. Não é costume dos Egípcios prestar honra alguma a heróis (Hdt. 2.50).

A declaração de que os egípcios não prestam honra a heróis é um ponto chave desta passagem, pois uma vez estabelecida tal diferenciação, Heródoto se refere a Castor e Polideuces ou como filhos de Tindário apenas ou sem nenhuma referência paterna em Hdt. 6.127. Tendo em consideração o argumento como um todo, é como se Heródoto estabelecesse a relação com o divino como ponto inicial de reflexão para facilitar o entendimento de sua teoria. Uma vez expostas as similaridades, é como se ele se voltasse para os contrastes e, finalmente, para as rupturas, que são o ponto em que ele queria chegar desde o início: Castor e Polideuces são heróis e não deuses, portanto, mortais. Eis o corte entre os tempos divino e humano mais uma vez.

O caso de Minos é um pouco mais complicado do que o de Targitau, Perseu e Castor e Polideuces, pois, embora Hdt. 1.173 siga a divisão cronológica padrão (divino x humano), há um contraste marcado entre Minos como figura mítica e Polícrates como seu contraponto histórico no que diz respeito ao domínio dos mares:

Polícrates é o primeiro grego de que temos notícia a tentar dominar o mar, excetuando, é claro, Minos de Cnossos e qualquer um que possa ter dominado o mar antes de Minos. Mas a respeito do que é dito sobre a o tempo dos homens, Polícrates foi o primeiro nesse sentido (τῆς δὲ ἀνθρωπίνης λεγομένης γενεῆς Πολυκράτης πρῶτος) e ele tinha grandes expectativas de governar a Jônia e as ilhas (Hdt. 3.122).

Tal ênfase também é reforçada no uso do vocabulário, pois embora γενεῆς seja traduzida pela maioria dos tradutores como “raça”, *genea* (γενεά, Ion. γενεή) é o sentido marcado de *genos*. Enquanto tal, a ênfase é no sentido de geração, portanto, na dimensão temporal de *genos*, que tem um sentido bem mais abrangente do que *genea*, incluindo o de raça. *Genea*, por outro lado, aparece apenas no sentido temporal em Heródoto (1.3, 1.7, 1.184, 2.44, 2.100, 2.142, 3.48, 4.105, 4.147, 4.163, 5.28, 6.86a, 6.98, 6.126, 7.171).

Note, no entanto, que apesar da ênfase no contraste entre esses dois personagens, Heródoto não desenvolve a comparação. Antes, Minos funciona como uma espécie de “deixa” ou “elemento introdutório” para seu relato sobre Polícrates. Note também que o desenvolvimento da narrativa de Polícrates sugere a ideia de que Heródoto tenta inseri-lo no modelo trágico de ascendência e derrocada, o qual tem implicações políticas bastante importantes para a mensagem que o autor visa expressar, especialmente no que diz respeito aos efeitos nocivos do imperialismo, conforme aponta Munson (2012). O trecho da narrativa de Heródoto enfatiza a ganância de Polícrates por dinheiro e poder e é bastante ilustrativa dessa ideia. Assim, esses fatores indicam que o único desvio no tratamento que Heródoto faz dos mitos é intencional e deliberado, antes do que prova de sua abordagem pouco sistematizada sobre a questão. A *historie* e a habilidade literária herodotianas estão sendo conjuntamente manipuladas na narrativa sobre a vida de Polícrates, levando a cabo o contrato textual que Heródoto estabelece com seus leitores logo no começo das *Histórias*, qual seja, ele falará sobre os feitos realizados pelos homens (proêmio) tendo como base o princípio da instabilidade da condição humana (Hdt. 1.5).

É importante observar que o próprio Fowler admite esta divisão cronológica e suas implicações no seu *Gods in early Greek historiography* (2010). Contudo, a despeito de ser mais um artigo brilhante dentre os muitos trabalhos que ele escreveu, ainda assim ele argumenta que “a distinção entre mito e história reside no futuro, mesmo se ela estivesse começando a tomar forma nos dias de Heródoto, devido não somente a seus esforços, mas também aos dos sofistas” (FOWLER 2010, p. 321). Parece que a resistência de Fowler em admitir que Heródoto já está em uma fase muito mais amadurecida no desenvolvimento dessas ideias, tanto quanto Tucídides, é resultante do fato de que ele foca em um processo muito mais amplo, de um histórico dessa relação em nível de movimento intelectual. Isto sem dúvida é algo da maior importância e mérito. Entretanto, abordagens macro como dele, por sua própria natureza, nem

sempre dão conta das particularidades de um fenômeno em obras específicas. Se Heródoto é um ponto chave de transformação no desenvolvimento semântico desses dois termos, nós não podemos deixar de olhar para sua obra com mais atenção a fim de tentar entender sua inserção efetiva nesse processo, fazendo os ajustes necessários na teoria de Fowler.

Conclusão

Pensar um histórico do desenvolvimento semântico dos termos *mythos* e *logos* não necessariamente precisa passar pela subordinação de um autor por outro, especialmente no que diz respeito a Heródoto e Tucídides. Fowler leva em consideração o contexto cronológico, mas foca no engajamento intelectual com ideias no seu tratamento dos sofistas. No âmbito da história, no entanto, ele parece sugerir uma linha de desenvolvimento que toma como base autores representativos subordinando um a outro. A base de seu argumento em relação a isso é a ausência de explicitação do contraste entre mito e razão no uso que Heródoto faz desse vocabulário e seu consequente tratamento pouco sistemático dessa dicotomia. Contudo, a explicitação do contraste semântico é apenas um indício, muito importante, devemos admitir, mas apenas um entre outros no desenvolvimento da controversa relação entre *mythos* e *logos* ao longo do tempo. Conforme espero ter demonstrado, o tratamento de mito e razão em Heródoto é bastante consistente e independe da definição explícita do contraste no uso que ele faz destes termos.

A análise das evidências também leva à conclusão de que a focalização é um elemento da maior relevância no entendimento da manipulação das ideias de *mythos* e *logos* nas *Histórias*, pois ela impacta de forma significativa no sentido da genealogia ao estabelecer uma distinção entre o mito tal como era contado por aí e a forma como Heródoto julga que ele deveria ser interpretado. Com base na focalização quando ela ocorre na própria pessoa autoral de Heródoto, especialmente quando ele se apresenta ostensivamente como autor crítico,

há 100% de consistência no tratamento de *mythos* e *logos* na narrativa. Portanto, esse tratamento já revela uma abordagem sofisticada e intencional que expressa um contraste entre os conceitos representados por esses dois termos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAGWANATH, Emily; BAKKER, Mathieu de (eds.). **Myth, Truth and Narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRANSCOME, David. **Textual Rivals: Self-Representation in Herodotus' Histories**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2013.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque: Histoire des Mots**. Paris: Klincksieck, 1968-1980.

CHERUBIN, Rose. *Alētheia* from poetry into philosophy: Homer to Parmenides. In: WIANS, William (ed.). **Logos and Muthos: Philosophical Essays in Greek Literature**. Albany: SUNY Press, 2009, p. 51-72.

CONDILO, Camila. Agonistic intertextuality: Herodotus' engagement with Hecataeus on genealogies. **Journal of Ancient History**, 5(2), p. 228-279, 2017.

FLORY, Stewart. **The Archaic Smile of Herodotus**. Detroit: Wayne State University Press, 1987.

FOWLER, Robert. Gods in early Greek historiography. In: BREMMER, JAN N; ERSKINE, A (eds.). **The Gods of Ancient Greece: Identities and Transformations**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010, p. 318-334.

FOWLER, Robert. *Mythos* and *Logos*. **Journal of Hellenic Studies**, 131, p. 45-66, 2011.

GAGARIN, Michael. Probability and persuasion: Plato and early Greek rhetoric. In: IAN WORTHINGTON (ed.). **Persuasion: Greek Rhetoric in Action**. London: Routledge, 1994, p. 46-68.

GOLDHILL, Simon. **The Invention of Prose**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GRIMALDI, W.M.A. *Semeion, Tekmerion, Eikos* in Aristotle's *Rhetoric*. **The American Journal of Philology**, 101(4), p. 383-398, 1980.

HARRISON, T. **Divinity and History: The Religion of Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HARRISON, Thomas. Truth and lies in Herodotus' *Histories*. In: KARAGEORGHIS, Vasos, TAÏPHAKOS, Ioannis (eds.). **The World of Herodotus**. Proceedings of an International Conference Held at the Foundation Anastasios G. Leventis, Nicosia, September 18-21, 2003, and Organized by the Foundation Anastasios G. Leventis and the Faculty of Letters, University of Cyprus. Nicosia: The Foundation, 2004, p. 255-263.

JONG, Irene de. Herodotus. In: de JONG, Irene; NÜNLIST, René; BOWIE, Angus (eds.) **Narrators, Narratees, and Narratives in Ancient Greek Literature**. Leiden/Boston: Brill, 2004, p. 101-114.

KRAUS, M. Nothing to do with Truth? *Eikós* in early Greek rhetoric and philosophy. **Papers on Rhetoric VII**, p. 129-150, 2006.

LATEINER, Donald. **The Historical Method of Herodotus**. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 1989.

LESHER, J. H. Early interest in knowledge. In: A. A. LONG (ed.) **The Cambridge Companion to Early Greek Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 225-249.

LIMA, Paulo Butti de. **L'Inchiesta e la Prova**: Immagine Storiografica, Pratica Giuridica e Retorica nella Grecia Classica. Torino: Einaudi, 1996.

MUNSON, Rosaria. Herodotus and the heroic age: The case of Minos. In: EMILY; de BAKKER, Mathieu (eds.). **Myth, Truth and Narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 195-212.

THOMAS, Rosalind. Herodotus and Eastern myths and logoi: Deioces the Mede and Pythius the Lydian. In: Baragwanath, EMILY; de BAKKER, Mathieu (eds.). **Myth, Truth and Narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 233-253.

VANNICELLI, Pietro. The mythical origins of the medes and the Persians. In: Baragwanath, EMILY; de BAKKER, Mathieu (eds.). **Myth, Truth and Narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 255-268.

VARTO, Emily Karen. **Early Greek Kinship**. Thesis (PhD in Classics). University of British Columbia, Vancouver, 2009.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Camila Condilo

camcondilo@cantab.net

Pós-doutoranda em História - Bolsista FAPESP

Universidade de São Paulo

Departamento de História e Geografia

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Butantã

05508-000 – São Paulo – São Paulo

Brasil

RECEBIDO EM: 29/07/2017 | APROVADO EM: 19/03/2018

Carolingian History and the Historians' Metanarrative

Dmitri Starostin

ABSTRACT

The essence of historian's craft or his or her ability to construct narratives where only bits of information had reached him or her by way of written or oral tradition is one of the main problems of investigation in the discipline of history. Historians of the Carolingian age present a particularly difficult task for researchers because their work joined in one narrative both their own attitudes and judgments and the attempts to construct a pro-Carolingian, universal and thus non-partisan historical outlook. Looking to the past, Carolingian historians balanced on the verge between providing a contemporary account of recent events, the narrative being shaped in favor of ruling kings, their patrons, and the need to look deeper into the past in search of forces that underlay the Carolingian success. The historical picture we use today was constructed by contemporary historians and it could not have been produced by relying only on documents. It was not a "fabrication" in the negative sense of the term, but a "construction" in the positive meaning. Thus, key episodes of Charlemagne's reign could not be understood without the Carolingian historians' "authorial license". Only the historical narrative construed a meaningful sequence of events that could be reproduced in memory. But at the same time, once we approach these key events, we are left with historians' interpretations rather than facts. Thus, the Carolingian period in the history of the Frankish kingdom, and particularly the reign of Charlemagne, can be seen as a constructed narrative, which cannot be perceived without looking at the context of its origin and the authors' "creative" influence on the representation of the past.

KEYWORDS

Constructivism, Contingency, Historical culture

The essence of historian's craft or his or her ability to construct narratives where only bits of information had reached him or her by way of written or oral tradition is one of the main problems of investigation in the discipline of history. Historians of the Carolingian age present a particularly difficult task for researchers because their work joined in one narrative both their own attitudes and judgments and the attempts to construct a pro-Carolingian, universal and thus non-partisan historical outlook (NELSON 1985, p. 293; MCKITTERICK 2004, p. 85; GANZ 2005, p. 51; GANZ 2014, p. 145). Thus histories written in the Carolingian age are particularly relevant for considering the historian's craft and his ability to create the narrative which constructed the perception of an epoch. Looking to the past, Carolingian historians balanced on the verge between providing a contemporary account of recent events, the narrative being shaped in favor of ruling kings, their patrons, and the need to look deeper into the past in search of forces that underlay the Carolingian success. Although the history of the Carolingian Frankish kingdom does not suffer from uncertainties in the basic facts, there are certain events or periods, I argue, which have been transformed by contemporary historians into stories and narratives that delivered both historical "fact" and subjective "representation". This paper argues that if one looks at the "metanarrative" of Carolingian history, or, in the more conventional terms, the sequence of events that were considered key by the historians of that age, one may see that key events were in fact constructed by later historians in a way that helped distance the actual past and established its interpretation as a definitive replacement instead. In a sense, changing the perspective on the past was a staple of Carolingian historiography, but this paper argues that this practice does not need to be understood in negative terms as producing stories singularly aimed at deception. In fact, I argue that most of the Frankish history in this period needed a personal touch from historian for us to approach the decision-making process of the rulers and the reception of their will by the magnates.

The Carolingians in the Mediterranean and European contexts

The coming of the Carolingians to power was a complex event that took place as the result of phenomena of both global and local significance. Since the publication of H. Pirenne's *Mohamet et Charlemagne* in 1937 scholars started thinking about the success of Pippin III and Charlemagne in the context of the contact between the Mediterranean Roman civilization, which had become Christian in the course of Late Antiquity, and the civilization of Islam, which had originated in the desert regions of Middle East (PIRENNE 1937). The context of this contact and tension between the civilizations became particularly poignant because the Islam was to a large extent a development of the Judeo-Christian religious ideals and its geographical location complemented the Mediterranean Roman Empire because it occupied the "desert Mediterranean" of the Arabian Peninsula, of the North Africa and of the similar regions in the Middle East. Historical and archaeological studies show that key cities of the Muslims, Mecca, Medina and some other were located in the near vicinity of the trade routes to the Mediterranean and yet far enough from the span of the Roman and later Byzantine legions, and thus the expansion of Islam in the desert areas close to the Mediterranean was similar to the earlier expansion of Rome throughout the Mediterranean. The danger of Islam's spread to the Mediterranean civilization and hence to the Frankish kingdom was in its leaders' masterful ability to use the Roman trade routes, although initially the Muslims were limited to traffic by land. Considering their superlative ability of quick transportation in the desert by horseback, the Arabs and the peoples they had recruited for their expansion were a formidable contender to the Mediterranean, the Byzantine Empire and the kingdoms that had emerged on the ruins of the Western Empire. Thus, the military tactics of the Arabs, the one of quick raids on horseback, which had already been reported by Ammianus Marcellinus in the late fourth century, required creating an army in the Frankish kingdom that would be able to fight on the horseback (AMMIANUS MARCELLINUS 1999, Lib. 14, 4; BRUNNER VON SCHWERIN 1958, v. 1,

p. 336; WHITE 1962, p. 11-13). Further investigations of the archaeology of the early Middle Ages showed that despite all problems of dating, since the eighth century the Frankish trade routes showed a steady decrease in length and the gradual disappearance by the time between the spread of Islam and of the coming of the Carolingians (HODGES WHITEHOUSE 1983, p. 20-53, 77-101).

The Iberian peninsula became a buffer zone as a result of the Muslim expansion, and thus the very foundation of the former Western Roman empire changed as the zone of stability, located in Aquitaine and maintained by Visigoths and then by the Franks, turned in fact into the zone of instability. The battle of Poitiers (732), long viewed as an important event in the history of the confrontation of the two civilizations (WATSON 1993, p. 68), and reduced in significance by modern scholars, was a sign of how far North the Muslim forces could make raids (CARDINI 2001, p. 9). The balance between the regions that had formed the dioceses of the Roman empire changed significantly with the coming of the Muslims, and especially drastic were the changes in the relationships between Gaul and Spain. Spain used to be the region that buttressed the authority of the Empire. Thus when the elites of the Eastern and the Western parts of the Empires were in disarray due to the defeat of the Roman legions at Adrianople at the hands of the Visigoths (378), it was the Spaniard Theodosius (later Emperor Theodosius I (379-395)) who was invited to employ his military prowess to restore the Roman defenses and to withstand the Gothic threat. The Goths were settled in 417 in the place that provided key communication routes between Gaul and Spain, Aquitaine. The placement of the Goths created competition between them and the Franks as the latter could claim that the treaty of 359, supported by emperor Julian the Apostate, gave them certain rights in the diocese and no doubt made them the *foederati* whose rulers started their careers with showing their ability to reduce Goths to their initial regions provided to them by emperor Honorius in 417 (AMMIANUS MARCELLINUS 1999, Lib. 16, cap. 3). But as in the case of Clovis and the battle

of Poitiers, this was a manageable competition that required the Frankish kings to claim their rights in those regions of the South which the Goths could in no way claim, as in Angouleme, Clermont and some others that had not been given to the Visigoths for settlement. The coming of the Muslims destroyed the balance between the Visigothic Spain and the Frankish Gaul and put under severe pressure the border region between the two, Aquitaine. The Carolingians were the rulers who managed to address the new challenges, which the Merovingians were unable to approach due to their status as the “governors” of the Empire in Gaul. Thus while the Merovingians held true to their role as those who kept the imperial decorum in Gaul, their mayors like Charles Martell started to break some unwritten rules of the Frankish kingdom, which it possessed as the heir to the former Roman province, by consolidating in their hands the military power that befitted rather the imperial commanders of the fourth and fifth centuries and that was not considered as belonging to the Merovingian Frankish kings. Thus the early history of the Carolingians starts with the same feats of valor as did the history of the Merovingians: the conquest of Aquitaine, which was considered to be lost because the removal of the Merovingians broke what could be considered as a dynastic alliance rather than a territorial annexation. The war in Aquitaine was the first one by which Pippin III supported his legitimacy as an heir to his father Charles Martell and the beginning of the military successes of Charlemagne who definitively secured Aquitaine for himself from the Vasconian dukes (EINHARD 1911, cap. 2, 5). This aspect of the Carolingian rule deserves a special mention because it was their peculiarity of the rulers who restored the unity of the North and South of Gaul that had been created by Clovis and other Merovingians of the first two generations and who did so in the context of contact with another, much less known civilization of Islam. But interestingly, despite this success of restoring the balance in the South of France, in Aquitaine, it took a long time for the Frankish kings of the second dynasty to get the treatment from the historians they deserved as the successful rulers.

The subjectivity which ruled the coverage of the Carolingians' history started with the lack of an adequate treatment of their successes in Aquitaine and extended to many events of their rule. The Carolingian period got its own peculiar assessment from every historical school that had emerged in the Modern period, and only in the second half of the twentieth century the evaluations of their rule began to merge. This overview is not meant to serve as a comprehensive introduction to the historiography of Charlemagne's reign, which would be impossible within the limits of any article. But one difference in approach seems to be visible. French historians, who claimed the Carolingian heritage in the most significant way because it was the Carolingian Charles the Bald who laid the foundations for medieval *Francia* and modern France, and some British historians who followed in their steps, emphasized since the early modern period the importance of this dynasty in finishing the synthesis between the Mediterranean and barbarian elements (FUSTEL DE COULANGES 1907, p. 594-610; RICHÉ 1983, p. 143; BULLOUGH 1970, p. 100-105; MCKITTERICK 2008, p. 57-63). German scholarship has recently started to emphasize the cultural impetus of the Carolingians as the dynasty who sought to educate its subjects in the Christian spirit despite serious elements of a barbarian culture that were present in the area of the Frankish kingdom outside what used to be Gaul in the Roman Empire (FRIED 2014, p. 309 ff.; WEINFÜRTER 2015, p. 131-136). But while scholars North of the Alps and Pyrenees emphasized the cultural break that the Carolingian rule signified, even though that was a break that was meant to instill the elements of the Mediterranean Christian culture as the basis for cultural identity, the scholars in the Mediterranean regions tended to emphasize continuity of the Mediterranean Christian culture on the Iberian peninsula and in Gaul. Paradoxically, even though the result was the same, the approach that led to this result was different. Thus the emphasis on the attachment of the Iberian peninsula's kingdoms to the traditions of the Christian Mediterranean and its close connections to the rest of the Christian West was already evident in the works of two Spanish historians of the sixteenth century, Florian de Ocampo

(1499-1558) and Ambrosio Morales (1513-1591) (MORALES; OCAMPO 1574). The latter's rewriting of the former's works in an attempt to create a general history of Spain showed a firm belief in the history of Gaul being identical to that of the kingdoms of the Iberian peninsula and, most importantly, it proposed that the Visigothic and the Frankish kingdoms showed a remarkable resilience of friendly relationships and that they continued to develop along the same Mediterranean lines even when the Franks sought to expand their authority in the South of France. Thus although this overview cannot be expanded further due to the lack of space, one may notice how the different approaches of various schools to the problem of the Carolingian "breakthrough" produced assessments of this period that were remarkably similar.

As some of its representatives became the Merovingian kings' chief officers, the aristocratic grouping that traced its origins to Arnulf, the bishop of Metz (d. 640), managed to supplant the Merovingian kings in terms of real power by the early eighth century (HLAWITSCHKA 1966, p. 63-64; BONNELL 1866; AUBIN 1935, p. 44 ff.; HLAWITSCHKA 1962, p. 17; MCKITTERICK 2008, p. 71-74; COSTAMBEYS, INNES, MCLEAN 2011, p. 34-65). The ability to muster forces necessary to protect the southern ranges of the Frankish kingdom were among the important factors, but their discussion among the contemporaries was subdued and suppressed. This process of the coming to power of the mayors of the palace was less of a revolution than it seemed to the scholars of the nineteenth century because the Pippinids did occupy an important place with the consensus of the last Merovingian kings (REIMITZ 2014, p. 150). In the long run, the defeat of the Saracens at Poitiers in 732 did contribute to the Pippinids' better standing among the Frankish elites because Pippin III could cite Charles Martell's successes among his family's assets:

At the time of Childeric's deposition, Pepin, the father of King Charles, held this office of Mayor of the Palace, one might almost say, by hereditary right; for Pepin's father, Charles [Martel 715-41], had received it at the hands of his father, Pepin, and filled

it with distinction. It was this Charles that crushed the tyrants who claimed to rule the whole Frank land as their own, and that utterly routed the Saracens, when they attempted the conquest of Gaul, in two great battles - one in Aquitania, near the town of Poitiers , and the other on the River Berre, near Narbonne - and compelled them to return to Spain. This honor was usually conferred by the people only upon men eminent from their illustrious birth and ample wealth (EINHARD 1905, cap. 2).

Although the real extent of the Arnulfings' interest to the recording of the past and to raising the general awareness of the importance of history is a matter of significant discussion, one may still accept as the fact that in their struggle to redefine Merovingian political networks to create new political connections, the court of the Frankish mayor and later king Pippin III needed the new ways to construct his image. The coronation and the unction by two churchmen, Boniface (ca. 675 – ca. 754) and Pope Stephen II (752-757), or just by the Roman pontiff, is the evidence of this fact (LEVILLAIN 1933, p. 294-295). This was important because unlike the Merovingian Clovis, Pippin did not have the roots of his power built upon the specific consensus that had been born in the Roman diocese of Gaul, the Gallo-Roman inhabitants of which needed the help of the *limes* chieftains like Clovis who could exercise authority over the barbarian warriors and Franking soldiers (from Soissons) on both side of the Roman border. This search for sources of authority might have found its expression in the cultural renovation and the emergence of the rulers' interest to history as a means to sanctioning their authority that was believed to have been undertaken by Charlemagne and those surrounding him (RICHÉ 1974, p. 70; MCKITTERICK 2004, p. 5-8, 30). Partaking in the changes in self-representation, I argue, was an important component in the dynasty's interest in men of letters and in history in particular. The Carolingians themselves, with the collaboration of many other prelates, monks, and statesmen, fused the educated representations of the past with the Carolingian political program. But one may note an interesting delay in the representation of history of the Carolingians that deserves to be investigated. It is a significant delay between

the actual deeds of the Carolingians and their acceptance by the historians as the key events of European history. It is this delayed acceptance of the Carolingians that this paper will address. This article suggests that the image of this Frankish dynasty was dependent on the historians' construction and on the audience's acceptance, rather than on the imposition from the small circle of the rulers and their trusted advisors. It will also suggest the importance of historical narratives that were indispensable as the means of constructing the image of the past and that cannot be overlooked even if modern historians possess a significant amount of administrative documents like capitularies that allow them to make conclusions about the period.

Historians and the Construction of the Narrative of Charlemagne's Rule

The construction of historical narrative was inevitably related to the question that faced not only the rulers and their family, but also the aristocracy that supported them, that of legitimacy of the Carolingian rule. The supporters of the Pippinids sought to compensate for the inadequacies of their coming to power by distorting the historical picture and overemphasizing the problems which they sought to portray as besetting the Merovingian kings (SCHUTZ 2004, p. 19). Key pieces of Carolingian history-writing that addressed the coming of Pippin III, for example, were in disagreement over the unction of the mayor turned king, on the role of the pope in his accession and in general, and on his real standing in the uneasy waters of Frankish politics. In fact, investigation of these sources allowed scholars to talk about "the illusion of royal power" (MCKITTERICK 2000b, p. 20). In a sense, therefore, the very beginnings of the Carolingian history were "constructed." The ways in which the historical narrative was organized thus requires further investigation. One of the examples of pro-Carolingian propaganda that addressed the coming to power of Pippin III, the annals of Lorsch, attributed to the pope Zachary II the proposal to choose the mayor as

the king because he was the one who at that moment wielded truly kingly power: “The pope [Zacharias] ordered the Frankish king and the Franks that they call Pippin, who de facto used the royal power, the king, and that they enthrone him. And this was done by the unction of saint Boniface in Soisson” (*Annales Laurissenses Minores* 1826, p. 751).¹ This is an example of how historians in the Carolingian age sought to find sanction to the dynasty’s rule by appealing to the prestige of papacy. But this kind of entry in the annals is most likely the later one because the earlier, more contemporary sources show much less interest to the event or even the problem of legitimacy itself. Only three sources address the coronation of Pippin III and they significantly differ in their accounts and in their assessment of papacy’s role. Thus in the three sources, such as the *Chronicle of the Contunuator Fredegarii*, *Annales regni francorum*, and *Clausula de unctione Pippini* we see how the depiction changed depending on the time of the composition of the source and on the position of the annalist in regards to the coming of the new king. One may notice how only in the Lorsch annals, otherwise called as the Royal Frankish annals, the special sanction of the pope was emphasized and how the annalist portrayed the coronation as the symbol of Carolingians’ special connection to the papacy and hence of their universal triumph (MCKITTERICK 2000b, p. 15-16, 21; MCKITTERICK 2004, p. 136). I argue that the coronation of 751 had not been the only event in the Frankish history that became a matter of interpretation for historians in the vein of their own attitude to the Frankish kings and their relative standing within the complex networks of power. In the forthcoming investigation I seek to suggest that there were few more events, the historical representation of which was constructed by historians for the purpose of creating a consistent narrative of the history of the Carolingian Frankish kingdom.

Historical representations of the past in the early Carolingian age created a sense of continuous decay and anticipation of the coming of the new strongmen from among the mayors of the palace and their kin before new approaches

1. In the original: Mandavit itaque praefatus pontifex [Zacharias] regi et populo Francorum, ut Pippinus qui potestate regia utebatur, rex appellaretur, et in sede regali constitueretur. Quod ita et factum est per unctionem sancti Bonifatii aei Suessionis civitate.

to this period came about (LOT PFISTER; GANSHOF 1928, p. 280-296; SCHNEIDER 1995, p. 19-20; BOSHOF 1990, p. 161-190; REIMITZ 2014, p. 150). This postulate had not been questioned since Einhard's famous passage that claimed them to be ineffectual and losing importance, before scholars started paying attention to the internal stability of the late Merovingian kingdom. But a number of studies suggested that this claim of the weak kings was nothing more than a Carolingian construction since Merovingian historians saw their contemporary kings as legitimate and the kingdom as stable (GERBERDING 1992; FOURACRE; GERBERDING 1996). Thus despite several attempts at usurpation the Merovingian family was seen as the only force in the Frankish kingdom that possessed symbolic capital to represent authority (WOOD 2004, p. 15-16, 31). At the same time, on the other side of historiographical divide created by Einhard in the early Carolingian period, there have been made other observations of the new dynasty's inefficacious status that made their rule seem as problematic as that of the Merovingians. Thus the coming of the Carolingians to power has been recently seen as a much more complex process than it has been previously believed and no triumphal accession has been considered to have taken place because of the instability within the family of the mayors. Charles Martell might not have been viewed by his contemporaries as a successful mayor with a claim to almost kingly powers, the image which was ascribed to him by some modern scholars. In fact, he may have been for them nothing more than an heir to Pippin II (HEIDRICH 1989, p. 220-226; JOCH 1994, p. 169; WOOD 2004, p. 15). Competition between relatives was so intense that it was until 754 that Pippin III was being considered as only a co-ruler to his brother Carloman and, after the later's demise, to his nephew Drogo (GOOSMANN 2015, p. 56).

Development of history as a discipline in the last one hundred years has led to a serious re-evaluation of knowledge of the past as a means of self-identification of communities. It has been suggested that societies, in order to stay cohesive, construe their image by relying on consensus in regards to

the interpretation of their past (HALBWACHS 1925; BURKE 1969, p. 18-19; BLOCH 1992, p. 26; MCKITTERICK 2004, p. 85). It has been shown by a number of influential studies that all attempts to create a community's self-identification are in one way or another based on the interpretation of the past, which is to support the community-approved vision of history (FENTRESS; WICKHAM 1992, ch. 7). This memory, created for the self-identification of a community, is always legitimized and accepted socially by means of communication (MOSTERT 1999; MCKITTERICK 2004, p. 85). Thus it has been shown that in the Carolingian kingdom the image of authority and the message its officers were to translate to local magnates, aristocracy and general populace was created as a set of historical reminiscences, and not just as a confirmation of contemporary state of affairs by way of a panegyric. The reception of these reminiscences as the norm of community's self-identification took place by means of communication between the members of the community, both within the educated groups and outside. Multiplication of the number of chronicles and annals in the Carolingian age in comparison to the previous period supports the idea that many more people than ever before, even though they might have been of privileged, clerical status, were interested in perceiving and in turn producing the Carolingian version of the past and making it their own vision. The sheer number of annals support this idea. Development of history writing as a common occupation among monastic and clerical communities that took a dominant role in the written culture shows that the main way of assessing the rulers was to place them within historical context. Authors like Einhard, Nithard, Thegan, Astronomer, who showed the most of personal commentary on the history of the Frankish kingdom, sought to convey their vision of the contemporary Frankish events by means of historical treatises (MCKITTERICK 2004, p. 84-173; BARNWELL 2005, p. 139). In about the decade Charlemagne became for those who remembered him a symbol of the "Golden Age" and thus part of history instead of being just the recent past (GABRIELE 2011, p. 17). Even Einhard, who sought to describe the life of Charlemagne as if he was still his contemporary was writing

his treatise at least a decade later and himself recognized that it required a great deal of delving into the past and that it already had little contemporaneity with the events he sought to describe as seminal for the expansion of Frankish authority over the whole Europe:

There are, I do not doubt, many men of learning and leisure who feel that the life of the present day must not be utterly neglected, and that the doings of our own time should not be devoted to silence and forgetfulness as wholly unworthy of record; who, therefore, have such love of fame that they would rather chronicle the great deeds of others in writings, however poor, than, by abstaining from writing, allow their name and reputation to perish from the memory of mankind. But, even so, I have felt that I ought not to hold my hand from the composition of this book, for I knew that no one could write of these events more truthfully than I could, since I was myself an actor in them, and, being present, knew them from the testimony of my own eyes; while I could not certainly know whether anyone else would write them or no. I thought it better, therefore, to join with others in committing this story to writing for the benefit of posterity rather than to allow the shades of oblivion to blot out the life of this King, the noblest and greatest of his age, and his famous deeds, which the men of later times will scarcely be able to imitate (EINHARD 1905, The prologue).²

It was claimed to be written in 830s, although some scholars claim it was produced no later than 823 (TISCHLER 2001, p. 78-239). This peculiarity of the Carolingian worldview, in which much discussion about the legitimacy of power was projected onto the past and was legitimized within this particular context, was emphasized by scholars recently. It was argued, for example, that almost all historical treatises were uniform in reflecting the voice of the elite (MCKITTERICK 2000a, p. 172-174). It is important, however, to investigate deeper the ways in which historical narratives were constructed and used with the purpose of advancing agendas contemporary for their authors. It seems that further development of these topics is in order, and one may particularly look to investigate the balance between tropes common to historical narratives since Late Antiquity, the Carolingian worldview or, in the most radical terms, "propaganda," and the personal vision of the past by educated scholars.

2. *In the original: Et quamquam plures esse non ambigam, qui otio ac litteris dediti statum aevi praesentis non arbitrentur ita neglegendum, ut omnia penitus quae nunc fiunt velut nulla memoria digna silentio atque oblivioni tradantur, potiusque velint amore diuturnitatis inlecti aliorum praeclara facta qualibuscumque scriptis inserere quam sui nominis famam posteritatis memoriae nihil scribendo subtrahere, tamen ab huiusmodi scriptione non existimavi temperandum, quando mihi conscius eram nullum ea veracius quam me scribere posse, quibus ipse interfui, quaeque praesens oculata, ut dicunt, fide cognovi et, utrum ab alio scriberentur necne, liquido scire non potui. Satiusque iudicavi eadem cum aliis velut communiter litteris mandata memoriae posterorum tradere quam regis excellentissimi et omnium sua aetate maximi clarissimam vitam et egregios atque moderni temporis hominibus vix imitabiles actus pati oblivionis tenebris aboleri.*

The sense of continuous construction of history in a way that was beneficial to Charlemagne, his retainers and magnates or to the educated people, who sought to make up for the missing bits of the glorious past, appears immediately after one looks in the classical piece of written work no one has ever denied the right to be the source of information. Einhard has been believed to have produced a sort of a panegyric in his *Vita Caroli Magni* that can be taken at face value. In fact, scholars have posed no objection to taking this work as a pro-Carolingian propaganda. But even in the relatively homogenous narrative that was dedicated to one goal, to use Charlemagne's authority and success to prove his greatness to the readers in the age of Louis the Pious, we may find how even here the very distant past was reshaped or rejected by Einhard since it did not fit the main narrative of Charlemagne's peak years. It has been noted that in the 760s Pippin III's, Charlemagne's and Carloman's rule might have been seen by contemporaries as that which had still lacked the desired legitimacy or at least acceptance by everybody (GOOSMANN 2015, p. 56). It is a remarkable fact that Einhard disregarded the early years of Charlemagne by saying that there was no reliable information and that they could be easily overlooked. He emphasized that he would start his narrative with the physical description of the king and continue with his development as a person and a king. This was, to my judgment, another way of saying that the status of Charlemagne within the progeny of Charles Martell and Pippin III was something in which people just a generation later were uninterested. Charlemagne attracted the attention of Einhard and others only from the standpoint of later achievements and results of his reign. His early history had been lost on the next generation because it had little indication of his unique status he acquired by the end of his reign.

It would be foolish of me to say anything about his birth and infancy, or even about his boyhood, for I can find nothing about these matters in writing, nor does anyone survive who claims to have personal knowledge of them. I have decided, therefore, to pass on to describe and illustrate his acts and his habits and the other divisions of his life without lingering over the unknown.

I shall describe first his exploits both at home and abroad, then his habits and interests, and lastly the administration of the kingdom and the end of his reign, omitting nothing that demands or deserves to be recorded (EINHARD, 1905, cap. 4).³

From among the events that caused the historian to disparage readers from turning to the early years of the Carolingian history one may name the implicit tensions between Charlemagne and Carloman upon their accession as kings in 768 (CLASSEN 1972, p. 124; MCKITTERICK 2008, p. 77-82; BACHRACH 2013, p. 110). The death of Carloman made the tensions surrounding the division of the kingdom so high that Charlemagne's cousin Adalhard, abbot Fulrad of St-Denis and count Warin precluded the former's wife Gerberga from taking over any kind of regent's position and invited Charlemagne to take over Carloman's part of the kingdom (*Annales Mettenses Priores* 1905, p. 771; EINHARD 1911, cap. 3; RICHÉ 1991, p. 86).

This situation was implicitly acknowledged by Einhard who recognized in the preface to his work that there were latent tensions plaguing the representations of the early history of the Carolingians. Thus he expressed certainty in the fact that many will consider the current events (and by this he meant the already distant story of Charlemagne's reign) worthy of description. This suggests that there were also those who thought the story of Charlemagne could be put aside. But moreover, hidden in his serendipitous locution was the theme of people who in their love for present-day events might deem writing about the past unnecessary. He, on the other hand, insisted on making the past needed, although Charlemagne had already been dead for at least a decade. This means that his treatise was openly constructed as an attempt to unearth the forgotten past and make it relevant, which implies a significant amount of reshaping this past (EINHARD 1911, Praefatio).

The Divisions of the Kingdom and the Historian's Craft.

Just as Einhard proposed to look over the earlier history of Charlemagne and presented instead a continuous narrative

3. In the original: De cuius nativitate atque infantia vel etiam pueritia quia neque scriptis usquam aliquid declaratum est, neque quisquam modo superesse invenitur, qui horum se dicat habere notitiam, scribere ineptum iudicans ad actus et mores ceterasque vitae illius partes explicandas ac demonstrandas, omissis incognitis, transire disposui; ita tamen, ut, primo res gestas et domi et foris, deinde mores et studia eius, tum de regni administratione et fine narrando, nihil de his quae cognitu vel digna vel necessaria sunt praetermittam.

of the king's military campaigns, he also overlooked another important event that in many ways was critical for the development of Carolingian authority. Just as the problem of accommodating Charlemagne and Carloman from 768 to 771 caused a significant stir and a lasting trail of historical innuendo, in the same fashion the attempt to divide the empire in 806 by the document called *Divisio regnorum* left for contemporaries and historians a problem of interpreting it against the historical realities. The document was an important one since it possessed its own manuscript history and it was not included wholesale into collections of capitularies (TISCHLER 2008, p. 231). By this document Charlemagne ensured for his three sons three parts of the empire, while making them *regni consortes* instead of real kings. This document carefully provided for the rules of succession (MCKITTERICK 2008, p. 96-102). It might have been due to the fact that he himself was crowned a king and an emperor. The part of Charles the Younger included Neustria and Austrasia, and thus was unusually large as compared to the lots of other sons. This fact found no explanation in chronicles, while some modern scholars supposed that the king of the Franks specifically gave him a large and yet undefined territory to make him a co-ruler of sorts. Charlemagne saw him as his successor and perhaps, a ruler of his own while his father was living (CLASSEN 1972, p. 132). Others, however, saw nothing special in this decision (KASCHKE 2008, p. 275). They emphasized that this document provided no further prerogatives the sons might have been supposed to enjoy as the result of the division and hinted at no special functions they could exercise. Thus an obscure act by Charlemagne left historians wondering about its exact meaning for the Carolingian kingdom and empire.

This system of division needed a ruler who could supervise its implementation. Scholars have noticed that the *Divisio regnorum* was not approved in any kind of assembly, and thus from the formal standpoint was not a testament per se, but a document expressing the desirable path of events in the future (GIESE 2008, p. 455). Thus the emperor must have thought that one of his sons would acquire a position higher than the

other two and would thus be able to look after the terms of *Divisio regnorum*. While Einhard provides no further clues about the situation, another historian, Thegan may provide a key to understanding the ways in which the division was to be put into practice (THEGANUS 1995, cap. 6).

Unlike Einhard or Astronomer, Thegan never served for historians as an exemplary case of pro-Carolingian propaganda. His stance on the family of Charlemagne was never straightforward and supportive because he paid significant attention to the conflict within it, and thus his work turned into one of the main sources for the events leading to the division of the kingdom at Verdun in 843. It is in this treatise that the last years of Charlemagne's rule are shown as those which represent the gradual decay of his authority and thus of the royal authority's viability. This is how Thegan's account differs from that of Einhard. It was this history that made twentieth-century scholars to speak about the general decline of Charlemagne's authority and the demise of his kingdom and the empire (GANSHOF 1948, p. 451).

Thegan's treatise produces an ambivalent picture because it both shows Charlemagne's and his son's predicament in transferring power from one to another and their success in doing so. Thus we learn that Louis the Pious' coronation was an event that brought him and his father Charlemagne closer together, and at the same time we see how the kingdom and the empire remained in the hands of Charlemagne as his son left for Aquitaine, the part provided for him as part of a division of the kingdom within the family. This was a significant moment because it showed how the coronation, in the eyes of Thegan, did not change anything in the power balance and in the representation of authority at the Frankish court. What did this ceremony of coronation imply if it did not immediately change the status of the son within the power structure of the kingdom?

Thegan casts the history of Charlemagne and Louis the Pious in terms of biblical discourse in the part which deals with

the family situation and hierarchy within the family. Louis the Pious was the younger son of the king of the Franks and the emperor, but the situation within the family was such that one needs to look at the rules of succession closely. Looking at the family politics at the Carolingian court, scholars noted that the primogeniture, which was at least in theory the norm of succession among the Frankish kings, was in this case under serious pressure. The problem lay in Pippin the Hunchback who, as scholars thought, might have been excluded from succession because of his deformity despite being the elder son of Charlemagne (GOFFART 1986, p. 93). Renaming of Carloman as Pippin made scholars strengthen their belief in this turn of affairs. This assessment of the family matters produced an impression that at the court of Charlemagne there was a feeling directed towards sidelining the elder son in favor of the younger ones, the trend that effectively undermined the Frankish primogeniture rules. On the other hand, it has been suggested that no attempts at sidelining him actually took place and until his revolt in 792 his position within the family was strong (HAMMER 2008, p. 276). Thus until at least 792 one may not see in the Carolingian court any pressure on the elder sons (NELSON 2002, p. 283). But in Thegan's work one may notice a singular emphasis on the role of the younger son in contrast to that of the elder one. This meant that unlike Einhard, Thegan constructed the history of Charlemagne in a way that emphasized new topics and that re-wrote the earlier attempts of historians to find sense in the family relationships of Charlemagne's offspring.

Moreover, the ways in which Thegan represented the coming of Louis the Pious to power show how much invisible tension surrounded the Carolingian court, the Carolingians as the family and their relationship with local magnates. It was once proposed that the last years of Charlemagne's reign were a "decomposition" completely opposite to the "triumph" of the earlier years and of the victories over the Saxons and other "nations" of Europe (GANSHOF 1948, p. 451; GANSHOF 1971, p. 259). Scholars established a tradition of seeing Louis the

Pious as a weak king who never managed to achieve the same authority and prestige as his father (STAUBACH 1990, p. 722). Thus the last years of Charlemagne's reign and the coronation of his successor are considered to be much more dramatic than it has been thought. Let us look at how this was portrayed in Thegan's chronicle. I argue that from the first lines one may sense in this treatise a tension between the normal, peaceful pace of events that the supporters of the dynasty might have wanted to see, and the alternative picture that exhibited tensions, problems and absence of uniform acceptance of the Carolingians' authority.

Thegan thus needs to be investigated as an example of the Carolingian dichotomy of authority's message and discordant voices. I would argue that his work is in many ways unique because of the span of the differences of interpretation in positive or negative way of the "Gesta's" narrative, which could allow interpreters, unlike in the cases of Einhard or Nithard, to produce totally opposite views of this historical period. On the one hand, the history of Thegan described in a very positive and assertive light how Charlemagne at the top of his career and life path made his younger son Louis the Pious an heir to his imperial title and a co-ruler:

The above-mentioned emperor, when he understood his last to be coming — since had become quite old -- called upon his son Louis to come to him, as well as invited all host, bishops, abbots, dukes, counts, his representatives. He held a general council with them in Aachen palace peacefully and honestly, and informed them that he puts his faith in his son, and then inquired all from the most important people to the least important ones, whether they would like if he transferred his title, that it, that of the emperor, to his son Louis (THEGANUS 1995, cap. 6).⁴

This passage evokes the image of the peaceful and/or organized transfer of power, done with the consent of all powerful people in the kingdom of both lay and clerical status. One may note that Thegan implied the real transfer of power ("tradidisse") from Charlemagne to Louis, and not a co-rulership as one might have imagined. If this passage is

4. *In the original: Supradictus vero imperator, cum iam intellexit adpropinquare sibi dies obitum suum — senuerat enim valde — vocavit filium suum Hludouuicum ad se cum omni exercitu, episcopis, abbatibus, ducibus, comitibus, locopositus. Habuit generale colloquium cum eis Aquisgrani palatio pacifice et honeste, ammonens, ut fidem erga filium suum ostenderent, interrogans omnes a maximo usque ad minimum, si eis placuisset, ut nomen suum, id est imperatoris, filio suo Hludouuico tradidisset.*

to be understood correctly and literally, it may mean that the historian implied Charlemagne's retirement from power from the moment of Loius' coronation. This is an ideal picture, or at least, it is the most literal reading of the passage.

It deserves to be noted that Thegan did not perceive a single shade of tragedy in the last years of Charlemagne even though the latter's two sons had passed away: *Solus Hludouuicus ad regni gubernacula remansit* (THEGANUS 1995, cap. 5). He sought to portray the succession in a peaceful and predetermined way as the action that was approved by all significant people in the kingdom. Further description of the succession produces even stronger impression of the universal acceptance because Thegan wrote how, upon everybody agreeing with the king's desire, Charlemagne immediately proceeded to organize the ceremony of Louis' coronation. But it is interesting that in this passage the initial presentation of the event as a transfer of power was significantly modified by the description of the ceremony which involved the second crown, due to be picked up by the incumbent king Louis. One may surmise that this crown signified not just the royal title which Louis had already acquired by virtue of his rulership in Aquitaine, but a desire of Charlemagne or Thegan to show the transmission of power as the process of establishing the co-emperor.

They responded in joy, that this announcement was the one that pleased God. As it had been done, next Sunday [Charlemagne] decorated himself according to the royal cult and put on the crown, and went on his way beautifully decorated, as it was due to him. He went to the church, to which he himself had laid the foundation, went to the altar that was constructed in the place more eminent than other altars and that was consecrated in the honor of our Lord Jesus Christ; on which he put the golden crown, the different one from that he had on his head. After that he and his spoke, and in front of the multitude of bishops and *optimates* he told and informed his son, in the first place to honor and be afraid of the omnipotent God, to serve his commandments in total, to govern the God's churches and to defend them from bad men (THEGANUS 1995, cap. 5).⁵

5. *In the original: Illi omnes exultando responderunt, Dei esse ammonitionem illius rei. Quod factum, in proxima die dominica ornavit se cultu regio et coronam capiti suo imposuit, incedebat clare decoratus et ornatus, sicut ei decuerat. Perrexit ad ecclesiam, quam ipse a fundamento construxerat, pervenit ante altare, quod erat in eminentiori loco constructum ceteris altaribus et consecratum in honore Domini nostri Iesu Christi; super quod coronam auream, aliam quam ille gestaret in capite, iussit inponi. Postquam diu oraverunt ipse et filius eius, locutus est ad filium suum coram omni multitudine pontificum et optimatum suorum, a m m o n e n s eum, inprimis omnipotentem Deum diligere ac timere, eius praeceptis servare in omnibus, ecclesias Dei gubernare et deffendere a pravis hominibus.*

Establishment of the co-rulership in this way is a particularly interesting and intriguing topic because the unity and divisions of power in the Carolingian kingdom were the two opposites which have been considered as highly problematic by modern historians (BOSHOF 1990, p. 161-163).

I suggest that Thegan's description of the ceremony by which Louis the Pious had become a crowned king and emperor in his own right is the piece of the puzzle that is missing from the *Divisio regnorum's* interpretation. The latter document did not provide all information about the actual division of power. It is likely at Charlemagne saw Charles the Younger as a sort of higher ruler above other sons. Once he was gone, Louis the Pious took over this role in the ceremony that was aimed at buttressing the position not only of the king, but also of the supreme ruler in the Empire, in the kingdom as an indivisible unit and the key person in the family. But only the historical narrative, and not the original documents, constructed this history in a way that made it understandable. The story of the coronation told by Thegan, which showed that Charlemagne had something in his pocket which he preferred not to show in the *Divisio regnorum*, was in some way a response to the uncertainties of the last years of Charlemagne's rule. This "secret" was a coronation, during which his son put upon himself his own crown and did so with his own hands, without intrusion of any other person. This kind of coronation relieved his son of the dependence on the Pope or any other bishop or monk, and thus established the new king as the true emperor of the indivisible Empire that was "independent" from any external influence. In a sense, the projected image of stability that this coronation produced was the construction of the historian (perhaps, reflecting the overall feeling of the magnates) and was to serve, in my opinion, as a compensation for the uncertainties that flourished both in the last years of Charlemagne and in the early years of Louis the Pious.

Apart from the coronation of 751, the divisions of 768 and 806 were critical episodes in the history of the Carolingian kingdom. Interestingly, they both can only be understood

through the work of the historians who constructed a narrative in a meaningful way, using dichotomies of older son and younger sons, the theme of the favorite son of the king, the episode of the single-handed individual coronation and so on. Much as with the coronation of 751, the historical picture of the coronation of Louis the Pious we use today was constructed by contemporary historians and it could not have been produced by relying only on documents. It was not a “fabrication” in the negative sense of the term, but a “construction” in the positive meaning. Thus key episodes of Charlemagne’s reign could not be understood without the Carolingian historians’ “authorial license”. Only the historical narrative construed a meaningful sequence of events that could be reproduced in memory. But at the same time, once we approach these key events, we are left with historians’ interpretations rather than facts. Thus the Carolingian period in the history of the Frankish kingdom, and particularly the reign of Charlemagne, can be seen as a constructed narrative, which cannot be perceived without looking at the context of its origin and the authors’ “creative” influence on the representation of the past.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMIANUS MARCELLINUS. **Rerum gestarum libri qui supersunt**. Ed. by W. Seyfarth. Stuttgart: Teubner, 1999.

Annales Laurissenses Minores. 1826. In: MGH SS. Vol. 1, p. 112–123.

Annales Mettenses Priores. Hrsg. von B. Simson, MGH *Scriptores rerum germanicarum in usum scholarum*, Bd. 10. Hannover: Hahn, 1905.

AUBIN, H. Die Herkunft der Karlinger. In: **Karl der Grosse oder Charlemagne? Acht Antworten deutscher Geschichtsforscher**. Berlin: E. S. Mittler, p. 44ff., 1935.

BACHRACH, B. **Charlemagne’s Early Campaigns (768-**

777): A Diplomatic and Military Analysis. History of Warfare 82. Boston: Brill, 2013.

BARNWELL, Paul S. Einhard, Louis the Pious and Childeric III. In: **Historical Research** 78:200, p. 129–139, 2005.

BLOCH, Marc. **The Historian's Craft**. Manchester: Manchester University Press, 1992.

BONNELL, Heinrich. **Die Anfänge des Karolingischen Hauses**. Berlin: Duncker und Humblot, 1866.

BOSHOF, Egon. Einheitsidee und Teilungsprinzip in der Regierungszeit Ludwigs des Frommen. In: **Charlemagne's Heir: New Perspectives on the Reign of Louis the Pious (814-840)**. Ed. by Peter Godman and Roger Collins. Oxford: Clarendon Press, p. 161–90, 1990.

BRUNNER Heinrich, VON SCHWERIN Carl. **Deutsche Rechtsgeschichte**. 2nd ed. Berlin, 1958.

BULLOUGH, D. Europae pater: Charlemagne and his Achievement in the Light of Recent Scholarship, In: **English Historical Review**, v. 85, p. 59-105, 1970.

BURKE, Peter. **The Renaissance Sense of the Past**. London: Edward Arnold, 1969.

CARDINI, Franco. **Europe and Islam**. Oxford: Blackwell, 2001.

CLASSEN, Peter. Karl der Grosse und der Thronfolge im Frankenreich. In: **Festschrift für Hermann Heimpel**. Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Geschichte 3. Göttingen, S. 109–134, 1972.

COSTAMBEYS, Marios, INNES, Matthew, MACLEAN, Simon. **The Carolingian World**, Cambridge Medieval Textbooks. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Early Lives of Charlemagne by Eginhard and the Monk of

St Gall. A. J. Grant, trans., London: Moring, 1905, p. 1–56.

EINHARD. **The Life of Charlemagne**. Tr. by S. E. Turner. New York: Harper and Brothers, 1880.

EINHARD, **Vita Karoli Magni**. Hrsg. von G. H. Pertz, Georg Waitz und Oswald Holder-Egger. MGH *Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi* 25. Hannoverae: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1911.

FENTRESS, J. and WICKHAM, Chris. **Social Memory**. Oxford: Blackwell, 1992.

FOURACRE, Paul and GERBERDING, Richard A. **Late Merovingian France: History and Hagiography, 640-720**. Manchester Medieval Sources. Manchester: Manchester University Press, 1996.

FRIED, Johannes. **Karl der Grosse: Gewalt und Glaube**. München: Beck, 2014.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **Histoire des institutions politiques de l'ancienne France, v. 7, Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne**. Paris: Librairie Hachette, 1907.

GABRIELE, Matthew. **An Empire of Memory: the Legend of Charlemagne, the Franks, and Jerusalem before the First Crusade**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011.

GANSHOF, François. L. Charlemagne's Failure. In: F. L. Ganshof, **The Carolingians and the Frankish Monarchy**. Ithaca, p. 256–59, 1971.

_____. La fin du règne de Charlemagne, une décomposition. In : **Revue suisse d'histoire**, p. 433–51, 1948.

GANZ, David. Einhard's Charlemagne: The Characterisation of Greatness. In: **Charlemagne: Empire and Society**. Ed.

by Joanna Story. Manchester, p. 38–51, 2005.

_____. The Astronomer's Life of Louis the Pious. In: **Rome and Religion in the Medieval World**: Studies in Honor of Thomas F. X. Noble. Ed. by Valerie L. Garver and Owen M. Phelan. London: Routledge, p. 129–148, 2014.

GERBERDING, Richard. **The rise of the Carolingians** and the Liber historiae Francorum. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GIESE, Wolfgang. Die designativen Nachfolgeregelungen der Karolinger 714-979. In: **Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters** 64.2, S. 437– 512, 2008.

GOFFART, Walter. Paul the Deacon's 'Gesta Episcoporum Mettensium' and the Early Design of Charlemagne's Succession. In: **Traditio** 42, p. 59– 93, 1986.

GOOSMANN, Erik. Politics and Penance: Transformations in the Carolingian Perception of the Conversion of Carloman (747). In: **The Resources of the Past in Early Medieval Europe**. Ed. by Clemens Gantner, Rosamond McKitterick, and Sven Meeder. Cambridge: Cambridge University Press, p. 51–67, 2015.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. T. 8. Bibliothèque de L'évolution de l'humanité 367. Paris: Albin Michel, 1925.

HAMMER, Carl I. 'Pipinus Rex': Pippin's Plot of 792 and Bavaria. In: **Traditio** 63, p. 235–76, 2008.

HEIDRICH, Ingrid. Les maires du palais neustriens du milieu du VIIe au milieu du VIIIe siècle. In: **La Neustrie**: Les pays au nord de la Loire de 650 à 850. Sous la dir. de H. Atsma. T. 1. Beihefte der Francia 16. Sigmaringen, p. 217–229, 1989.

HLAWITSCHKA E., Die Vorfahren Karls des Grossen, In: **Karl der Grosse**: Lebenswerk und Nachleben. Ed. By

Wolfgang Braunfels. Bd. 1. Düsseldorf, p. 51-82, 1966.

HLAWITSCHKA E. Zur landschaftlichen Herkunft der Karolinger, **Rheinische Vierteljahrsblätter**. Bd. 27, p. 1-17, 1962.

HODGES, R., WHITEHOUSE, D. **Mohammed, Charlemagne, and the Origins of Europe: Archeology and the Pirenne Thesis**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

JOCH, W. Karl Martell - ein mindberechtigter Erbe Pippins. In: **Karl Martell in seiner Zeit**. Ed. by J. Jarnut, U. Nonn, and M. Richter. Beihefte der Francia 37. Sigmaringen, p. 149-169, 1994.

KASCHKE, Sören. Tradition und Adaptation. Die "Divisio regnorum" und die fränkische Herrschaftsnachfolge. In: **Herrscher- und Fürstentestamente im westeuropäischen Mittelalter**. Hrsg. von Brigitte Kasten. Norm und Struktur 29. Köln, S. 259-289, 2008.

LEVILLAIN, L. L'avenement de la dynastie carolingienne et les origines de l'état pontifical 745-757, In: **Bibliothèque de l'école des chartes**. v. 94, p. 225-95, 1933.

LOT, F., C. PFISTER et F. L. GANSHOF. **Histoire du Moyen Âge. T. 1** : Les destinees de l'Empire en Occident de 395 à 888. Paris : Presses Universitaires de France, 1928.

MCKITTERICK, Rosamond. **Charlemagne: the Formation of a European Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **History and Memory in the Carolingian World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Political Ideology in Carolingian Historiography. In: **The Uses of the Past in the Early Middle Ages**. Ed. by Yitzhak Hen and Matthew Innes.

Cambridge, p. 162–174, 2000a.

_____. The Illusion of Royal Power in the Carolingian Annals. In: **English Historical Review** 115:460, p. 1–20, 2000b.

MORALES, Ambrosio de, OCAMPO, Florián de. **La coronica general de España**. En Alcala de Henares: En casa de Iuan Iñiguez de Lequerica, 1574.

MOSTERT, Marco, ed. **New Approaches to Medieval Communication**. Utrecht Studies in Medieval Literacy. Turnhout, 1999.

NELSON, Janet L. Charlemagne: pater optimus? In: **Am Vorabend der Kaiserkrönung: das Epos "Karolus Magnus et Leo papa"** und der Papstbesuch in Paderborn 799. Hrsg. von P. Godman, J. Jarnut und P. Johanek. Berlin: Akademie Verlag, S. 271–283, 2002.

_____. Public Histories and Private History in the Work of Nithard. In: **Speculum** 60.2, p. 251–293, 1985.

PIRENNE H. **Mahomet et Chalemagne**. Paris: Alcan, 1937.

REIMITZ, Helmut. Viri inlustres und omnes Franci: Zur Gestaltung der feinen Unterschiede in historiographischen und diplomatischen Quellen der frühen Karolingerzeit. In: **Urkunden – Schriften – Lebensordnungen. Neue Beiträge zur Mediävistik**. Hrsg. von Andreas Schwarcz und Katharina Kaska. Veröffentlichungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung 63. Wien, S. 123–150, 2014.

RICHÉ, Pierre. **The Carolingians: A Family who Forged Europe**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

_____. Le renouveau culturel a la cour de Pepin III, In: **Francia**, Bd. 2, p. 59–70, 1974.

SCHNEIDER, Reinhard. **Das Frankenreich**. 3. Aufl. Oldenbourg Grundriss der Geschichte 5. München: Oldenbourg, 1995.

SCHUTZ, Herbert. **The Carolingians in Central Europe, their History, Arts, and Architecture**: a Cultural History of Central Europe, 750-900. Leiden; Boston: Brill, 2004.

STAUBACH, N. 'Des grossen Kaisers kleiner Sohn': Zum Bild Ludwigs der Frommen in der älteren deutschen Geschichtsforschung. In: **Charlemagne's Heir**: New Perspectives on the Reign of Louis the Pious. Ed. by Peter Godman and Roger Collins. Oxford, p. 701-22, 1990.

THEGANUS. **Gesta Hludowici imperatoris**. Bd. 64. MGH SRG. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1995.

TISCHLER, Matthias M. Die "Divisio regnorum" von 806 zwischen handschriftlicher Überlieferung und historiographischer Rezeption. In: **Herrscher- und Fürstentestamente im westeuropäischen Mittelalter**. Hrsg. von Brigitte Kasten. Norm und Struktur 29. Köln, S. 193- 258 2008.

_____. **Einharts "Vita Karoli"**: Studien zur Entstehung, Überlieferung und Rezeption. Bd. 1. Schriften der Monumenta Germaniae Historica 48. Hannover: Hahnsche, 2001.

WATSON, William E. The Battle of Tours-Poitiers Revisited, In: **Providence**: Studies in Western Civilization. v. 2(1), p. 51-68, 1993.

WEINFÜFTER, Stefan. **Karl der Grosse**: Der heilige Barbar. München: Piper, 2015.

WHITE L. **Medieval Technology and Social Change**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

WOOD, I. N. Usurpers and Merovingian kingship. In:

Der Dynastiewechsel von 751. Vorgeschichte, Legitimationsstrategien und Erinnerung. Ed. by M. Becher and S. Dick. Münster: Scriptorium, p. 15–31, 2004.

_____. Misremembering the Burgundians. In: **Suche nach den Ursprüngen:** von der Bedeutung des frühen Mittelalters, Denkschriften, Österreichische Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-historische Klasse, Bd. 322. Ed. by Walter Pohl. Forschungen zur Geschichte des Mittelalters 8. Wien: Verlag der Oesterreichischen Akademie der Wissenschaften, p. 139–148, 2004.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Dmitri Starostin

starostin.dmitry@gmail.com
d.starostin@spbu.ru
Assistant Professor, The Institute of History
University of St-Petersburg
Mendeleevskaia linia, 5
Saint-Petersburg 199034
Russian Federation

RECEIVED IN: 10/15/2016 | APPROVED IN: 3/19/2017

Tradução Ilustrada: Imagens da História Universal inglesa e de suas edições europeias no século XVIII

Translated Images: The English Universal History and its European Translations in the Eighteenth-Century

André de Melo Araújo

RESUMO

Neste artigo apresentam-se as funções que se pode atribuir às imagens que acompanham – e necessariamente integram – os volumes de uma obra paradigmática da produção historiográfica iluminista, a *Universal History* e suas traduções europeias. Apesar do destaque dado à matéria nas folhas de rosto, a presença do material visual complementar aos cadernos de texto da *Universal History* tem sido parcialmente negligenciada pela crítica. Após analisar as funções do material visual impresso para as edições da série publicadas em língua inglesa, francesa e alemã, neste artigo mostra-se como a importância atribuída às imagens diminui gradualmente nos volumes adicionais da tradução francesa e, especialmente, da tradução alemã. Trata-se do momento em que essas edições expandem suas fronteiras para além daquelas delimitadas pelo projeto original inglês. Os motivos que justificam essa inflexão, sobretudo no caso alemão, resultam de mudanças estruturais no pensamento histórico e no mercado editorial à época do Iluminismo tardio.

ABSTRACT

This article examines the functions that can be attributed to the plates included in the volumes of a paradigmatic work of Enlightenment historiography, namely the *English Universal History* and its European translations. Despite of the importance given to the plates in the title pages of the series, its images have until now received scant attention. Based on the analysis of the functions of the printed visual material for the editions published in English, French and German, this paper shows how the importance of the images gradually declines in the new volumes of the French and the German editions. This shift may be explained by structural changes both in the universal historical thinking and in the editorial market of the German late Enlightenment.

PALAVRAS-CHAVE

Imagem, Historiografia iluminista, História universal

KEYWORDS

Image, Enlightenment Historiography, Universal History

Após passar as páginas nas quais se encontravam breves relatos sobre os mais recentes nascimentos e matrimônios ocorridos na cidade de Londres, os leitores do *The Gentleman's Magazine* poderiam acompanhar a evolução do preço do chá e do cardamomo, bem como se informar sobre os últimos lançamentos do mercado editorial inglês. Na seção dedicada às novidades livrescas, anunciava-se, na edição datada de abril de 1735 desse periódico, que o décimo segundo número da obra *An Universal History from the Earliest Account of Time to the Present* acabara de ser publicado. Com esse número, o primeiro volume da nova História Universal estaria, então, completo, não fosse um acidente de percurso. A situação inesperada e as medidas tomadas pelos editores para corrigir o problema foram assim descritas para o público ilustrado:

A circulação desse número foi adiada por algum tempo, pois tínhamos a pretensão de publicar, com [os cadernos de texto, também] os mapas, as gravuras, etc., mas uma vez que [as imagens] ainda não ficaram prontas [...], elas serão publicadas dentro de mais um mês, juntamente com a folha de rosto da série, o prefácio e o índice, para que possam, então, ser encadernadas com [o texto] do volume.¹

Dezesseis anos após a publicação do anúncio em Londres, em abril de 1751, Michael Mangold, encadernador da corte dos Hohenzollern em Ansbach, na Francônia, escreve uma carta destinada ao "Monsieur [Johann Justinus] Gebauer" (1710-1772), editor "très renom[m]é" na cidade de Halle, na Saxônia.² Já desde 1745, Mangold mantinha correspondência ativa com Gebauer,³ tanto por conta do interesse da corte protestante em uma nova edição dos escritos de Lutero, quanto por causa dos volumes referentes à tradução alemã da obra *An Universal History from the Earliest Account of Time to the Present*, editada por Gebauer. Em abril de 1751, Mangold já deveria ter encadernado o terceiro volume da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* (Tradução da História Universal) (AWH 1). Mas como percebera que deveria inserir entre as páginas impressas uma prancha faltante, escreveu para o editor em Halle, solicitando imediato envio da imagem ausente no lote.⁴ Apenas com todos os cadernos de texto e com as

1. No original: *This number has been delayed for some time upon a presumption that we should have been able to have published the Maps and Cuts etc. with it, but they (through an Accident), not yet being ready, will be published in a month's time, with the general title, preface and index, to bind up with the volume. The Gentleman's Magazine. v. V. London: E. Cave, 1735, p. 223. Todas as traduções foram feitas pelo autor deste artigo.*

2. *Stadtarchiv Halle (SAH), A 6.2.6 Nr. 2418 (Cx. 10), p. 1v.*

3. *SAH, A 6.2.6 Nr. 696a.*

4. *SAH, A 6.2.6 Nr. 2418 (Cx. 10), p. 1r.*

pranchas gravadas, o volume dos Hohenzollern poderia receber a costura e o couro.

Enquanto o anúncio público inglês de 1735 revela o descompasso entre a produção dos cadernos de texto e a impressão das imagens referentes ao primeiro volume de uma nova história universal, as correspondências privadas endereçadas ao editor alemão nas décadas seguintes abrem espaço para verificar falhas individuais na circulação do material traduzido da mesma série. Prova disso é que também outros assinantes e leitores da edição de Gebauer, como Benedict Hermann Holtorff, escrevem ao editor e livreiro com o objetivo de reivindicar o envio das gravuras ausentes. Holtorff relata que em seu exemplar do décimo terceiro volume da série faltavam um mapa e as gravuras referentes à Naumaquia de Domiciano (ou Anfiteatro naval) e ao Circo Máximo.⁵ “Eu não sei quem é o culpado por isso”, afirma Holtorff em 1753. “Entretanto, eu gostaria de solicitar [...] a inclusão [das pranchas faltantes] na remessa futura, referente aos exemplares do 14º volume”.⁶

Em um momento de expansão do mercado editorial europeu,⁷ a importância conferida por editores, encadernadores e leitores à presença de imagens adicionais aos cadernos de texto das histórias universais se reflete na estratégia comercial da Universal History e de suas traduções. As folhas de rosto dos primeiros volumes das edições inglesa, holandesa (HUH 2) e alemã informam a seus leitores que as páginas que seguem são parte integrante, respectivamente, de uma obra ilustrada com mapas, gravuras e tábuas cronológicas; de uma série enriquecida com as figuras e os mapas necessários; ou ainda de uma edição acrescida de novas imagens e mapas.

Apesar do destaque dado à matéria nas folhas de rosto, a presença do material visual complementar aos cadernos de texto da Universal History tem sido parcialmente negligenciada pela crítica.⁸ Ao procurar preencher essa lacuna de pesquisa, neste artigo apresentam-se tanto os modos de produção do material visual, quanto as funções que se pode atribuir às imagens que acompanham – e necessariamente integram – os

5. SAH, A 6.2.6. Nr. 5431 (Cx. 23), p. 1r.

6. No original: “Ich will aber hiermit gehorsamst bitten diesen gedoppelten Defect künfftig bey Übersendung der Exemplarien vom T. XIV. mit beyzulegen.” SAH, A 6.2.6. Nr. 5431 (Cx. 23), p. 1r.

7. Quanto à expansão do mercado editorial europeu ao longo do século XVIII, consulte-se, para os casos inglês e alemão, respectivamente, FEATHER 2007 e WITTMANN 2011.

8. Como exceção à regra, destaquem-se o acertado artigo de Anne-Marie Link (LINK 2006) e o livro de Marcus Conrad sobre a tradução alemã da História Universal inglesa (CONRAD 2010, p. 67-71). Anne-Marie Link igualmente destaca a importância das imagens conferida pelos editores na folha de rosto da publicação (LINK 2006, p. 178).

volumes de uma obra paradigmática da produção historiográfica iluminista.

Tendo em vista esse objetivo, deve-se, em um primeiro passo, analisar as características editoriais da *Universal History* para que se possa, posteriormente, descrever e tipificar o material imagético preparado para a edição inglesa. Ao explorar a interação entre os modos de representação do conhecimento histórico nas páginas impressas da publicação, procurar-se-á, em seguida, compreender como as imagens da *Universal History* foram reconfiguradas localmente por diferentes gravuristas. Dessa forma, pretende-se observar a função que elas cumprem não apenas nos volumes traduzidos, mas também no contexto do mercado editorial iluminista. Após analisar as funções do material visual impresso para as edições da *Universal History* publicadas em língua inglesa, francesa e alemã, este artigo mostra como a importância atribuída às imagens diminui gradualmente nos volumes adicionais das traduções francesa e alemã, especialmente. Trata-se do momento em que essas edições expandem suas fronteiras para além daquelas delimitadas pelo projeto original inglês. Os motivos que justificam tal inflexão serão explorados nas duas últimas seções deste artigo. Nelas, discute-se como as transformações por que passam sobretudo o projeto editorial de Gebauer resultam de mudanças estruturais no pensamento histórico e no mercado editorial à época do Iluminismo tardio.

Informação textual e representação visual na *Universal History*

A edição de uma nova história universal publicada em língua inglesa foi anunciada em periódicos londrinos a partir do ano de 1729 (ABBATTISTA 1985, p. 14). Os esforços financeiros de um conjunto de editores deveriam garantir a produção da série em cinco volumes impressos em formato *in folio*, aos quais foram acrescentados, até novembro de 1744, mais dois volumes. Uma vez que a edição de obras extensas no século XVIII exigia o represamento inicial de um grande

volume de capital – algo que poderia conduzir editores mais facilmente à falência do que os investimentos em publicações de rápida circulação (Cf. SUAREZ 2009, p. 60) –, implantou-se um sistema de venda de assinaturas para comercialização da *Universal History*. Dessa forma, os editores ingleses procuravam assegurar o financiamento contínuo da produção dos volumes antes mesmo da impressão dos cadernos de texto (ABBATTISTA 2001, p. 102), que, por sua vez, deveriam ser editados mensalmente, ainda que os números iniciais não tenham conseguido obedecer à periodicidade prevista. A despeito dos atrasos frequentes na impressão dos cadernos, o resultado comercial da publicação foi extraordinário: ao longo do século XVIII, a lista de assinantes da *Universal History* é numericamente inferior apenas àquela da Enciclopédia francesa (GRIGGS 2007, p. 228-229).

O sucesso imediato da série pode ainda ser mensurado a partir de outros resultados expressos em termos editoriais. Após a impressão dos sete primeiros volumes *in folio*, completados em 1744, segue-se uma segunda edição dos volumes já existentes (1747), bem como a confecção de 44 novos volumes *in-octavo* e 16 *in folio*, comercializados entre 1759 e 1765 (ABBATTISTA 1985, p. 18-19) com o intuito de ultrapassar a barreira cronológica a que se limita o texto da primeira edição, por sua vez dedicada apenas à história antiga dos povos bíblicos. Some-se a esses números a terceira edição da obra publicada ainda no século XVIII, as inúmeras edições piratas, bem como as diversas traduções da série inglesa que surgem rapidamente em todo o continente europeu. Dentre elas, destacam-se duas edições em língua francesa – a primeira delas publicada em Haia, a partir de 1732, e a segunda editada em Amsterdã e em Leipzig, inicialmente tomando-se por base o texto da publicação holandesa de Haia – e uma edição italiana, impressa em Veneza a partir de 1734.⁹ Pela datação das edições de Haia e de Veneza, percebe-se que as traduções eram feitas no ritmo da comercialização dos cadernos de texto, antes mesmo que os volumes fossem completados, uma vez que o décimo segundo e último número que integra o texto

9. Quanto ao vasto conjunto de traduções da obra inglesa publicado no século XVIII para as mais diversas línguas, consultem-se os seguintes levantamentos: ABBATTISTA 1985, p. 40-42; ABBATTISTA 2001, p. 100-101. Sobre a recepção da *Universal History* no mundo lusófono, considerando-se o contexto editorial cosmopolita do século XVIII e a história da publicação inglesa, consulte-se: RAMOS; ARAÚJO 2015.

do primeiro volume da obra circulou apenas em abril de 1735. Nesse mês, os editores informam à população letrada londrina que o primeiro volume da nova História Universal inglesa estaria completo apenas após a publicação tanto da folha de rosto, do prefácio e do índice, quanto das pranchas com as imagens. Como parte integrante do último conjunto de páginas impressas de cada volume, as folhas de rosto de todos os sete volumes da primeira edição *in folio* da *Universal History* informam aos leitores, retrospectivamente, que o material visual da obra pode ser classificado em mapas, gravuras, tábuas cronológicas e outras tábuas (cf. UH 1). Excluem-se, portanto, dessa tipologia – bem como igualmente da análise feita neste artigo – tanto os frontispícios, quanto os elementos visuais integrados à composição tipográfica do texto, como é o caso das vinhetas e das iniciais capitulares.¹⁰

Integram o material visual encadernado em meio às páginas de texto do primeiro volume da *Universal History* uma tábua genealógica, por meio da qual se apresenta, visualmente, a genealogia dos três filhos de Noé, nove pranchas com gravuras impressas, via de regra, em uma folha de papel de tamanho maior do que aquele das páginas de texto, de modo que as pranchas se encontram dobradas no volume encadernado e cada uma contém, frequentemente, mais de uma imagem, além de sete mapas (UH 1). Inseridas entre as páginas de texto numeradas com algarismos arábicos no primeiro volume, a tábua genealógica e os mapas representam, diagramaticamente, linhagens e territórios. Já as gravuras procuram, sobretudo, ilustrar o conteúdo textual da série. Trata-se ora de perspectivas arquitetônicas e plantas baixas de monumentos, ora de imagens que apresentam visões panorâmicas da paisagem urbana, ou ainda, em um único caso no primeiro volume, representam graficamente a distribuição espacial das doze tribos do antigo povo de Israel.

10. Anna-Marie Link apresenta uma análise competente do frontispício e das vinhetas da edição de Gebauer da *Universal History*. Cf. LINK 2006, p. 179-180.

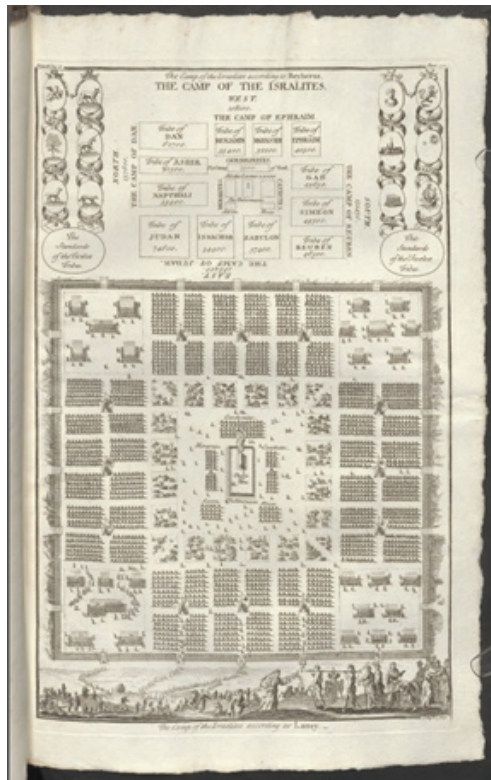


Imagem 1: "The Camp of the Israelites", in: UH 1, p. 550 [Österreichische Nationalbibliothek, ÖNB].

Relacionado a esta imagem, o texto da edição inglesa afirma que

RUBEM liderava [...] [um] destacamento, e seu campo [se localizava] ao sul; a sua tribo consistia em quarenta e seis mil e quinhentos homens, e *Simeão* com cinquenta e nove mil e trezentos, e *Gade*, com quarenta e cinco mil e seiscentos, marchou sob a sua bandeira [...].¹¹

A relação direta entre a informação textual e a representação visual da matéria histórica pode ser estabelecida, nesse caso, ao se destacarem as funções que as pranchas cumprem no conjunto da obra. Note-se, em primeiro lugar, que não há referências explícitas no texto à presença da prancha na série inglesa, de tal forma que se pode inferir que o caminho preferencial de produção da informação impressa na *Universal History* é do texto para a imagem; e não da imagem para o texto. Confirmam essa hipótese os atrasos na impressão das pranchas que justificam a circulação de um número adicional

11. No original: "REUBEN was at the head of the next body, and his camp on the south side; his tribe consisted of forty six thousand five hundred men, and Simeon with fifty nine thousand three hundred, and Gad, with forty five thousand six hundred fifty, marched under his banner; this body consisted of one hundred fifty one thousand four hundred and fifty". Cf. UH 1, p. 547.

ao primeiro volume após a distribuição dos cadernos de texto. No entanto, ao se observar a composição formal da gravura, destaca-se que as indicações de localização espacial das tribos, distribuídas entre as porções norte, sul, leste e oeste do espaço representado visualmente no papel, não obedece à lógica da orientação cartográfica. Por descuido do gravurista ou por dificuldade de composição da imagem, as porções leste e oeste encontram-se trocadas, ainda que a associação nominal aos grupos corresponda à informação textual. Quanto à possível dificuldade enfrentada pelo artista ao compor a imagem, ela pode ter origem no princípio segundo o qual se organiza a distribuição dos volumes no espaço planejado. As dimensões das formas geométricas localizadas na porção superior da gravura procuram representar, visualmente, a proporção numérica dos membros de cada tribo, de tal modo que as áreas maiores das formas impressas no papel indicam – ainda que imperfeitamente, do ponto de vista da escala – a superioridade numérica de um determinado grupo populacional. Assim, o esquema de representação visual das doze tribos dos israelitas acaba por traduzir em linguagem gráfica o conteúdo expresso no texto, sendo essa uma primeira perspectiva de exploração dos atributos morfológicos da imagem: o material visual da *Universal History* procura não apenas ilustrar seus temas, mas também reconfigurar, graficamente, a informação textual. Nesse caso, à imagem pode-se atribuir uma *função cognitiva*, uma vez que da forma de representação visual dos volumes no espaço é dada aos leitores a possibilidade de extrair conhecimento histórico. Já na parte inferior da gravura, as mesmas doze tribos encontram-se apenas distribuídas simetricamente dentro dos limites da área traçada pelo buril na prancha. Frente ao domínio do texto, a imagem cumpre, nesse caso, uma função *predominantemente ilustrativa* dos temas tratados no volume, sendo essa a função que prevalece frente à primeira, ao se observar o conjunto das imagens gravadas para integrar os sete volumes correspondentes à primeira edição da *Universal History*. Com isso, não se procura postular que as pranchas deixam de cumprir, simultaneamente, uma *função ornamental* ou mesmo *comercial* no contexto do

mercado editorial iluminista, como será observado mais à frente neste artigo. Mas é ao identificar o potencial cognitivo e o valor ilustrativo das imagens que se pode explorar a interação entre os modos de representação do conhecimento histórico nas páginas impressas da série inglesa.

Imagens figurativas e lacunas textuais

Considerando-se presença constante do material visual ao longo da publicação, os editores introduziram uma novidade a partir do quarto volume da série, a saber: adicionou-se aos elementos paratextuais da obra um índice nominal das imagens que deveriam ser inseridas entre as páginas de texto. O título do índice – “Contents of the Maps, Cuts, &c.” – expressa a tipologia do material visual impresso à parte de forma mais sintética: os encadernadores devem adicionar aos cadernos de texto sobretudo mapas e gravuras, sabendo-se que os mapas trazem, frequentemente, elementos figurativos da paisagem cartografada representados nos cantos inferiores ou superiores da área impressa. Encadernados no quarto volume, encontram-se dez mapas e quatro gravuras. Aqui, as imagens apresentam elevações arquitetônicas de monumentos e templos, assim como também hábitos pontificais, medalhas e mapas esquemáticos de Roma, com indicação alfabética de referentes geográficos conhecidos pela tradição histórica textual, como é o caso dos montes Palatino e Esquilino. Em uma das gravuras, a informação espacial é distribuída no papel em meio à presença de figuras humanas. Nesse caso, os homens cumprem o objetivo de apresentar aos leitores não um acontecimento histórico do qual, inclusive, eles se encontram deslocados temporalmente, mas o tema desenvolvido no texto das páginas subsequentes: a fundação de Roma.



Imagem 2: "A Second Plan of Rome...", in: UH 4, p. 432 [ÖNB].

A partir da primeira edição do quinto volume da *Universal History* (1740), subdividiu-se o índice das imagens nas duas categorias já anunciadas no volume anterior. De acordo com a "A Table of the Maps in the Fifth Volume" e "A Table of the Cuts in the Fifth Volume", os leitores podem encontrar ao longo das páginas do novo volume seis mapas, com a indicação da página de referência já apresentada no índice, e sete gravuras. Note-se que o último índice não apresenta as páginas de referência das imagens e omite a presença de uma delas. Tais lacunas na informação expressam o descompasso existente entre as etapas de produção dos materiais textual e imagético, de modo que a presença de imagens na obra parece representar – nesse momento da série – mais uma estratégia comercial do editor, do que uma necessidade de ordem cognitiva e deliberadamente expressa pelos autores no corpo do texto.

Veja-se que aos cadernos de texto do sexto volume da *Universal History*, completado no ano de 1742 (UH 6), os editores acrescentaram dois mapas e três gravuras. Nas

pranchas figurativas, encontram-se perspectivas arquitetônicas de monumentos, bem como a representação gráfica tanto de modelos de pilares, quanto do mecanismo de elevação de obeliscos na Antiguidade romana, por sua vez descritos no texto da obra (UH 6, p. 299). Nesse caso, a relação que se estabelece, no interior da série, entre a informação textual e aquela de ordem imagética aponta mais uma vez para preeminência hierárquica do texto sobre a imagem: a gravura em metal obedece à transposição visual da informação textual. No entanto, em um caso raro entre todos os sete volumes da primeira edição da *Universal History*, os autores do último número da série, publicado em 1744 (UH 7), fazem referência direta tanto à descrição verbal de um templo gaulês apresentada em nota, quanto à gravura que acompanha a passagem. Trata-se da única imagem figurativa adicionada ao volume, acompanhado ainda de cinco mapas das regiões abordadas nos cadernos de texto e de três tábuas genealógicas impressas em grande formato. A prancha na qual o templo de Montmorillon encontra-se impresso traz, simultaneamente, seus cortes, perspectiva arquitetônica e planta baixa, bem como a representação das esculturas presentes na fachada. O texto anuncia:

Para um outro relato sobre essas edificações famosas, deveremos remeter nossos leitores ao [texto dos] dois últimos autores citados, uma vez que não poderemos nos alongar muito mais nessa seção. Deveremos nos contentar em apresentar para os leitores uma breve descrição de uma das mais curiosas [dessas edificações] na próxima nota (K) e [na próxima] imagem, por meio das quais se pode ter uma ideia do que foi o gosto *gaulês* na arquitetura.¹²

12. No original: "We shall refer our readers to the two authors last quoted for a further account of those famous edifices, that we may not draw this section into an excessive length, and content ourselves with giving them a short description of one of the most curious of them in the next note (K), and figure, by which they may frame an idea of the Gaulish taste in architecture." UH 7, p. 352-353.

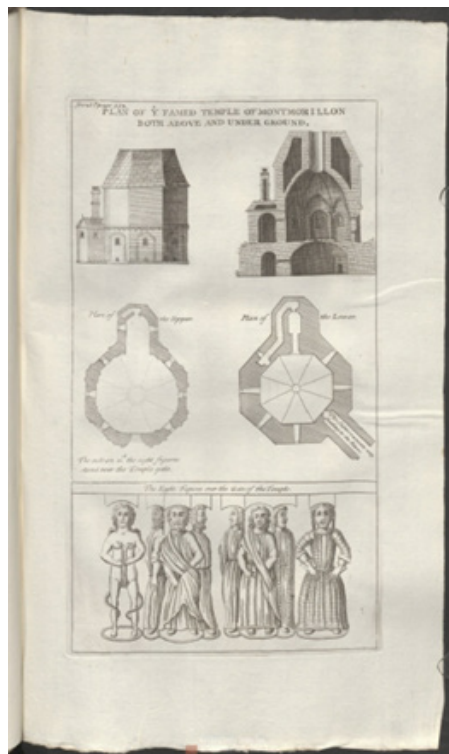


Imagem 3: "Plan of y[e] famed Temple of Montmorillon...", in: UH 7, p. 352 [ÖNB].

Nesse caso excepcional em toda a série, a imagem ganha importância, ao suplantando uma lacuna existente no corpo do texto principal, paralelamente sanada pela descrição verbal assinalada em nota – por exemplo, das esculturas presentes na fachada do templo – e pelo acúmulo de informação visual que a prancha apresenta ao dispor, lado a lado, cortes e elevações externas e internas do monumento. É certo que, para além dos mapas e das tábuas genealógicas, as imagens figurativas da *Universal History* podem ser fonte de informação histórica, uma vez que exploram os atributos morfológicos dos volumes gravados pelo buril ou ainda procuram suplantando explícita e intencionalmente eventuais lacunas presentes no texto. Entretanto, esse não é o padrão dominante das funções que as imagens cumprem ao longo da história da publicação inglesa. Com o objetivo de reforçar a definição de tal padrão, procura-se identificar, no próximo passo, os procedimentos adotados no processo de reconfiguração visual das pranchas adicionais da *Universal History* por ocasião da preparação de suas traduções europeias.

A busca pela reconfiguração imagética perfeita

Ao constatar a ausência de uma das pranchas que deveria constar do 13º volume da tradução alemã da *Universal History*, Benedict Hermann Holtorff solicita ao editor Gebauer, como já sabemos, o envio das imagens referentes à Naumaquia de Domiciano e ao Circo Máximo.¹³ Na primeira edição *in folio* da série inglesa, as duas imagens foram impressas em uma única prancha. No canto inferior direito da gravura, identifica-se a autoria da matriz de impressão londrina: *I. [James] Basire sculp[ist]*.



13. SAH, A 6.2.6. Nr. 5431 (Cx. 23), p. 1r.

Imagem 4: "The Great Circus... / Domitian Naumachia", in: UH 5, p. 660 [ÖNB].

Comparando-se essa prancha com as imagens encomendadas para acompanhar o texto das edições publicadas *in-quarto* em língua francesa e alemã, percebem-se algumas diferenças na composição da cena, para além das variações relativas às dimensões do papel e da mancha, à informação

textual e à identificação de autoria. Em primeiro lugar, as novas pranchas apresentam os dois monumentos da Antiguidade em páginas distintas. Além disso, no caso das imagens referentes ao Circo Máximo, tanto a gravura impressa para a edição em língua francesa publicada em Amsterdã e em Leipzig quanto aquela encomendada por Gebauer na Saxônia encontram-se invertidas, tomando-se por referência a composição da imagem inglesa. Desse modo, ganha força a hipótese segundo a qual as imagens produzidas para as traduções francesa e alemã foram replicadas pelo buril a partir de uma gravura já impressa. Em segundo lugar, ao se observar, sobretudo o caso da Naumaquia de Domiciano, pode-se afirmar que os artistas contratados para ilustrar as duas traduções anteriormente identificadas imprimiram mais drama às ações por eles gravadas na chapa metálica com o buril do que James Basire o fizera,¹⁴ ainda que todas elas procurem fazer do leitor um expectador presente das cenas passadas.

14. Cf. HAU 10;
AWH 13.



Imagem 5: "Der grosse Circus", in: AWH 13, p. 159.



Imagem 6: "Naumachie de Domitien", in: HUA 10, p. 214.



Imagem 7: "Domitiani Naumachia", in: AWH 13, p. 190.

Partindo dessa primeira situação comparativa, abrem-se dois caminhos possíveis de análise. O primeiro deles é de ordem iconográfica, enquanto que o segundo é predominantemente de natureza bibliográfica.

Nas edições em língua inglesa, francesa e alemã da *Universal History* pode-se identificar a mesma referência imagética que, por sua vez, remonta a uma tradição de representação visual dos monumentos da Antiguidade romana ao longo da

Idade Moderna. Nesse sentido, a imagem do Anfiteatro Naval integrada, por exemplo, à obra *De ludis circensibus* de Onofrio Panvinio, ou ainda aquela inserida entre as páginas da obra *Splendore Dell'Antica e Moderna Roma* de Giacomo Lauro, pertencem claramente à tradição iconográfica a que se pode filiar a gravura de James Basire (PANVINIO 1600, p. 110; LAURO 1641, p. 86r).

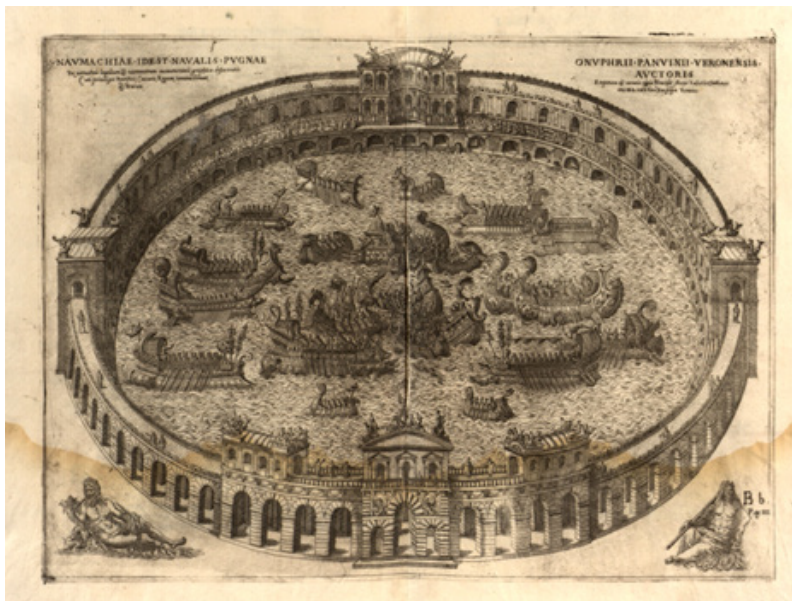


Imagem 8: "Naumachiae...", in: PANVINIO 1600.

É certo que a obra de Panvinio se associa ao início da cultura antiquarianista na Idade Moderna (MILLER 2012, p. 256), cuja tradição iconográfica exerce forte influência na produção das novas pranchas encomendadas para a edição da *Universal History* impressa em Amsterdã e Leipzig, assim como também para a tradução editada por Gebauer, tal como será analisado na próxima seção deste artigo. Mas já no caso da primeira edição *in folio* da série, vale notar que imagens semelhantes àquelas gravadas para ilustrar os volumes da *Universal History* encontram-se impressas em outra série monumental que circulou no início do século: *L'Antiquité expliquée, et représentée en figures*, de Bernard de Montfaucon (MONTFAUCON 1719). Com base em argumentos difundidos por antiquarianistas no início do século XVIII, Montfaucon aceita, inclusive, associações

iconográficas posteriormente identificadas como errôneas.¹⁵ Por enquanto, destaque-se apenas que o caminho analítico que opera com séries documentais dispostas diacronicamente nos informa que a produção de imagens na Idade Moderna se vale frequentemente da reconfiguração de um repertório iconográfico estabelecido ao longo dos séculos, de tal forma que a autoridade da informação visual repousa sobre uma cadeia autorreferente. Nesses casos, o trabalho de composição da imagem não reflete necessariamente o resultado da observação empírica direta dos objetos e monumentos representados.

O segundo caminho de análise abre espaço para se estudar menos as referências iconográficas externas e cronologicamente anteriores à primeira impressão da *Universal History*, e mais as relações visuais internas ao conjunto de edições e traduções da obra inglesa. Essa proposta reflete a escolha metódica deste artigo e não invalida os resultados do primeiro caminho de análise. Assim, ao explorar o caminho comparativo das edições e traduções da *Universal History*, tem-se por objetivo explicitar as funções que as pranchas ocupam em um empreendimento editorial de dimensão europeia.

A replicação das pranchas da primeira edição da *Universal History* é uma marca de diversos projetos editoriais europeus de tradução – por vezes revista e ampliada – da publicação londrina. Dentre as imagens figurativas que integram o primeiro volume da obra inglesa e que se encontram presentes em mais de uma edição europeia, destaca-se, paradigmaticamente, a gravura por meio da qual se representa o templo de Balbeck.

15. Esse é o caso, por exemplo, da relação estabelecida entre as esculturas românicas da capela octagonal do tempo de Montmorillon (cf. Imagem 3) com relíquias druidas, relação reproduzida nas pranchas da *Universal History*. Cf. WOOD 2008, p. 372.

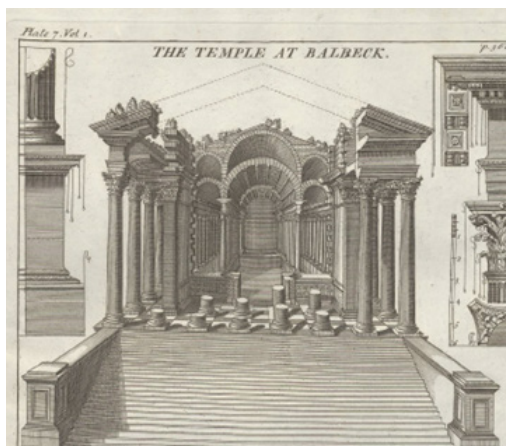


Imagem 9: "The Temple at Balbeck", in: UH 1, p. 366 [ÖNB].

Na edição impressa em língua francesa em 1738 na Holanda, a imagem que representa o mesmo templo surge no primeiro caderno do segundo volume, em função do número mais reduzido de páginas por volume da tradução (HUA 2, p. 6). Nesse caso, a mesma chapa metálica foi utilizada para imprimir a prancha da edição publicada igualmente em língua francesa em Amsterdã e em Leipzig, uma vez que os primeiros volumes desta edição reproduzem não apenas as imagens, mas igualmente o texto da tradução de Haia.

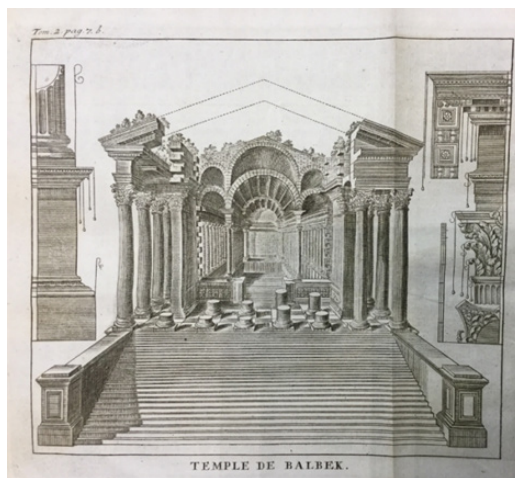


Imagem 10: "Temple de Balbek", in: HUA 2, p. 6.

Já na publicação alemã, que toma por base não apenas o texto e as imagens da *Universal History*, mas também aquelas da edição holandesa, o segundo volume comercializado por Gebauer em 1745 anuncia, no índice de gravuras, a presença de uma imagem do templo de Balbeck.



Imagem 11: "Tempel zu Balbeck", in: AWH 2, p. 152.

As gravuras em metal encomendadas para figurar nas edições em língua inglesa (1735), francesa (1738/1742) e alemã (1745) são, à primeira vista, idênticas. No entanto, para além das dimensões da imagem impressa e das indicações textuais, pequenas diferenças identificadas nos traços do buril provam que se trata de imagens compostas por três gravadores distintos. Os artistas contratados para produzir as pranchas das edições holandesa e alemã tinham claramente por objetivo apresentar uma reconfiguração perfeita da imagem inicialmente gravada por J. Mynde, o qual, por sua vez tivera por referência uma das pranchas presentes na obra *L'Antiquité expliquée, et représentée en figures*, de Bernard de Montfaucon, assim como também já fora o caso, pelo menos, das imagens referentes à Naumaquia de Domiciano e ao Circo Máximo.¹⁶

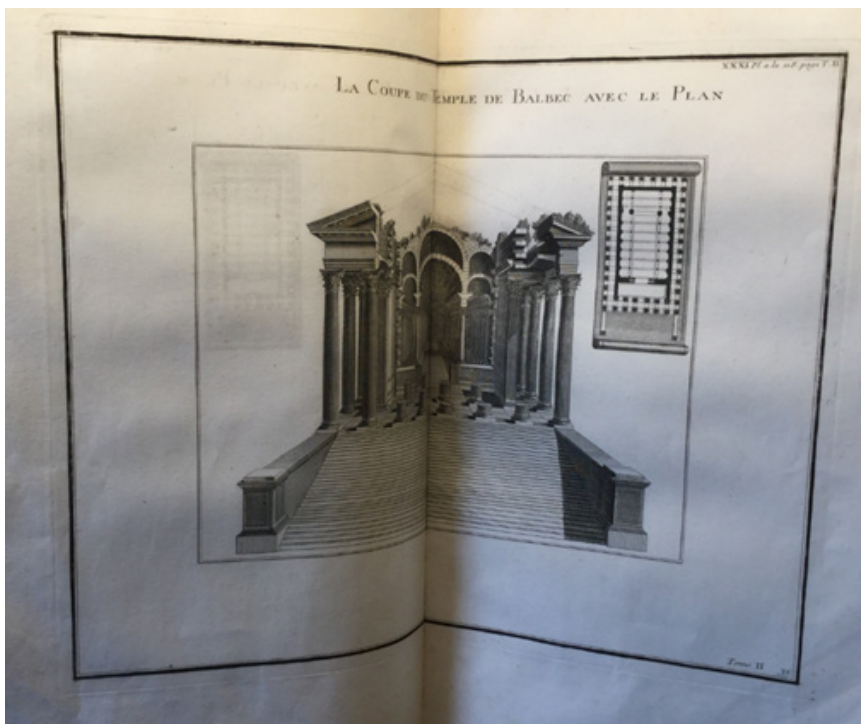


Imagem 12: "La Coupe du Temple de Balbec avec le Plan", in: MONTFAUCON 1719, v. 2, Parte 1, Prancha XXXI.

No entanto, ao se explorar as relações visuais internas ao conjunto de edições da obra inglesa, destaca-se que esse princípio de produção das imagens gravadas para as traduções da *Universal History* confirma-se em diversos casos, como nas pranchas por meio das quais a curiosidade dos leitores

16. Há diferenças significativas entre as imagens publicadas na obra de Montfaucon e aquelas impressas na *Universal History*. *Modificações* também ocorrem na representação do tempo de Balbeck, uma vez que a prancha da *Universal History* acrescenta detalhes dos pilares presentes em uma prancha anterior do título *L'Antiquité expliquée, et représentée en figures*. Cf. MONTFAUCON 1719, v. 3, Parte 2, Pranchas CLIX (Circo Máximo) e CLXXIV (Naumaquia de Domiciano). A partir da obra de Montfaucon, o gravador da *Universal History* conjuga elevações distintas do monumento em uma única imagem que, por sua vez, passa a ser copiada pelos gravuristas das traduções europeias.

é apresentada, visualmente, às pirâmides do Egito. Após uma comparação sistemática entre as pranchas inglesa, holandesa e alemã, identificam-se, também nesse caso, pequenas diferenças em meio ao mesmo esquema representativo (cf. UH 1, p. 192; HUA 1, p. 338; AWH 1, p. 390).

Diferentemente do que ocorre no estudo iconográfico, à perspectiva bibliográfica de comparação das pranchas da *Universal History* e de suas traduções não tem por objetivo principal analisar em diacronia o repertório visual de uma série de imagens alinhada ao fenômeno europeu de exploração e difusão visual do mundo antigo (cf. ARNOLD; BENDING 2003). A partir da disposição diacrônica do material, interessa sobretudo identificar os traços que denotam a busca pela identidade estrutural perfeita de um projeto editorial cosmopolita de difusão do conhecimento.¹⁷ Assim, uma das funções precípuas das pranchas que acompanham as edições da *Universal History* é ampliar o interesse do público ilustrado europeu por uma nova história universal e garantir, também no caso de suas traduções, a identidade visual de toda a série. No entanto, também essa função deve ser posta à prova na próxima seção deste artigo, que focaliza não apenas as semelhanças, mas, sobretudo, as diferenças entre as edições comercializadas no século XVIII, como traduções cuidadosamente revisadas, ampliadas e acrescidas de novas gravuras e mapas.

17. Fania Oz-Salzberger define as práticas de tradução no século das Luzes como a ferramenta de um novo Iluminismo cosmopolita. Cf. OZ-SALZBERGER 2014, p. 50. Destaque-se, ainda, o estudo pioneiro de Anne-Marie Link (LINK 2006) que analisa o material visual da edição alemã da *Universal History* como parte integrante de um projeto cosmopolita de tradução e expansão editorial da obra inglesa.

Prova material na edição alemã da *Universal History*

A primeira folha de rosto composta para a edição alemã da *Universal History* apresenta o resultado do novo empreendimento editorial de Gebauer como uma tradução da obra inglesa. Todavia, ainda se informa na mesma página impressa que a edição alemã tanto segue acompanhada das notas originalmente preparadas para a edição holandesa, quanto fora acrescida de novas gravuras e mapas (AWH 1). Dentre elas, destaca-se a imagem na qual se indica, com o auxílio gráfico de uma escala espacial numérica, a localização

de monumentos, por exemplo, em solo egípcio.¹⁸ Eis que a planta situacional encomendada por Gebauer para o primeiro volume da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* – sem correspondência com as imagens gravadas para as edições em língua inglesa e francesa – faz alusão explícita à situação arqueológica presente do monumento, bem como às técnicas de mensuração e de representação da orientação cartográfica das construções no espaço. Desse modo, a disposição dos volumes na prancha destaca a condição presente dos vestígios do passado – em detrimento da revivificação de cenas e monumentos pretéritos frente aos olhos do leitor – e procura dimensioná-los com precisão científica. Esse modo de configuração gráfica da informação no papel caracteriza, segundo Anne-Marie Link, o estilo documentário das gravuras impressas para a edição de Gebauer; estilo que se contrapõe às características formais das imagens as quais apresentam uma visão cênica dos monumentos do passado (LINK 2006, p. 185-186).

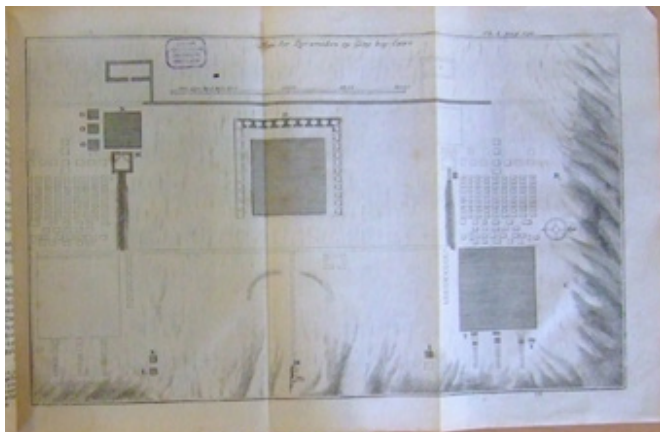


Imagem 13: "Plan der Pyramiden zu Gize bei Cairo", in: AWH 1, p. 592.

Ao se observar as novas pranchas encomendadas por Gebauer para a tradução alemã, verifica-se a importância crescente dada à reprodução gráfica tanto de fontes textuais da pesquisa histórica, quanto também daquelas de ordem material.¹⁹ Sobretudo para os casos em que a documentação escrita era escassa ou de difícil decifração, destaca-se, na

18. Note-se, por exemplo, que na representação das pirâmides egípcias na obra de Montfaucon não se adota o uso de uma escala espacial. Cf. MONTFAUCON, 1719, v. 5, Parte 2, Prancha CXXXIV.

19. A ênfase na evidência material no contexto de "criação de um currículo para as ciências auxiliares da história (historische Hilfswissenschaften)" tem sido recentemente abordada pela historiografia, conferindo-se destaque ao trabalho de Johann Christoph Gatterer. Cf. MILLER 2012, p. 245.

pesquisa histórica da Antiguidade, a condição material de monumentos e artefatos de culturas pretéritas.²⁰ Desse modo, referências visuais explícitas a fontes materiais da pesquisa histórica encontram-se distribuídas ao longo dos volumes editados por Gebauer. Esse é o caso, por exemplo, de uma prancha exclusiva da tradução alemã e por meio da qual se reproduz objetos encontrados em escavações – objetos referenciados no texto do décimo sétimo volume da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* e identificados, individualmente, por meio dos números arábicos que constam da legenda inserida imediatamente abaixo do índice das imagens.

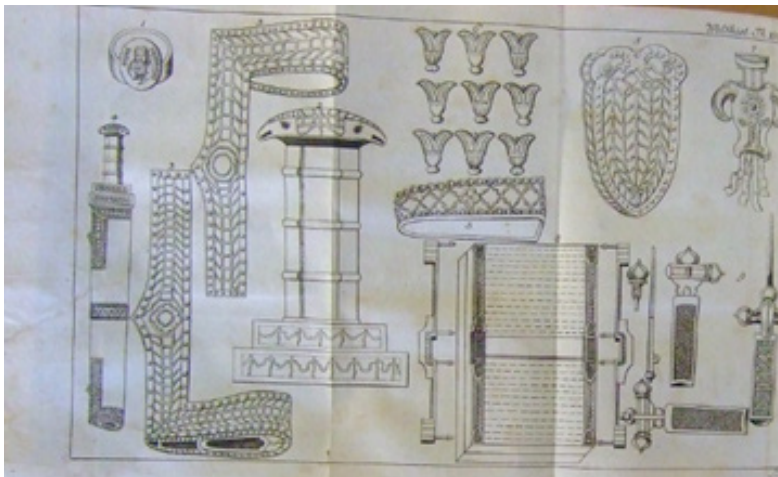


Imagem 14: (sem título), in: AWH 17, p. 434.

As diferenças entre as traduções da série inglesa não se verificam apenas nas ampliações e correções do texto, mas também na reprodução ou na produção das imagens. A publicação impressa em Amsterdã e em Leipzig, em língua francesa, apresenta gravuras adicionais de divindades adoradas pelos gauleses ou de templos relacionados à história dos povos árabes (cf. HUA 13; 16). Para diferenciar a tradução alemã das diversas edições da *Universal History* já disponíveis no mercado de livros do século XVIII, Gebauer introduz duas novidades ao índice das imagens a partir do quarto volume da série germânica, publicado em 1746, a saber: a presença de um asterisco com o qual sinalizam-se as gravuras inéditas, e a adição de um novo tipo de imagem, qual seja, a reprodução de textos epigráficos.

20. Nesse sentido, consulte-se o estudo de Peter Burke sobre o movimento antiquário europeu ao longo da Idade Moderna. Cf. BURKE 2003, p. 283-286. Cf. também: SILVEIRA 2016, p. 59 e 66.

As imagens inéditas procuravam reproduzir visualmente, nas novas pranchas gravadas em metal, inscrições deixadas por povos da Antiguidade. Desse modo, a ênfase à condição material de textos do passado estimulada pelas práticas antiquarianistas (Cf. LALLA 2003, p. 12) também ganha espaço nas novas imagens da série. A esse grupo de imagens, somam-se ainda as inscrições presentes em moedas que já ilustravam as edições inglesa e holandesa da *Universal History*. Ainda que a ênfase na realidade material do passado possa encontrar forte apoio na documentação textual,²¹ as pranchas adicionais da série alemã revelam diferenças significativas quanto à natureza da informação visual apresentada àqueles interessados na leitura de uma nova história universal. Tais diferenças sinalizam a influência simultânea tanto de práticas antiquarianistas que conferem valor crescente ao testemunho das imagens (cf. BURKE 2003, p. 279), quanto do método histórico na representação visual da matéria histórica. E uma vez que os volumes da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* conferem importância crescente à condição de prova material das fontes documentais da história universal, opõem-se, frente ao conjunto das pranchas impresas para a edição alemã, (1) as imagens que ilustram o tema a ser desenvolvido nos volumes e não foram objeto da crítica histórica por que passara o texto nas edições traduzidas e (2) aquelas compostas com o objetivo de apresentar visualmente a condição material do objeto retratado, de modo a funcionar, aos olhos do leitor, como evidência para o discurso histórico.²² Observando-se tal oposição, pode-se acompanhar a mudança de funções associadas ao material visual gravado especialmente para a edição de Gebauer. Com o objetivo de destacar as funções que essas imagens cumprem no pensamento histórico universal e no mercado livresco à época das Luzes, na última seção deste artigo exploram-se os dois pontos de inflexão na história editorial de uma tradução ilustrada.

Funções das imagens na *Universal History* e na *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie*

Ao final da década de 1750, os leitores da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* podiam constatar uma dupla

21. Consulte-se a análise apresentada por Peter Miller da obra de Rosinus. Cf. MILLER 2012, p. 256.

22. Trata-se, nesse caso, da representação visual da evidência material, e não da evidência associada à tradição retórica. Sobre o conceito de evidência, consulte-se: MÜLLER 2007.

mudança assinalada na folha de rosto da série alemã. Em primeiro lugar, a coordenação da tradução do décimo nono volume da obra, comercializado em 1759, não trazia mais a assinatura do professor de teologia em Halle Siegmund Jacob Baumgarten, mas aquela de seu aluno Johann Salomo Semler (AWH 19). Enquanto que a morte de Baumgarten impusera ao editor uma mudança inevitável na condução dos trabalhos de tradução da *Universal History*, uma segunda transformação se aliava, simultaneamente, à primeira: ao recompor a folha de rosto da série, Gebauer deixa de anunciar a presença das pranchas gravadas para a publicação. Sintomaticamente, as informações editoriais impressas referentes a aspectos do tratamento verbal e da representação visual do conhecimento histórico se modificam, ao mesmo tempo, no momento que marca o primeiro ponto de inflexão na história editorial da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie*.

O momento de publicação da tradução alemã que antecede a coordenação de Semler é aqui identificado como a primeira fase da história da edição de Gebauer, caracterizada pela presença de um número comparativamente alto de pranchas. Em termos quantitativos, essa característica pode ser verificada no gráfico, reproduzido a seguir, que apresenta o número de pranchas com imagens adicionais impressas na *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* ao longo dos anos.

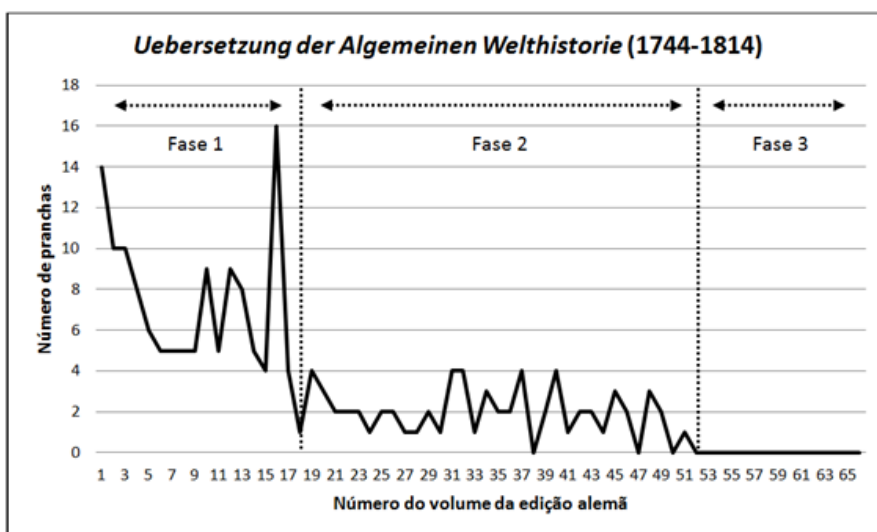


Imagem 15: Número de pranchas com imagens adicionais produzidas para acompanhar os volumes da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* (1744-1814).

No gráfico, destaca-se não apenas a diminuição do número de pranchas que integram os volumes da tradução alemã publicados após a morte de Baumgarten, mas também uma segunda fase de retração igualmente relacionada à presença das imagens. Esse segundo momento de reorganização do texto e das imagens da série resulta de fortes críticas feitas à publicação, sobretudo por professores de história ligados à Universidade de Göttingen – importante centro universitário de nova fundação no Sacro Império Romano Germânico. Entre os professores de história em Göttingen, defendia-se a tese segundo a qual as obras de história universal deveriam se apoiar no tratamento metódico de crítica das fontes e apresentar uma narrativa sintética, em detrimento do procedimento narrativo que simplesmente agrega informações de modo desconectado (cf. PETERS 2005, p. 113). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que considerava a edição de Gebauer como “uma das mais importantes e valiosas obras do [...] século”, o catedrático de História em Göttingen, Johann Christoph Gatterer, definia a *Universal History* como “um *arquivo histórico* geral”, como “um *Corpus historicum* que pode ser útil não apenas para leitura, mas sobretudo para consulta.”²³ A utilidade “sobretudo para consulta” da obra histórica destaca o caráter aglutinador – e não sintético – de sua narrativa. Note-se, nesse momento da história da edição de Gebauer, a inexistência de pranchas com imagens predominantemente figurativas. Assim, as transformações por que passam não apenas o texto, mas também as imagens da *Universal History* e de suas traduções europeias apresentam sinais inequívocos de mudanças estruturais relativas ao método e aos modos de representação do conhecimento histórico iluminista. E é ao sistematizar as funções que as imagens cumprem ao longo da história da publicação que essas mudanças estruturais ganham contornos mais nítidos.

Nas pranchas adicionais originalmente gravadas para a *Universal History*, predomina claramente a *função ilustrativa*. Ao apresentar visualmente o tema desenvolvido nas páginas de texto da publicação seriada, tanto as imagens produzidas

23. “J. C. Gatterer vom *historischen Plan...*”, *Allgemeine historische Bibliothek*, v. 1. Halle: Gebauer, 1767, p. 15-89, p. 68: “[...] es ist ein *allgemeines historisches Archiv*, ein *Corpus historicum*, das man nicht sowol zum Lesen, als vielmehr zum Nachschlagen mit Nutzen gebrauchen kann.”

para a primeira edição *in folio* inglesa, quanto aquelas que resultam da recomposição gráfica das pranchas originais feitas para as traduções europeias da obra – as réplicas –, cumprem essencialmente essa função. No entanto, uma vez que as funções que se pode atribuir às imagens integrantes dos volumes da publicação não são necessariamente excludentes, é certo que se pode identificar nas mesmas pranchas uma *função ornamental*, à qual ainda se pode associar uma *função comercial*. Todavia, dois grupos de imagens divergem do padrão dominante. Do primeiro grupo fazem parte as raras pranchas que não se encontram subordinadas à hegemonia da informação textual no conjunto da *Universal History*, sendo capazes de veicular, por meio dos atributos morfológicos da imagem, informação histórica não apenas referente à época em que foram produzidas, mas também àquela a que o volume se dedica. Nessa mesma linha, destacam-se as gravuras que fazem parte do segundo grupo de imagens divergentes do padrão dominante, o qual é, por sua vez, composto pelas pranchas que resultam das práticas de tradução revista e ampliada dos conteúdos textual e visual da série. O material visual produzido adicionalmente para a *Histoire Universelle* e, destacadamente, para a *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie* encontra afinidade tanto com o repertório iconográfico associado às práticas antiquarianistas, quanto com os procedimentos da pesquisa documental balizada pelo método histórico-crítico. Assim, esse conjunto de imagens confere valor à condição material presente da documentação do passado, de forma a funcionar como evidência para o modo de representação textual do conhecimento histórico.

As transformações pelas quais o discurso histórico universal passa ao longo da segunda metade do século XVIII devem ser estudadas, portanto, não apenas considerando-se o texto, mas também as imagens que integram os volumes comercializados no período. Se, na primeira fase da história da publicação da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie*, tal como identificada no gráfico reproduzido anteriormente neste artigo, havia uma dupla preocupação editorial de, por um lado, promover a identidade visual da série e, por outro,

marcar as gravuras inéditas da nova tradução, a presença comparativamente alta de pranchas impressas responde a essa dupla demanda. Uma vez que a edição de Gebauer – assim como também é o caso da edição em língua francesa publicada em Leipzig e em Amsterdã – deixa de se apresentar como uma tradução da *Universal History* e passa a responder às críticas feitas à publicação, a profusão de imagens predominante ilustrativas perde, parcialmente, importância. Isso se explica, na verdade, pela conjunção de quatro fatores.

É certo que a diminuição – ou a completa eliminação – das pranchas impressas à parte tem um impacto significativo no custo geral de produção dos volumes impressos, por sua vez relegados, ao longo das últimas décadas do século XVIII, à condição de obras destinadas sobretudo à consulta. Diversas são as correspondências comerciais conservadas no arquivo da editora referentes aos custos de produção e impressão das pranchas adicionais da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie*. Entretanto, para além de (1) questões de ordem econômica, a função predominantemente ilustrativa desempenhada pelo material visual da publicação não responde a uma transformação mais profunda tanto do pensamento histórico universal, quanto do mercado editorial do Iluminismo tardio. Séries extensas, com volumes dedicados às particularidades desconectadas das histórias locais, deixam de ser prioritárias no período, de tal forma que o principal desafio historiográfico se desloca, nesse momento, da ilustração curiosa de um mundo distante e parcialmente desconhecido dos leitores (cf. CONRAD 2010, p. 183), para o presente conectado de um sistema das nações.

Sendo um sistema algo de difícil representação figurativa, registram-se, para além dos volumes da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie*, uma série de tentativas de autores ligados à Universidade de Göttingen de representar, visualmente, a sincronia de um sistema das nações.²⁴ A linguagem visual desse esforço é fortemente diagramática, de modo que as representações figurativas perdem espaço. Além

24. Dentre as tentativas de representação de um sistema sincrônico das nações, destacam-se aqueles propostos por Johann Christoph Gatterer e por August Ludwig Schlözer, ambos colaboradores da série editada por Gebauer. Sobre essas tentativas, consulte-se ARAÚJO 2015b.

disso, do ponto de vista da história do conhecimento, as décadas finais de publicação da ampliação alemã da *Universal History* se veem igualmente marcadas pela (2) crescente atomização da cultura acadêmica em disciplinas especializadas, de forma que a observação etnográfica e as práticas arqueológicas se acomodam em campos disciplinares com contornos mais precisos. O objeto do conhecimento histórico universal perde, portanto, parte de seu potencial figurativo quando (3) desloca seu foco da observação para a conexão sistemática de unidades políticas (cf. ARAÚJO 2012, p. 216-218). Os gravadores, no entanto, ocupavam-se no mercado editorial alemão com a demanda crescente por dramas literários ilustrados nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, período durante o qual a procura por imagens gravadas com o objetivo de acompanhar o texto histórico acadêmico diminuiu sensivelmente (MAURER 2013, p. 116), como se verifica na história da edição de Gebauer. Nota-se, nesse momento, (4) uma mudança de paradigma estético das obras acadêmicas impressas, uma vez que autores, editores e impressores procuram aproximá-las, visualmente, da simplicidade clássica (cf. KILLIUS 1999, p. 234). Assim, as traduções ilustradas da *Universal History* e, em particular, o caso da *Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie*, são uma expressão significativa da forma por meio da qual os parâmetros epistemológicos e os modos de representação e apresentação visual do conhecimento histórico iluminista se integram na página impressa. É essa integração que se configura como objeto de estudo privilegiado da história da historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBATTISTA, Guido. The Business of Paternoster Row: Towards a Publishing History of the 'Universal History' (1736-65). **Publishing History**, n. 17, p. 5-50, 1985.

_____. Un dibattito settecentesco sulla storia universale (Ricerche sulle traduzioni e sulla circolazione

della Universal History). **Rivista Storica Italiana**. Anno CI, Fascicolo III. Napoli: Edizioni scientifiche italiane, p. 614-695, 1989.

_____. The English Universal History: Publishing, Authorship and Historiography in an European Project (1736-1790). **Storia della Storiografia**, n. 39, p. 100-105, 2001.

ARAÚJO, André de Melo. **Weltgeschichte in Göttingen: Eine Studie über das spätaufklärerische universalhistorische Denken, 1756-1815**. Bielefeld: transcript, 2012.

_____. A verdade da crítica. O método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. **História da Historiografia**, n. 18, p.93-109, 2015a.

_____. Imagens da simultaneidade e os impasses da narrativa. O caso da Synopsis historiae universalis (1766) de Johann Christoph Gatterer. **Tempo**, v. 21, n. 38, p. 1-24, 2015b.

ARNOLD, Dana; BENDING, Stephen. Introduction. Tracing Architecture: the aesthetics of antiquarianism. In: _____. (eds.). **Tracing Architecture: The Aesthetics of Antiquarianism**. Malden: Blackwell, 2003, p. 1-10.

AWH – **Uebersetzung der Allgemeinen Welthistorie**. Halle: J. J. Gebauer, 1744-1814.

BURKE, Peter. Images as Evidence in Seventeenth-Century Europe. **Journal of the History of Ideas**.v. 64, n. 2, p. 273-296, 2003.

CONRAD, Marcus. **Geschichte(n) und Geschäfte: Die Publikation der 'Allgemeinen Welthistorie' im Verlag Gebauer in Halle (1744-1814)**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2010.

FEATHER, John. The British Book Market, 1600-1800. In: ELIOT, Simon; ROSE, Jonathan (eds.). **A Companion to**

the History of the Book. Malden: Blackwell, 2007, p. 232-246.

GRIGGS, Tamara. Universal History from Counter-Reformation to Enlightenment. **Modern Intellectual History**, n. 4,v. 2, p. 219-247, 2007.

HUA – **Histoire Universelle depuis le commencement du monde jusqu'à présent.** A Amsterdam et A Leipzig. Arkstée et Merkus, 1747.

HUH – **Histoire Universelle, depuis le commencement du monde, jusqu'a présent.** A la Haye: Adrien Moetjens, 1738.

KILLIUS, Christina. **Die Antiqua-Fraktur Debatte um 1800 und ihre historische Herleitung.** Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1999.

LALLA, Maria Grazia. Monuments and Texts: Antiquarianism and the beauty of antiquity. In: ARNOLD, Dana; BENDING, Stephen (eds.). **Tracing Architecture: The Aesthetics of Antiquarianism.** Malden: Blackwell, 2003, p. 11-29.

LAURO, Giacomo. **Splendore Dell'Antica E Moderna Roma...** Fei: Roma, 1641.

LINK, Anne-Marie. Engraved Images, the Visualization of the Past, and Eighteenth-Century Universal History. **Lumen**,v. 25, p. 175-195, 2006.

MAURER, Kathrin. **Visualizing the Past: The Power of Image in the German Historicism.** Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2013.

MILLER, Peter N. Major Trends in European Antiquarianism, Petrarch to Peiresc. In: RABASA, José; SATO, Masayuki; TORTAROLO, Edoardo; WOOLF, Daniel (orgs.). **The Oxford History of Historical Writing.**v. 3: 1400-1800. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 244-260.

MONTFAUCON, Bernard de. **L'antiquité expliquée et**

representée em figures. A Paris: F. Delaulne..., 1719.

MÜLLER, Jan-Dirk. Evidentia und Medialität. Zur Ausdifferenzierung von Evidenz in der Frühen Neuzeit. In: WIMBÖCK, Gabriele; LEONHARD, Karin; FRIEDRICH, Markus (orgs.). **Evidentia: Reichweiten visueller Wahrnehmung in der Frühen Neuzeit.** Münster: LIT Verlag, 2007, p. 59-84.

OZ-SALZBERGER, Fania. Enlightenment, National Enlightenment, and Translation. In: GARRETT, Aaron (ed.). **The Routledge Companion to Eighteenth Century Philosophy.** London/New York: Routledge, 2014, p. 31-61.

PANVINIO, Onofrio. **Onuphrii Panvini Veronensis, De ludis circensibus, libri II.** Venetiis: J.B. Ciottum Cenensem, 1600.

PETERS, Martin. **Altes Reich und Europa: Der Historiker, Statistiker und Publizist August Ludwig (v.) Schlözer (1735-1809).** 2ª ed. Münster: LIT Verlag, 2005.

RAMOS, André; ARAÚJO, Valdei Lopes de. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na Universal History. **Almanack**, n. 10, p. 479-491, 2015.

SILVEIRA, Pedro Telles da. "Na mais ilustre de todas as cidades, tão miserável tipografia": antiquariato, imprensa e epigrafia a partir de André de Resende (c. 1500-1573). **História da Historiografia**, n. 21, p. 55-76, 2016.

SUAREZ, S.J, Michael F. Towards a bibliometric analysis of the surviving record, 1701-1800. In: SUAREZ, S. J., Michael F; TURNER, Michael L. (orgs.). **The Cambridge History of the Book in Britain.** Volume V: 1695-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 39-65.

UH – **An Universal History, from the Earliest Account of Time to the Present.** London: E. Symon, T. Osborne, J. Wood, and J. Crockatt, 1740.

WITTMANN, Reinhard. **Geschichte des deutschen Buchhandels**. 3ª ed. München: Beck, 2011.

WOOD, Christopher. Notation and visual information in the earliest archeological scholarship. **Word & Image**, v. 17, n. 1 & 2, p. 94-118, 2001.

_____. **Forgery, Replica, Fiction. Temporalities of German Renaissance Art**. Chicago/London: University of Chicago Press, 2008.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

André de Melo Araújo

andaraujo@unb.br
Universidade de Brasília
Departamento de História
Campus Universitário Darcy Ribeiro
70910-900 - Brasília – Distrito Federal / Brasil

O autor agradece à FAPDF (0193.001272/2016) e ao CNPq pelo apoio para realização desta pesquisa, bem como a Guido Abbattista e a Rodrigo Bentes Monteiro pela leitura atenta do manuscrito.

RECEBIDO EM 31/03/2017 | APROVADO EM 24/01/2018

Fragmentos de ética: figurações do historiador oitocentista em Alexandre Herculano

Fragments of ethics: figurations of the nineteenth-century historian in Alexandre Herculano

Evandro Santos

RESUMO

Este artigo parte da análise de textos do jornalista, escritor e historiador português oitocentista Alexandre Herculano (1810-1877), ainda pouco explorados pelos estudos de História da historiografia brasileiros. Majoritariamente produzidos entre 1841 e 1850, eles retratam o âmbito de discussões acerca do processo de reformas liberais portuguesas. Ao examinar os embates de Herculano com os clérigos de Lisboa no que se refere à educação pública e às crenças religiosas por ele revistas em suas obras históricas, o objetivo geral deste texto é verificar a construção da figuração propriamente historiográfica do discurso produzido pelos historiadores, tanto por meio de suas práticas de crítica e instrumentos de verificação, quanto, sobretudo, pela atuação pública daqueles que se dedicavam ao estudo do passado. A experiência de leitura de tais documentos aponta para importantes questões que dizem respeito ao processo de historicização do papel do historiador como crítico da sociedade, o que viria a ser concebido depois como uma função central do intelectual.

PALAVRAS-CHAVE

História da historiografia; Ética para os historiadores; Alexandre Herculano.

ABSTRACT

This paper analyzes texts written by the nineteenth-century journalist, writer and historian Alexandre Herculano (1810-1877) that have been little explored in Brazilian studies of history of historiography. Mostly produced between 1841 and 1850, the texts present discussions about the process of Portuguese liberal reforms. By examining the confrontations between Herculano and the clergymen from Lisbon concerning public education and religious beliefs approached by him in his historical works, the general objective of this paper is to verify the construction of the historiographical figuration of the discourse produced by historians in their practices of criticism and instruments of verification, and particularly through the public action of those who were dedicated to study the past. The experience of reading such documents has pointed out important issues regarding the process of historicization of the historian's role as a critic of society, something that would later be conceived as the central function of an intellectual.

KEYWORDS

History of historiography; Ethics for historians; Alexandre Herculano.



Cabe notar também que essa ética do civismo em torno da História é contemporânea, ainda, do desenvolvimento da ética revolucionária militante na historiografia contraposta a uma ética da neutralidade científica. Em grande medida, estas vertentes demarcam, ainda hoje, o debate sobre o papel do conhecimento histórico. A divisão coloca também sob interrogação as formas de participação do profissional de História na esfera pública, entre o distanciamento e o engajamento. (KNAUSS 2008, p. 144).

Sobre o historiador...

Uma das mais conhecidas polêmicas em que se envolveu o importante letrado português Alexandre Herculano (1810-1877) diz respeito às concepções apresentadas pelo historiador sobre dois mitos de base religiosa em sua *História de Portugal*, a partir de 1846. Na verdade, a reformulação do universo social e literário, necessidade por ele concebida no contexto posterior à chamada regeneração portuguesa que adveio dos movimentos liberais dos anos 1820 e 1830, inevitavelmente entrava em confronto com determinadas definições da cultura portuguesa de sua época (PROENÇA 1987). A moral católica defendida por Herculano entrara em choque com sua noção de crítica histórica e frente aos seus enfrentamentos políticos com o clero português (CARVALHO 1971). Mesmo antes da publicação de sua grande obra histórica, havia divulgado pela imprensa indicações de suas restrições quanto aos dogmas religiosos e à atuação da instituição católica, tanto em suas *Cartas sobre a História de Portugal* quanto em panfletos avulsos (HERCULANO 1841; 1842).

Neste artigo, alguns escritos menos conhecidos de Herculano serão trabalhados no intuito de discutir as características do debate historiográfico sobre a conduta do historiador na pesquisa e escrita da História no Portugal do século XIX. Cabe salientar a importância da obra do letrado português para a compreensão das figurações acerca do ofício do historiador em meados do Oitocentos, cujos destaques estão para além da historiografia, e residem também na produção periódica e na ficção no formato do romance, como era comum naquele momento (MARINHO 1999). Da mesma maneira, é factível a constatação de que avançar na leitura de Herculano pode auxiliar na exploração da produção histórica e literária dos letrados brasileiros de sua época.¹

1. Este artigo é, em grande medida, inspirado nas reflexões de TURIN (2009) e OLIVEIRA (2010), que refletem sobre as figurações do historiador no caso brasileiro.

Herculano e a instrução pública

Os textos avulsos de Herculano constituem preciosas fontes ao conhecimento de posicionamentos que estavam subsumidos em sua vasta obra. Nesse sentido, o interesse de Herculano pela religião é de fundamental importância no esforço de compreensão do impacto das reformas liberais em Portugal, mas, sobretudo, da visão sobre a instituição religiosa e seu forte passado de domínio no país, especialmente em função da Inquisição (SARAIVA 1949). O exercício de historicização da Igreja demarcava quase a plenitude dos escritos historiográficos de Herculano. Um entre inúmeros exemplos é o caso do texto “Conversão dos godos ao catholicismo” (HERCULANO s/d) no qual se tem que conhecer o passado da instituição era uma forma de realocá-la dentro do presente, no lugar devido. Esta era a concepção aparentemente expressa em Herculano. Demonstrar os conflitos que envolveram a conversão dos godos hispano-romanos ao catolicismo era uma forma de retirar o caráter místico desse decurso, eliminando “certa índole maravilhosa” (HERCULANO s/d, p. 3). Conforme o historiador,

os escritores coetâneos, que nos conservaram a memória do grande fato da substituição do catolicismo ao arianismo como religião do estado, eram católicos, e, por isso, interessados em revestir esse acontecimento de circunstâncias maravilhosas, e a espontaneidade da conversão da nobreza gótica e do clero ariano não era das menos importantes. Devem, por isso, aproveitar-se as suas narrativas com a mais circunspecta crítica (HERCULANO s/d, p. 4-5).²

A postura crítica de Herculano impedia qualquer leitura no sentido de considerar as disputas religiosas algo espontâneo.³ O domínio do discurso religioso, assim como a espontaneidade transmitida nas narrativas religiosas, não poderia ser aceito, inclusive pelos vestígios deixados nas narrativas e monumentos históricos, apesar do controle religioso (HERCULANO s/d, p. 22). Nesse sentido, as conclusões do letrado eram as seguintes:

nos domínios da revelação a inteligência humana abstém-se, porque ao racionalmente impossível se apoia o indubitável. Nos

2. A ortografia demarcada nas fontes foi atualizada em todas as citações deste artigo.

3. Importa referir as reflexões do FOUCAULT (2010) acerca das possibilidades da análise de discursos como recurso teórico à história da historiografia.

domínios da razão o milagre, que é o impossível, separou-se do indubitável, e a razão forçadamente o rejeita como ádvena e peregrino. Aquém das fronteiras da revelação não há milagres: há ignorância ou mentira (HERCULANO s/d, p. 30).

Havia, sem dúvida, neste gênero de crítica, o duplo propósito de reafirmar práticas da pesquisa histórica e ingressar no debate sobre o papel da Igreja na nova sociedade que se organizava. Esse emblema político das divulgações de Herculano encaminharia sua atenção, desde cedo, para o tema da educação em seu país. Neste aspecto, embora a História, entendida como disciplina, tenha sido convertida em matéria voltada à formação básica dos jovens membros das elites, nem sempre se observara nas figurações do historiador seu vínculo e sua participação ativa no debate sobre a educação, em sentido mais amplo. Para além do prisma mais filosófico ou semântico da *historia magistra vitae*, a História, para os envolvidos com tal assunto no século XIX, auxiliava na reestruturação das sociedades na modernidade. Dito de outra forma, a pesquisa histórica atribuía legitimidade às reformas e colaborava com a correção dos equívocos percebidos nas permanências do passado.

Em outro artigo, intitulado justamente *Instrucção publica*, editado originalmente no *Diário do Governo*, em 1838, Herculano comentava os problemas na instituição da educação primária em Portugal, afirmando que a educação superior existia, mas seria complementar em uma nação; e que a educação primária, mais importante, ainda não existia. Os esforços para a instituição desse nível de ensino datam de 1833, conforme o autor: “a porta por onde se entra no santuário da Ciência é a boa educação primária” (HERCULANO s/d, p. 34).

Leitor de Guizot, Thierry e Cousin, o letrado não deixaria de esboçar os paralelos possíveis entre as diversas nações europeias:

o filósofo Cousin, mandado à Prússia pelo governo francês para examinar o estado do ensino público naquele país, à sua volta declarou, no relatório que fez, que a França estava ainda

atrasadíssima neste ramo. E acaso a França é inferior à Prússia em sábios e em literatos? Não, por certo; mas sem dúvida o é nas instituições de ensino primário. Assim, entre os dois povos há uma grande diferença de instrução popular, e, por consequência, de moralidade (HERCULANO s/d, p. 34-35).

O peso lançado sobre a importância da educação básica e a sua relação com os avanços de qualquer sociedade são constantemente retomados em diversos momentos por Herculano. O seu conhecimento de idiomas diversos e a experiência da viagem alimentaram muitas das suas visões formuladas quando de seus tempos em Coimbra. A partir de sua avaliação, resulta “que os povos da Alemanha são os mais bem morigerados de todos, porque a ilustração é o verdadeiro fundamento da moral” (HERCULANO s/d, p. 35). Observa-se aqui a tópica do letrado viajante, que compreende por comparação. De certa maneira, tal caráter mais geral seria incorporado à figura do historiador oitocentista, o que corresponde, entretanto, à retomada de um valor colocado desde a Antiguidade, em nomes consagrados como Heródoto e Tucídides. O saber, produzido e transmitido, catalisa-se através do contato com realidades diversas. Trata-se de um aspecto antropológico, mas também ético e político, que pode ser pensado em suas especificidades para recortes particulares.

Nesse sentido, é pertinente observar que o dilema antigo da educação moral permanece, mas os modelos retóricos do ensino devem ser abandonados aos olhos de Herculano, uma vez que

é esta uma obrigação social da infância e mocidade, como na virilidade o é pagar tributos, ser soldado, jurado, ou sofrer outro qualquer dos encargos públicos. Tal é a face por onde principalmente encaramos a instrução primária, posto que dela também resultem vantagens individuais. Mas é isto o que nós temos? De que serve ao comum dos homens o latim e o grego das Seletas, os tropos de Quintiliano, a Filosofia caquética de Genovesi ou de Heineck? – E que temos por essas aulas menores em todo o Portugal senão esta ferragem, de que, dez anos depois de a ter metido na cabeça, ninguém se lembra, salvo de traduzir gaguejando algum trecho de latim ou grego,

traduzido e impresso em línguas vulgares de há muito tempo?
– Será isto instrução popular? Estamos convencidos de que não
(HERCULANO s/d, p. 41-42).

A convicção de que a ausência do ensino popular básico atrasava a sociedade portuguesa e a constatação de que tal retardo estava relacionado com uma visão ultrapassada da política educacional ficavam nítidas na fala do crítico:

dividimos em um artigo antecedente, a instrução inferior em duas classes – os preparatórios para estudos superiores e o ensino popular, ou antes, social. Este não existe em nosso país; aquele existe, mas sem satisfazer aos seus fins e às necessidades do século: mais como um monumento do passado, do que como uma instituição do presente (HERCULANO s/d, p. 43).

A nova sociedade que deveria emergir após as revoluções liberais necessariamente exigiria a reforma de métodos e matérias. Em diversos excertos da obra de Herculano, é possível verificar sua preocupação com a diversificação nos meios de transmissão dos conhecimentos. Conforme já havia indicado, por exemplo, em um tratado escrito anteriormente, a retórica e a poética compunham área de urgência na reforma. Na concepção de Herculano, ambas eram totalmente incapazes de contribuir à formação do cidadão moderno. Já não se tratava mais do grande orador do passado, mas sim de homens capazes de, coletivamente, representar a nação. Assim, retoma-se a importância da instrução pública básica. O recurso à memorização de máximas e lugares comuns já não dava conta da construção da eloquência, recurso ainda válido na esfera pública. A regeneração das leis e instituições, proposta no contexto de produção ora examinado, reivindicava a figura do agente político com oratória em potencial. Herculano não se furtaria, inclusive, de destacar suas referências primordiais: “aonde sejam mais conhecidos Cícero e Demóstenes do que Quintiliano e Barbosa (HERCULANO s/d, p. 47).

Herculano dedicou boa parte de seus estudos ao tema das reformas curriculares e manifestou-se politicamente, pela imprensa, em muitas oportunidades ao longo da segunda

metade da década de 1830 (MACHADO 2011). De acordo com o crítico, a população jovem que tinha acesso às informações dos clássicos gregos e romanos não mais transformava tais técnicas em conhecimento útil à cidadania. A organização geral da sociedade, no que se referia à religião, à moral e aos saberes científicos, não era mais adequada ao espaço público português.⁴ A moderna concepção de História se fazia presente e, naquela ocasião, o passado era marcador de diferença. O conhecimento sobre o pretérito ocidental, portanto, situava o historiador em outro patamar, aquele que poderia atuar diretamente em um dos principais ministérios de qualquer nação moderna: a educação. Atuação pública que passou a atribuir à História legitimidade que o processo de disciplinarização, pouco a pouco, viria a abrir mão.

A verdade histórica define o historiador

De acordo com António Sérgio, Herculano saiu do Porto e foi a Lisboa dirigir o *Panorama* em 1837. Ficou lá por sete anos. Em 1839, é nomeado pelo rei consorte D. Fernando, diretor da Biblioteca da Ajuda, cargo que ocupa até 1867, quando se retira para Vale-de-Lobos. Em razão de sua visão na *História de Portugal*, o questionamento da visão religiosa da batalha de Ourique foi atacado pelo clero.⁵ Então, escreveu opúsculos (HERCULANO 1937, p. 10). Antes mesmo da publicação completa de sua grande obra histórica, por meio de cartas ao editor, impressas originalmente na *Revista Universal Lisbonense*, Herculano já comunicava o recebimento de críticas às suas análises e conclusões. Adiantava o autor:

a razão por que hei de abster-me de responder por enquanto aos que me combatem ou combaterem é porque, fazendo-o, satisfaria o meu amor próprio; não o fazendo cumpro o meu dever. Anunciei a publicação anual de um volume da História Portuguesa; é uma obrigação que contraí para com muitos centenaes de maus cidadãos, como eu, que não se escandalizam da *falta de patriotismo* que reina no mal aventurado livro (HERCULANO 1846, p. 509).

4. No texto "Da educação e instrução das classes laboriosas", de 1838, a reflexão de Herculano merece menção: "Ainda hoje, se excetuarmos as escolas do ensino primário, instituídas, não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular? – Nada, absolutamente nada. Daí provém que a mudança de instituições políticas e as reformas legislativas são vãs e inúteis, e as empresas comerciais, fabris e de todo o gênero de progresso industrial desbaratam-se e morrem; daí provém que o povo nada tem melhorado com o gozo da liberdade, porque esta, para produzir fruto, carece de bons costumes, e os bons costumes só nascem da instrução geralmente *d e r r a m a d a*". (HERCULANO s/d, p. 55-56).

5. Sobre o milagre de Ourique e a polémica de Herculano, ver CATROGA (1998, p. 84-87).

Na mesma carta, ao responder diretamente às críticas direcionadas à sua negativa relacionada ao mito do Milagre de Ourique, um dos marcos religiosos fortes da criação nacional portuguesa, Herculano demarca claramente sua distância em relação aos dogmas do catolicismo. À tal forma de argumentação atribui bases na tradição. Sua fé, diz ele, está sustentada em documentos. A tradição, convertida em prova pelo clero português, é oral. A própria natureza de tal registro é questionada pelo autor, quando esse se converte em historiador. O pretérito transmitido pelos relatos orais não seria, em si, suficiente para resguardar o milagre que fundamentaria a monarquia portuguesa em seus inícios modernos. Os documentos de época seriam as fontes mais seguras para qualquer estudo histórico. A ideia de um passado diferente do presente e acessível apenas pelo registro coevo forçava, simultaneamente, a atribuição de novo lugar à verdade religiosa e ao próprio tempo histórico. Além disso, não satisfeito em diferenciar a História da tradição professada pela Igreja, Herculano destacava que o diálogo da tradição com a poesia poderia operar com o tradicional de forma superficial, o que não seria permitido à História. A poesia recebe, ainda, importância superior na resposta trazida pelo historiador. Para ele, exemplo maior de tal superioridade é, por exemplo, a supremacia de Camões para a cultura portuguesa. A História seria algo mais simples; e o historiador, mais humilde. O mérito da imaginação não poderia ser alimentado nessa ciência como era estimulado na poesia (HERCULANO 1846, p. 513).

Como se pode observar, a definição da verdade em História passou a ser discutida por Herculano imediatamente após as críticas à primeira publicação da *História de Portugal*. Especificamente sobre o caso de Ourique, chegou a discutir, ao fim da carta, suas análises e confrontos entre fontes documentais. Sua manifestação nessa primeira resposta aos comentadores de sua obra encaminhou-se, no fundamental, no sentido de reforçar o que já havia dito na advertência que abre o tomo de 1846. Sustentava certa imparcialidade que era garantida pela própria prática histórica. O afastamento do

sujeito de conhecimento seria garantido pela nova concepção de verdade advinda de estudos sustentados e legitimados por documentos e por uma forma diversa de se examinar o passado nacional, enfoque do século XIX. O patriotismo, para Herculano, seria adequado, novamente, ao poeta, mas não ao historiador. No limite, tal motivação, quando dominante na escrita da História, garantiria descrédito tanto ao autor quanto ao próprio país. É interessante observar que o investimento pessoal de Herculano em escrever uma grande *História de Portugal* não é colocada em questão, por ele mesmo, como um gesto submetido ao conceito de patriotismo aos poucos construído em sua época (HERCULANO 1846, p. VIII). De todo modo, o afastamento exigido entre o lugar de fala do historiador e seu objeto reforça modelos antigos de isenção metodológica que, no recorte oitocentista, operam com as temporalidades de maneira diversa. Não se trata de um passado eternizado, mas alocado em um sistema de sentido que o movimenta. A releitura de tais textos oferece, em grande medida, possibilidades ao repensar sobre os limites da autorreflexão desenvolvida pelos historiadores nas últimas quatro décadas, *grosso modo*. Uma das questões que se pode colocar diz respeito à permanência de vasta produção historiográfica que, a despeito da crítica que se efetuou à categoria nação, segue submetida a essa, sem qualquer indagação epistemológica mais consistente.

Entretanto, no que tange à polêmica de Ourique, seria apenas o começo de um longo debate que marcaria a carreira de Herculano e a historiografia do país em meados do Oitocentos. Em 1850, uma nova onda de protestos contra a sua interpretação envolveria respostas à imprensa e ao clero de Lisboa. Perseguir as respostas de Herculano permite vislumbrar o estado do debate acerca do conceito de História no Portugal da época e, em grande medida, situar os diálogos que o letrado construía com as instituições de seu tempo (MATOS 2008).

A primeira entrada possível é a missiva enviada por Herculano ao redator do periódico *A Nação*, intitulada *considerações pacíficas sobre o opúsculo Eu e o clero*, datado

de 25 de julho de 1850. O comprometimento moral demarcado nos resultados apresentados na *História de Portugal* foi, desde o início, levantado pelo autor do opúsculo, “[...] numa questão que me respeitava pessoalmente, e que até certo ponto estava comprometido, não só o meu caráter literário, mas também, o que mais é, o meu caráter moral” (HERCULANO 1850a, p. 4). Como um argumento a ser retomado com frequência nas polêmicas letradas oitocentistas, o historiador ressalta, desde o início, a busca por justiça, sendo essa uma das funções centrais da imprensa. Ao comentar o ataque que o jornal *A nação* fez contra ele após a resposta de parte do clero a seus escritos, escreve Herculano: “é assim que o sacerdócio da imprensa cumpre a sua grave missão, e remedeia do modo possível a decadência do sacerdócio religioso” (HERCULANO 1850a, p. 4).

Sustentado por sua vasta investigação e pelo tempo dedicado à escrita da obra e formulação de suas conclusões, o historiador reafirmava sua posição crítica à atuação do clero em Portugal:

na minha vida literária tenho dado mais de um documento de que costumo ser sincero. Estou persuadido de que a maioria do nosso clero é tal como eu a qualifiquei, e se não fosse repugnância a despedaçar um cadáver, daria aqui as razões da minha persuasão. Em todo o caso, aceito inteira a responsabilidade dela: não tergiverso, não me arrependo. Tenho dito e escrito muitas verdades, senão mais deploráveis, por certo mais perigosas para mim, sem que o meu sono deixasse de ser profundo, como o é habitualmente (HERCULANO 1850a, p. 6).

Herculano faz questão de enfatizar que o respeito à ideia de santidade dos papas e eventos tratados pela tradição oral, como o aparecimento de Ourique, compõem a crença católica.⁶ A vinculação do adjetivo “sincero” à figura do historiador merece atenção. Trata-se do reforço de tópica comum aos letrados oitocentistas. A sinceridade seria garantia de autoridade, mas também um gesto quase profissional, um dever de ofício. O historiador seria, então, aquele que diz o que instituições longevas não gostariam de ouvir (e, muitas vezes, o que se privavam de falar), marcando, novamente, sua posição crítica.

6. A recente reflexão de François Hartog acerca da ideia de crença na História e de sua própria historicidade contribui à leitura aqui apresentada (HARTOG 2013).

Nesse sentido, ele lembra, inclusive, que, no tocante aos milagres, desde a época medieval, os bispos estavam proibidos de falar ou divulgar qualquer informação sem a devida comprovação institucional: “ordenam aos mesmos oradores que *não falem impudentemente de milagres, limitando-se aos que refere a Bíblia, ou aos que forem narrados por escritores de peso [...]*” (HERCULANO 1850a, p. 10). Assim, o argumento de resposta encontrava força na própria postura da Igreja: ao longo de sua própria História, essa instituição religiosa tratou ciosamente de matéria tão pouco afeita à investigação histórica, na leitura de Herculano.

A partir de informações históricas ligadas à Igreja, Herculano reagia ao ataque do próprio clero da época. A valorização da informação verídica e a postura dos padres e bispos medievais são trazidas como argumento na defesa do historiador. O reconhecimento do valor da instituição religiosa não é negado. Pelas formulações do autor do opúsculo, pode-se observar tanto mais um conflito acerca da construção histórica do que uma tradição oral de pertinência política. As acusações de corrupção direcionadas aos papas do passado são reafirmadas pelo autor da *História de Portugal* como conclusões históricas, ao mesmo tempo em que afirma não bastar “ciência e literatura”, estando a verdade acima da prática, como virtude maior, uma vez que:

É verdade que V. S.^a cobre Hildebrando com a égide da canonização e Inocêncio III com o da sua ciência e literatura. Mas nem eu vejo que ciência e literatura sejam sinônimos de virtude, nem creio que uma canonização constitua dogma de fé, e obste à liberdade do historiador para avaliar como entender os caracteres históricos. V. S.^a sabe perfeitamente que, fundando-se as canonizações em provas humanas, e não em fatos revelados, as decisões pontifícias a tal respeito são falíveis, o que bem se manifesta da oração, que ainda no século XIV os papas faziam na solenidade das canonizações, pedindo a Deus permitisse que não se houvessem enganado. Esta doutrina é corrente, e V. S.^a não a ignora, não poderia ignorá-la” (HERCULANO 1850a, p. 10).

Herculano comenta que os escritores protestantes criticaram os pontífices em questão. A seguir, complementa dizendo que os historiadores protestantes modernos também criticaram outros papas. Faz apelo à comparação para fortalecer seu argumento. A pretensão que dominaria o papa Hildebrando poderia ser verificada nas fontes e na comparação com a grande figura contemporânea ao Oitocentos: “não há nessas ideias um orgulho, uma intolerância para com os poderes da terra, que não compreenderíamos, talvez, hoje, se não tivesse vivido no nosso século uma inteligência igualmente *vasta e enérgica*, chamada Napoleão Bonaparte?” (HERCULANO 1850a, p. 13). A síntese produzida por Herculano consistia em converter a crítica histórica em elemento moral, ao passo que seu ponto de vista reafirmava que a condenação às más práticas deveria satisfazer a todo e qualquer cristão. A correção do mal feito seria o caminho defendido, inclusive, pela Igreja.

Em sua resposta, Herculano diz ainda que São Tomaz de Aquino também criticou Inocêncio IV e outros. Aquino, segundo o historiador, teria sido o mais profundo filósofo do século XIII. Segue-se uma argumentação no sentido de que, se Aquino é considerado um doutor da igreja e fez as críticas devidas, ele teria o mesmo direito letrado de fazê-lo. A carta é encerrada com a reafirmação da abertura à correção da *História de Portugal*, contudo, dentro dos limites da crítica erudita e histórica: “gosto de ser advertido dos erros em que caio, quando é a ciência e o talento quem se incumbe deste mister, e certifico a V. S.^a de que facilmente me retrataria, se nas suas ulteriores observações V. S.^a me convencesse de que eu errava” (HERCULANO 1850a, p. 17).

Os enfrentamentos do historiador com o clero católico não cessaram e houve diversos desdobramentos. Suas reflexões sobre o tema, já registradas desde os textos das décadas de 1830 e 1840, o perseguiriam por toda a vida. Em sua correspondência, é possível mapear como, já retirado à região de Vale de Lobos, local que escolheu para viver depois de publicada sua obra maior, Herculano ainda respondia a

indagações sobre suas concepções da instituição religiosa e seu domínio no espaço público português. A título de exemplo, é possível citar as cartas trocadas com A. B. Barros Gomes, num total de quatro missivas, nas quais o historiador reforça suas opiniões sobre o catolicismo (HERCULANO s/d, Tomo I, p. 9-29). Em julho de 1876, respondia ao seu interlocutor: “[...] admira-me a exaltação religiosa num homem de ciência, em quem, parece, os sentimentos desta ordem deveriam ser tranquilos e desassombrados. Deus não nos deu inutilmente a razão. A revelação completa-a, não a exclui. Esta é o degrau para chegarmos àquela” (HERCULANO s/d, p. 9). A carta supracitada é uma resposta às críticas de Barros Gomes à obra *O pároco da aldeia*, de autoria de Herculano. Ele comenta que escreveu esse livro aos 25 ou 26 anos, e que agora, aos 66, não percebia motivos para corrigi-la (HERCULANO s/d, p. 10). Entretanto, é importante observar que a pecha de crítico da fé católica atribuída por seus detratores não deve conduzir ao ponto de vista de um Herculano agnóstico ou mesmo ateu. A importância da religião para a ordem da sociedade era reafirmada em diversos de seus escritos. A crítica, função dos historiadores, e a reforma da sociedade apenas impunham um novo espaço à instituição e um olhar distanciado sobre ela. Uma carta a Casal Ribeiro, de 17 de dezembro de 1876, diz algo a esse respeito:

a indiferença pela dor alheia, sobretudo quando impotente e obscura, é o grande vício do século. O calor parece ir-se retirando deste músculo chamado o coração humano, à medida que o cristianismo se vai alongando das consciências. A caridade torna-se num produto que, semelhante a muitos produtos da nossa indústria, se fabrica expressa e exclusivamente para as exposições ruidosas. Varremos às vezes as grandes misérias, porque também varremos as ruas. O asco incumbe-se não raro do papel da compaixão no teatro do mundo (HERCULANO s/d, Tomo II, p. 45).⁷

Ainda acerca do posicionamento historiográfico e político de Herculano no que se refere à leitura sobre os mitos religiosos, uma carta enviada a Salustiano Rodríguez Bermejo, em 9 de fevereiro de 1873, importa, por reforçar um dos desdobramentos

7. Conforme lembra Maria Isabel Buescu, o retorno de Herculano ao tema da polêmica com o clero, em 1876, tem como pano de fundo a publicação de seus *Opúsculos* (BUESCU 2012, p. 126).

do episódio polêmico ocorrido entre 1850 e 1851. Nessa carta, Herculano comenta duas de suas obras mais conhecidas, uma da mocidade, outra da idade em que passava a romper com o mundo das letras: *Eurico* e *Historia da Inquisição*. Bermejo propunha verter para o espanhol a obra sobre o tribunal católico. Do primeiro, limita-se a tecer comentários estéticos, dizendo que é dos trabalhos entre os quais mais percebe erros. Sobre o segundo, contudo, afirma que fora escrita com clara intenção política, o que está registrado na advertência preliminar que abre a obra. O historiador efetua leitura crítica da obra, esclarecendo que a parte inicial do texto até o reinado de D. Manuel é propositalmente superficial, pois não era seu objetivo principal examinar o passado inquisitorial português, mas o período mais recente. No entanto, a finalidade política que motivou o estudo e a reflexão presentes no trabalho em nada compromete, na opinião de Herculano, o cuidado que dedicou à investigação. Ele é rígido na avaliação que faz da atuação e comemora o fato de haver documentos que comprovam a atuação da inquisição, algo tão cruel que poderia ser desacreditado não fossem os registros escritos. Destaca a importância da preservação impressa desses materiais pelo Corpo Diplomático português e pela Academia de Lisboa (HERCULANO s/d, Tomo II, p. 144-145).⁹

8. *Acerca da importância do trabalho acadêmico de exame crítico e publicação de documentos para a escrita da História em Portugal, na virada do século XVIII para o século XIX, ver a tese de doutorado de Taíse Quadros da Silva (2010).*

Contanto, uma das fontes privilegiadas ao exame historiográfico da polêmica revisitada ao longo deste artigo é, sem dúvida, o opúsculo *Solemnia verba*, de 1850, ano da querela (HERCULANO 1850b). O documento constitui-se de duas cartas escritas por Herculano e direcionadas a A. L. Magessi Tavares, a primeira em 20 de outubro e a segunda em 6 de novembro do referido ano. Inicialmente, o historiador apresenta sua discordância com relação à crença no mito de Ourique, sem perder oportunidade de dizer que o mito religioso de fundação da nação portuguesa em nada comprometia sua devoção nacional. “Peço a V. S.^a e aos ânimos honestos, que pensam como V. S.^a, se persuadam de que o homem que não admite certas narrativas infundadas, nem por isso deixa de ser bom português; e que se não está excessivamente inclinado a

adorar o Deus de Ourique, nem por isso deixa de crer em Deus” (HERCULANO 1850b, p. 5). Ademais, importa acompanhar a passagem a partir da qual Herculano avançava sobre o sentido historiográfico de seu trabalho. O historiador reafirmava que para concordar com suas apreciações acerca dos dogmas católicos sobre a participação da instituição religiosa na fundação da História portuguesa “era necessário ter convindo em certo número de princípios, aceitar certas fórmulas de raciocínio”. Herculano criava um dissenso entre a leitura do religioso e a sua própria avaliação. Além disso, ampliava essa divergência, ao situar sua atuação histórica no âmbito dos “homens de ciência” e da “razão comum”. Ao mesmo tempo, situava a História como conhecimento privilegiado na Europa de seu tempo, saber que, à época, teria avançado como poucos (HERCULANO 1850b, p. 6-8).

Herculano menciona a importância do desenvolvimento da diplomática como fundamento técnico e metodológico no exercício da pesquisa com documentos antigos. A diplomática, entendida como ciência dos arquivos, teria preservado, mas, sobretudo, revelado o valor dos registros escritos preservados sobre o presente e o passado português. Tal exame dos arquivos seria orientado pela filosofia crítica, dizia Herculano, não restrito a Portugal, também já comum na Alemanha e na França. O esforço do pesquisador deveria ser orientado por tais recursos, distanciando, gradativamente, o resultado de seu trabalho dos interesses de partido político e religiosos. Nesse horizonte, igualmente, a história passava a se pensar no coletivo. Não se tratava mais de julgar atos individuais, e sim de explorar a “índole das sociedades”. Herculano acaba por constituir o movimento historiográfico de seu tempo pela Europa:

O uso dessas fontes, a aplicação dos preceitos a elas, tem produzido historiadores como Ranke, Guizot, Eichhorn, Savigny, Amári, e tantos outros que a Europa inteira conhece e admira. É a estes tipos que hoje forçosamente há de tentar aproximar-se quem escreve história, se não quiser desonrar a literatura do seu país. Foi essa aproximação que eu tentei, persuadido de que bem merecia por isso da terra em que nasci (HERCULANO 1850b, p. 6-8).

Como se pode observar, o autor do opúsculo encaminha sua argumentação a partir da descrição de um conjunto de regras da pesquisa historiográfica que estaria, já àquele tempo, acordado entre alguns países da Europa. Ele condiciona, inclusive, a aceitação de seu ponto de vista acerca dos mitos religiosos de fundação de Portugal ao conhecimento das referidas regras e dos resultados obtidos a partir delas. Na sequência, Herculano diz não precisar da ciência no seu estado atual para dar suas explicações. Considerando que a polêmica que emergiu a partir da publicação da *História de Portugal* se tornou significativa o suficiente para ultrapassar os envolvidos e ocupar páginas de jornais durante um longo período, a relevância da divulgação do fazer historiográfico no ponto de vista de Herculano foi certamente significativa (SERRÃO 1977). Uma longa citação de Mabillion seguia a passagem supracitada, no intento de avançar nas definições que regem o trabalho com documentos históricos, sua crítica e a verdade que deles é possível extrair. O impacto público da disputa entre a versão histórica de Herculano e a opinião do clero tem registro, por exemplo, na própria fala daquele:

eu disse que as autoridades, que estabeleceram as regras históricas aceitas por mim, serão irrecusáveis para aqueles mesmos que mais ferrenhos se mostram em conservar quanto os tempos passados nos transmitiram. Essas regras, pois, ao menos as principais, permita-me V. S.^a que as transcreva aqui. Pasmem Portugal de ver uma parte do clero insultar-me nos púlpitos e na imprensa, caluniar-me nas praças e corrilhos, porque segui como historiador as doutrinas estabelecidas, *para se estudar e escrever a história da igreja*, por homens que são a glória e a honra da classe sacerdotal. Se diante dos olhos de todos, na consciência de todos não estivesse quanto eu escrevi acerca da decadência intelectual da maioria do nosso clero, parece-me que o que vou transcrever seria medida sobeja para por ela se aferir essa verdade (HERCULANO 1850b, p. 9).

Na sequência, as citações do historiador religioso Fleury, autor da *História eclesiástica*, confirmam as impressões de Herculano acerca do lugar dos milagres na narrativa da história. Após o excerto transcrito, complementa Herculano:

não peço a V. S.^a tão cavalheiro e tão indulgente para comigo; peço ao homem que mais me odiar, mas que conserve um resto de pudor, que seja juiz entre mim e os desgraçados que não se envergonham, cristãos e sacerdotes, de invocar contra a História de Portugal tais princípios e tais máximas, e que insultam, não a mim, nem o meu livro, mas os apóstolos, mas a Bíblia, mas os escritores mais sábios, mais respeitados do catolicismo (HERCULANO 1850b, p. 15).

Herculano diz que escolheu dois homens “de incontestável ciência e catolicismo insuspeito”, mas que poderia citar outros não menos autoridades (HERCULANO 1850b, p. 16-17). Concomitantemente, Cícero é quem ingressa no concurso de referências do historiador ao ataque do clero: “poderia invocar a bela sentença de Cícero: *Quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer a menor falsidade, e a segunda não nos faltar jamais valor para dizermos a verdade?*”. É certo que uma parte do clero português do século XIX se ergueria para responder-lhe: – *Ignoramo-lo nós*” (HERCULANO 1850b, p. 17). O protestante João Leclerc, com posição próxima à de Cícero no que tange à verdade da história, também seria citado, com o seguinte arremate: “não me quis aproveitar dessas autoridades sumas, porque um não era cristão, outro não era católico. Parece-me que é levar longe o escrúpulo” (HERCULANO 1850b, p. 17).

Como se pode observar na leitura do supracitado opúsculo, segue-se efetivamente uma longa doutrina em nome da verdade que pode ser considerada como propriamente histórica. Mais que apenas uma resposta ao clero português, Herculano fornece elementos à compreensão do estado da reflexão historiográfica em meados do Oitocentos em Portugal. A totalidade de textos que compõem a polêmica que foi brevemente aqui examinada, sem dúvida, estabelece oportunos recursos à leitura historiográfica, podendo, inclusive, ultrapassar o caso particular dos envolvidos na querela. Enfim, a segunda carta encerraria, por ora, a discussão: “cessou por isso nossa correspondência. Restam mil outros meios de falar com o geral dos homens de bem e sinceros, e de dizer ao meu país as verdades, em que a guerra da maioria do clero me obriga, por própria defesa, a fazê-lo pensar” (HERCULANO 1850b, p. 68).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUESCU. Historiografia e mito: o caso de Alexandre Herculano. In: MATOS, Sérgio Campos; JOÃO, Maria Isabel (Org.). **Historiografia e memórias** (séculos XIX-XXI). Lisboa: Centro de História – Universidade de Lisboa; Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais – Universidade Aberta, 2012, p. 126-142.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano**. 2ed. Corrigida e aumentada. Lisboa: Seara Nova, 1971.

CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. **História da história em Portugal**. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 84-87.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARTOG, François. **Croire en l’histoire**. Paris: Flammarion, 2013.

HERCULANO, Alexandre. Cartas sobre a história de Portugal. **Revista Universal Lisbonense**. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, n. 27, p. 316-317; n. 29, p. 341-343; n. 33, p. 395-396; n. 37, p. 437-439; n. 41, p. 485-487; n. 44, p. 516-518; 1843, n. 1, p. 18-20; p. 31; p. 42-44; p. 55-56; p. 67-68; p. 75-78; p. 78-80, 1842.

HERCULANO, Alexandre. **Cartas**. Tomo I. Lisboa: Bertrand, s/d.

HERCULANO, Alexandre. **Cartas**. Tomo II. Lisboa: Bertrand, s/d.

HERCULANO, Alexandre. **Considerações pacificas sobre o opúsculo Eu e o clero**. Carta ao redactor do periodico – A Nação,

por Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850a.

HERCULANO, Alexandre. Conversão dos godos ao catholicismo. In: **Composições varias**. Lisboa: Aillaud, Alves, Bastos e Cia Editores, s/d., p. 3-30.

HERCULANO, Alexandre. Historia de Portugal pelo Sr. A. Herculano (Carta do autor). **Revista Universal Lisbonense**, Tomo V. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1846, p. 509-513.

HERCULANO, Alexandre. **Historia de Portugal**. Tomo primeiro, Lisboa, em casa da viúva Bertrand e filhos, 1846.

HERCULANO, Alexandre. Imitação-Bello-Unidade. **Repositório Literário da Sociedade das Sciencias Médicas e de Literatura do Porto**, n. 7, p. 53-56; n. 8, p. 61-64; n. 9, p. 70-71; n. 11, p. 84-88, 1835.

HERCULANO, Alexandre. **O clero portuguez**. Lisboa: Typographia do Constitucional, 1841.

HERCULANO, Alexandre. **Sôbre história e historiografia** (Da "História de Portugal" e dos "Opúsculos"), por Alexandre Herculano (selecção, prefácio e notas de António Sérgio). Lisboa: Seara Nova, 1937.

HERCULANO, Alexandre. **Solemnia verba**. Cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero por Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850b.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, v. 12, n. 2, maio-agosto, p. 140-147, 2008.

MACHADO, Veronia Castanheira. **"O dilatar da nação"**: a dimensão do político na historiografia de Alexandre Herculano (1839-1850). Dissertação (Mestrado em História)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARINHO, Maria de Fátima. **O romance histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.

MATOS, Sérgio Campos. Narrativa e divulgação da história em Alexandre Herculano. In: ____ **Consciência histórica e nacionalismo, Portugal, séculos XIX e XX**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 159-170.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida. **A regeneração**. O conceito e a experiência nacional (1820-1823). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987.

SARAIVA, Antonio José. **Herculano e o liberalismo em Portugal**: os problemas morais e culturais da instauração do regime. Lisboa: [s.n.], 1949.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da razão discreta**: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Herculano e a consciência do liberalismo português**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 02, março, p. 12-28, 2009.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Evandro Santos

evansantos.hist@gmail.com

Professor de Teoria e Metodologia da História no Centro de Ensino Superior do Seridó

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rua Joaquim Gregório, s/n

59300-000, Caicó - Rio Grande do Norte

Brasil

Esta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RECEBIDO EM: 31/03/2017 | APROVADO EM: 24/01/2018

A emergência do “moderno” conceito de revolução

The emergency of the “modern” concept of revolution

Jaime Fernando dos Santos Junior

RESUMO

O texto busca refletir sobre a emergência daquele que é considerado o sentido moderno do conceito de Revolução, tendo como objetivo a discussão da trajetória que passa do significado tradicional e circular às circunstâncias que possibilitaram a análise da Revolução como uma nova Era, distinta das experiências do passado. Nesse sentido, acredita-se que a Revolução Inglesa de 1688 foi fundamental nesse processo, no fornecimento do vocabulário e na experiência temporal. A forma com que os britânicos do século XVIII refletiram sobre os eventos revolucionários do seiscentos formaram o conceito moderno, antes mesmo que os acontecimentos americanos e franceses viessem à tona. No entanto, se foi uma inspiração para as revoluções modernas, os ingleses setecentistas defenderam sua estrutura política e social, exaltando o caráter conservador de 1688, procurando se diferenciar dos eventos na França, que pareciam desintegrar toda ordem conhecida.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução; Modernidade; História dos Conceitos.

ABSTRACT

The text seeks to reflect on the emergence of what is considered the modern sense of the concept of Revolution, aiming to discuss the trajectory that passes beyond the traditional and circular meaning to the circumstances that made possible an analysis of the Revolution as a new era, distinct from the experiences of the Past. In this sense, it is believed that the English Revolution of 1688 was central to this process. The way the eighteenth-century British reflected on the revolutionary events of the sixteenth century formed the concept, even before American and French events came to light. However, if it was an inspiration for modern revolutions, the seventeenth-century English sought to defend its political and social structure by extolling the conservative character of 1688, trying to differentiate itself from events in France that seemed to disintegrate every known order.

KEYWORDS

Revolution; Modernity; History of Concepts.

Conta-se que Luís XVI, ao ser noticiado pelo duque de La Rochefoucauld-Liancourt sobre a queda da Bastilha, perguntou: “é uma revolta?”. Recebeu como resposta: “Não, majestade, é uma revolução”. O acontecido sintetizava uma mudança conceitual e uma alteração de sensibilidade na sociedade do Antigo Regime. Para Hannah Arendt, inclusive, o acontecimento marcaria o momento em que a palavra passou a carregar o sentido moderno do termo, como uma força política inexorável contra a ordem conhecida. O conflito descrito não era simplesmente uma rebelião contra um soberano ou mau governo, ao modo medieval ou das rebeliões da Idade Moderna, mas um confronto em prol da libertação humana (ARENDR 2011, p. 78-79).

Igualmente, para o historiador Reinhart Koselleck, o conceito que conhecemos seria “um produto linguístico de nossa modernidade” (KOSELLECK 2006a, p. 66). Desde a Revolução Francesa, o campo semântico do termo se alteraria substancialmente, tornando-se um “coletivo singular”, responsável por “concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares”. A partir daí, ao se tornar “um conceito *meta-histórico*”, se separava do campo semântico original, funcionando como um ordenador tanto para os acontecimentos vindouros, quanto para o conhecimento humano (KOSELLECK 2006a, p. 69).

Essa mudança semântica marcava igualmente uma alteração na experiência temporal de homens e mulheres, sentimento vivido e proclamado com força nas revoluções americana e francesa. A partir dessa época, como disse François Hartog, o “futuro” passou “à frente” (HARTOG 2013, p. 62). O passado não seria mais referência, como modelo de redenção e exemplo ético. A justificativa da ação se colocava no devir histórico, na certeza que a evolução humana naturalmente reservaria formas melhores e mais completas. Assim, em oposição ao costume e ao conhecimento tradicional, a filosofia da história passou a dar as cartas do desenvolvimento humano: “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” se distanciam (KOSELLECK 2006b).

No entanto, esse conhecido sentido, que se consolidou desde 1789, esconderia seu significado original utilizado na ciência e geometria, descrevendo um movimento circular e de retorno no tempo e no espaço. Dessa forma, era utilizado tanto para descrever os eventos celestes quanto para os acontecimentos da vida sublunar e humana. Devido a seu caráter científico, era comumente usado por matemáticos e astrônomos, e, por isso, podia ser encontrado em livros de autores heliocêntricos, como Galileu e Copérnico (COHEN 1976; SNOW 1962; KOSELLECK 2006a; ARENDT 2011).

O termo, todavia, não se restringia apenas às discussões acadêmicas. Na Inglaterra seiscentista, o vocabulário fora igualmente utilizado em textos mais populares e informais, como nos almanaques da época, contendo previsões astrológicas ou relatos sobre o retorno de reis após viagens. O conceito de revolução ainda podia ser observado nos textos de poetas como Chaucer, Milton e Shakespeare. No entanto, apenas retratam e popularizam o termo científico e geométrico do retorno ao ponto de origem, sem grandes inovações (SNOW 1962).

É esse o sentido que encontramos nos dicionários coevos. Por exemplo, no *A dictionary of the French and English Tongues*, de 1611, do lexicógrafo Randle Cotgrave, encontramos como significado para *revolution*: "um giro completo, círculo, um retorno ao seu primeiro lugar, ou ponto; a realização de um curso circular"¹; sentido que pode ser encontrado em vários dicionários ingleses da época (COTGRAVE 1611). Até em edições posteriores à guerra civil, o significado tradicional do termo volta a ser observado. No *The New World of English Words*, de 1658, de Edward Phillips, encontramos: "um retrocesso, o retorno dos corpos celestes até seu primeiro ponto, terminando seu curso circular" (PHILLIPS 1658).²

Esse sentido cíclico fez com que muitos enxergassem a Restauração da monarquia, em 1660, após as épocas de Guerra Civil, República e Protetorado, como uma Gloriosa Revolução. O retorno de Carlos II ao trono foi visto como uma alteração promovida pelas mãos da Providência contra todos

1. No original: "A full compassing, rounding, turning backe to it first place, or point; th'accomplishment of a circular course. Todas as traduções desse artigo são livres e de minha responsabilidade".

2. No original: "A rowling back, the turning back of cælestial bodies to their first point, and finishing their circular course".

os anos anteriores de infidelidades, subversão e desrespeito aos juramentos. Perspectiva que pode ser observada, por exemplo, no poema de Henry Bold em homenagem à coroação do monarca: “Revolução! Revolução! Nosso rei proclamado! Restaurado! e Coroadado” (BOLD 1661, p. 1).³

Apesar do corrente uso político do termo, usado para descrever as alternâncias e corrupções de uma constituição ou formas de governo, os teóricos políticos foram, de alguma forma, os mais resistentes à sua utilização. Como diz Snow (1962), esses já possuíam um vocabulário herdado desde o fim da Idade Média. Usavam palavras que indicavam a ilegitimidade de se atentar contra o poder e ordem instaurada. Autores como Hobbes, Bacon e Coke preferiam termos como “rebelião”, “subversão” e “revolta”, para indicar as turbulências político-sociais no reino. No entanto, apesar de, muitas vezes, apresentarem origens compartilhadas, aos poucos o sentido de revolução se distancia do campo semântico desses vocábulos, passando a indicar a justiça e a legitimidade da ação de seus membros contra um governante. Algo que os termos conhecidos, a partir de uma concepção personalista e apegada aos juramentos de fidelidade, procuravam manchar com as cores da ilegalidade.

3. No original: “Revolucion! Revolucion! Our King Proclam’d! Restor’! and Crown’d!”.

Sob todas essas referências, a perspectiva defendida por muitos autores sobre o caráter circular do antigo conceito de revolução parece ser ratificada. Antes dos eventos americanos e franceses do século XVIII, teríamos apenas a perspectiva giratória e do incansável retorno ao ponto inicial, seja aplicada às estrelas e a planetas, seja ao mundo da política e na vida humana. Essa abordagem, com os olhos voltados à modernidade, no entanto, subestimou o potencial dos acontecimentos anteriores em executar mudanças e virar o mundo de ponta-cabeça: esse foi o destino da Revolução de 1688. Durante séculos, o evento revolucionário do seiscentos inglês foi analisado apenas como um ato restaurativo e conservador, incapaz de romper com o passado e projetar um futuro novo.

No entanto, não devemos explicar o processo pelo seu

resultado. Há de se mergulhar no caos, como diria Foucault (1979), quando a supremacia e a vitória de um significado não era algo certo. Devem-se observar as disputas, os combates, as emergências, contra toda e qualquer possibilidade de essencializar as origens de algo. Antes de se tornar dominante a partir de 1789, proporcionando o novo entendimento da palavra, o dito conceito moderno conviveu com os sentidos tradicionais do termo e com outras expressões utilizadas para designar a ilegitimidade de se opor a um governante, em uma outra estrutura temporal. De certa forma, quando o duque de La Rochefoucauld-Liancourt respondeu a Luís XVI, “Não, majestade, é uma revolução”, era essa a distinção que procurava apontar. No entanto, essa diferenciação é apenas o lugar em que se chegou. Identifica o destino, mas não a jornada até ele. É esse percurso que me interessa aqui.

A Revolução de 1688 e o século XVIII

O século XVIII era obcecado pela Revolução de 1688. Se, como acontecimento histórico, essa revolução pertence ao final do século XVII; como objeto historiográfico, foi certamente ao longo do setecentos em que foi construída e tomou corpo. Muito mais do que qualquer reflexão coeva no olho da Revolução, foi o século das Luzes quem mais procurou debater e refletir sobre suas consequências e ressonâncias. Devido a sua proximidade cronológica, parecia ser fundamental na explicação da constituição social, econômica e política da própria Inglaterra setecentista.

Até seu centenário e a emergência da Revolução Francesa, muito aconteceu em sua Fortuna. Como diz Koselleck, durante o século XVIII, revolução se tornou a palavra da moda. “Os iluministas encontravam-se em terreno conhecido” (KOSELLECK 2006a, p. 67), quando empregaram o termo no sentido moderno. Aos primeiros sinais de turbulências na França, os coevos já tinham os meios disponíveis para a compreensão do conceito em suas novas bases.

As experiências inglesas proveram muitos exemplos aos americanos e franceses dos fins no século XVIII, em sua forma de ação e na construção política: no republicanismo, no regicídio, na suposição de uma igualdade natural. Mas há uma contribuição vista como secundária. Mais do que modelos políticos, os ingleses do seiscentos forneceram igualmente o vocabulário, para que os revolucionários do século XVIII soubessem que o que estava acontecendo era uma revolução. No entanto, longe de explicar a adesão e a utilização da noção de revolução unicamente pela influência inglesa, como uma simples relação causal das nações rumo à modernidade, devemos refletir sobre as referências que tinham para o entendimento do termo.

Em uma rápida observação nos dicionários do século XVIII, já percebemos a assunção do sentido político, mesmo que ainda com uma relevância maior do significado tradicional. Já em 1702, poucos anos após a Revolução Gloriosa, percebemos a entrada política do termo. No *The English Dictionary*, de John Kersey, temos como significado de *revolution*: "(i. e. girando sobre) um certo, curso dos planetas, tempo, etc.) ou uma mudança de governo".⁴ Mesmo que de forma tímida e secundária, o sentido político do vocabulário passa logo a ocupar espaço já no início do século XVIII (KERSEY 1702).

Na edição de 1720 do dicionário *The new World of words*, de Edward Phillips, apesar da importância maior dada ao sentido astrológico da palavra, vemos: "propriamente um retorno, girando ao redor; uma notável mudança no Governo, ou grande virada nos eventos" (PHILIPS 1720).⁵ Na mesma década, em uma enciclopédia londrina, editada por Ephraim Chambers, o sentido político já apareceria em destaque, vindo inclusive antes dos significados originais da palavra. Para o *Cyclopaedia*, revolução significava "uma grande volta ou mudança no Governo". E lembrava que, entre os ingleses, o termo era utilizado para a assunção de Guilherme e Maria, após a abdicação de Jaime II (CHAMBERS 1728).⁶

Ainda, no dicionário de Samuel Johnson, de 1755,

4. No original: "(i. e. whirling about) a certain, course of the planets, time, &c.) or a change of government".

5. No original: "Properly a rolling back, or, whirling round; a notable change of Government, or great Turn of Affairs".

6. No original: "A grand Turn or Change of Government".

A *Dictionary of English Language*, podemos ler entre os significados possíveis para revolução, em meio aos sentidos já conhecidos, seu sentido político. Segundo é apresentado, *revolution* poderia indicar também uma "mudança no estado de um governo ou país". E sugeria, assim como o editor de *Cyclopaedia*, que o vocábulo "é utilizado entre nós [...] para a mudança produzida pela admissão do rei Guilherme e a rainha Maria" (JOHNSON 1755).⁷

Igualmente, em uma pesquisa sobre as recorrências do termo na plataforma *Early English Books Online* (EEBO)⁸, é possível perceber que só a partir do século XVII temos uma maior relevância na utilização da palavra. Esse emprego cresce substancialmente durante os seiscentos, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

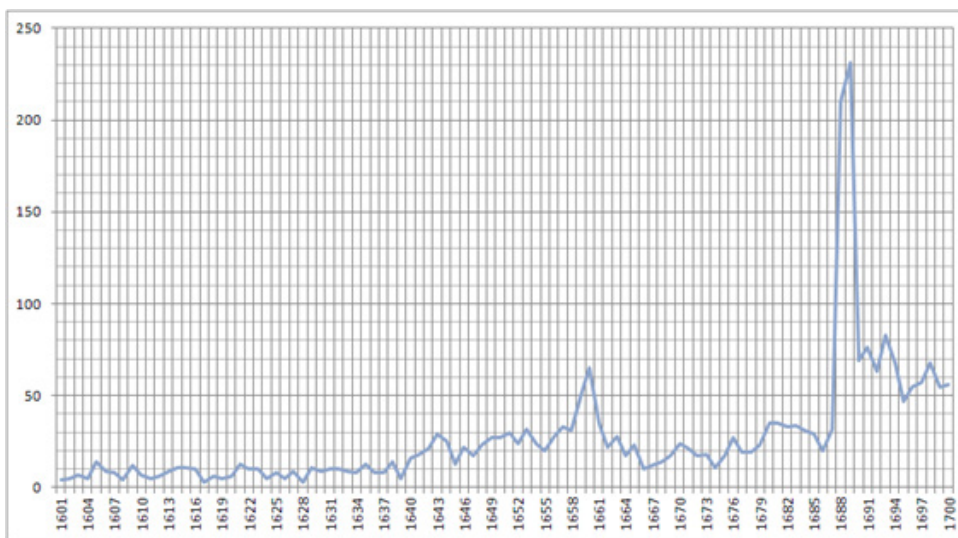


Gráfico 1 – Recorrência do termo revolução durante o séc. XVII.

Coincidentemente, se percebe uma utilização ainda mais destacada a partir da eclosão da guerra civil inglesa em 1642. No Interregno, há um pico de mais de 50 entradas no período após a morte de Oliver Cromwell, a instalação da *Commonwealth* e o retorno de Carlos II, em maio de 1660. Ainda, é interessante observar no gráfico uma queda brusca no vocabulário com a Restauração. Apenas nos anos de 1688 e 1689 teremos uma alteração drástica dessa tendência. No ano das discussões sobre a deposição de Jaime II, o número de registros indicados

7. No original: "Change in the state of a government or country; It is used among us [...] for the change produced by the admission of king William and queen Mary".

8. Disponível em: <http://eebo.chadwyck.com/home> Acesso em: 20 jan. 2017.

na plataforma EEBO salta de 32, no ano anterior, para 210. Sendo o auge atingido em 1689, 231 recorrências para o termo foram encontradas.

Vendo esses números, é impossível afirmar que os ingleses desconheciam o termo, mesmo que em seu sentido tradicional e científico, concorrendo com o uso mais político de revolução. Mesmo que sub-repticiamente, aquele campo semântico correu pelos discursos sociais. Desde então, eles sabiam que aquilo que estava acontecendo era um episódio revolucionário. O próprio evento foi denominado assim.

Obsevando as obras listadas na plataforma, entre os anos de 1688-1700, podemos perceber um uso cada vez mais constante do termo no título dos textos. Antes, a palavra quase nunca era usada sozinha, era sempre um complemento a algo. Falava-se em revoluções dos tempos, revoluções dos planetas, revoluções dos Estados. No entanto, o termo Revolução se torna cada vez mais frequente nos títulos e no conteúdo das obras; usado no singular, grafado como um nome próprio, com a primeira letra maiúscula e designando um evento específico.⁹

Igualmente é interessante notar a presença de uma delimitação espacial específica: "*Revolution of England*", "*Revolution in England*", "*Revolution in Britain*", "*Revolution in Scotland*" etc. Também é notável a utilização do pronome possessivo para designar o evento: "*our revolution*". Além disso, o termo não ficou restrito ao mundo britânico. Pode-se ler sobre acontecimentos ocorridos em outros lugares e épocas, interpretados como Revoluções: "*Revolution in Portugal*",¹⁰ "*Revolution in Naples*"¹¹ e "*Revolution in Sweden*".¹² Além desse elemento espacial, a Revolução também carregava um caráter temporal definidor. É tratada como "*present revolution*", "*late revolution*", ou algo sem comparação com outros eventos do passado: "*not to be paralled*". Ainda, por essa concepção, pode ser tratada como um corte no fluxo do tempo, sendo indicados uma época e eventos "*before the Revoution*", "*since the Revolution*" ou "*after the Revolution*".

9. Os apontamentos feitos aqui são frutos da observação da listagem de obras registradas na plataforma EEBO contendo a palavra "revolution", em março de 2016. Por não citar uma fonte diretamente, escolhi deixar os termos na língua original e como costumam aparecer nos textos.

10. Trata dos eventos de 1640, conhecidos sobre o nome de Restauração Portuguesa.

11. Refere-se à Rebelião de Masaniello, em 1647.

12. Refere-se à revolta sueca contra o rei Cristiano II, em 1521-1523, deposto por Gustav Vasa.

Há também a adjetivação do evento, o que, de certa forma, está intimamente ligada a uma tentativa de justificar suas causas e apontar seus benefícios. Em muitas obras, a deposição de Jaime II é descrita como "*wonderful Revolution*", "*great Revolution*", "*happy Revolution*", "*glorious Revolution*" etc. Além disso, a alteração é descrita por seus defensores como um trabalho divino, conduzido pelas mãos da Providência. No entanto, essa percepção não foi um consenso. Havia aqueles defensores do antigo rei Stuart e da necessária fidelidade dos súditos aos soberanos. Entre 1688-1693, como indicou M. P. Thompson (1977), a Revolução passou longe do consenso que a historiografia *Whig*¹³ propôs. Havia aqueles que enxergavam a deposição de Jaime II como ilegítima e abominável, sendo uma violação aos juramentos de fidelidade, fruto de uma invasão estrangeira e de uma conquista garantida pela força, mas injustificável por direito.

Todavia, o argumento da conquista auxiliou a aceitação da Revolução por *tories*,¹⁴ que, de início, eram seus opositores. Considerada obra divina ou fruto de uma Guerra Justa, a ascensão de Guilherme e Maria foi tratada como um fato e que mereceria a fidelidade de todos os ingleses, para manutenção da ordem social e estabilidade do reino (THOMPSON 1977). Ambos os grupos demonstravam preferir Guilherme e o novo governo a Jaime II. Como sugere H. T. Dickinson, "uma vez que o estabelecimento da Revolução¹⁵ estava firmemente consumado, os *Tories* começaram a seguir os *Whigs*, enfatizando que o novo regime se deu na restauração da Antiga Constituição aos seus princípios originais" (DICKINSON 1976, p. 33).¹⁶ No entanto, apesar do consenso sobre os benefícios da Revolução, a diferença entre os partidos era marcada em sua atuação política. E isso passava impreterivelmente pela interpretação que sustentavam sobre os eventos de 1688-1689.

O início do século XVIII foi marcado pelo uso político da história. Autores com tendências de ambos os partidos sustentavam interpretações da Revolução com fins pragmáticos, preocupados mais em servir a questões políticas e religiosas

13. Partido de tendência liberal e que pregava a supremacia do Parlamento na política.

14. Partido conservador de tendência realista e que pregava o domínio da Coroa.

15. O termo "*Revolution settlement*" é utilizado para designar todos os elementos que garantiram a defesa da religião protestante e dos direitos ingleses, entre a *Bill of Rights* (1689) e o *Act of Settlement* (1701). Muito além de indicar apenas a alteração política, trata das leis, dos atos parlamentares etc.

16. No original: "*Once the Revolution settlement was firmly established the Tories began to follow the Whigs in stressing that the new regime was only the ancient constitution restored to its original principles*".

do presente do que escrever com alguma imparcialidade. Procurando se eximir das cargas da não obediência e da resistência, *Tories* defendiam a tese da vacância ou abdicação do trono real para justificar a alteração política. Ao contrário, autores de tendência *Whig* procuravam justificar a justa oposição a Jaime II, defendendo o direito à resistência e a ideia de que o monarca havia quebrado os pactos firmados com a população inglesa (RICHARDSON 1998a).

No entanto, a Revolução ainda era justificada dentro de princípios históricos. Sob as perspectivas de ambos os partidos, a ascensão dos Orange teria restaurado e preservado a religião, os direitos e liberdades do povo inglês. Ao crescente *Torismo* do início do século, se seguiu uma forte predominância *Whig*, com o destaque obtido por Robert Walpole, a partir do governo de George I. Agora no poder, estavam mais preocupados com a manutenção da estabilidade política e adotaram uma postura mais conservadora, procurando se afastar das antigas bases que sustentavam a oposição a partir do direito de resistência e da teoria do rompimento dos pactos. Essa mudança, no entanto, afetou drasticamente a interpretação de seus adeptos sobre a Revolução (DICKINSON 1976).

A partir da década de 1730, se consolidou uma perspectiva em que a própria Revolução seria responsável por libertar a Inglaterra da escravidão. O retorno às garantias passadas seria, na verdade, a volta aos grilhões que acorrentavam o povo inglês. Nesse sentido, a Revolução seria responsável por inaugurar uma nova era de liberdade, sendo guia de conduta para as ações futuras. O estabelecimento revolucionário teria sido o responsável pelas benéficas experimentadas no presente e a fundação de uma constituição moderna, superior à antiga. Dessa forma, a ordem civil e a estabilidade política seriam vistas como os mais importantes elementos para assegurar essa nova liberdade, só atingidas com os eventos do final do século XVII (DICKINSON 1976; RICHARDSON 1998a).

Uma nova era

Esse rompimento com os laços históricos, constituições e costumes do passado, antes empunhados como justificativa para a resistência, se deu em detrimento do fortalecimento de formulações abstratas e racionais. O século XVIII marca uma transição no gosto intelectual, da ênfase baseada na erudição medieval, na tradição jurídica e na pesquisa documental para uma razão não histórica, fruto da imaginação e reflexão individual. Assim, a conservação do presente se justificou a partir de uma teoria política focada no futuro, não no passado. A compilação e a prática antiquária seriam vistas como indignas, como limitação e falta de iluminação. Em uma época de desconfiança e ceticismo com a História, estudar o passado teria pouca relevância para a ação humana e para a formulação de ideias gerais (POCOCK 1987; DOUGLAS 1943).

Dessa forma, todas as histórias particulares foram colocadas sob os princípios de uma História única, desenvolvida como filosofia e na qual a ideologia do Progresso buscava hierarquizar graus de evolução. Essa qualificação temporal possibilitou a sensação de uma ruptura drástica com o passado, trazendo como consequência a afirmação do presente como uma época única e distinta, e a rejeição dos tempos e conhecimentos anteriores. Nesse sentido, a Revolução teria um papel fundamental, pois inauguraria o novo, com a ruptura e superação de estruturas consideradas arcaicas e anacrônicas em direção à modernidade.

Esse foco na razão, distante das querelas e justificativas do passado, foi terreno fértil para o desenvolvimento de uma história filosófica. Colocando-se acima das disputas políticas e religiosas do presente, o filósofo prometia se eximir dos extremos partidários, facciosos e dos interesses particulares. Para isso, deveria adotar uma postura cética e crítica, tendo como único guia o pensamento racional. Sob essa perspectiva, David Hume escreveu uma importante contribuição à história do reino: *The History of England*. Para o escocês, a Revolução teria iniciado "uma nova época na constituição", atuando e promovendo "muitas questões importantes em favor da liberdade" e do povo.

Assim, como sugere, seria possível afirmar, sem exageros, “que nós, nessa ilha, jamais apreciamos, se não o melhor sistema de governo, ao menos o mais completo sistema de liberdade, jamais conhecido entre a espécie humana” (HUME 1983).¹⁷

O entusiasmo de Hume não era um caso isolado. Certamente, os eventos de 1688 foram o grande exemplo de Revolução para os autores setecentistas. John Millar (2006), outro escocês interprete do governo e costumes ingleses, defendia que a História da Inglaterra podia ser dividida em dois eixos: aquilo que aconteceu antes da Revolução e aquilo que aconteceu depois. A Revolução proporcionou “vantagens eminentes à constituição, que surgiu efetivamente para assegurar os mais importantes direitos da humanidade”.¹⁸ Já para o jornalista radical e político inglês, John Wilkes (1805, p. 161), a Revolução de 1688 inauguraria “a grande era da liberdade inglesa. A partir desse período auspicioso, a liberdade fez residência de forma regular e ininterrupta em nossa feliz ilha”.¹⁹ Essa mesma percepção recebia a concordância do embaixador inglês Robert Molesworth (2011). Como afirmou, “desde a Revolução em Oitenta e oito, estamos assentados sobre uma outra e melhor fundação”.²⁰

Mesmo uma grande referência entre os *Tories*, como o Visconde de Bolingbroke, escreveu a favor da Revolução. Em 1733, defendia a unanimidade do estabelecimento revolucionário, apesar das diferenças políticas e partidárias: “a Revolução é vista por todos os lados como uma nova Era” e o novo *Settlement*, por todo país e partidos é tido “como uma *nova magna Carta*, de onde *novos Interesses, novos Princípios de Governo, novas Escalas de Submissão, e novas Obrigações* emergiram” (BOLINGBROKE 1735, p. 9).²¹ Ainda, é interessante notar a exaltação da Revolução por seus desdobramentos econômicos. Muitos autores enalteciam a estrutura que a ascensão da dinastia de Orange possibilitou ao comércio, finanças e prosperidade da nação inglesa e do conjunto britânico, como Adam Smith (2003, p. 1170), os irmãos James (1777) e Adam Anderson (1801) etc. Também Millar defendeu que, depois da Revolução, a “Inglaterra

17. No original: “A new epoch in the constitution; many important questions in favour of liberty; that we, in this island, have ever since enjoyed, if not the best system of government, at least the most entire system of liberty, that ever was known amongst mankind”. Todas as obras setecentistas citadas aqui podem ser encontradas na internet, mas, devido aos limites do artigo, decidi não colocar os links na bibliografia.

18. No original: “Eminent advantages of a constitution, which appeared effectually to secure the most important rights of mankind”.

19. No original: “The great era of English liberty. From this auspicious period, freedom has made a regular uninterrupted abode in our happy island”.

20. No original: “Since the Revolution in Eighty-eight, that we stand upon another and a better Bottom”.

21. No original: “The Revolution is looked upon by all Sides as a new Aera; as a new magna Charta, from whence new Interests, new Principles of Government, new Measures of Submission and new Obligations arise”.

desfrutou sem um rival, em uma situação admirável, de seu comércio e manufaturas" (2006).²²

No entanto, a Revolução de 1688-1689 não era vista somente como ponto fundamental na história do Reino Unido e restrita aos domínios britânicos. Era vista como digna de recomendação e exemplo a ser seguido por outros países (PINCUS 2009, p. 12). Para o pregador radical, Richard Price (1789), os tempos atuais seriam prósperos a todos os amigos da liberdade e aos povos interessados em despertar e se libertar dos grilhões que os prendiam. Como escreveu, "eis que a luz que lançastes, depois de libertar a América, refletiu sobre a França, e acendeu uma fogueira que lançou o despotismo em cinzas, aquecendo e iluminando a Europa!".²³ De forma semelhante, Millar (2006) apontava que "a revolução na Inglaterra manteve viva aquela faísca que acendeu a chama da liberdade em outros países, e agora é provável que plaine insensivelmente sobre todo o mundo habitável".²⁴ Robert Molesworth (2011), em 1711, sugeriu que "ninguém pode ser um sincero Amante da Liberdade", não estando amparado nos princípios da Revolução e não atuando "para o crescimento e divulgação dessa Benção para todos os povos".²⁵ Para Wilkes, a Inglaterra, desde a fuga de seu último tirano, abraçou a "causa da liberdade", fazendo de sua população a mais feliz entre os povos. Segundo o autor, os ingleses e o reino seriam "os protetores da liberdade universal, o flagelo dos tiranos, o refúgio dos oprimidos", sendo essas "as verdadeiras glórias dessa terra de liberdade, na mais esclarecida era da filosofia" (WILKES 1805, p. 204).²⁶

A Revolução de 1688 não era apenas objeto de recomendação, mas também objetivo a ser buscado por outros lugares. Por toda Europa, o exemplo inglês era perseguido, formando o próprio entendimento do termo. Colocava-se, assim, em oposição aos interesses limitados e pessoais de uma guerra civil ou rebelião. A partir de um movimento revolucionário e organizado pela própria sociedade civil, a revolução ergueria um Estado possuidor do monopólio da legitimidade das ações e decisões, contra qualquer

22. *No original: "England enjoyed without a rival, promoted, in a wonderful degree, her commerce and manufactures".*

23. *No original: "Behold, the light you have struck out, after setting AMERICA free, reflected to FRANCE, and there kindled into a blaze that lays despotism in ashes, and warms and illuminates EUROPE!".*

24. *No original: "The revolution in England kept alive that spark which kindled the flame of liberty in other countries, and is now likely to glide insensibly over the whole habitable globe".*

25. *No original: "No Man can be a sincere Lover of Liberty; increasing and communicating that Blessing to all People".*

26. *No original: "Cause of freedom; the patrons of universal liberty, the scourge of tyrants, the refuge of the oppressed; true glories of this land of liberty, in the most enlightened age of philosophy".*

reivindicação dos laços e fidelidades partidárias, comunitárias, familiares ou religiosas (KOSELLECK 2006a, p. 66-68). A Revolução estava acima dos interesses particulares, sejam eles de seitas ou tiranos. Conforme indicou Montesquieu, “todas nossas histórias estão cheias de guerras civis sem revoluções”; ao contrário, “as dos Estados despóticos estão cheias de revoluções sem guerras civis” (MONTESQUIEU 1996, p. 68).

De modo semelhante, Voltaire observava a Revolução na Inglaterra com entusiasmo, pois “em outros países, só fora possível chegar-se a revoltas e guerras civis sangrentas e infrutíferas” (KOSELLECK 2006a, p. 68). A Revolução seria algo capaz de apresentar novos horizontes e libertar os povos das garras do despotismo, afastando-se do movimento circular que delineava um círculo vicioso e um futuro que se apresentava como repetição.

Interessante perceber essa perspectiva ao observar os dois termos na *Encyclopedie* de Diderot e D’Alembert. De um lado, temos a total ausência de referências à guerra civil (*guerre civile*) no verbete “*Guerre*” (1757). Como sugere Koselleck, “quanto mais progredia o Iluminismo, mais a guerra civil parecia tornar-se pálida reminiscência histórica” (KOSELLECK 2006a, p. 68). Do outro, vemos a adoção do novo sentido no verbete “*révolution*” (1765). Apesar da indicação e descrição dos significados cíclicos e tradicionais (astrológico e geométrico), o conceito é apresentado primeiramente como um termo político, indicando “uma mudança significativa acontecida no governo de um estado”.²⁷ Ainda, na segunda definição apresentada, relaciona o entendimento do termo a um evento histórico específico: a Revolução de 1688. Segundo o verbete, “embora a Grã-Bretanha tenha experimentado em todas as épocas muitas revoluções, o inglês especialmente consagrou este nome a de 1688, em que o príncipe de Orange Guilherme de Nassau, subiu ao trono em lugar de seu sogro – Jaime Stuart”.²⁸

Com o passar do século XVIII, cada vez mais o vocabulário se adere à linguagem pública, estando nas penas de muitos autores de destaque e não sendo possível indicar a exclusividade de uma área sobre o termo. A palavra revolução quase sempre

27. No original: “Un changement considérable arrivé dans le gouvernement d’un état”.

28. No original: “Quoique la Grande - Bretagne ait éprouvé de tous tems beaucoup de révolutions, les Anglois ont particulièrement consacré ce nom à celle de 1688, où le prince d’Orange Guillaume de Nassau, monta sur le trône à la place de son beau - pere Jacques Stward”.

é utilizada para indicar uma mudança ou alteração, seja ela humana, natural, subjetiva ou social. Fala-se de revoluções dos sentimentos, revoluções dos costumes, revoluções do pensamento etc. Como indica Reinhart Koselleck, "tudo aquilo que se via e se descrevia era compreendido a partir da perspectiva da transformação, da comoção. A revolução abarcava os costumes, o direito, a religião, economia, nações, Estados e continentes, enfim todo o globo terrestre" (KOSELLECK 2006a, p. 67). Inclusive, como indicou Bernard Cohen (1976), a própria noção científica do termo, que antes moldou o entendimento do vocábulo como algo circular, passou a sofrer influência do sentido político. A partir do século XVIII, passou a descrever uma ruptura com o passado, em que uma nova teoria ou autor inauguraria uma nova época.

Todavia, outro desafio se colocava à Revolução de 1688. Com os eventos americanos e franceses, o presente foi novamente convidado a repensar o estabelecimento revolucionário do final do século XVII. Se, antes, a razão e a sensação de uma nova era foram levantadas por *Whigs* em defesa da preservação das conquistas obtidas com a revolução, nas décadas finais do setecentos eram esses mesmos princípios que pareciam ameaçar a sociedade estabelecida, sustentando uma completa ruptura com o passado.

A Revolução na França e a não revolução de 1688

Conjuntamente às turbulências do outro lado do Atlântico e além do canal da Mancha, se percebe um fortalecimento do radicalismo na Inglaterra. Essa relação, no entanto, não era uma via de mão única. Ao mesmo tempo em que os acontecimentos na França eram lidos sob as lentes das comoções de 1688-1689, as interpretações sobre a Revolução na Inglaterra sofriam influência dos preceitos franceses. Os contatos eram intensos e impulsionaram uma série de correspondências entre os participantes da Sociedade da Revolução em Londres, com a Assembleia Nacional e outros amigos da Liberdade na França

(1792). Como aponta Richardson, era comum e confortável entre setecentistas comparar os eventos revolucionários na França ao passado inglês. O debate que a agitação popular e a efervescência intelectual fomentavam se colocava sobre o âmbito dos princípios e das possibilidades de ação, sustentados sobre suas percepções de direito, obrigações e poder. Tais questões, todavia, tinham sérias implicações historiográficas, se relacionando às concepções de tempo que defendiam, tendo em vista o peso que davam ao passado e ao futuro nas ações do presente (RICHARDSON 1998b, p. 64-65).

A interpretação radical de 1688 não era nova. O início do século XVIII marca um consenso *Whig* pela teoria contratualista do rompimento dos pactos. Nesse sentido, acreditavam que a Revolução tinha sido transformadora, inaugurando uma nova era de liberdades civis e religiosas, sendo justa e necessária. A partir 1715, no entanto, com a preponderância *Whig* no governo e a defesa da estabilidade, houve um afastamento da concepção radical anterior. Assim, estabeleceu-se uma divisão entre *Establishment Whigs*, simpatizantes de Walpole, e *Opposition Whigs*, defensores do caráter ainda incompleto dos princípios da Revolução (PINCUS 2009, p. 15-21). Assim, como expressou Price, “embora a Revolução tenha sido uma grande obra, não foi de modo algum uma obra perfeita” (1789).²⁹

29. No original: “Though the Revolution was a great work, it was by no means a perfect work.”

A partir da década de 1760, se percebe um maior destaque de obras contendo uma interpretação radical da Revolução de 1688. Para muitos autores, a narrativa *Whig* oficial em prol da estabilidade política e da ordem social era insuficiente. O protagonismo da História não podia se limitar às ações e decisões do Parlamento, eram necessárias medidas que adotassem reformas mais drásticas e que ampliassem o poder dos representantes populares. Sob essa perspectiva, defendiam que o estabelecimento do final do século XVII não foi o responsável por assegurar a liberdade, mas por estabelecer uma oligarquia, que corrompeu os princípios originais da Revolução em favor de interesses privados (RICHARDSON 1998b; DICKINSON 1976). Em 1776, John Cartwright, um

dos mais notáveis apologistas por reformas parlamentares, defendia a existência de parlamentos anuais contra a longa duração dos mandatos parlamentares, que, segundo ele, fazia com que os membros políticos se esquecessem de seus deveres com o bem público. Como diz, “os sentimentos de grande parte da nação não são os mesmos que os sentimentos dos longos parlamentos estabelecidos na corrupção: nem são a linguagem de tais parlamentos com seu príncipe, sempre expressando o *senso do povo*” (CARTWRIGHT 1776, p. xvi).³⁰

No entanto, a postura radical, não se limitou a uma perspectiva que pressupunha unicamente um retorno aos pactos originais do passado. Nas últimas décadas do século, se fortaleceu a interpretação de que a Revolução de 1688 ainda precisava ser pensada para além da experiência, das limitações da existência real. Em consonância com a moda intelectual das Luzes, defendia o abandono das atitudes e escolhas do passado como guias de conhecimento e ação, em prol da razão e da moral. Como indicou James Mackintosh (2006), em 1791, “não é porque fomos livres, mas porque temos o direito de sermos livres, que devemos exigir liberdade. Justiça e liberdade não têm nascimento, nem raça, juventude ou idade”.³¹ O passado deveria ser aperfeiçoado pelo novo, em uma concepção progressiva do desenvolvimento humano.

A perspectiva radical ganhou ainda mais força com as agitações americanas e francesas. No entanto, se estimularam o radicalismo inglês; em contrapartida, provocaram também uma feroz reação conservadora, interessada em preservar a atual constituição e evitar que a Inglaterra tomasse o mesmo rumo dos eventos acontecidos na França. Como apresenta Dickinson, alguns, apegados às formulações dos *establishment whigs*, buscavam apontar os melhoramentos conquistados com a Revolução, contra a possibilidade de os súditos defenderem um direito de resistência, devido ao rompimento com os pactos passados, hipotéticos ou reais. Outros eram ainda mais combativos à possibilidade do direito à resistência e sustentavam uma interpretação conservadora da Revolução,

30. No original: “The feelings of the great bulk of the nation, are not the same with the feelings of long parliaments founded in corruption: nor will the language of such parliaments to their prince, ever express the sense of the people”.

31. No original: “It is not because we have been free, but because we have a right to be free, that we ought to demand freedom. Justice and liberty have neither birth nor race, youth nor age”.

defendo que a alteração no governo aconteceu sem qualquer resistência, a partir da abdicação de Jaime II. A revolução tinha sido meramente restaurativa. Nada havia sido feito para atingir e estabelecer novas formas de governo, leis ou hierarquias sociais (DICKINSON 1976, p. 42-43).

Sob esses princípios, certamente o autor mais importante e influente foi Edmund Burke. Interessado em combater a tendência racionalista que vinha das Luzes e da Revolução na França, defendia o apego ao passado, à experiência e à tradição como resposta à radicalidade francesa e como elemento constituinte do caráter inglês (BURKE 2014). Como sugere Pocock, uma das características mais marcantes do pensamento burkeano é seu exposto antirracionalismo. Poderia ser “colocado em oposição a qualquer sistema racionalista da política, que apresentasse a sociedade política como originalmente baseada na chancela de mentes individuais para princípios universais discernidos racionalmente” (POCOCK 1960, p. 135-136).³² Enquanto os autores radicais propunham afastar a história do pensamento político em detrimento da razão e de direitos inalienáveis, Burke defendia a existência e a validade de direitos historicamente justificados, transmitidos como herança, em continuidade às escolhas passadas, e não em decorrência de princípios abstratos.

32. No original: “Set in opposition to any rationalist system of politics, which presents political society as based originally on the assent of individual minds to universal principles rationally discerned”.

Dessa forma, escrevia em combate às ideias do dissidente Richard Price, que, segundo ele, teria confundido os princípios e objetivos da Revolução acontecida em 1688 na Inglaterra com aquela que se passava na França. Para o autor, ao contrário do que pregava a Sociedade da Revolução, aquela Revolução havia sido “feita para preservar nossas *antigas* e indiscutíveis leis, liberdades e aquela *antiga* Constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade”. Sendo assim, “a simples ideia de criar um novo governo” seria algo “suficiente para encher-nos de repulsa e horror” (BURKE 2014, p. 52-53).

Permitir que a Inglaterra caísse sobre as ideias empregadas na França, rompendo a ordem, a continuidade, as fidelidades e as leis, seria um desfavor ao reino. Viciados em mudanças

e hipnotizados pelas novidades, muitos adeptos desses princípios, “não sentem nenhum tipo de preocupação em relação à duração de um edifício erguido às pressas”, afinal “a duração não é objetivo de preocupação para quem pensa que pouco ou nada foi feito antes de seu tempo e deposita todas as suas esperanças em descobertas”. Essas doutrinas e sentimentos, todavia, são “completamente distintos daqueles que sempre seguimos na Inglaterra”. Da mesma forma, como era defendido por muitos autores radicais e afirmado por alguns na França, acreditava que seria infundada a percepção de que a experiência inglesa teria algo a ensinar aos franceses ou anteciparia àquela Revolução. Como diz, “estamos tão pouco dispostos a receber essas lições da França quanto certos de que nunca as ensinamos àquela nação” (BURKE 2014, p. 107).

No entanto, como notoriamente definiu Novalis, “foram escritas várias obras antirrevolucionárias sobre a Revolução. Burke escreveu um livro revolucionário contra a Revolução” (NOVALIS *apud* SOARES 2014, p. 7). As formulações de Edmund Burke foram explosivas, condicionando e influenciando as reflexões sobre a Revolução de 1688 por gerações. Muitos radicais, defensores das Revoluções americana e francesa, escreveram contra Burke, mas, no entanto, assumiram sua tese: a Revolução de 1688 seria meramente restaurativa, não revolucionária, e, por isso, completamente distinta das revoluções oitocentistas. Enquanto Burke defendia o peso das escolhas do passado sobre o presente, os entusiastas da razão e do progresso pregavam a libertação dos modelos antigos, com os olhos voltados para o futuro. Assim, a Revolução de 1688 tornou-se apenas uma sombra das chamadas modernas revoluções (DICKINSON 1976; RICHARDSON 1998b).

Considerações Finais

Antes de terminar, no entanto, gostaria de tratar sobre algumas questões que, embora possam ser verificadas implicitamente nesse texto, serão mais úteis, se abordadas

às claras. Essa reflexão epistemológica é importante porque perpassa a própria construção do artigo. Às vezes, estiveram presentes no incômodo que impulsionou a escrita; outras eram hipóteses que se confirmaram (ou não) apenas ao fim do texto.

A primeira delas diz respeito ao termo “moderno”. Embora ao longo do texto não tenha me preocupado com a utilização da palavra entre aspas, o que poderia sugerir uma inadequação e descarte precipitados, fiz essa opção no título. A escolha por usar aspas no título não busca uma definição ou destaque, mas se trata de um alerta a um tema escorregadio e perigoso. Tratando da questão como emergência podemos nos afastar daquelas interpretações que reforçam o caráter temporal do conceito. Sob essa perspectiva, a noção de “moderno” marcaria uma periodização e uma progressividade. Aquilo que é considerado moderno surge como superação do que se acreditava tradicional; e, em alguma medida, a revolução seria a parteira dessa modernidade. Apenas após uma Revolução, homens e mulheres seriam libertados das amarras do mundo tradicional. No entanto, a partir de uma concepção focada nas disputas sociais e políticas pelos termos, mais preocupada com a sincronia, não vemos as reminiscências como sentidos obsoletos e anacrônicos, mas como forças em disputa.

A partir disso, poderíamos nos questionar: a Revolução de 1688 foi uma revolução moderna? Esse, no entanto, é um falso problema. A alcunha revolucionária serviu mais para insuflar os brios nacionais, como porta de entrada para a modernidade, do que foi útil para explicar algo. É mais interessante pensar nos argumentos e intenções daqueles que viveram as revoluções, para justificar, legitimar ou impedir as mudanças políticas, sociais, culturais etc. do que utilizar “revolução” como uma categoria *a priori* que descarte ou inclua certos eventos no *hall* de revoluções, propondo um modelo a seguir para as turbulências sociais exitosas.

Nesse sentido, uma terceira questão se levanta: quando então surgiu o moderno conceito de revolução? Os argumentos mobilizados na Revolução de 1688 são majoritariamente históricos.

Apesar das mudanças que evitaram ou que realizaram, talvez não encontremos aquilo que se convencionou chamar de "moderno conceito de revolução" no século XVII. Teríamos que esperar o século XVIII para isso. No entanto, quando as primeiras comoções sociais aconteceram em 1776 e 1789, americanos e franceses sabiam o que estava acontecendo. Tinham o vocabulário para descrever aqueles eventos. Isso se deve muito às mudanças pelas quais a Revolução de 1688 passou. Certamente, não o evento em si, mas como foi lida e justificada pela sociedade inglesa setecentista.

Isso nos leva à nossa última questão: a Revolução de 1688 foi meramente restaurativa? A historiografia *Whig* nos fez crer que sim. Mesmo aqueles historiadores que se propuseram a superar aquela interpretação, acabaram caindo na mesma armadilha. Sem querer ignorar as exceções do século passado, o caráter conservador da Revolução Gloriosa, da Revolução sem derramamento de sangue, se tornou quase um consenso. Certamente, as formulações de Burke contribuíram para essa percepção. Sua voz foi o mais poderoso grito do período, no entanto era só uma voz no complexo social. Assim, menos do que uma descrição isenta, devemos perceber uma intencionalidade em suas *Reflexões* e que contrasta com muitos escritores do período. Ao apontar o caráter não revolucionário da Revolução de 1688, conseguiu afastar a Inglaterra daquela radicalidade de seu vizinho, contribuindo para a formação do cidadão inglês e da forma de pensar inglesa como avessa a revoluções.

Então 1688 não mudou nada? Na percepção moderna e racionalista de uma ruptura radical, que não vê na experiência a possibilidade do diverso e da mudança fora da dicotomia progressista-conservador, talvez não. No entanto, para citar o próprio Burke: "um Estado sem meios para mudar, não tem meios para se conservar" (BURKE 2014, p. 44). Assim em nossa época de crítica à modernidade, de exaltação da experiência e em que o passado volta com um peso enorme sobre as ações do presente, como uma herança irrecusável – como um tempo que não passa (HARTOG 2013), utilizado enquanto passado prático (OAEKSHOTT 2000; WHITE 2014) e espaço de experiência (KOSELLECK 2006b)

- talvez reler Edmund Burke possa nos ajudar a pensar novas questões sobre a mudança em outros regimes de historicidade, em que a experiência não está abandonada sob uma suposta racionalidade autossuficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Adam. **Historical and chronological deduction of the origin of commerce, from the earliest accounts.** London: Printed J. White [...], 1801.

ANDERSON, James. **Observations on the Means of Exciting a Spirit of National Industry.** Edinburgh: Printed for T. Cardell, 1777.

ANON. **The Correspondence of the Revolution Society in London, with the National Assembly and with various societies of the Friends of Liberty in France and England.** London, 1792.

ARENDETT, Hannah. **Sobre a Revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARTFL Encyclopédie Project. "Guerre", v. 7, 1757, Disponível em: <<https://goo.gl/RWpZbq>> Acesso em: 20 jan. 2017.

ARTFL Encyclopédie Project. "Révolution", v. 14, 1765. Disponível em: <<https://goo.gl/75bkXK>> Acesso em: 20 jan. 2017.

BOLD, Henry. **St. Georges Day sacred to the coronation of his most excellent Majesty Charles the II.** By the grace of God King of England, Scotland, France and Ireland, defender of the faith, &c. / *By Hen. Bold olim è N.C. Oxon.*, London: printed for R. Crofts at the Crown in Chancery-lane, 1661.

BOLINBROKE, Henry St. John. **A dissertation upon parties in several letters to Caleb D'anvers, esq.** London: Printed by H. Haines, 1735.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França.** São Paulo: EDIPRO, 2014.

CARTWRIGHT, John. **Take your Choice!** London: Printed for J. Almon, 1776.

CHAMBERS, Ephraim. **Cyclopaedia volume 2.** Disponível em: <https://goo.gl/UUj6rk> Acesso em: 01 out. 2014.

COHEN, I. Bernard. The Eighteenth-century Origins of the Concept of Scientific Revolution. **Journal of History of Ideas.** v. 37, n. 2, 1976.

COTGRAVE, Randle. **A Dictionarie of the French and English Tongues.** In: *Lexicons of Early Modern English.* Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/Y3ioL5>> Acesso em: 01 out. 2014.

DICKINSON, H. T. The eighteenth-century Debate on the "Glorious Revolution". **History.** v. 61, n. 201 (1976).

DOUGLAS, David C. The End of An Age. In: _____ **English Scholars.** London: Jonathan Cape LTD., 1943.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HUME, David. **The History of England from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688,** Foreword by William B. Todd, 6 vols. (Indianapolis: Liberty Fund 1983). v. 6.

JOHNSON, Samuel. **A Dictionary of the English Language**: A Digital Edition of the 1755 Classic by Samuel Johnson. Edited by Brandi Besalke. Disponível em: <<https://goo.gl/5YuhTD>> Acesso em 01 out. 2014.

KERSEY, John. **English Dictionary** (1702). Consultado em: Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/dZFPb> Acesso em: 01 out. 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006a.

_____. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006b.

MACKINTOSH, Sir James. **Vindiciae Gallicae and Other Writings on the French Revolution**. edited and with an Introduction by Donald Winch (Indianapolis: Liberty Fund, 2006)

MILLAR, John. **An Historical View of the English Government, From the Settlement of the Saxons in Britain to the Revolution in 1688**, in four volumes, edited by Mark Salber Philips and Dale R. Smith, introduction by Mark Salber Philips (Indianapolis: Liberty Fund, 2006).

MOLESWORTH, Robert. **An Account of Denmark, with Francogallia and some Considerations for the Promoting of Agriculture and Employing the Poor**, Edited and with an Introduction by Justin Champion (Indianapolis: Liberty Fund, 2011).

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

OAKESHOTT, Michael. El racionalismo en la política. In: _____ . **El racionalismo en la política y otros ensayos**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

PHILIPS, Edward. **The new World of English Words**. In: Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/ypWfRg>> Acesso em: 01 out. 2014.

PHILLIPS, Edward. **The new world of words** (1720). Disponível em: <https://goo.gl/QHFk7U>. Acesso em: 01 out. 2014.

PINCUS, Steve. **1688: the first modern revolution**. London: Yale University Press, 2009.

POCOCK, J. G. A. Burke and the Ancient Constitution – a Problem in the History of Ideas. **Historical Journal**, 3, 1960.

_____. Conclusion: 1688 in the History of Historiography. In: _____. **The Ancient Constitution and the Feudal Law**: a study of English historical thought in the seventeenth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

PRICE, Richard. **A Discourse on the Love of Our Country, delivered on Nov. 4, 1789, at the Meeting-House in the Old Jewry, to the Society for Commemorating the Revolution in Britain. With an Appendix**. Second edition (London: T. Cadell, 1789).

RICHARDSON, R. C. The eighteenth century: the political uses of history. In: _____. **The Debate on the English Revolution**. New York: Palgrave Inc., 1998a.

_____. The French Revolution and the English history. In: _____. **The Debate on the English Revolution**. New York: Palgrave Inc., 1998b.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. v. 2. São Paulo:

Martins Fontes, 2003.

SNOW, Vernon F. The concept of Revolution in seventeenth-century England. In: **The Historical Journal**. v. 2, 1962.

SOARES, José Miguel Nanni. Introdução. In: BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

THOMPSON, M. P. The Idea of Conquest in Controversies Over the 1688 Revolution. **Journal of the History of Ideas**. v. 38, n. 1, 1977.

WILKES, John. **The correspondance of the late John Wilkes with his friends**. London: J. Taylor, Black Horse Court., 1805.

WHITE, Hayden V. **The Pratical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Jaime Fernando dos Santos Junior

jafersantos@gmail.com
Doutorando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Ramiro Barcelos, 2255 - ap. 12 Rio Branco
90035-007 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Brasil

RECEBIDO EM: 14/10/2017 | APROVADO EM: 19/03/2017

Historiadores e memória da historiografia no Rio Grande do Sul: a edição póstuma de *Terra Gaúcha* (1955), de Simões Lopes Neto

Historians and memory of historiography in Rio Grande do Sul: the posthumous edition of *Terra Gaúcha*, by Simões Lopes Neto

Jocelito Zalla

RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar o aparato paratextual póstumo de *Terra Gaúcha* (1955), ensaio histórico inédito do escritor regionalista João Simões Lopes Neto (1865-1916). Quais eram as condições (e os limites) da apropriação da obra e do autor no período da edição? Para tanto, busco aliar uma história editorial do manuscrito a uma tipologia das notas de rodapé elaboradas pelos historiadores-editores. A edição de *Terra Gaúcha* visava legitimar as posições adotadas pelo grupo de historiadores-folcloristas marginal no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), criando um precursor nobre e uma narrativa de memória para seu projeto de escrita de história. Essa operação passou pela atualização científica do texto, através da inclusão de notas de rodapé bibliográficas e documentais, e pela concessão ideológica a teses então dominantes a respeito da formação do Rio Grande do Sul. Essa autorização parcial, no entanto, acabou por reforçar o veto à identidade profissional de historiador para Simões Lopes Neto.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia sul-rio-grandense; Nota de rodapé; Historiadores.

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine the posthumous paratextual apparatus of *Terra Gaúcha* (1955), unpublished historical essay of regionalist writer João Simões Lopes Neto (1865-1916). What were the conditions (and limits) of the uses of the work and its author in the period of the edition? Therefore, we seek to combine an editorial history of the manuscript to a typology of the footnotes prepared by historians-editors. The edition of *Terra Gaúcha* aimed at legitimizing the positions taken by the group of marginal historians-folklorists in the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul - Brasil (IHGRS), creating a noble precursor and a memory narrative for its own writing history project. This operation allowed the scientific updating of the text, by including bibliographic and documentary footnotes. It also needed an ideological concession to the dominant historic theses about the social formation of Rio Grande do Sul. This partial authorization, however, turned out to strengthen the veto for a professional identity of historian to Simões Lopes Neto.

KEYWORDS

Sul-rio-grandense historiography; Footnotes; Historians.

Hoje reconhecido como ficcionista, João Simões Lopes Neto (1865-1916) foi um daqueles intelectuais da Primeira República, denominados de “polígrafos” por Sergio Miceli: um pequeno produtor independente que vivia dos rendimentos de várias modalidades de produção escrita (MICELI 2001, p. 54). Foi periodista, dramaturgo, folclorista e pretendeu-se historiador. Entre 1906 e 1910, redigiu um ensaio didático sobre a história do Rio Grande do Sul, *Terra Gaúcha*, que foi recusado pelas editoras do nicho educativo no estado. A redescoberta desse manuscrito inédito, referente ao primeiro volume do livro, aconteceu nos anos 1940, no âmbito dos esforços de resgate crítico de sua obra de ficção publicada, *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), capitaneados pelo poeta Augusto Meyer e pelo jornalista Carlos Reverbel, e que envolveram outros escritores da primeira geração modernista sul-rio-grandense e sua rede nacional. Em 1955, *Terra Gaúcha* foi publicado pela Sulina, após ter sido rejeitado pela Globo,¹ que então reeditava a literatura simoniana. O texto foi prefaciado e anotado pelos historiadores Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, buscando emendar equívocos factuais, lacunas documentais e algumas interpretações.

O objetivo deste artigo é analisar o aparato paratextual póstumo do livro, principalmente as notas de rodapé, que oferecem um sistema de mediação da leitura do ensaio que passa pelos debates de memória histórica dos anos 1950. De que maneira *Terra Gaúcha* foi usado nesses confrontos historiográficos? Como veremos, um grupo marginal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), do qual faziam parte Ornellas e Spalding, encontrou no ensaio simoniano relações com sua própria produção, o que levou à construção do personagem como um precursor da historiografia gaúcha. Ao lançar a obra tantas vezes rejeitada, os historiadores-editores buscaram elaborar uma narrativa de memória para seu próprio projeto de escrita da história, além de se notabilizarem no campo intelectual como agentes da reparação. Quais os limites dessa invenção?

1. A Livraria do Globo, de Porto Alegre, se tornou casa editora independente na década de 1930. Especializada em tradução, principalmente de literatura de língua inglesa (ramo ainda pouco explorado pelas concorrentes na época), estendeu sua rede de distribuição por todo o país. Nos anos 1940, era a segunda maior editora brasileira em número de títulos publicados, atrás apenas da Companhia Editora Nacional, de São Paulo.

Literatura e história: fluxos intelectuais e bases editoriais

A história do ensaio histórico de Simões Lopes Neto parece sintomática das relações entre literatos e historiadores no Rio Grande do Sul. A recusa do livro pelas autoridades públicas no setor de educação levou ao empenho também frustrado de edição. Entre as peripécias por que passou o manuscrito, está a perda de parte dele pelo contista e romancista Alcides Maya, escolhido a dedo por Simões para ser o prefaciador de sua obra de estreia nas artes de Clio. A “redescoberta” da primeira parte do livro não foi menos romanesca. Tudo começou com uma visita de Manoelito de Ornellas a Pelotas, em 1942. Naquele momento, o poeta da primeira geração modernista/regionalista do Rio Grande do Sul já era dono de uma vasta carteira de títulos, tendo lançado ensaios históricos, folclóricos e de crítica literária², o que lhe rendeu convite para palestrar na Biblioteca Pelotense, tendo como um dos temas a literatura simoniana. Ornellas foi apresentado à viúva de Simões Lopes, Francisca Meirelles Simões Lopes, conhecida como Dona Velha. Nos anos seguintes, ela recorreu ao escritor para tentar recuperar a segunda parte de *Terra Gaúcha* junto a Alcides Maya, no que não foi bem-sucedida.³ Mas a confiança depositada no escritor teria como contrapartida seu compromisso com a edição do ensaio histórico, que levaria mais de uma década para se concretizar.

Ornellas foi talvez o primeiro intelectual atuante na capital gaúcha a consultar o famoso baú que continha os resíduos do acervo simoniano original.⁴ Possuindo trânsito na Editora Globo, encaminhou o ensaio histórico para avaliação da casa, no mesmo momento em que Aurélio Buarque de Holanda preparava a edição crítica dupla de *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*. No entanto, a empolgação dos editores entrou em choque com a interdição de dois influentes intelectuais da empresa. Coube ao poeta Augusto Meyer, provavelmente na sombra do crítico e historiador Moysés Vellinho – diretor da revista de perfil erudito da Globo, *Província de São Pedro* –, dar o parecer definitivo: *Terra Gaúcha* era historiografia

2. Além dos livros de poesia *Rodeio de Estrelas* (1928) e *Arco-Íris* (1930), Ornellas havia publicado até a data *Dois discursos* (1930), *Tupanciretã* (1934) – ensaio sobre a história da região missioneira –, *Vozes de Ariel* (1938) – crítica literária –, *Tradições e Símbolos* (1940) – folclore e cultura regional.

3. Em cartas trocadas com Manoelito de Ornellas em 1942, Dona Velha conta que confiou o segundo volume de *Terra Gaúcha* a Alcides Maya numa de suas passagens por Pelotas. Junto a uma missiva de 1943, ela envia o primeiro volume da obra a Ornellas. Em 1944, sabendo da viagem do escritor ao Rio de Janeiro, ela solicita sua intervenção junto a Alcides Maya, na tentativa de recuperar o trecho perdido (SIMÕES LOPES 1944, p. 62).

4. É de 1943 a carta em que a viúva relata a Ornellas ter recebido do Rio de Janeiro um baú com manuscritos de Simões Lopes Neto.

desatualizada, equivocada em muitos pontos e, inclusive, carente da qualidade textual encontrada nos *Contos* e nas *Lendas*.

É verdade que a própria Dona Velha teve responsabilidade sobre a demora da publicação e o recuo da Globo, pois não contava com a recepção negativa em seu núcleo duro de intelectuais, reservando a empresa como uma opção derradeira para o livro. Queria, antes, esgotar seus recentes contatos no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁵ Entusiasmada com o novo sucesso da obra de ficção, ela acreditava que o ensaio histórico despertaria interesse de editoras do centro do país. Como a expectativa não se materializou, a viúva ofereceu o texto ao Instituto Nacional do Livro, então dirigido por Meyer. Em carta de abril de 1954, o poeta gaúcho não apenas rejeitou a proposta como desaconselhou a publicação da obra. A justificativa se ancorava na atribuída superioridade do literato sobre o historiador: “Bastou a leitura de algumas páginas para deixar bem claro que não se trata, no caso, do genuíno Simões Lopes, mas sim de um simples esboço histórico, bastante incompleto, e já de há muito superado pelas últimas pesquisas” (MEYER 1954, p. 128). Dessa forma, o lançamento da obra seria um “desserviço a sua memória” (MEYER 1954, p. 128). Na retomada do contato com a Globo, Dona Velha foi mais uma vez surpreendida com uma recusa, ainda que, dessa vez, disfarçada pela alegação de dificuldades financeiras que impediam a edição.

Nas décadas de 1940 e 1950, embates entre os intelectuais locais pelos critérios de redefinição do regionalismo gaúcho (CORADINI 2003, p. 134) levaram a novos agrupamentos e polarizações que dividiam a primeira geração modernista do Rio Grande do Sul. Havia, por certo, condições estruturais bastante distintas daquelas dos anos 1920, quando seus principais nomes surgiram na esfera pública. Primeiro, a dinâmica institucional tornava-se mais complexa, com o surgimento das universidades, a reorganização de academias de letrados e a consolidação de lugares de memória e de pesquisa alternativos ao IHGRS, como o Museu Júlio de

5. Em missiva de 1º de janeiro 1954, Dona Velha informa seus planos de publicação de *Terra Gaúcha* à Editora Globo: tentaria obter editor preferencialmente em São Paulo, onde acabara de sair uma edição ilustrada de luxo de *Lendas do Sul*, ou no Rio de Janeiro. Em caso de encontrar dificuldades, ofereceria os originais à Globo (SIMÕES LOPES 1954, p. 125). A estratégia revela tanto a boa recepção encontrada pela ficção simoniana no centro do país, nos anos 1950, quanto o desejo da viúva de reforçar a circulação e o prestígio nacional do autor.

Castilhos (MJC). Segundo, houve grande desenvolvimento do mercado brasileiro de livros, que integrou autores e editoras locais ao circuito nacional. Nesse âmbito, o antigo grupo modernista da Globo mantinha na empresa seu núcleo duro, com a colaboração de Augusto Meyer e Moysés Vellinho. Na segunda maior editora do país no período, esses intelectuais lançaram projetos arrojados como a Coleção Província, de livros de temática local, e a já citada *Revista Província de São Pedro*, que buscavam delimitar o cânone literário e historiográfico sul-rio-grandense. Outros intelectuais, como Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, obtinham abrigo em editoras concorrentes. É nesse contexto que o tratamento desigual dado à produção ficcional e historiográfica de Simões Lopes Neto deve ser compreendido.

Em 1948, Ornellas já havia anunciado o ensaio simoniano inédito em sua coluna no *Correio do Povo*. Na ocasião, levantou com pouca precisão uma série de títulos do autor, entre publicados e inéditos, incluindo datas equivocadas das edições Echenique dos *Contos* e das *Lendas*. O objetivo do texto, segundo Ornellas, seria atrair “o interesse dos editores, para uma obra completa, revista e selecionada” (ORNELLAS 1948a, p. 4). A coluna, portanto, cumpria uma função de divulgação e, dada a atenção detalhada a *Terra Gaúcha*, pode ser considerada seu primeiro epitexto público póstumo, espécie de prolongamento alógrafo (não autoral) do texto para fora do espaço material do livro, compondo ou determinando parte de seu significado. A indicação do interesse da Globo, naquele momento, também podia ser estratégica, comprometendo a editora com o ensaio histórico de Simões Lopes Neto.

A imprecisão factual da primeira notícia de Ornellas demonstra o estado precário da circulação simoniana até a edição crítica de Holanda, lançada pela Globo em 1949. Mas sua publicação, em fase inicial de consagração, também aponta que o projeto coletivo de resgate do autor mobilizava facções diferentes da intelectualidade local. Apesar de seu

trânsito relativamente tranquilo na maior casa editora gaúcha, com publicação de alguns de seus livros, parece significativo que Manoelito de Ornellas tenha editado seus trabalhos mais polêmicos em empresas concorrentes, inclusive de fora do estado. *Gaúchos e beduínos* (1948), por exemplo, que causou grande comoção na cena pública local por declarar unidade histórica e identidade comum entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e o norte da Argentina, foi publicado pela José Olympio.⁶ As posições de Ornellas, assim, feriam os brios nacionalistas do núcleo duro da Globo,⁷ entrando em choque constante com Moysés Vellinho. Ao se fazer historiador, o editor da *Província de São Pedro* passou a aglutinar a corrente memorialista lusitanista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IGHRS), após seu ingresso como sócio efetivo na instituição, em 1949. Ornellas era seu antagonista, considerado o herdeiro da tradição historiográfica platinista que remontava a Alcides Lima e Alfredo Varela.

O amigo de Dona Velha, então, acionou Walter Spalding, seu colega no IHGRS, para se somar à edição de *Terra Gaúcha*. Ambos, nos anos 1950, encontravam acolhida editorial na segunda maior casa editorial de Porto Alegre, a Sulina.⁸ O ensaio histórico de Simões foi lançado na Coleção Meridional, que já publicara *Gênese do Brasil-Sul* (1953), de Spalding, e que provavelmente configurava um contraponto à Coleção Província. Ornellas redigiu uma apresentação. O colega convidado providenciou notas de rodapé para a atualização do texto. Na história das correntes historiográficas sul-riograndenses, Spalding é comumente identificado ao platinismo de Ornellas. Esse dado, em si, já é bastante significativo, uma vez que levanta a hipótese de que o conteúdo do livro condiz com as posições defendidas pelos historiadores dissidentes do Instituto, “adversários permanentes e, eventualmente, aliados táticos” (NEDEL; RODRIGUES 2005, p. 172) de autores como Vellinho. Seus investimentos na pesquisa da cultura popular encontram balizas na obra simoniana. Mas a apropriação do escritor pelotense por esse grupo exigiria um grande trabalho de mediação.

6. *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* foi publicado na Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octavio Tarquinio de Souza. Pelas edições a que tive acesso, parece que a José Olympio continuou reimprimindo o título até 1976. A partir de 1999, o livro passou a ser editado pela Martins Livres, casa gaúcha especializada em títulos regionalistas, fundada como livraria nos anos 1960.

7. À exceção de Erico Verissimo, consultor da Globo e seu principal escritor, que apostou em respostas ficcionais semelhantes às dos historiadores-folcloristas para a formação do Rio Grande no romance *O continente* (1949), primeiro volume da trilogia *O Tempo e o Vento*. Em comparação a Ornellas, acredito que seu caso demonstra mesmo que a possibilidade de representar sujeitos e eventos incômodos para a patrulha nacionalista e elitista dos intelectuais estabelecidos, ainda que em contraponto com suas visões tradicionais da história gaúcha, era então praticamente restrita à literatura de imaginação. No discurso histórico-folclórico, a opção pelo popular exigia outras bases editoriais e institucionais, como veremos a seguir.

8. A Editora Sulina não constituiu arquivo de acesso público. Nos anos 1990, ela foi vendida para o Grupo Meridional, que mantém o selo Sulina até hoje. Não consegui mapear dados precisos de sua trajetória para o período abordado. Mas a pesquisa das obras publicadas pelos intelectuais gaúchos deixa claro que ela era, no estado, a principal via de escape para os títulos históricos e folclóricos considerados problemáticos pela patrulha nacionalista dominante no IHGRS e na Editora Globo.

Uma memória da história gaúcha: Simões Lopes Neto como documento

O aparato gráfico da edição Sulina é a porta de entrada mais óbvia para o projeto de Ornellas e Spalding. A capa ostenta a assinatura original de Simões Lopes Neto, junto ao título do livro e ao selo da Coleção Meridional (Figura 1). A primeira folha de rosto traz uma gravura que reproduz o semblante conhecido de escritor (Figura 2), divulgado em profusão nas recentes reportagens biográficas de Carlos Reverbel para os periódicos da Globo, no intuito de promover sua obra de ficção. A segunda folha de rosto apresenta, mais uma vez, o nome do autor, junto ao título do ensaio e aos nomes dos prefaciadores. Segundo Gerard Genette, “quanto mais o autor é conhecido, mais seu nome é exibido” (GENETTE 2009, 40). Fica claro, portanto, que já era possível, em 1955, recolher em outras searas os dividendos simbólicos do trabalho de consagração póstuma de Simões Lopes realizado pelos literatos modernistas.

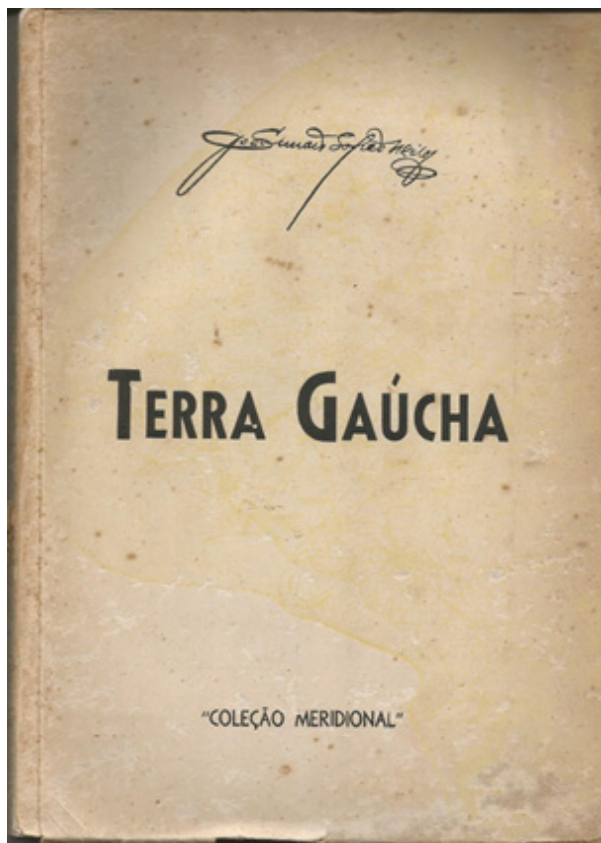


Figura 1: Capa da edição Sulina de Terra Gaúcha (1955)

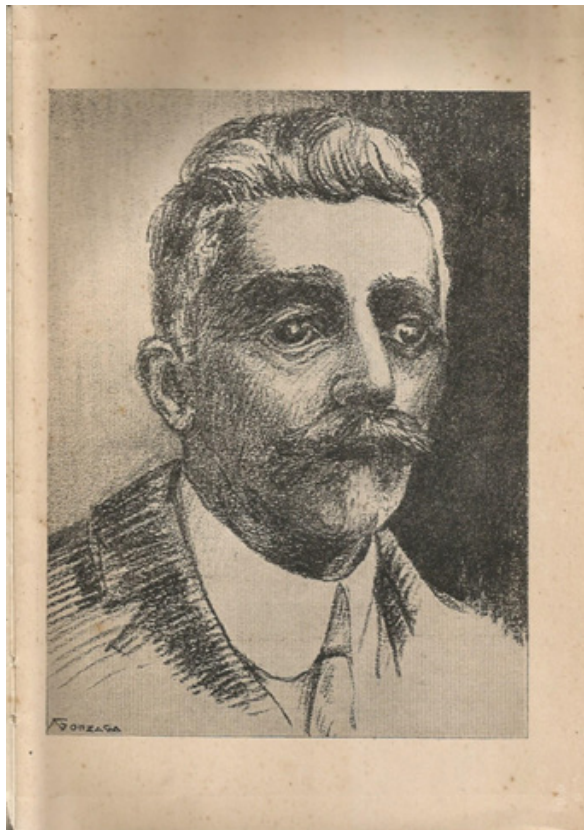


Figura 2: Folha de rosto de Terra Gaúcha

No plano dos peritextos escritos, tanto Ornellas, o mentor da edição, quanto Spalding, o encarregado da notação, dialogam com os argumentos contrários à publicação do ensaio. Como que respondendo diretamente à carta de Meyer a Dona Velha, o primeiro diz, em seu prefácio, que “‘Terra Gaúcha’ não desmerece em nada da obra do ficcionista insigne” (ORNELLAS 1955, p. 8). Spalding, na Introdução, afirma a unidade estilística: “Quem conhece e leu com atenção os ‘Contos Gauchescos’ e demais obras publicadas de Simões Lopes Neto, encontra-lo-á também nesta integralmente” (SPALDING 1955, p. 10-11). A réplica legítima a publicação do ensaio através da mobilização do principal trunfo simoniano na crítica modernista: o trabalho de linguagem. Vale ressaltar ainda que, segundo a história da historiografia tradicional rio-grandense, a qualidade estilística podia ser valorizada mesmo em textos de ambição científica, como os produzidos no âmbito do IHGRS depois de 1920 (SILVEIRA 2008, p. 42). Não é difícil sustentar que esse padrão tenha persistido na produção do Instituto até os anos 1950 ou, pelo menos, que a existência de antecedentes estilísticos

recentes na produção de historiadores reconhecidos poderia dar suporte ao lançamento de Simões Lopes Neto na esfera historiográfica.

Tratava-se, portanto, da reabilitação da faceta historiadora na imagem pública do autor. Para Spalding, a primeira parte de *Terra Gaúcha* e a nota preliminar sobreviventes “demonstram a capacidade imensa de J. Simões Lopes Neto e lhe dão direito de figurar entre nossos historiadores do período pré-histórico, isto é, do Rio Grande terra de ninguém [...]” (SPALDING 1955, p. 10). Período de formação, segundo o prefaciador, ainda não estudado no tempo de Simões, o que atestava seu pioneirismo e permitia desculpar os equívocos cometidos:

Não se conhecia, então, a vasta documentação trazida a lume anos mais tarde, propriamente a partir de 1930, por historiadores da força de um Rego Monteiro, de um Borges Fortes, de um Osvaldo Cabral, entre nós, no Brasil, e por Azarola Gil entre os platinos. Por isso, pequena também era a bibliografia que, aliás, Simões Lopes Neto nem refere sequer. E quanto à documentação original, esta jazia ainda coberta de pó nos diversos arquivos nacionais e estrangeiros (SPALDING 1955, p. 10).

A localização temporal de *Terra Gaúcha* no “período pré-histórico” permitia, assim, conferir lugar distinto a Simões Lopes Neto numa também pré-história da história gaúcha, entre os autores que antecederam a profissionalização da pesquisa, avalizando sua identificação com a imagem social de historiador, mesmo que lhe faltassem os atributos exigidos para isso nos anos 1950. Segundo, trazia a necessidade editorial de revelar ao leitor os avanços recentes da historiografia, dos quais o autor não pôde participar, com um aparato de notas detalhado, baseado nos critérios de legitimidade construídos nas décadas anteriores por historiadores estabelecidos. A referência à documentação é bastante relevante, uma vez que dialoga diretamente com a história da historiografia gaúcha, para nela inscrever a dupla temporalidade da obra e de seus novos paratextos editoriais. Para Silveira, os preceitos fundadores dos estudos do IGHRIS, na década de 1920,

passavam pela valorização do documento escrito e oficial. Seriam critérios de apreciação o concurso às fontes em abundância, o que reforçava o estatuto de prova do documento, e o seu ineditismo (SILVEIRA 2008, p. 29).⁹ Nedel também aponta que o processo de institucionalização da pesquisa histórica, naquele momento, “trouxe consigo o refinamento da crítica externa documental e do controle da procedência das fontes escritas” (NEDEL 1999, p. 136).

Entende-se, assim, porque a elaboração das notas de rodapé de *Terra Gaúcha* apoiava-se nos seguintes critérios: a) atualização bibliográfica; b) vasta documentação; c) documentos inéditos e/ou pouco conhecidos; e d) fontes de procedência confiável. Tanto as notas probatórias quanto as de caráter contestatório passavam pelo crivo documental.

Antes de partirmos para a análise do trabalho de Spalding, vale refletir sobre a condição da nota de rodapé no contexto local da pesquisa histórica. Como apontado por Anthony Grafton, a exigência de acompanhamento do relato histórico por notas sistemáticas sobre as fontes do autor é uma regra da “erudição histórica profissional” (GRAFTON 1998, p. 38). Segundo Silveira, a prática da anotação é característica da produção inicial do IHGRS. A unidade textual da historiografia do período é dada pela profusão de notas de rodapé, além da assinatura, do estilo pessoal e da ambição de verdade (SILVEIRA 2008, p. 38). Documentos e referências bibliográficas eram, assim, mobilizados para a construção de um discurso coletivo que legitimava o trabalho do historiador, corroborando “seus temas, suas posições e suas conclusões” (SILVEIRA 2008, p. 39). A prática da anotação alógrafa também era comum, tanto em nível local quanto nacional, exercendo funções semelhantes. Às vésperas do centenário da Guerra dos Farrapos, por exemplo, Aurélio Porto, historiador do IHGRS, foi convidado para anotar o *Processo Farroupilha*, publicado pelo Arquivo Nacional em quatro volumes.¹⁰

A estratégia editorial, portanto, possuía raízes historiográficas recentes no contexto regional. Inserida na história dessas práticas eruditas, percebe-se, então, que

9. Nos primeiros debates do IHGRS, a autonomização do documento oficial levava, inclusive a condenações da interferência do historiador nos dados documentais. Assim, Lindolfo Collor prescrevia como método adequado ao estudioso da história a compilação e publicação dos documentos, “ou seja, o propósito do historiador deveria ser o de um copista e não de interpretação do material consultado. O mesmo deveria trabalhar só e sem outro objetivo que não o de salvar as informações que estavam guardadas nos arquivos” (SILVEIRA 2008, p. 26).

10. Em 1933, Aurélio Porto, então funcionário do Museu Júlio de Castilhos, foi cedido pelo interventor Flores da Cunha ao Governo Federal, vivendo, por cerca de um ano e meio, na capital da República para compor a edição do *Processo*. Segundo Martins: “Foi um trabalho ingente, cujo resultado impressiona pela dimensão da obra – mais de 2.000 páginas –, que destoa das publicações da época no Rio Grande do Sul, e mesmo das publicações dos dias atuais”. (MARTINS 2016, p. 153).

seu efeito poderia ser, também, o de dotar *Terra Gaúcha* de certo estatuto de documento. Não uma fonte fiel da realidade histórica retratada, dadas as muitas emendas necessárias, mas da evolução da pesquisa histórica no estado: “Ao escrever, portanto, esta sua ‘Terra Gaúcha’, estava o autor numa verdadeira nebulosa que iria desvendar, como desvendou, ainda que com dificuldades” (SPALDING 1955, p. 10).

Em outro sentido, o contexto de incipiente especialização das práticas letradas também oferecia apoio à extensa notação de Spalding. Na mesma época, uma matriz filológica fundamentava a recuperação de textos de antigos autores gaúchos, considerados precursores de movimentos literários, gêneros de escrita e disciplinas em desenvolvimento nas décadas de 1940 e 1950. Em 1952, por exemplo, o próprio Walter Spalding noticiava, em carta ao folclorista catarinense Oswaldo Cabral, um possível projeto de edição do *Popularium Sul-Rio-Grandense*, de Apolinário Porto Alegre, que receberia anotações de Augusto Meyer.¹¹ No mesmo âmbito, a edição crítica dos *Contos e Lendas* também oferecia um precedente filológico recente no inventário da tradição cultural regional a que se dedicavam as diferentes facções intelectuais. As notas de Aurélio Buarque de Holanda à literatura de imaginação simoniana, elogiadas por nomes de prestígio nacional, apresentavam mais do que um vocabulário de regionalismos; eram um guia de leitura com atestado crítico de qualidade. Logo, a incorporação de Simões Lopes Neto na linhagem historiográfica dissidente do IHGRS podia aproveitar a bem-sucedida experiência de apropriação dos escritores modernistas, com a vantagem de ter amparo nas regras do próprio campo.

11. Ver MARTINS 2016, p. 247. O empreendimento não foi concretizado pela Globo, porque seus editores não acreditavam em seu potencial comercial.

No rodapé da história: debates historiográficos nas notas de *Terra Gaúcha*

A edição Sulina de *Terra Gaúcha* apresenta um total de 165 notas de rodapé. Numa tentativa de classificação, as separei de acordo com os dois principais planos de intervenção: linguagem e conteúdo. No primeiro, temos algumas notas vocabulares e

correções de gramática e texto, como sistematizado no Quadro 1, que segue abaixo.

Seções/ capítulos	Arcaísmos	Regionalismos	Erros/texto incompleto
<i>Critério</i>	1 (1)	1 (2)	--
<i>Nota preliminar</i>	--	1 (12)	1 (13)
<i>I Tempos D'Antanho</i>	--	--	3 (3, 7, 11,)
<i>II Primórdio Português</i>	--	--	1 (17)
<i>III Província dos Tapes</i>	--	--	--
<i>IV As Sete Missões Orientais</i>	--	2 (13, 15)	2 (7, 16)
<i>V Ocupação do Litoral Rio- Grandense</i>	--	--	1 (6)
TOTAL	1	4	6

Quadro 1: *Notas sobre linguagem e texto em Terra Gaúcha*

No plano das intervenções de conteúdo, há notas complementares, corretivas, explicativas e contestatórias, conforme o Quadro 2. Classifiquei como complementar toda nota que não se contrapõe a enunciados do texto principal. Nesse caso, temos enxertos biobibliográficos de Walter Spalding, detalhamento de informações e referências a documentos que comprovam afirmações de Simões Lopes Neto. As notas corretivas procuram dirimir equívocos factuais simples. As contestatórias diferem dessas últimas, por apresentarem contrapontos de interpretação, mesmo se apoiando em dados e fatos aparentemente objetivos. As explicativas atualizam conceitos simonianos e definem sentidos considerados obscuros no texto. Por fim, há notas que intervêm, ao mesmo tempo, na composição do texto e em seu conteúdo, buscando recompor a biobibliografia simoniana original. Nelas, são indicadas ao leitor as fontes bibliográficas do autor, citadas

no texto ou inferidas pelo trabalho de pesquisa do anotador, e dados biográficos de personagens mencionados por Simões.

Seções/capítulos	Complementares probatórios	Corretivas-factuais	Explicativos	Contestatórios	Biobibliografia simoniana
<i>Critério</i>	--	--	--	--	--
<i>Nota preliminar</i>	11 (2, 3, 5, 15, 16, 22, 23, 25, 26, 29, 32)	5 (1, 14, 20, 31, 33)	5 (6, 9, 10, 11, 17)	4 (8, 21, 24, 27)	5 (4, 7, 18, 19, 28)
<i>I Tempos D'Antanho</i>	8 (1, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16)		1 (12)	2 (2, 3)	2 (4, 5,)
<i>II Primórdio Português</i>	15 (1, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 20, 21, 26, 27, 28)	12 (2, 3, 7, 13, 14, 18, 19, 22, 23, 25, 29, 30)	1 (31)	1 (24)	1 (8)
<i>III Província dos Tapes</i>	16 (1, 2, 9, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29)	9 (3, 4, 5, 6, 7, 17, 18, 22, 26)	--	3 (8, 10, 12)	1 (15)
<i>IV As Sete Missões Orientais</i>	10 (3, 6, 8, 10, 11, 17, 18, 21, 23, 26)	7 (1, 2, 4, 7, 9, 13, 25)	1 (19)	4 (20, 22, 24, 27)	1 (5)
<i>V Ocupação do Litoral Rio-Grandense</i>	15 (1, 2, 3, 7, 10, 11, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28)	9 (5, 8, 9, 11A, 15, 16A, 19, 20, 26)	--	4 (12, 13, 14, 17)	1 (4)
TOTAL	75	42	8	18	11

Quadro 2 : Tipologia das notas de conteúdo em Terra Gaúcha

Chama a atenção, primeiramente, a grande desproporção quantitativa entre notas de correção ou esclarecimento de linguagem e texto (11) e comentários sobre o conteúdo do livro (154). O fato contradiz o argumento dos prefácios, pois demonstra o pequeno aproveitamento de linguagem regional em *Terra Gaúcha*, principal marca formal da ficção simoniana. A título de comparação, vale lembrar que a edição crítica de Holanda apresenta 489 notas para os *Contos Gauchescos* e 246 notas para as *Lendas do Sul*, majoritariamente vocabulares. Denota-se, daí, que o contraponto à avaliação de Meyer é

nada mais do que um artifício retórico de persuasão, buscando aproveitar o recente capital simbólico adquirido por Simões Lopes Neto na produção cultural gaúcha, deslocando seu prestígio do campo literário para o debate historiográfico.

No plano das mediações de conteúdo, há preponderância de notas complementares, informativas e probatórias (75) sobre notas corretivas (42) e contestatórias (18). Também se verifica que a distribuição das notas se dá de forma razoavelmente equitativa entre os diversos capítulos do livro. A primeira interpretação possível é a de que o sistema de notação busca sanar uma lacuna formal, mais do que resolver os erros cometidos no texto anotado, o que garantiria ao ensaio simoniano o estatuto de historiografia. Segundo Grafton, as notas de rodapé históricas exercem duas funções. Primeiramente, elas “convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho” [...] (GRAFTON 1998, p. 30). No caso estudado, trata-se de um duplo convencimento, que reivindicava autoridade intelectual ao anotador e ao autor original. A segunda função do recurso é indicar “as principais fontes que o historiador realmente usou” (GRAFTON 1998, p. 30). Para cumprir essa exigência, foram acrescentadas 11 notas de reconstituição bibliográfica em *Terra Gaúcha*, algo talvez insuficiente para alcançar o padrão vigente na historiografia local dos anos 1920 a 1950, como vimos; o que também explica a grande quantidade de documentos e livros citados pelo anotador, incluindo muitas obras publicadas depois da produção do ensaio, mas que corroboram avaliações simonianas. As notas 5 e 26 do capítulo IV – “As Sete Missões Orientais” –, são bastante representativas dessa configuração. A primeira atribui os dados apresentados por Simões Lopes sobre a população de São Miguel às obras *As missões Orientais e seus antigos domínios* (1910), de Hemetério Veloso da Silveira, e *História da República Jesuítica do Paraguai* (1863), do Cônego João Pedro Gay. Na segunda, Walter Spalding transcreve por inteiro um documento dito inédito sobre o saque às missões orientais durante campanha argentina na segunda década do XIX, o que estende a nota de rodapé por 12 páginas de *Terra*

Gaúcha (6 delas completamente tomadas pela transcrição).

A longa citação também possui um substrato ideológico. Ela fala do assalto de uma área de domínio brasileiro por forças castelhanas. Quando Simões Lopes Neto apresenta relatos semelhantes de ocupação luso-brasileira do território hispânico, a postura de Spalding é invariavelmente de objeção. Vale dizer, então, que tanto as notas de rodapé probatórias quanto as contestatórias tratam de temas problemáticos na memória histórica rio-grandense, passando pelo “diagnóstico cultural (português ou espanhol?) dos usos e costumes *originais* que definiriam o *caráter rio-grandense*” (NEDEL; RODRIGUES 2005 p. 172). Os quatro critérios científicos de prova ancorados em fontes bibliográficas e documentais (*atualidade, quantidade, ineditismo e confiabilidade*), então vigentes, podiam ser mobilizados seletivamente para refutar ou sustentar teses históricas de interesse do anotador, que construiu um complexo debate historiográfico nas notas de rodapé de *Terra Gaúcha*.

Como dito, Letícia Nedel e Mara Rodrigues identificaram Walter Spalding, assim como Manoelito de Ornellas, à corrente de memória histórica marginal dentro do IHGRS. Eram intelectuais polígrafos que, nos anos 1950, transitavam entre identidades profissionais de historiador e de folclorista. Atuavam em instituições alternativas de pesquisa, como o Museu Júlio de Castilhos e a Comissão Gaúcha de Folclore, mesmo sendo membros do Instituto, e costumavam mobilizar uma rede nacional de contatos para contornar as barreiras locais de acesso ao prestígio intelectual. No campo histórico, prescreviam uma aproximação com as Ciências Sociais e a ampliação dos objetos de estudo, os quais eram considerados atrelados em demasia, na produção dos adversários, à dinâmica política das elites. Segundo Nedel e Rodrigues, a sua conversão ao popular teria diferentes origens, como as conexões com as vanguardas literárias de São Paulo e Recife,¹² a adesão à gauchesca platina ou uma possível dívida com o “culturalismo integrador de Gilberto Freyre”. Com essa configuração, a “afirmação da heterogeneidade era a condição mesma da apreensão do território brasileiro” (NEDEL; RODRIGUES 2005, p. 172).

12. Denominação administrativa espanhola para o atual território do Rio Grande do Sul.

Seria esperado, então, uma maior tolerância de Spalding a posições simonianas que poderiam, no novo contexto intelectual, ser associadas ao diagnóstico de pertencimento relativo do Rio Grande do Sul ao universo platino. Não é o que ocorre. O anotador parece detectar certo antilusitanismo simoniano, que busca desconstruir através da prova documental e do conceito positivo de verdade. Já na “Nota preliminar” de *Terra Gaúcha*, Spalding contesta a atribuição simoniana de fanatismo católico aos colonizadores portugueses. Na mesma seção, Simões Lopes Neto declara que o território rio-grandense pertencia à coroa espanhola em seu período de formação, o que justifica sua perspectiva narrativa colada à história administrativa da ocupação do Prata, com o estudo do sistema espanhol de exploração econômica, seu desenvolvimento institucional e a adoção de sua toponímia original. A contestação de Spalding vem em notas subsequentes, apelando sempre para a presença de luso-brasileiros no território, anteriormente à fundação de Rio Grande. Ao longo do último capítulo, “Ocupação do Litoral Rio-Grandense”, o anotador intensifica a estratégia, recorrendo à documentação do povoado de Laguna “que, aliás, estava na sua quase totalidade absolutamente inédita”. (SPALDING 1955, nota 23, p. 33), tomando, assim, o cuidado de atribuir a falta simoniana à debilidade dos arquivos, e não à sua possível imperícia. Mas em determinada passagem, o pelotense chega a dar notícia de tentativas frustradas de ampliação dos limites de Laguna em direção ao Sul, asseverando que: “Por aí ficou toda a interferência dos lagunenses no Rio Grande: duas nulas expedições improdutivas e a de João de Magalhães que redundou em apanha gados” (LOPES NETO 1955, 140). Spalding considera “injustiça” a afirmação de Simões e apoia-se em documentos para dizer que a “cooperação lagunista no povoamento e formação do Rio Grande do Sul foi enorme” (SPALDING 1955, nota 12, p. 141).

No segundo capítulo, o anotador chega a justificar o direito de ocupação da região pelos portugueses através da interpretação de um ofício espanhol. Contrariamente ao alegado por Simões, a designação de Capitania d’El Rei seria prova

da procedência lusitana da área, pois teria sido oficializada pelo soberano espanhol em alvará de Lisboa, durante a União Ibérica, ou seja, significaria “d’El Rei de Portugal” (SPALDING 1955, nota 24, p. 69). No terceiro capítulo, de título polêmico, “Província dos Tapes”,¹³ Spalding comenta uma condenação simoniana ao preconceito racial, mas acaba por referendar um veto étnico vigente na historiografia dominante no IHGRS: à hispanidade na cultura local. Diz o anotador que os indígenas reduzidos tinham acesso à estrutura eclesiástica, podendo exercer o sacerdócio. Essa ausência ou minoração do preconceito racial facilitaria a constituição de uma identidade católica entre os guarani, não hispânica: “Essa uma das razões pelas quais, expulsos os jesuítas após tão longos anos de permanência nas Missões do Rio Grande do Sul (1626-1759), não ficaram vestígios maiores, espanhóis, nos usos, costumes e linguajar do gaúcho para cuja formação muito contribuíram os indígenas [...]” (SPALDING 1955, nota 12, p. 81-82). Percebe-se, assim, que as ressalvas ao pertencimento político do Rio Grande do Sul à coroa espanhola tinham como mote profundo a negação da influência platina na vida cultural recente do estado. Desde a formalização da história política da região efetuada pelo IHGRS na década de 1920, o lusitanismo era uma ponte incontornável para a afirmação da brasilidade sul-rio-grandense; estratégia discursiva que Simões Lopes Neto não teve tempo de alcançar.

Ieda Gutfreind apontou que as diferenças entre as matrizes platinista e lusitanista da historiografia tradicional eram, na verdade, mais uma questão de grau do que de oposição cerrada. Segundo a autora, eram “frutos de uma só árvore”.¹⁴ As duas tendências eram nacionalistas, mas a primeira teria maior tranquilidade em dialogar com a história dos países vizinhos e suas fontes. Nos anos 1950, haveria um esgotamento da corrente dominante, o que daria fôlego a teses controversas como as de Manoelito de Ornellas. Em *Gaúchos e Beduínos*, por exemplo, esse historiador afirmava que “A influência castelhana emprestou uma fisionomia inconfundível ao tipo humano das Missões e das zonas de Campanha” (ORNELLAS 1948b, p. 14-15). Fato explicado pelo domínio espanhol da

13. Denominação administrativa espanhola para o atual território do Rio Grande do Sul.

14. Na citação completa, Gutfreind fala da constituição do lusitanismo nos anos 1920 e sua patrulha contra a corrente divergente: “Pode-se afirmar que eram frutos de uma só árvore, porém, contraditoriamente, o discurso ‘valeriano’ não seria mais aceito, porque estava em descompasso com o ritmo e o rumo da sociedade brasileira/rio-grandense, enquanto que o outro ramo, representando o pensamento governamental sulino e também nacional, adaptara, desviando o curso do discurso, nele inserindo novas palavras de ordem, indicadores do novo projeto de integração nacional” (GUTFREIND 1992, p. 129).

região até o início do século XIX. A hipótese testada aqui de que a edição póstuma de *Terra Gaúcha* foi uma tentativa de apropriação do escritor pelotense e de parcela da sua obra pelo grupo de historiadores folcloristas, identificado ao platinismo, também pode ser comprovada pelo intertexto. Apoiando-se no manuscrito ainda inédito, Ornellas recorreu à autoridade historiadora de Simões Lopes Neto para apoiar sua posição, transcrevendo uma observação que chamou de “comentário incisivo”: “Com a criação da Província do Tapes em 1639, que foi a primeira divisão político-administrativa que teve o Rio Grande, prova-se que apenas por menos de um século esteve ele descurado do governo espanhol, ao passo que por dois séculos esteve-o do português [...]” (LOPES NETO *apud* ORNELLAS 1948b, p. 17-18). É interessante ver que Walter Spalding não corroborava as posições do colega prefaciador e mentor da edição póstuma de *Terra Gaúcha*. No último capítulo do ensaio simoniano, o anotador explicita os principais termos de seu desacordo com visão negativa dos lusitanos: “Simões Lopes Neto abeberou-se em fontes apaixonadas que sempre procuraram desfazer no português povoador, colonizador e explorador das terras brasílicas” (SPALDING 1955, nota 17, p. 149). Tais fontes seriam castelhanas.

Não era apenas na relação com o Prata que as anotações de Spalding destoavam dos historiadores-folcloristas, aproximando-se mais da historiografia dominante por eles combatida. Republicano e abolicionista, Simões Lopes Neto converteu seu cabedal de formação política em crítica ao preconceito racial. Isso implicava o reconhecimento da participação africana na formação cultural e étnica do Rio Grande do Sul. O peso da escravidão era, então, relativizado no cenário sulino. Quando Simões Lopes condena os maus tratos aos escravos indígenas e negros no Brasil, Spalding matiza sua ocorrência, assim como a própria instituição da escravidão, no estado: “Os maus tratos infligidos aos escravos negros era geral, na região açucareira e, depois, na cafeeira, mas havia exceções, e no Rio Grande do Sul, onde a escravidão foi quase nula, era raro ouvir-se dizer que um preto fora maltratado. Quanto a escravo índio, nunca

houve, praticamente. [...] (SPALDING 1955, nota 10, p. 77).¹⁵

O ponto de encontro do anotador com Simões Lopes Neto e a corrente platinista se restringia à questão indígena. Como vimos, Spalding considerava grande a contribuição étnica e cultural dos guarani, reduzidos nas missões jesuíticas, ao Rio Grande português. A declaração da filiação exigia um trabalho de higienização discursiva do imaginário indígena semelhante, no conteúdo, ao efetuado pelo romantismo oitocentista. Mas sua forma deveria ser historiográfica e científica, calcada em pesquisa e documentação. Assim, Spalding faz coro à minoração simoniana à existência de antropofagia, prática considerada bárbara, entre os nativos do Sul do Brasil: "Já no Rio Grande do Sul não há notícia de antropofagia, mesmo ritual, como em São Paulo onde, aliás, como no Nordeste e Norte, existiam viciados em carne humana, especialmente viciadas, verdadeiras megeras que não só preparavam as vítimas para os festins, como roubavam crianças para comerem!" (SPALDING 1955, nota 11, p. 80). O tema era especialmente polêmico no momento de publicação de *Terra Gaúcha*, quando historiadores e outros intelectuais se debatiam publicamente sobre o "caso Sepé". Em 1955, a Comissão de História do IHGRS, liderada por Moysés Vellinho, deu parecer negativo à construção de um monumento em homenagem ao corregedor de São Miguel, Sepé Tiaraju, por ocasião do bicentenário de sua morte, ocorrida durante a guerra de resistência dos missionários à incorporação de seu território à América portuguesa pelo Tratado de Madri (1750).¹⁶

Herculano e a instrução pública

Como mostrado por Letícia Nedel, a oposição "platinismo/lusitanismo" é apenas uma dentre outras antíteses acionadas nos esquemas de pensamento dos intelectuais locais, tais como "passadismo/modernismo", "regionalista/não regionalista". Se as duas últimas animaram o resgate crítico da ficção simoniana, a primeira, contudo, teve maior impacto na operação de reabilitação do ensaio histórico. O caso dos paratextos editoriais

15. *Ornellas corroborava essa posição: "O negro foi o único elemento inexpressivo, entre os lastros étnicos do nosso surgimento. Por um motivo explicável: o Rio Grande só conheceu, de início, a indústria pastoril, para a qual o africano foi elemento secundário" (ORNELLAS 1948b, p. 15).*

16. *A consulta foi feita pelo governo do Rio Grande do Sul, que acatou o parecer do IHGRS. Quando o motivo da desistência em render homenagem a Sepé Tiaraju se tornou público, vários intelectuais, principalmente do grupo de historiadores-folcloristas, se contrapuseram à Comissão de História nas páginas dos jornais locais. Sobre o "caso Sepé", os debates historiográficos e sua extrapolção para o campo literário, ver: ZALLA 2014.*

abordados também revela que intelectuais aparentemente ligados a polos rígidos de oposição, podiam, na verdade, se relacionar de maneira diversa com os esquemas mobilizados nessas disputas por espaço, de acordo com seus interesses práticos, como foi a tentativa de apropriação da imagem de Simões Lopes Neto. O lusitanismo de Spalding convivia bem com seu indigenismo. No sentido inverso, o reconhecimento da miscigenação e da tradição missioneira na cultura local não implicava em crítica ao mito da democracia racial, em sua forma sul-rio-grandense, que minorava a presença negra.

Se as posições ideológicas poderiam ser variáveis, a mediação da leitura de *Terra Gaúcha* cumpria, evidentemente, uma função de autolegitimação na luta pelos espaços de reconhecimento profissional. A história popular de Simões se prestava a sua apropriação por Ornellas e Spalding. Para isso, era necessário convencer que o escritor pelotense, então consagrado no cenário nacional como precursor do modernismo gaúcho, era também historiador. Esse reconhecimento público exigia certas concessões à vertente dominante do IHGRS. Daí a escolha de Spalding como anotador ser estratégica, já que seu nacionalismo insuspeito implicava menor rejeição do que o platinismo provocativo de Ornellas.¹⁷

Mas o tiro saiu pela culatra. Dificilmente alguém reconheceria, hoje em dia, Simões Lopes Neto como historiador. Sua imagem cristalizada no ideário intelectual é a de escritor regionalista, muito provavelmente à revelia de suas próprias autodefinições profissionais, como foi tratado na primeira parte deste artigo. É certo que o sucesso da ficção e o inventário crítico modernista têm grande responsabilidade nisso. Mas é muito significativo que os historiadores-folcloristas não tenham conseguido ultrapassar a barreira do grupo de literatos e historiadores da Globo às modalidades legítimas de relacionamento com o autor e sua obra. Nesse caso, o silêncio é tão revelador quanto o esquecimento. Não encontrei nenhuma resenha e sequer uma nota bibliográfica a respeito de *Terra Gaúcha* publicadas nos anos de 1955 e 1956 em periódicos

17. Mesmo nos livros mais dedicados ao folclore e à cultura popular, Walter Spalding enfatizava a matriz colonizadora açoriana no Rio Grande do Sul, ponte para a afirmação da branquitude luso-brasileira do estado. Em *Tradições e superstições do Brasil Sul (1955)*, o grande espaço dedicado aos "açorianos, madeirenses e tras-montanos" se justifica assim: "São alicerces. Fundamento histórico" (SPALDING 1955, p. 9).

especializados; nem na *Revista do IHGRS* e na *Província de São Pedro*, dominadas pelos historiadores estabelecidos e pelos modernistas/nacionalistas históricos, nem na *Revista do Museu Júlio de Castilhos*, principal veículo da oposição folclorista.¹⁸

Ainda que a edição póstuma de *Terra Gaúcha* tenha confessada missão de reabilitar a “faceta de historiador” de Simões Lopes Neto e, para isso, tenha se recorrido a técnicas científicas como a nota de rodapé histórica e a prova documental, a contestação às suas teses “platinistas” reforçou a avaliação negativa do ensaio. As mensagens paratextuais, portanto, tiveram efeito diverso do desejado. Spalding produziu, pela nota constestatória, uma autorização muito parcial. As notas probatórias e o aparato científico positivo anexado ao texto foram insuficientes para abalizar o autor e, muito provavelmente, reforçaram o veto à identidade profissional de historiador para Simões Lopes Neto.

18. O único eco encontrado do lançamento da obra está na imprensa ordinária: uma rápida nota, em 1955, na seção “Livros”, do jornal *Correio do Povo*, o mesmo que abrigou a coluna “Prosa das terças”, de Manoelito de Ornellas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

LOPES NETO, João Simões. **Terra Gaúcha**. Porto Alegre: Sulina, 1955.

MEYER, Augusto. **Correspondência**, 14 abr. 1954, Rio de Janeiro, para SIMÕES LOPES, Francisca Meirelles. Álbum Simoniano, Biblioteca Pelotense, p. 128.

MARTINS, Jefferson Telles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província**: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Um passado novo para uma História em crise**: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NEDEL, Letícia Borges, RODRIGUES, Mara de Mattos. Historiografia, crítica e autocrítica. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005, p. 161-186.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos**: a origem étnica e a formação do Rio Grande do Sul: Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

_____. Prefácio. In: LOPES NETO, João Simões. **Terra Gaúcha**. Porto Alegre: Sulina, 1955, p. 7-8.

_____. Um pouco de Simões Lopes Neto. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 mar. 1948, p. 4.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prene do futuro”**: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SIMÕES LOPES, Francisca Meirelles. **Correspondência**, 04 jan. 1954, Pelotas, para ORNELLAS, Manoelito de. Porto Alegre. Álbum Simoniano, Biblioteca Pelotense.

ORNELLAS, Manoelito de. **Correspondência**, 01 jan. 1954, Pelotas, para Editores da Editora Globo S. A., Porto Alegre. Álbum Simoniano, Biblioteca Pelotense.

SPALDING, Walter. Introdução. In: LOPES NETO, João Simões. **Terra Gaúcha**. Porto Alegre: Sulina, 1955, p. 9-12.

_____. **Tradições e superstições do Brasil Sul**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1955.

ZALLA, Jocelito. Quanto a Literatura fala à História: a ficção de Barbosa Lessa e a memória pública no Rio Grande do Sul. **História da Historiografia**, v. 16, 2014, p. 37-54.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Jocelito Zalla

jocelito.zalla@ufrgs.br
Professor do Colégio de Aplicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500 - Prédio 43815 - Agronomia
91501-970 - Porto Alegre - RS
Brasil

RECEBIDO EM: 21/10/2016 | ACEITO EM: 20/12/2017

História, ausência e mito historiográfico: um estudo sobre o diálogo entre Marshall Sahlins e a História (1950-1980)

History, absence and historiographical myth: a study about the dialogue between Marshall Sahlins and History (1950-1980)

Felipe Souza Leão de Oliveira

RESUMO

O antropólogo norte-americano Marshall Sahlins é famoso por seu diálogo com a História. Paradoxalmente, entre 1950 e 1980, esse diálogo foi marcado pela ausência de historiadores. Mas como isso foi possível? Como Sahlins manteve um diálogo com a História durante tanto tempo com historiadores ausentes? Nossa hipótese é que isso se tornou factível graças a um mito historiográfico presente nos seus textos: o mito do *historiador convencional*. Para testarmos nossa hipótese, trabalharemos com escritos de Sahlins e outros antropólogos. Tentaremos, com esses escritos, mapear seu diálogo com a História e reconstituir o contexto em que ele se desenvolveu. Usaremos também o conceito de *mito historiográfico*, do historiador Sérgio da Mata. Nossa conclusão é que esse mito historiográfico de Sahlins foi sustentado pela ausência de historiadores, e vice-versa - algo que deixou sua marca no diálogo entre ele e a História.

ABSTRACT

The North-American anthropologist Marshall Sahlins is famous for his dialogue with History. Paradoxically, between the decades of 1950 and 1980, this dialogue was marked by the absence of historians. But how was this possible? How could Sahlins have maintained this dialogue with History for so long with absent historians? Our hypothesis is that this became feasible thanks to a historiographical myth that was present in his texts: the myth of the "conventional historian". In order to test this hypothesis, we will work with writings by Sahlins and other anthropologists. We will try, with these writings, to chart his dialogue with History and reconstitute its context of development. We will also use the concept of "historiographical myth" by historian Sérgio da Mata. Our conclusion is that Sahlins historiographical myth was sustained by the absence of historians and vice-versa - something that left its mark in the dialogue between him and History.

PALAVRAS-CHAVE

Marshall Sahlins, Antropologia, Historiografia.

KEYWORDS

Marshall Sahlins, Anthropology, Historiography.

Muito já se escreveu sobre a relação entre o antropólogo norte-americano Marshall Sahlins e a História. Para a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, ele “merece um lugar especial” nessa relação (SCHWARCZ 2000, p. 128), na medida em que tornou possível uma “abordagem cultural” atenta para “a noção de dinâmica cultural e da circulação de ideias” (SCHWARCZ 2006, p. 31). O antropólogo Adam Kuper viu na obra de Sahlins uma ideia de História pensada culturalmente, algo especialmente útil para a Antropologia, uma disciplina em que a cultura é um importante conceito (KUPER 1999, p. 159 e seguintes). A antropóloga Aletta Biersack, em outra ocasião, destacou a contribuição de Sahlins para outros dois conceitos: evento e estrutura (BIERSACK 1989, p. 84 e seguintes).

Entre os historiadores, Peter Burke enfatizou a importância de Sahlins para a reflexão sobre os conceitos de sistema e evento (BURKE 2005, p. 165 e 169-170). No âmbito da História da Historiografia, Michael Goldsmith destacou a contribuição de sua obra para a historiografia das ilhas do Pacífico, em especial Fiji e Havaí (GOLDSMITH 2006). O historiador François Hartog criou um importante conceito a partir da leitura do antropólogo norte-americano: regime de historicidade (HARTOG 2013).

Com exceção de Kuper e Goldsmith, todos esses autores tendem a enfatizar os textos publicados por Sahlins na década de 1980, quando ele tentou aproximar a Antropologia da História, atraindo pesquisadores de ambas as áreas. Contudo, devemos ter em mente que seu diálogo com a História é muito anterior a isso, remetendo à década de 1950. Além disso, entre as décadas de 1950 e 80, uma das principais características desse diálogo foi a ausência de historiadores. A história dessa ausência, entretanto, permanece ignorada até hoje.

Diante disso, esse artigo tem dois objetivos: (1) reconstruir brevemente essa história e (2) propor uma resposta ao seguinte problema: como Sahlins foi capaz de dialogar com a História durante tanto tempo, sem mencionar qualquer historiador específico? Nossa hipótese é que isso foi possível graças à presença de um mito historiográfico em seu texto: o *historiador*

convencional. Portanto, do ponto de vista cronológico, esse artigo vai abranger o período que vai da década de 1950 até a década de 1980. Escolhemos iniciar nessa década, pelo fato de ela representar o início da trajetória intelectual de Sahlins, além de significar o começo de seu diálogo com a História, e finalizamos com a década de 1980, na medida em que vemos nela o fim dessa ausência de historiadores e desse mito historiográfico em sua obra.

Ao todo, este artigo será dividido em cinco partes. Na primeira parte, desenvolveremos uma breve história da relação entre História e Antropologia, no período que se estende do século XIX até o início da trajetória intelectual de Sahlins na década de 1950. Para isso, escolhemos como ponto de partida a biografia e obra do antropólogo alemão Franz Boas. Essa escolha se justifica por duas razões: primeiro, porque Boas teve um papel central na história do diálogo entre antropólogos e historiadores nos Estados Unidos; segundo porque Sahlins construirá suas reflexões, em parte, a partir de sua oposição a Boas e sua definição de História. Na segunda parte, voltaremos a atenção para um antropólogo que exerceu grande influência sobre Sahlins: o norte-americano Leslie Alvin White. Mostraremos que historiadores estiveram ausentes dos escritos de White apesar de ele ter dialogado com a História. Argumentaremos também que White recorreu a um mito historiográfico para conduzir esse diálogo: o *historiador convencional*. Na terceira parte, analisaremos as críticas feitas pelo antropólogo Alfred Louis Kroeber a essa ausência de historiadores nos textos de White. Na quarta parte, mostraremos que as críticas de Kroeber foram ignoradas por Sahlins, enquanto esse último adotará o mito historiográfico do *historiador convencional* a partir de White. Isso, segundo nosso argumento, permitirá que Sahlins dialogue com a História sem citar um único historiador durante muitos anos. Por fim, na quinta e última parte, apresentamos uma síntese de nosso problema e hipótese central, acrescentando algumas ponderações.

Prelúdio à ausência

Quem lê sobre a história da Antropologia nos Estados Unidos descobre que o antropólogo alemão Franz Boas teve um papel fundamental nela, ajudando a definir o caráter nacional da pesquisa antropológica neste país (STOCKING, JR. 1974, p. 1).

Nascido em 1858, Franz Uri Boas saiu da Alemanha e mudou-se para os Estados Unidos em 1887, quando foi contratado para o cargo de diretor assistente na revista *Science*, um periódico da *American Association for the Advancement of Science* (PATTERSON 2001, p. 45). Boas, nesse mesmo ano, envolveu-se também em uma polêmica com a perspectiva evolucionista de Otis T. Mason, o curador de Etnologia do *United States National Museum*. Os museus, nessa época, eram mais importantes para a Antropologia do que são hoje, já que os critérios adotados por um curador, ao organizar uma exposição, podiam trazer sérias consequências para a disciplina como um todo (STOCKING, JR. 1974, p. 57-58).

Mason era um adepto do Evolucionismo, uma das perspectivas teóricas mais influentes na Antropologia durante a segunda metade do século XIX. O termo evolucionismo é derivado de evolução, palavra normalmente associada à Biologia e ao biólogo inglês Charles Darwin. No século XIX, tanto Darwin (1809-1882) quanto o seu colega Alfred Russell Wallace (1823-1913) abriram novas possibilidades de estudo na Biologia, ligando a palavra evolução ao termo seleção sexual. Segundo a teoria construída por eles, mutações acidentais em organismos podem dar origem a novas formas de vida com o passar do tempo. Contudo, somente aqueles organismos que melhor se adaptem ao meio em que vivem são capazes de transmitir traços e características genéticas para gerações futuras (BARNARD 2000, p. 29).

O sucesso da teoria evolucionista terminou por inspirar a Antropologia na segunda metade do século XIX. A partir daí, muitos dos principais antropólogos desse período, como Edward Burnett Tylor, Lewis Henry Morgan, John Lubbock e Sir Henry

Maine ficaram conhecidos como evolucionistas (STOCKING, JR. 1974, p. 58; BARNARD 2000, p. 27 e seguintes). Antropólogos evolucionistas, em geral, tendiam a interpretar o curso total do desenvolvimento humano como um processo evolutivo que começa no passado e continua no presente. Segundo a lógica desse processo, sociedades primitivas como tribos e grupos nômades evoluem e se tornam mais complexas até alcançarem formas de organização social típicas da Europa Ocidental (STOCKING, JR. 1982, p. 119). Com base nesse princípio, elementos culturais como artes, crenças e costumes são classificados e comparados de acordo com uma linha evolutiva comum a toda a humanidade. Isso, por sua vez, permite que esses mesmos elementos sejam distribuídos em uma sequência temporal, de acordo com a provável ordem de sua evolução (STOCKING, JR. 1982, p. 80).

Agora, sabendo do que foi dito até aqui, podemos retornar à polêmica entre Boas e Mason. Esse último, em certa ocasião, separou objetos do museu em grupos como máscaras, painéis, ferramentas para trabalhar madeira, etc. Em seguida, distribuiu-os ao longo de uma sequência evolutiva, de acordo com seu nível de complexidade, partindo de objetos simples e antigos para aqueles mais recentes e complexos. Boas, entretanto, discordou desses critérios. Para o antropólogo alemão, eles não explicavam o desenvolvimento histórico desses objetos, limitando-se a distribuí-los em uma sequência preestabelecida e deixando de relacioná-los entre si (PATTERSON 2001, p. 47; STOCKING, JR. 1974, p. 61-62). Essas críticas, entretanto, foram escritas em uma época em que o Evolucionismo já era bastante questionado. Essa perspectiva havia atingido o auge na década de 1860. Entretanto, no fim do século XIX, ela começa a declinar. Não por acaso, até mesmo um de seus maiores defensores, o antropólogo inglês Edward Tylor, recebeu as críticas de Boas com entusiasmo, vendo nelas uma importante e necessária chance de reforma (STOCKING, JR. 1982, p. 74, 100, 114-115 e 211).

No início do século XX, porém, Boas abandonou sua

preocupação com o Evolucionismo e voltou-se para outros interesses. Um deles foi a História, uma ciência que, segundo ele, teria algo em comum com a Física: a busca pelo estabelecimento de fatos e verdades eternas. Cada uma, entretanto, seguiria um caminho próprio. O físico compara fatos entre si, tentando compreender o fenômeno a que eles se referem. Fatos individuais, nesse sentido, são menos importantes que as leis deduzidas a partir deles. O historiador, em contrapartida, enfatiza a compreensão de fatos individuais e vê a busca por leis como algo menos importante. Assim, tanto as ciências humanas como a História, quanto as ciências naturais como Física, são igualmente científicas. A diferença entre elas é que cada uma constitui um modo diferente de olhar para o mundo (STOCKING, JR. 1974, p. 9 e 11-12).

Quando analisamos a formação intelectual de Boas, descobrimos que ele se aproximou de, pelo menos, duas definições de História: uma associada ao historiador alemão Leopold von Ranke, voltada para o estudo detalhado e concreto de fatos individuais do passado; e outra ligada ao filósofo alemão Wilhelm Dilthey, que separava as ciências naturais das ciências históricas, repensando pressupostos metafísicos da investigação histórica. No início de sua carreira, Boas havia definido a abordagem dos físicos como diferente daquela dos historiadores. Com o passar do tempo, ele buscou integrá-las, algo que terminou por gerar graves problemas. Por exemplo: quando se afastou de Dilthey, Boas adotou uma definição de história tradicional e ortodoxa, semelhante àquela de Ranke. O problema é que essa definição assumiu certos procedimentos e abordagens (como a crítica de documentos escritos) que dificilmente seriam postas em prática por antropólogos, já que sociedades estudadas por eles, em geral, são desprovidas de qualquer registro documental. Por causa disso, Boas não foi capaz de pôr sua abordagem histórica em prática - algo que ele mesmo veio a reconhecer depois (STOCKING, JR. 1974 p. 11-13 e 18).

Com o passar do tempo, a aproximação entre Antropologia e História defendida por Boas é bastante contestada por

importantes antropólogos. Para o inglês Alfred Reginald Radcliffe-Brown, por exemplo, antropólogos que definem o próprio trabalho como um tipo de estudo histórico cometem um erro grave: terminam por produzir trabalhos puramente especulativos ou meramente conjecturais. O problema de explicações históricas, segundo ele, não é o fato de serem ruins, mas sim de serem desnecessárias (RADCLIFFE-BROWN 1965, p. 2-3).

Outro exemplo é aquele do antropólogo norte-americano George Peter Murdock. Indo além de Radcliffe-Brown, Murdock adotou uma abordagem estatística, comparativa e generalizante, opondo-se, assim, à perspectiva histórica e particularista de Boas (HARRIS 2001, p. 606-607). Esse último, segundo Murdock, foi “extravagantemente superestimado por seus alunos”¹ (*apud* HARRIS 2001, p. 607), que “se perderam em um labirinto de detalhes inconsequentes”,² perdendo de vista a “função primária de uma ciência, [que é] a formulação e teste de generalizações”³ (*apud* WHITE 2005, p. v).

Entre os críticos de Boas, porém, nenhum foi tão longe quanto o norte-americano Leslie Alvin White, um dos professores mais influentes na trajetória intelectual de Sahlins, como veremos a seguir.

A ausência adotada

Entre os anos de 1927 e 1930, Leslie White trabalhou como professor de Antropologia na Universidade de Buffalo. Durante esse tempo, se interessou pelo estudo dos índios Seneca Iroquois, moradores de uma reserva próxima à universidade. Por causa desse interesse, decidiu ler um livro clássico da Antropologia a respeito desse povo, o *The League of Iroquois*, A Liga dos Iroquois, uma obra publicada em 1851, de autoria do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan. White se empolgou tanto com essa obra que decidiu ler outro livro de Morgan, o clássico *Ancient Society*, Sociedade Antiga, de 1877. Depois disso, editou vários volumes de cartas e artigos de Morgan, além de escrever a introdução de uma edição do *Ancient Society* (WHITE 2005, p. viii-ix; SERVICE 1976).

1. No original: “extravagantly overrated by his students”.

2. No original: “have lost themselves in a maze of inconsequential facts”.

3. No original: “the primary function of a science, the formulation and testing of generalizations”.

Um dos aspectos mais interessantes para White, na obra de Morgan, foi a perspectiva teórica contida nela: o Evolucionismo. Enquanto se interessava por essa perspectiva, ele se distanciava de um de seus maiores críticos: Franz Boas. No ano de 1960, por exemplo, White reclamava que “a filosofia antievolucionista do grupo de Boas ainda está sendo ensinada em vários departamentos de Antropologia nos Estados Unidos”⁴ (SAHLINS; SERVICE 1988, p. v). Apesar disso, essa filosofia antievolucionista estaria mostrando cada vez mais sinais de esgotamento, de modo que “mais uma vez a teoria da evolução está em marcha”⁵ (SAHLINS; SERVICE 1988, p. vii). As suas críticas, porém, não pararam aqui. Indo além delas, ele decidiu se afastar de uma das ciências preferidas do antropólogo alemão: a História. Uma das referências mais antigas à História, na obra de White, pode ser encontrada em um artigo de sua autoria, intitulado *Science is Sciencing*, *Ciência é Fazer Ciência*, publicado em 1938. É possível vermos nesse artigo tanto a sua definição de História quanto o contexto em que ela foi pensada: sua filosofia da ciência.

White defende neste artigo que a ciência é uma forma de lidar com a experiência ou realidade, tornando-a compreensível. A ciência lida com o particular através do universal; a arte lida com o universal mediante o particular. Para ilustrar essa distinção, recorre a um personagem da literatura norte-americana: o escravo negro Uncle Tom, do livro *Uncle Tom's Cabin* (A Cabana do Pai Tomás), de Harriet Beecher Stowe. Um cientista, segundo ele, estuda Uncle Tom, um particular, como apenas um elemento de algo mais interessante: a grande massa de escravos negros, um universal. Um artista, ao invés disso, faz o leitor confrontar o problema da escravidão, um universal, através da vida de Uncle Tom, um particular (WHITE 1938, p. 369).

Ao todo, para White, existem três formas de praticar Ciência: (1) por meio da análise do aspecto temporal da realidade, como faz a História; (2) através do estudo de seu aspecto espacial, como vemos na investigação da estrutura do

4. No original: “the antievolutionist philosophy of the Boas group is still being taught in many departments of Anthropology in the United States”.

5. No original: “once more the theory of evolution is on the march”.

átomo; ou (3) mediante o exame do produto da relação entre tempo e espaço. Um exemplo de produto dessa relação são as espécies animais no nosso planeta. Toda espécie, segundo White, é um produto da interação entre um processo temporal (como uma série de acontecimentos) e um determinado espaço (como o ambiente em que a espécie vive). Assim, um exemplo de estudo que ilustra a terceira forma de praticar Ciência é o evolutivo, que descreve e interpreta as formas assumidas por uma espécie, enquanto um produto da interação entre tempo e espaço (WHITE 1938, p. 374 e seguintes).

Dentre essas três práticas, a mais interessante para os nossos propósitos é a História. Essa ciência, segundo White, lida principalmente com o aspecto temporal da realidade. Isso não significa que historiadores ignorem o aspecto espacial: significa apenas que eles dão um maior destaque ao tempo (WHITE 1938, p. 374). A História, segundo esse argumento, é formada por eventos únicos, mas tudo que existe no tempo pode, em princípio, se tornar objeto de análise histórica: estrelas, sistemas solares, rios, plantas, animais, indivíduos, instituições e costumes sociais. A partir daí, ciências como Astronomia, Física, Geologia e Antropologia são históricas - pelo menos em parte (WHITE 1938, p. 374-375).

Diante disso, podemos lançar a seguinte questão: quais são os historiadores que trabalham com essa definição de História proposta por White? Quando ele escreve sobre os tipos de ciência e as diferentes formas de praticá-las, o nome de um astrônomo é citado: o norte-americano Harlow Shapley (WHITE 1938, p. 370). Ao discutir o conceito de Ciência Social, sua referência é o antropólogo norte-americano Earnest Albert Hooton (WHITE 1938, p. 371). Uma reflexão sobre diferentes formas de evolução é acompanhada da citação de seis cientistas (WHITE 1938, p. 385). Além disso, quando menciona escolas e especializações dentro da Sociologia e Antropologia - como morfologia social, escola formalista de antropologia cultural e escola de Chicago - seu texto é recheado de referências a oito pesquisadores dessas áreas (WHITE 1938, p. 386). Enquanto

isso, nenhum historiador é citado.

Essa ausência de historiadores continua até quando White cita categorias e questões que interessam a eles. Por exemplo: quando reflete sobre a categoria tempo, ele não cita o trabalho de um historiador, mas um texto do físico Albert Einstein (WHITE 1938, p. 374). Quando escreve sobre a ideia de evento, recorre a um físico (Einstein) e a um matemático (Hermann Minkowski) (WHITE 1938, p. 373). Quando menciona áreas de estudo possíveis dentro da História - história das nações, tribos, instituições, ferramentas, ideias e crenças - nem um historiador é citado (WHITE 1938, p. 386).

Essa ausência se repete sete anos depois, em outro artigo de sua autoria, intitulado *History, Evolutionism, and Functionalism: Three Types of Interpretation of Culture*, História Evolucionismo, e Funcionalismo: Três Tipos de Interpretação da Cultura, publicado em 1945. Agora, além das três formas de prática científica, White defende a existência de três modos equivalentes de interpretação cultural: a interpretação histórica, a evolucionista e a funcionalista.

Para compreender esses três modos, imaginemos um pesquisador ou pesquisadora que decida analisar a linguagem escrita de um povo. Optar por uma interpretação funcionalista significa analisar a estrutura dessa linguagem ou a função de suas partes - como letras e sílabas na formação de palavras. A interpretação evolucionista, por sua vez, enfatiza os princípios gerais do surgimento e os padrões de transformação da linguagem humana em geral, fazendo da menção a qualquer linguagem específica algo que serve somente para fins ilustrativos. Por último, se escolher a perspectiva histórica, o pesquisador ou pesquisadora deverá se voltar para o surgimento e transformações da linguagem que ele ou ela quer estudar. Um exemplo de estudo histórico é a análise da difusão de uma linguagem através de povos e lugares distintos ao longo do tempo (WHITE 1945, p. 240 e seguintes).

A História, em meio a essa discussão, continua a ser o

estudo da “sequência cronológica de eventos únicos”⁶ (WHITE 1945, p. 222). Aqui, mais uma vez, historiadores continuam ausentes; só que o mesmo não pode ser dito da grande quantidade de cientistas sociais (WHITE 1945, p. 221 e 223 e seguintes), filósofos (WHITE 1945, p. 245) e físicos (WHITE 1945, p. 234, 237 e 246-247) citados no texto.

A despeito disso, existe algo digno de nota no texto de White: as diversas expressões usadas por ele no lugar de nomes específicos de historiadores. Um exemplo disso é a expressão *historiador convencional* (WHITE 1938, p. 376) ou “aqueles que carregam o rótulo de ‘historiador’”⁷ (WHITE 1938, p. 374). Essas expressões permitem que White escreva sobre o propósito e objetivo do historiador (WHITE 1945, p. 242) sem citar ninguém em particular, fazendo da figura do historiador um mito historiográfico em seu texto (para mais exemplos ver: WHITE 1945 p. 232, 234, 235, 236, 238, 239, 244; WHITE 2005 p. 8, 10, 94, 191, 268, 277, 280; WHITE 2007, p. 30).

O historiador Sérgio da Mata define um mito historiográfico como “uma crença, ou articulação de várias crenças, coletivamente construída(s) e a partir de então associada(s) à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores”. Essa crença ou conjunto de crenças permanece sempre “incólume ante toda e qualquer contraposição com os ‘fatos’”. Sua força, nesse sentido, “não advém do real, mas do desejo de tornar algo real”, enquanto “o olhar questionador e o rigor acadêmico cedem à tradição e ao argumento de autoridade”. Na prática, mitos historiográficos “prescindem (e, por sua própria natureza, têm de prescindir) de qualquer formulação sistemática e crítica para se perpetuarem”. Um exemplo disso é a expressão historiografia positivista, um mito historiográfico que foi muito útil na legitimação da perspectiva teórica conhecida como “escola do Annales” (MATA 2015, p. 188).

Essa definição de mito historiográfico pode ser muito proveitosa para entendermos os significados que Leslie White atribui à figura do historiador em seus textos. Neles, como vimos, nenhum historiador específico é citado. No lugar disso,

6. No original: “chronological sequence of unique events”.

7. No original: “those who bear the label ‘historian’”.

aparecem mitos historiográficos como aqueles que carregam o rótulo de *historiador* ou o *historiador convencional*. Essas expressões se transformam em mitos historiográficos na medida em que nenhum exemplo específico é capaz de desfazê-los. Caso um ou mais exemplos sejam citados, White pode simplesmente ignorá-los ou tratá-los como meras exceções de uma tendência mais ampla: aquela do historiador típico ou convencional. Mais tarde, o “olhar questionador e o rigor acadêmico” de Sahlins cederão “à tradição e ao argumento de autoridade” de Leslie White. Antes disso, porém, um colega de White verá um erro nessa ausência de historiadores: Alfred Louis Kroeber.

A ausência criticada

Um ano depois do artigo *History, Evolutionism, and Functionalism: Three Types of Interpretation of Culture*, de 1945, diversos aspectos das reflexões de Leslie White são criticadas. Entre eles dois se destacam: a ausência de historiadores e sua definição de História. O crítico, nesse caso, será o antropólogo norte-americano Alfred Louis Kroeber, um colega de White e professor de Antropologia na Universidade da Califórnia. Antes de publicar o artigo *Science is Sciencing*, em 1938, White havia encaminhado um esboço do texto para Kroeber (PEACE 2004, p. 103). Depois disso, eles trocam várias cartas. Nelas, é possível vermos uma relação cordial e amistosa entre os dois. Contudo, podemos ver também uma certa frustração em ambos, já que um parece sempre disposto a discordar dos princípios mais básicos e fundamentais do outro (PEACE 2004, p. 131).

8. No original: “historical treatment as being merely concerned with unique events in their chronological sequence”.

Em 1946, Kroeber decide publicar o artigo *History and Evolution*, História e Evolução, como uma resposta ao texto de White publicado no ano anterior. White, segundo Kroeber, havia definido o “tratamento histórico como estando preocupado somente com eventos únicos em sua sequência cronológica”⁸. Essa definição, entretanto, é limitada demais, já que reduz o trabalho do historiador a uma mera lista de nomes, datas e

lugares; ou a um mero mapeamento de “perambulações de itens desprendidos e desvinculados [entre si] ao longo do tempo e do espaço”⁹. Historiadores, segundo Kroeber, não descrevem eventos de forma desinteressada. Muitos deles, ao invés disso, analisam estruturas e funções de aspectos das mais diversas culturas e sociedades - como no caso daquela interpretação funcionalista, descrita por White. Outros interpretam os produtos da relação entre tempo e espaço, enquanto lidam com vastos períodos de tempo - de forma semelhante àquela abordagem evolucionista (KROEBER 1946, p. 1-3). Ainda de acordo com Kroeber, White erra quando diz que o tempo é o elemento mais importante nos trabalhos de História. Muitos historiadores, ao invés disso, analisam momentos históricos específicos, sem se preocuparem com o problema da mudança temporal. Quando agem assim, buscam compreender as relações sociais e culturais entre um momento de mudança e outro, o que Kroeber chama de “tratamento histórico sincrônico”¹⁰ (KROEBER 1946, p. 12-13). Mas onde estão as evidências que apoiam o argumento de Kroeber? No seu texto, ele cita várias: o livro *La Cité antique*, A Cidade antiga, de Fustel de Coulanges; *Les villes du Moyen Age*, As vilas da Idade Média, de Henri Pirenne; *The Frontier in American History*, A Fronteira na História Americana, de Frederick Jackson Turner; o historiador suíço Jacob Burckhardt, o romano Tácito e seis outros (KROEBER 1946, p. 13).

Depois disso, prosseguindo em seu argumento, Kroeber acrescenta que White adota um conceito limitado de História porque quer, na verdade, enriquecer seu termo preferido: evolução (KROEBER 1946, p. 2). No texto de 1945, White havia citado o livro *The Evolution of Physics*, A Evolução da Física, dos físicos Albert Einstein e Leopold Infeld. Tal obra, segundo ele, é um exemplo de trabalho evolucionista. A partir desse exemplo, ele busca separar as palavras história e evolução. Einstein e Infeld, segundo sua lógica, não constroem uma narrativa de eventos únicos e particulares. O que eles tentam, ao invés disso, é “mostrar como a filosofia da Física cresceu e se desenvolveu, como uma forma de teoria física cresceu para se tornar outra”¹¹. Por causa disso, o “livro poderia ter sido escrito

9. No original: “wanderings of detached and unrelated items through time and space”.

10. No original: “synchronic historical treatment”.

11. No original: “to show how the philosophy of physics has grown and developed, how one form of physical theory has grown into another”.

sem nenhuma menção específica a um único homem, uma única data ou lugar”.¹² Isso faz dele um trabalho evolucionista, não de História (WHITE 1945, p. 237-238).

Kroeber, por sua vez, discorda desse argumento. Ele acredita que White reduz a obra supostamente evolucionista de Einstein e Infeld a uma “interpretação abreviada, mas genuinamente histórica de [certas] tendências”¹³ - só que “com a maior parte de fatos comprobatórios e específicos omitidos”.¹⁴ Além disso, se esse livro é um exemplo de obra evolucionista, Kroeber, então, pergunta: “será que o evolucionismo de White se resume a uma história abreviada?” (KROEBER 1946, p. 14).¹⁵ Kroeber considera que sim. White havia citado diversos exemplos de processos evolutivos, como a formação e desenvolvimento do universo, a constituição da vida orgânica e o desenvolvimento de culturas humanas. O problema, segundo Kroeber, é que esses processos não passam de “histórias meramente grandes” (KROEBER 1946, p. 13-14).¹⁶

A ausência retomada

Cinco anos após a publicação do artigo de Kroeber, em 1951, Marshall Sahlins concluiu sua graduação em Antropologia na Universidade de Michigan. Depois disso, termina o mestrado nessa mesma área e instituição em 1952. Seu doutorado, também em Antropologia, é concluído em um lugar diferente: a Universidade de Columbia. O ano de conclusão é 1954, com a defesa da tese *Social Stratification in Polynesia* (Estratificação Social na Polinésia). Quatro anos depois, em 1958, essa tese é publicada em forma de livro (GOLUB; KELLY; ROSENBLATT 2016, p. 6 e seguintes; SAHLINS 2005b, p. 11). Na seção de agradecimentos, Sahlins agradece a Leslie White por sua orientação e estímulo (SAHLINS 1958, p. v).

Sua tese de doutorado consiste no estudo da relação entre as diferenças em um aspecto dos sistemas sociais da Polinésia - a estratificação social - e as diferenças na adaptação de culturas ao seu ambiente. Seu objetivo, a partir daí, é “explicar a diferenciação social dentro de um grupo de culturas geneticamente

12. No original: “book could have been written without specific mention of a single man, a single date or place”.

13. No original: “genuinely historical but summarized interpretation of trends”.

14. No original: “with most of the specific evidential facts omitted”.

15. No original: “could it be that White’s evolutionism boils down to summarized history?”.

16. No original: “merely large histories”.

relacionadas¹⁷: as culturas polinésias (SAHLINS 1958, p. ix).

No texto de sua tese, é possível vermos certos contornos da definição de História adotada por ele. Ela aparece de forma implícita no capítulo 7, cujo título é "Stratification and History", Estratificação e História. Nesse capítulo, Sahlins investiga a possibilidade de uma estratificação social ser maior em uma corrente da cultura polinésia (a Ocidental) do que em outra (a Central-marginal ou Oriental). Essas duas correntes, segundo ele, são produtos da difusão de elementos culturais, decorrentes de dois centros difusores de influência cultural: as ilhas Fiji, no ocidente, e as ilhas Society, no oriente. Para analisar o grau de estratificação social presente nelas, ele volta sua atenção para aqueles elementos culturais que persistem como sobrevivências ou formas vestigiais a partir desses centros difusores. Um exemplo dessas sobrevivências são os rituais de santificação de chefes tribais que continuam a existir, mesmo depois de terem perdido sua relevância política e econômica (SAHLINS 1958, p. 136-138).

A História, portanto, aparece na tese de Sahlins sob a forma de sobrevivências ou formas vestigiais daqueles elementos culturais que se difundiram geograficamente ao longo do tempo. A ideia de sobrevivência é uma herança do século XIX. O inglês Edward Burnett Tylor, por exemplo, já escrevia sobre isso (STOCKING, JR. 1982, p. 97). O conceito de difusão, por sua vez, tem uma longa trajetória na história da Antropologia (BARNARD 2000, p. 47 e seguintes). O próprio Leslie White, nos artigos de 1938 e 1945, associou à História a ideia de difusão várias vezes. No artigo de 1938, por exemplo, escreve que as ciências voltadas para o aspecto temporal da realidade, como a História, tendem a enfatizar o problema da difusão racial, quando estudam seres humanos (WHITE 1938, p. 385). Depois disso, no texto de 1945, afirma que historiadores querem conhecer tanto o lugar em que um objeto surgiu quanto aqueles lugares para onde ele se difundiu posteriormente (WHITE 1945, p. 236).

17. No original: "explain social differentiation within a group of genetically related cultures".

Assim, quando utiliza palavras como sobrevivência e

difusão, Sahlins pensa a História de um modo tipicamente evolucionista, influenciado por Leslie White. Isso irá se tornar mais explícito dois anos depois, na coletânea intitulada *Evolution and Culture* (Evolução e Cultura), organizada por Sahlins e um colega seu de Michigan, o antropólogo norte-americano Elman Service - alguém que foi também aluno de Leslie White. Em 1958, Sahlins e Service se reúnem para escrever um artigo juntos. Com o passar do tempo, o artigo cresce em tamanho e complexidade. Por esse motivo, eles organizam um simpósio para discuti-lo, intitulado "Principles of Culture Evolution", Princípios de Evolução Cultural, realizado no encontro anual da *American Anthropological Association*, na cidade de Madison, Wisconsin, entre os dias 14 e 16 de maio de 1959. Além de Sahlins e Service, participam também do simpósio os antropólogos Thomas Harding e David Kaplan. O resultado desse evento é a coletânea *Evolution and Culture*, formada por artigos de Sahlins, Service, Harding e Kaplan (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 123-124). No artigo escrito para tal coletânea, intitulado "Evolution: Specific and General", Evolução: Específica e Geral, Sahlins tenta desfazer certas imprecisões conceituais supostamente presentes nas reflexões de antropólogos evolucionistas (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 12). Ele propõe, para isso, dois novos conceitos: evolução específica e evolução geral.

18. No original: "higher forms arise from, and surpass, lower".

Evolução específica denomina o processo evolutivo no qual novas formas se diferenciam de formas anteriores, enquanto tentam se adaptar ao meio em que vivem. Evolução geral, por sua vez, refere-se ao processo de geração de progresso, ou seja, a produção de "formas mais elevadas [que] emergem, e ultrapassam, as [formas] inferiores" (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 12-13).¹⁸ Sahlins, inicialmente, propõe esses dois conceitos em meio a uma discussão sobre a evolução biológica. Logo em seguida, porém, decide usá-los para compreender a evolução cultural. A cultura, segundo seu argumento, "continua o processo evolucionário [biológico] por novos meios",¹⁹ o que permite que palavras originalmente usadas no contexto da evolução biológica - adaptação e forma, por exemplo - possam

ser transferidas para o entendimento da evolução cultural. Assim, por exemplo, “a cultura se diversifica através da especialização *adaptativa* e ela ainda produz sucessivamente *formas* elevadas no total”,²⁰ ou, então: a “cultura, *como a vida*, passa por evolução geral e específica” (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 23 - grifos nossos).²¹

Para ilustrar o uso prático desses conceitos, Sahlins recorre à História. Nesse sentido, ele formula a seguinte pergunta: “é o feudalismo um *estágio* geral na evolução de formas econômicas e políticas, um antecedente da moderna economia nacional?” (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 30-31 - grifo do autor).²² Sua resposta é: não. Dizer que o feudalismo é um estágio geral constitui uma afirmação falaciosa, pois “obscurece o curso histórico do desenvolvimento dessas civilizações, a despeito do quanto ela possa iluminar o curso histórico da cultura Ocidental”.²³ Na verdade, ao invés de representar um estágio geral, o feudalismo não passa de um estágio específico, isto é, somente “um passo no desenvolvimento de uma linha da civilização”.²⁴ Isso significa que o feudalismo não representa um avanço qualitativo na história do Ocidente. Portanto, se quisermos entender o surgimento da civilização ocidental, devemos ignorar a época feudal e voltar nossa atenção para duas civilizações antigas: Grécia e Roma (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 31-32).

Prosseguindo em seu argumento, Sahlins decide repetir a mesma estratégia adotada por Leslie White: construir uma definição de evolucionismo a partir de sua oposição à História. Seguindo essa lógica, Sahlins escreve que “o atual ressurgimento do evolucionismo na Antropologia é, com a exceção de [Leslie] White, orientado para o específico de forma decisiva”,²⁵ além de historicamente orientada (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 41). Essa inclinação tem sua origem na “esterilidade intelectual do empirismo boasiano e suas tão restritas preocupações históricas”²⁶ - e aqui vemos a continuidade da longa oposição de Leslie White a Franz Boas (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 2). Mas isso não é tudo. Sahlins defende também que essa preocupação

19. No original: “culture continues the evolutionary process by new means”.

20. No original: “culture diversifies by adaptive specialization and still it successively produces over-all higher forms”.

21. No original: “culture, like life, undergoes specific and general evolution”.

22. No original: “is feudalism a general stage in the evolution of economic and political forms, the one antecedent to modern national economy?”.

23. No original: “obscures the historic course of development of these civilizations, however much it may illuminate the historic course of Western culture”.

24. No original: “a step in the development of one line of civilization”.

25. No original: “the current revival of evolutionism in anthropology is, with the exception of White, decisively specifically oriented”.

histórica “tem ocasionado uma rica controvérsia em anos recentes sobre as relações entre ‘história’ e ‘evolução’”²⁷ (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 42).

Entre os participantes dessa controvérsia estão Leslie White e Alfred Kroeber. White, segundo Sahlins, defende que a História está voltada para o estudo de “sequências únicas de eventos localizados no tempo e espaço”;²⁸ enquanto a evolução se refere à progressão de formas culturais diferentes. A cultura, segundo essa lógica, deve ser abstraída de tempos e espaços específicos. Kroeber, em contrapartida, argumenta que o processo evolutivo já é um tipo de processo histórico, algo que pode ser comprovado quando vemos narrativas construídas por historiadores semelhantes ao que White associa a evolução (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 42-43).

Como resposta a essa controvérsia, Sahlins oferece sua própria distinção entre evolução geral e evolução específica. Uma sugestão é que a expressão evolução específica seja usada para denominar o desenvolvimento histórico de formas culturais particulares, como Feudalismo e Antiguidade. Outra sugestão é que a evolução geral seja empregada para designar a sequência progressiva de tipos ou classes que agrupam várias formas culturais, como a Civilização Ocidental ou a Civilização Asiática. Assim, a posição de Kroeber é conciliada com aquela de White: a história de Kroeber equivale à evolução específica; enquanto a evolução de White corresponde à evolução geral (SAHLINS; SERVICE 1988, p. 43-44). Ambas, portanto, se completam.

Essa conciliação foi muito elogiada por Leslie White, para quem Sahlins conseguiu “esclarecer de uma vez por todas a antiga confusão entre história e evolução” (SAHLINS; SERVICE 1988, p. viii).²⁹ O elogio de White, porém, teve um custo: as críticas feitas por Kroeber foram simplesmente ignoradas por Sahlins. Uma das consequências disso é o fato de esse último preservar em seu texto duas das características dos artigos de White: a ausência de historiadores e o mito historiográfico do *historiador convencional* (por exemplo: SAHLINS; SERVICE

26. No original: “intellectual sterility of Boasian empiricism and its so very restricted historical concerns”.

27. No original: “has occasioned a rich controversy in recent years about the relations between ‘history’ and ‘evolution’”.

28. No original: “unique sequences of events located in time and space”.

29. No original: “clear up once and for all the long-standing confusion between history and evolution”.

1960, p. 42 e 43). Contudo, é importante notarmos que Sahlins faz isso na mesma coletânea em que seu colega Elman Service menciona autores específicos que escreveram livros de História: Oswald Spengler e Arnold Toynbee (SAHLINS; SERVICE 1960, p. 94 e 101).

Com o passar do tempo, entretanto, algumas coisas mudam. Depois da publicação do *Evolution and Culture*, em 1960, White e Sahlins seguem caminhos diferentes. White manterá sua definição de História construída em 1938 até o fim da vida (por exemplo: WHITE 2005, p. 8-9 e 229-230; WHITE 2007, p. 30). Sahlins, enquanto isso, torna-se uma estrela em ascensão do movimento evolucionista norte-americano (KUPER 1999, p. 164). Apesar disso, em meados da década de 1960, ele se mostra cansado de Michigan; enquanto isso Leslie White se torna uma figura limitadora para o seu crescimento intelectual (GOLUB; KELLY; ROSENBLATT 2016, p. 12). A abordagem evolucionista, ao mesmo tempo, começa a dar sinais de esgotamento. Como consequência disso, muitos de seus adeptos decidem abandoná-la para trabalhar com estudos biográficos; enquanto outros decidem se aproximar da História e do Marxismo (PATTERSON 2001, p. 143).

Sahlins escolhe se afastar do pensamento de Leslie White e do evolucionismo, buscando sua renovação intelectual na obra do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss. As semelhanças entre as obras de White e Lévi-Strauss contribuíram para que esse último fosse escolhido. Por exemplo: ambos se preocupavam com os aspectos simbólicos da existência humana, além de terem enfatizado questões de parentesco e adotado uma visão panorâmica no estudo de sociedades. Lévi-Strauss, além disso, como outros intelectuais franceses, tentou conciliar o estudo do aspecto material da existência humana com a análise de seu aspecto simbólico. White, a seu modo, também buscou essa mesma conciliação (GOLUB; KELLY; ROSENBLATT 2016, p. 13).

Assim, influenciado por Lévi-Strauss, Sahlins abandona a perspectiva evolucionista por volta da década de 1970. Uma evidência desse abandono pode ser encontrada no livro de sua

autoria, publicado em 1976, chamado *Culture and Practical Reason* (Cultura e Razão Prática). Seu objetivo, nessa obra, é criticar o que ele mesmo chama de razão prática - uma suposta forma de pensar, a qual interpreta as relações humanas em termos de suas relações materiais, como trocas econômicas, e concebe a cultura como apenas um entre tantos outros produtos dessas relações. Sahlins se opõe a essa razão prática, defendendo uma razão simbólica, a qual enfatiza os símbolos e significados compartilhados por indivíduos na sociedade. De acordo com essa forma de pensar, significados são atribuídos às relações materiais a partir da cultura, não o contrário. E é isso que dá a cada sociedade e cultura suas especificidades - a despeito das semelhanças de suas condições materiais (SAHLINS 1976, p. vii-viii).

Contudo, é somente na década de 1980 que a ausência de historiadores e o mito historiográfico do *historiador convencional* chegam ao fim nos textos de Sahlins. Isso pode ser visto em pelo menos três de seus textos: *Historical Metaphors and Mythical Realities: Structure in the Early History of the Sandwich Islands Kingdom* (Metáforas Históricas e Realidades Míticas: Estrutura no Início da História do Reino das Ilhas Sandwich), publicado em 1981; *Individual Experience and Cultural Order* (Experiência Individual e Ordem Cultural), publicado em 1982; e *Islands of History* (Ilhas de História), publicado em 1985. Se antes a palavra evolução ocupava um lugar central em suas reflexões, agora é o termo cultura que assume o seu lugar. As suas referências teóricas também mudam: no lugar de Leslie White, aparece Lévi-Strauss. A obra desse último, além disso, vem acompanhada da discussão de outros autores, como os linguistas Roman Jakobson e Ferdinand de Saussure (SAHLINS 1981, 1985 e 2005a).

Em meio a tantas referências novas, uma em particular chama a nossa atenção: Sahlins começa a ler, citar e discutir obras de historiadores. Vemos, por exemplo, diversas menções a historiadores franceses, como Marc Bloch, Fernand Braudel, Jacques Le Goff e Pierre Nora (por exemplo:

SAHLINS 1985, p. ix, xiv, 20 e 31; ver também as notas de rodapé nas páginas 33 e 125 dessa mesma obra). Sua definição de História, com isso, enriquece e se transforma. Agora, ao invés de escrever sobre evolução geral e evolução específica, Sahlins analisa as “relações históricas que ao mesmo tempo reproduzem as categorias culturais tradicionais e dão a elas novos valores” (SAHLINS 1985, p. 125).³⁰ A História passa a ser vista como um produto de categorias que são elas mesmas construídas historicamente (SAHLINS 1985, p. vii). Além disso, novas lições são assimiladas: “Marc Bloch nos ensinou a ser comparativistas, ou então somos antiquários” (SAHLINS 1985, p. 20).³¹ A figura do *historiador convencional* é substituída por um grupo inteiro ligado à perspectiva teórica conhecida como História Nova. Essa perspectiva aparece em seus textos como estando voltada para o diálogo com as Ciências Sociais, além da análise de estruturas culturais e sociais ao longo de décadas e séculos - como certas formas de agir e pensar comuns a nações e povos inteiros (SAHLINS 1985, p. 72). Sahlins começa, assim, um novo período em seu diálogo com a História.

Considerações finais: História, ausência e mito historiográfico

Iniciamos este artigo com uma breve análise da relação entre História e Antropologia nos Estados Unidos. Começamos com a obra do antropólogo alemão Franz Boas, alguém que aproximou História e Antropologia, afastou-se do Evolucionismo e veio a se transformar em um oponente teórico dos norte-americanos Leslie White e Marshall Sahlins décadas depois. Em seguida, acompanhamos um duplo afastamento realizado por importantes antropólogos: da História e da obra de Boas. Como evidência disso, citamos dois antropólogos: Radcliffe-Brown e George Murdock. Depois, voltamos nossa atenção para alguém que radicalizou esse afastamento: Leslie Alvin White. Argumentamos que essa atitude de White resultou em uma definição de História bastante limitada, formada pela ausência de historiadores e um mito historiográfico do *historiador convencional*. Mostramos que tanto essa definição quanto esse

30. No original: “historical relationships that at once reproduce the traditional cultural categories and give them new values”.

31. No original: “Marc Bloch taught us to be comparativists, or else we are antiquarians”.

afastamento foram criticados por outro antropólogo, o norte-americano Alfred Louis Kroeber. Contudo, essas críticas foram desprezadas por White.

Até aproximadamente a década de 1970, Sahlins repetiu a mesma estratégia de White: aderiu ao Evolucionismo, adotou a ausência de historiadores e recorreu ao mito historiográfico do *historiador convencional*. O evolucionismo será abandonado na década de 1970 por ele. O fim da ausência de historiadores e da figura do *historiador convencional*, porém, só ocorrerá na década de 1980. A definição de História de Sahlins, como aquela de White, era alimentada por um círculo vicioso: um mito historiográfico que fazia da menção e da discussão de historiadores específicos algo dispensável; essa ausência, por sua vez, contribuiu para a manutenção e reprodução do mesmo mito. Isso ajuda a entendermos o motivo de Sahlins ter ignorado as críticas de Kroeber durante tanto tempo. E também a razão do interesse de historiadores e antropólogos pelas obras publicadas por ele na década de 1980 - um momento em que sua definição de História se torna mais rica, graças, em parte, ao fim desse círculo vicioso.

Esperamos, assim, contribuir para o estudo de um aspecto específico da biografia intelectual de Sahlins: sua relação com a História. Segundo alguns autores, ela é marcada por uma forma de praticar a Antropologia que permanece consistente ao longo do tempo: "humanista, logicamente rigorosa, ricamente empírica e generalizante",³¹ voltada para a clarificação do "significado e implicações do conceito de cultura" (GOLUB; KELLY; ROSENBLATT 2016, p. 6).³² Outros defendem que uma parte de sua obra - seus escritos sobre os povos do Pacífico - pode ser dividida em um primeiro momento, comparativo, materialista e evolucionista, e um segundo, estruturalista e historicamente informado (GOLDSMITH 2006). Existem ainda aqueles que defendem uma separação entre o primeiro Sahlins, inspirado no marxismo e guiado pelo desejo de corrigir aspectos da Antropologia norte-americana, e o segundo Sahlins, voltado para a correção do marxismo por meio de Claude Lévi-

32. No original: "humanistic, logically rigorous, richly empirical, and generalizing".

33. No original: "meaning and implications of the culture concept".

Strauss (KUPER 1999, p. 200). Diante dessas interpretações, neste artigo, nós propomos a existência de um Sahlins ainda pouco explorado: um antropólogo que teve sua definição de História limitada, em parte, por um círculo vicioso formado por historiadores ausentes e um mito historiográfico do *historiador convencional*; mas que soube mudar essa definição, também em parte, quebrando o mesmo círculo - um evento cujas consequências teóricas são estudadas até hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNARD, Alan. **History and theory in anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BIERSACK, Aletta. Local knowledge, local history: Geertz and beyond. In: HUNT, Lynn (ed.). **The new cultural history**. Berkeley: University of California Press, 1989, p. 72-96.

BURKE, Peter. **History and social theory, second edition**. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

GOLDSMITH, Michael. The evolution of Marshall Sahlins. In: LAL, Brij V.; MUNRO, Doug (orgs.). **Texts and contexts: reflections in Pacific Islands historiography**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2006, p. 76-86.

GOLUB, Alex; KELLY, John D.; ROSENBLATT, Daniel. Introduction: a practice of anthropology – the work of Marshall Sahlins, so far. In: _____ (orgs.). **A practice of anthropology: the thought and influence of Marshall Sahlins**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2016.

HARRIS, Marvin. **The rise of anthropological theory: a history of theories of culture**. Walnut Creek: Altamira Press, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KROEBER, A. L. History and evolution. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 1946.

KUPER, Adam. **Culture: the anthropologists' account**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

PATTERSON, Thomas C. **A social history of anthropology in the United States**. Oxford: Berg, 2001.

PEACE, William J. **Leslie A. White: evolution and revolution in anthropology**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure and function in primitive society**. New York: The Free Press, 1965.

SAHLINS, Marshall. **Culture and practical reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

_____. **Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich Islands kingdom**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1981.

_____. Individual experience and cultural order. In: _____. **Culture in practice: selected essays**. New York: Zone Books, 2005a, p. 277-291.

_____. Introduction. In: _____. **Culture in practice: selected essays**. New York: Zone Books, 2005b., p. 9-32.

_____. **Islands of history**. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

_____. **Social stratification in Polynesia**. Seattle:

University of Washington Press, 1958.

SAHLINS, Marshall; SERVICE, Elman (orgs.). **Evolution and culture**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1988.

SERVICE, Elman R. Leslie Alvin White: 1900-1975. **American Anthropologist**, v. 78, 1976. Disponível em: <https://goo.gl/Vn2YJg>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação: Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. **Cadernos de Campo**, Brasil, v. 9, n. 9, p. 125-133, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/tkYVCN>. Acesso em: 04 jan. 2018.

_____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STOCKING, JR., George W. **A Franz Boas reader**: the shaping of american anthropology, 1883-1911. Chicago: University of Chicago Press, 1974.

_____. **Race, culture, and evolution**: essays in the history of anthropology. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

WHITE, Leslie A. History, evolutionism, and functionalism: three types of interpretation of cultures. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 1, n. 2, p. 221-248, 1945.

_____. Science is sciencing. **Philosophy of Science**, v. 5, n. 4, p. 369-389, 1938.

_____. **The evolution of culture**: the development of civilization to the fall of Rome. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

_____. **The science of culture**: a study of man and civilization. New York: Percheron Press, 2005.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Felipe Souza Leão de Oliveira

felipesldoliveira@gmail.com

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Érico Veríssimo, 3425, Candelária,

Natal, Rio Grande do Norte, CEP 59065-460

Brasil

Agradeço a toda a equipe da **História da Historiografia** pelas valiosas leituras, críticas e sugestões.

RECEBIDO EM: 04/01/2018 | APROVADO EM: 19/03/2018

O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979)

The political and historiographic engagement in the profession of Brazilian historians: a reflection on the foundation of contemporary Brazilian historiography (1975-1979)

Rodrigo Perez Oliveira

RESUMO

Tomando como recorte de análise os anos de vigência do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979), este artigo examina a institucionalização do tipo de historiografia que até hoje é chancelada como profissional. A hipótese apresentada sugere que nesse período havia uma forte tendência de engajamento dos intelectuais nas agendas abertas pela redemocratização. Esse clima geral de engajamento levou os historiadores a tematizarem aquilo que já na época ficou conhecido como “novo sindicalismo”, o que trouxe os trabalhadores rurais e urbanos para o primeiro plano dos interesses da historiografia acadêmica. A inflexão empírica característica dos ventos teóricos neo-historicistas que sobreviveram à época inspirou os historiadores a produzirem, prioritariamente, estudos de caso com objetos rigidamente recortados. A institucionalização acadêmica dessa inflexão empírica interditou o estilo ensaístico, o exercício da síntese e a diacronia de média e longa duração, dificultando a afirmação no debate público da história como uma ciência social aplicada, o que explica a quase total ausência dos historiadores nas instituições que estavam mediando o ativismo político direto dos intelectuais. O principal aspecto da reflexão desenvolvida neste artigo é a tensão complementar entre um intenso engajamento historiográfico e um tímido engajamento político direto no ofício dos historiadores brasileiros durante os primeiros anos da redemocratização no país.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura militar; Historiografia; Historiadores

ABSTRACT

Taking the years of validity of I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979), this article analyzes the institutionalization of the type of historiography that until today is defined as professional. The assumption presented suggests that in this period there were a strong trend of engagement of intellectuals in the themes opened up by the re-democratization. This climate general of engagement prompted historians to study what at the time was called “new syndicalism”, which introduced rural and urban workers in the foreground of the interests of academic historiography. The empirical change-over which was the characteristic of neohistoricists theoretical debates that marked the epoch inspired the historians to make case studies characterized by objects rigidly delimited. The academic institutionalization of this change-over interdicted the essay style, the practice of synthesis and the exercise of medium and long duration diachrony. This situation made it difficult the affirmation of History in the public debate as an applied social science. This explains the almost total absence of historians in the institutions that in the late 1970s intermediated directly the political activism of intellectuals. The main feature of the reflection developed in this article is the complementary tension between an intense historiographic engagement and a shy direct political engagement in in the office of Brazilian historians during the first years of redemocratization.

KEYWORDS

Military dictatorship; Historiography; Historians

Hoje mais do que nunca, há pessoas querendo coisas. No rastro desses centros ausentes e metanarrativas ruídas, as condições do pós-modernismo produzem aquela multiplicidade de relatos históricos que encontramos por toda a parte em nossas sociedades democráticas/consumistas, uma massa de gêneros (histórias com grife) para usar e/ou abusar a gosto. Nisso podemos identificar, por exemplo, as histórias dos historiadores (histórias profissionais que tentam estabelecer hegemonia naquele campo de estudo, uma versão expressa nas teses, monografias, artigos e livros), as histórias dos professores de escola (necessariamente popularizações das histórias dos historiadores profissionais) e depois toda uma gama de outras formas características que só podemos listar: relatos históricos para crianças, relatos da memória popular, relatos de negros, brancos, mulheres, feministas, homens, relatos de herança cultural, relatos de reacionários, elites marginais, etc (JENKINS 2007, p. 101).

Naqueles anos [década de 1970] todos nós estávamos interessados no desenvolvimento de uma pesquisa engajada, amalgamada a atividades de assessoria aos trabalhadores. Pesquisa esta que incluía, a princípio, a participação ativa desses trabalhadores, considerados, portanto, não como meros objetos para as pesquisas dos intelectuais, mas como coparticipantes delas, como sujeitos investigados e parceiros políticos dos ativistas intelectuais. (MOISÉS *apud* PERRUSO 2008, p. 151).

Essas duas citações servem como mote para a definição do conceito “engajamento”, central na reflexão que desenvolvo neste artigo. Para o historiador inglês Keith Jenkins, a historiografia “pós-moderna” tem o engajamento como premissa, pois, na medida em que as “metanarrativas centrais” fundadas pela modernidade ruíram no final dos anos 1960, emergiram diversos relatos que representam interesses de sujeitos (mulheres, negros, comunidade LGBT e etc.), antes silenciados por uma historiografia branca, fálica e eurocentrada. Já o cientista político José Álvaro Moisés comenta aquele que era o clima geral entre os intelectuais brasileiros em atuação na década de 1970: a busca pelo engajamento, que se manifestou não apenas na tematização daquilo que já na época ficou conhecido como “novo sindicalismo”, mas também pelo interesse em travar contato com os trabalhadores através

da assessoria ao movimento sindical. Neste trabalho, estou interessado em examinar como os historiadores brasileiros profissionais exercitaram esse duplo engajamento.

O aspecto mais importante a ser levado em conta por qualquer estudioso interessado na história contemporânea da historiografia brasileira é que, entre nós, a cultura de pesquisa que definiu a universidade como o lugar por excelência da produção do conhecimento histórico foi institucionalizada em uma Ditadura Civil-Militar. A partir do início da década de 1970, é possível perceber um esforço sistematizado e coordenado diretamente pelo regime ditatorial para a consolidação do ensino pós-graduado no Brasil. Esse esforço institucional interferiu diretamente no funcionamento dos diversos campos de estudos que, na época, constituíam a cena universitária brasileira. A pesquisa que apresento neste texto está interessada nos desdobramentos desses esforços institucionais no campo da historiografia. Por isso, o recorte cronológico que baliza a minha reflexão consiste nos anos de vigência do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979).

A minha hipótese é que no seu berço, a historiografia brasileira contemporânea foi marcada por um rigoroso processo de institucionalização, que delimitou a hiperespecialização e o empirismo como seus postulados teórico-metodológicos mais importantes. Essas formulações teóricas inspiraram os historiadores na produção de estudos de caso, caracterizados pelo rígido recorte cronológico e geográfico dos seus objetos de pesquisa, levando à interdição da síntese, do estilo ensaístico, da diacronia de longa e média duração e da percepção de que a história poderia ser uma “ciência social aplicada”, dificultando, assim, a mobilização do conhecimento histórico para fins de engajamento político direto. Por outro lado, essa historiografia esteve intensamente preocupada com o empoderamento dos chamados “novos sujeitos” (trabalhadores rurais e urbanos), o que se desdobrou na rejeição aos paradigmas estruturalistas. Essas tendências epistemológicas estavam se fortalecendo na historiografia produzida no final dos anos 1970, mesmo que

ainda não fossem completamente hegemônicas. O curioso é que esse engajamento historiográfico tão intenso não foi acompanhado por um engajamento político direto, na medida em que os historiadores profissionais estiveram praticamente ausentes das instituições que no final dos anos 1970 mediarão o ativismo político dos intelectuais, como, por exemplo, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP, fundado em 1969, e o CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, fundado em 1976. Essa tensão complementar entre um intenso engajamento historiográfico e um tímido engajamento político direto é o aspecto fundamental da análise que desenvolvo neste artigo.

Para organizar melhor a reflexão, divido o texto em três partes: primeiro, situo os esforços de organização e fortalecimento da pós-graduação no projeto nacional-desenvolvimentista que caracterizou o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Em seguida, me debruço sobre o tema do engajamento político direto dos intelectuais nos debates públicos da redemocratização, com o interesse de comparar o comportamento dos historiadores profissionais com a postura adotada por outros estudiosos da sociedade. Por último, problematizo como no período em tela, a historiografia profissional, ao mesmo tempo em que se acomodou às diretrizes organizacionais estipuladas pelo Ministério da Educação do governo militar, definiu sua identidade teórica, com a finalidade de destacar o protagonismo político da sociedade civil e a agência dos atores sociais subalternos, o que configura aquilo que considero ser um intenso engajamento historiográfico.

O desenvolvimentismo do governo Geisel e a publicação do I Plano Nacional de Pós-Graduação

Recentemente, a historiografia especializada na Ditadura Civil-Militar brasileira vem passando por um importante movimento de renovação. Autores como Carlos Fico, Daniel Aarão Reis, Renato Lemos e Rodrigo de Patto Sá Motta destacam as continuidades entre a Ditadura Civil-Militar e

a República popular que a antecedeu, assim como lançam luz sobre as brechas de negociação e moderação abertas pelo próprio regime. No que se refere especificamente às universidades, Rodrigo Motta afirma que “as universidades configuram espaço privilegiado para perceber as ambiguidades do regime militar, bem como suas estratégias para aplacar os descontentes e seduzir as elites intelectuais” (MOTTA 2014, p. 55). O autor sugere que as universidades não foram apenas espaços de resistência, mas também de acomodação e até de colaboração tácita, uma vez que o regime conseguiu cooptar importantes quadros acadêmicos com medidas como a Reforma Universitária de 1968 e com a publicação do I Plano Nacional de Pós-Graduação. A historiografia universitária foi diretamente impactada pelas diretrizes e normas estabelecidas pelo IPNPG, o que resultou na burocratização do campo, com o estabelecimento de avaliações externas e padronização de procedimentos. O mesmo aconteceu com outros campos disciplinares.

Segundo Daniel Aarão Reis, a Ditadura Civil-Militar “instaurou-se contra um determinado programa – nacionalista e popular”, o que representou uma clara ruptura com a experiência política anterior. Isso não significa que permanências não possam ser identificadas no exercício de comparação entre o regime instituído pelo golpe de 1964 e a República popular que governava o Brasil desde 1946. Para Aarão Reis, “o que importa é questionar o caráter excepcional da Ditadura, discutir se não há aspectos comuns entre os governos pré-Ditadura e ditatoriais” (REIS 2014, p. 13-14). As políticas públicas planejadas e efetivadas para a consolidação e ampliação da pós-graduação demonstram claramente como a ideia de que a Ditadura Civil-Militar rompeu completamente com o desenvolvimentismo, que caracterizou a República Popular, precisa ser matizada.

Alkimar Moura destaca as estratégias mobilizadas pelo governo Geisel para enfrentar os primeiros efeitos do choque internacional do petróleo (MOURA 1990). Para o autor, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, publicado em 1975 e

formulado para delinear estratégias para o desenvolvimento nacional até 1979, representou o apogeu da história do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. O nacional-desenvolvimentismo posto em prática por Geisel não ficou restrito ao plano das macroestruturas econômicas, pois tomou como uma de suas prioridades, nas palavras de Thomas Skidmore, “a promoção de uma distribuição de renda mais justa, o que requeria um alto crescimento contínuo, para que ninguém perdesse em termos absolutos” (SKIDMORE 1988, p. 31). A sobrevivência e o fortalecimento do nacional-desenvolvimentismo podem ser observados, também, no plano da política externa, como destaca Daniel Aarão Reis, para quem, sobretudo no governo Geisel, foi recuperada, “por meio do pragmatismo responsável, a chamada política externa independente, de tradição estadonovista e muito presente nos anos anteriores ao golpe” (REIS 2014, p. 25). O mais importante para a reflexão que estou desenvolvendo neste texto é que a consolidação e ampliação da pós-graduação aconteceu nos quadros desse nacional-desenvolvimentismo.

Seria um equívoco afirmar que a política científica e tecnológica brasileira nasceu em 1975. Na verdade, desde a década de 1950, o Estado brasileiro já vinha investindo no setor. Em 1951, quando o poder público se empenhava em modernizar a estrutura produtiva brasileira, foram criados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A CAPES nasceu com a função de expandir e consolidar a pós-graduação *stricto sensu* no país e o CNPq tinha a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica nos diversos domínios do conhecimento. Tudo isso estava sendo pensado e planejado, como destaca Fernando Dantas, “em função das demandas dos setores considerados estratégicos para a modernização da infraestrutura produtiva” (DANTAS 2004, p. 163).

Uma breve análise do texto do I Plano Nacional de Pós-Graduação demonstra como os pragmatismos estratégico-

desenvolvimentista e político orientaram as iniciativas do poder público para o setor. O objetivo máximo do IPNPG era:

Transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todos os campos e temas do conhecimento humano e da cultura brasileira (I PNPG 1975, p. 125).

O IPNPG precisa ser situado nas diretrizes estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Seu objetivo era fazer “evoluir o sistema universitário brasileiro para uma nova etapa, na qual as atividades de pós-graduação tenham uma importância estratégica crescente” (IPNPG 1975, p. 13). Havia a preocupação em consolidar o sistema de pós-graduação brasileiro, que, mesmo datando dos anos 1950, ainda não estava, segundo a avaliação de seus idealizadores, satisfatoriamente estruturado. O documento é constituído por 57 páginas, estando dividido em quatro capítulos, sendo o texto final assinado por Ney Braga, então Ministro da Educação e Cultura.

A introdução do plano apresenta um vasto panorama da evolução do sistema de pós-graduação brasileiro desde a sua fundação. O segundo capítulo, cujo título é “Análise da Evolução da Pós-Graduação no Brasil”, está dividido em três partes, que descrevem as principais características das atividades desenvolvidas, além de apresentar um diagnóstico a respeito dos principais problemas que comprometiam a eficiência do setor. A primeira parte do segundo capítulo é a que mais me interessa, pois temos aí uma série de informações relativas à universidade, cursos, áreas de concentração, vagas preenchidas, número de professores e titulação docente. Ainda que o próprio IPNPG admita que esse levantamento estatístico apresente falhas, os dados são fundamentais para que tenhamos uma ideia da situação da pesquisa historiográfica universitária brasileira na época de sua institucionalização a nível de pós-graduação.

Em 1975, 1.740 professores trabalhavam nos 117 cursos de graduação em história existentes no país, que atendiam a 14.500 alunos matriculados. Segundo o IPNPG, para que as metas de expansão dos cursos de graduação no período 1975-1979 fossem atingidas, seria necessária a formação de mais 1250 professores, o que representaria um crescimento de 71%. Por conta dessa meta ambiciosa, a pós-graduação em história, entendida como o espaço de qualificação para professores universitários, era vista como estratégica. Na época, não existiam cursos de doutorado no Brasil e estavam disponíveis apenas 255 vagas para os cursos de mestrado, distribuídas de maneira desigual no território nacional, já que 90% dessas vagas estavam localizadas nas regiões sul e sudeste. Na esteira dos investimentos na consolidação do ensino superior e da formação pós-graduada no Brasil, havia o interesse do poder público em aumentar o tamanho da comunidade historiográfica nacional.

Já em 1976, quando a CAPES começava a organizar os mecanismos de avaliação de área, foram publicadas as diretrizes específicas para vários campos disciplinares. O documento "A Análise da área de Pós-Graduação em História" é uma importante fonte para a compreensão das expectativas que o Ministério da Educação e Cultura tinha para a historiografia profissional. Segundo o documento, seria função do ensino pós-graduado em história "a capacitação de professores para atuação nos níveis básicos e superior de ensino e o desenvolvimento de pesquisas que lançassem luz sobre as especificidades da história e da cultura brasileira e da contribuição do Brasil para o conserto geral das nações na história ocidental moderna" (MEC 1976, p. 03). Em que medida os estudos historiográficos efetivamente desenvolvidos atenderam a essas expectativas é o problema que examino na terceira seção deste artigo.

O engajamento político direto dos intelectuais nas agendas da redemocratização

Daniel Pécaut demonstra que, entre os anos 1920 e a década de 1980, os intelectuais brasileiros se envolveram nos

grandes debates nacionais de diversas maneiras. O autor afirma que a repressão atingiu diretamente a comunidade intelectual no último trimestre de 1968, quando “a censura torna-se implacável e as sanções, terríveis” (PÉCAUT 1989, p. 289). Pécaut destaca o caso da extinção da “Revista Civilização” e a perseguição a alguns professores universitários, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Pécaut, a situação da comunidade intelectual se transformou sensivelmente após meados da década de 1970, como resultado dos primeiros movimentos de relaxamento da repressão. O autor destaca não apenas a maior liberdade de trabalho, mas também o aprofundamento da profissionalização dos intelectuais, através do fortalecimento da pós-graduação. O sociólogo Milton Lahuerta também aborda a cena intelectual brasileira nas décadas de 1970 e 1980, tendo especial interesse na atuação dos intelectuais em instituições como o CEBRAP, o jornal alternativo “Opinião”, o partido político MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e o CEDEC, a qual deu origem a uma nova oposição à Ditadura, que também criticava o “populismo” dos anos 1950 e 1960. Tal processo teria resultado no surgimento do “partido intelectual” ou “da inteligência”, espaços nos quais “os especialistas saem de seus afazeres e são impelidos a se defrontarem com problemas políticos e/ou gerais” (LAHUERTA 2001, p. 20).

Lahuerta argumenta que a ditadura alterou o “cotidiano das pessoas, inclusive dos intelectuais, quebrando expectativas de vida”, o que levou esses letrados a desenvolverem “estratégias de racionalidade limitada”. Assim, nos anos da abertura, foi inaugurada uma nova relação entre os intelectuais e a sociedade,

de modo a ser fornecido um “mandato público” aos intelectuais, reativando os laços entre ciência e política, mas de maneira diferente do vigente no pré-64. Assim, os intelectuais lutavam ao mesmo tempo pela democracia e por condições adequadas à produção científica. Essa institucionalidade acadêmica dominante teria estimulado o surgimento de abordagens sociológicas privilegiadoras da análise das diversas instituições da sociedade civil. Por outro lado, pode-se pensar que tal

“mandato público” reforçaria a tendência de valorização dos movimentos sociais da sociedade civil (LAHUERTA 2001, p. 25).

Daniel Pécaut também destaca a junção de pesquisa acadêmica e política no CEBRAP e no CEDEC, principalmente sob a forma de consultorias aos “novos movimentos sociais”. Portanto, como podemos perceber, tanto Daniel Pécaut como Milton Lahuerta chamam a atenção para o fato de que no período aqui em tela surgiram diversos polos de pesquisa que passaram a atuar em termos acadêmicos e políticos de modo muito significativo. É o caso dos já citados CEBRAP e CEDEC.

O que estou chamando neste texto de “engajamento político direto” nada mais é do que a atuação dos intelectuais brasileiros nessas instituições, que Pécaut e Lahuerta conceituaram como “Partido Intelectual”. Tenho total clareza de que o “engajamento historiográfico” também é político, mas tem a diferença de ser exercido nos programas de pós-graduação, na prática da pesquisa histórica, não estando atrelado ao envolvimento direto com as instituições que na época formavam o “Partido Intelectual”. Essa diferença é importante para o argumento que estou desenvolvendo neste artigo. Em relação ao engajamento político direto, portanto, no período aqui examinado, os historiadores profissionais foram tímidos, pois, com raras exceções, tiveram protagonismo nos quadros das instituições que naquele período mediavam o ativismo político dos intelectuais.

Naquilo que se refere ao CEBRAP, destaco os “mesões” realizados entre 1975 e 1976, cujas atas foram publicadas na íntegra no jornal “Opinião”. Segundo Bernardo Sorj, os mesões “desnudam a dinâmica intelectual cebrapeana” (SORJ 2001, p. 83). Os “mesões” reuniram sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, economistas e filósofos da UFRJ, do IUPERJ, da UFMG, da UNICAMP, da FGV e da USP, entre outras instituições universitárias, representando uma espécie de ritual intelectual obrigatório tanto do confronto à Ditadura como na crítica ao chamado “pensamento populista”. O único historiador de ofício, vinculado a um departamento universitário de história,

cuja presença nessas reuniões é relatada nas atas publicadas é James Pinsky. Os intelectuais reunidos nos mesões, e aqui outros nomes podem ser citados, como o filósofo José Arthur Gianotti e o cientista político Francisco Weffort, estavam preocupados com aquilo que Fernando Henrique Cardoso chamava de “estratégias de ativação da sociedade civil”, o que era visto por esses autores como condição imprescindível para a superação tanto do autoritarismo corporativo getulista, que eles chamavam, pejorativamente, de “populismo”, como do autoritarismo da Ditadura Militar. “Sociedade Civil” era o termo chave para esses autores, o que explica os seus esforços de ida às bases dos movimentos sociais, num movimento de inflexão empírica e engajamento.

Mais do que nos mesões, a intervenção de Pinsky nos debates públicos da redemocratização, o seu “engajamento político direto”, foi contundente mesmo nas páginas da “Revista Debate & Crítica”, da qual ele foi fundador, idealizador e editor. A “Revista Debate & Crítica” nasceu em 1972 por “iniciativa exclusiva de James Pinsky”, segundo o testemunho de José de Souza Martins, com os objetivos de agrupar intelectuais que estavam sendo perseguidos pela Ditadura e de “criar um elo formal entre os cassados e os que permaneceram na Universidade, em particular na Faculdade de Filosofia da USP” (MARTINS 2002). Na sua primeira fase, o periódico teve vida curta, tendo sido extinto pela censura no segundo semestre de 1975. A revista renasceu em 1976, com um novo nome, “Contexto”, para burlar a censura, tendo se mantido com periodicidade regular até 1978, quando foi definitivamente extinta. Nas páginas dessa publicação, encontramos James Pinsky trabalhando ao lado dos mais influentes intelectuais da época, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Paul Singer e o baiano Thales de Azevedo (1904-1995), um dos raros exemplos de intelectuais que, fora do eixo RJ, SP, MG atuaram com relativo protagonismo na dinâmica dos “Partidos Intelectuais”.

Kazumi Munakata (1942) foi outra exceção à timidez no

engajamento político direto dos historiadores na conjuntura da redemocratização. Apesar de ser graduado em filosofia, na época aqui examinada, Munakata estava cursando o Mestrado em História na PUC de São Paulo. Escrevendo nos anos 1980 sobre a atuação dos metalúrgicos na região do ABC paulista, o sociólogo Éder Sader afirma que a participação de Kazumi Munakata no IV Encontro Regional de História de São Paulo, realizado em 1978, foi um dos manifestos pioneiros do compromisso político dos estudos sociais brasileiros com a tematização da ação dos trabalhadores. De fato, ao longo dos anos 1980, Munakata foi um importante estudioso da história dos trabalhadores, tendo atuado, também, via CEDEC, como consultor do sindicato dos metalúrgicos.

O engajamento político direto de Jamens Pinsky e de Kazumi Munakata precisa ser examinado com cuidado, o que não é possível fazer aqui. Porém, acredito que seja possível afirmar que, com a exceção desses dois nomes, os historiadores profissionais em atuação naquele período foram tímidos no que se refere ao engajamento político direto, o que não significa apatia política, pois a historiografia produzida naqueles anos mostra uma clara disposição para o engajamento nas agendas que orientavam as esquerdas pós-stalinistas. Na minha interpretação, tanto a timidez no engajamento político direto como a contundência no engajamento historiográfico podem ser explicadas a partir dos ventos teóricos que na época começavam a soprar na cena intelectual brasileira.

As premissas teóricas neo-historicistas

Eu acho que uma das grandes contribuições desse pensamento, desse tipo de elaboração, desse tipo de pesquisa, é romper com o economicismo realmente avassalador e colocar na ordem do dia a questão da criação, da construção autônoma dos trabalhadores e, de certa forma, do sujeito humano em geral. Quer dizer, se colocou, se recolocou a questão do sujeito. Começam a aparecer vários temas que antes eram homogêneos com o rolo compressor 'classe trabalhadora'. (MUTAKATA *apud* PERRUSO 2009, p. 304).

Com essas palavras, Kazumi Mutakata definiu a agenda da

historiografia profissional que começou a se consolidar no final dos anos 1970. Para Mutakata, o “ambiente da redemocratização”, marcado pela força do “novo sindicalismo”, preparou o terreno semântico para a recepção de autores até então pouco lidos no Brasil, como Edward Thompson, Cornelius Castoriadis, Michel Foucault e Clifford Geertz, que tinham em comum, a despeito das suas notórias diferenças, o interesse pela ação prática dos sujeitos históricos. É esse cenário teórico que se configura aquilo que, a partir de agora, chamo de “neo-historicismo”. O neo-historicismo caracteriza-se, sobretudo, pela inflexão empírica e, no caso específico da historiografia brasileira produzida nos anos da redemocratização, por um intenso engajamento manifestado e posto em prática no esforço de tematização dos “novos sujeitos”. Por outro lado, como já comentei na introdução deste texto, esse intenso engajamento historiográfico, na medida em que suscitou a produção de estudos de caso preocupados com objetos rigidamente recordados tanto cronológica como geograficamente, interditou a síntese, a diacronia de média e longa duração e a própria noção de “processo histórico”, o que dificultou a percepção de que os historiadores profissionais pudessem ser úteis na assessoria direta aos movimentos sociais nascentes e efervescentes na época. Isso nos ajuda a compreender, acredito, a pouca presença dos historiadores profissionais nos quadros do “Partido Intelectual”. É como se os historiadores se considerassem, e fossem considerados pelo restante da comunidade intelectual, como profissionais especializados exclusivamente no passado, que, devido ao *breaking up time* historicista, para utilizar o termo mobilizado por Berbe Bervenage e Cris Lorenz, não eram vozes autorizadas para a intervenção política direta e tempestiva.

O neo-historicismo não é um paradigma teórico criado deliberadamente para sugerir abordagens no exercício da interpretação histórica, mas sim um conjunto de práticas intelectuais diversas que, pertencendo primeiramente ao campo dos estudos literários, comungam a mesma rejeição à rigidez conceitual atribuída às teorizações estruturalistas. Sendo assim, o próprio esforço de definir o neo-historicismo, como alertou H. Aram Veerser, é um paradoxo, já que nenhum dos autores

neo-historicistas jamais esteve preocupado em delinear uma identidade teórica para si mesmo. Stephen Greenblatt e Catherine Gallagher dizem que:

Jamais formuláramos um conjunto de propostas teóricas ou um programa articulado; não esboçamos para nós mesmos, quanto mais para outros, uma sequência de perguntas a serem necessariamente apresentadas em face de uma obra literária a fim de elaborar uma nova leitura historicista; não poderíamos dizer a ninguém, em tom de desaprovação: você não é um historicista autêntico (GALLAGHER; GREENBLATT 2005, p. 11-12)

Segundo Veeseer, as práticas intelectuais neo-historicistas são baseadas em algumas premissas, tais como: 1) Todo ato de expressão está envolvido numa rede de práticas materiais. 2) Todo ato de denúncia mobiliza as ferramentas que ele condena e corre o risco de reproduzir as práticas que denuncia. 3) Os textos literários e não literários circulam inseparadamente. 4) Não existe discurso que permite acesso às verdades imutáveis ou expressões inalteradas da natureza humana. 5) O método crítico e a linguagem adequada para descrever a cultura sob o capitalismo é parte da economia discursiva que descrevem. 6) Tendo como grande inspiração teórica a proposta da “descrição densa”, sugerida por Clifford Geertz, os estudos culturais devem sempre priorizar a empiria, evitando as abstrações teóricas generalizantes.

Segundo as características inventariadas por Veeseer, o neo-historicismo combina aspectos políticos e epistemológicos, o que levou os seus críticos a explorarem essa seara. M. A Abrams, no seu “glossário de estudos literários”, associa o empirismo neo-historicista ao “quietismo político”, na medida em que “permitiu ao procedimento hermenêutico desconsiderar a existência de elementos estruturais de dominação” (ABRAMS 1988, p. 63). Na verdade, como argumenta Veeseer, o que o neo-historicismo questiona é a possibilidade de existência de uma crítica literária engajada, pois “por mais crítica que seja a literatura, ela é sempre verbalizada nos termos da linguagem formal, o que de alguma maneira alimenta o mesmo regime de poder que esteja criticando” (VEESER 1989, p. 11).

A inflexão empírica nos estudos culturais foi apropriada pelo neo-historicismo literário, ainda de acordo com as considerações de Abrams, na chave do “quietismo político” porque teria esvaziado o potencial desestabilizador da crítica cultural, tomando como base o conceito de “cultura” mobilizado por Clifford Geertz. Devido ao caráter empírico do modelo de análise formulado pelo antropólogo norte-americano, o neo-historicismo teria ignorado as “grandes agendas desestabilizadoras”, como aquelas que propunham a crítica das relações de poder estabelecidas. Temos aqui que a relação entre empirismo e quietismo político precisa ser melhor examinada, até para entendermos como os postulados neo-historicistas inspiraram os historiadores profissionais brasileiros que viveram e produziram na década de 1970.

Já que o princípio teórico basilar do empirismo neo-historicista é o conceito de “cultura” tal como foi definido por Geertz, é importante dedicar alguma atenção à teoria antropológica formulada por esse autor. Geertz, em crítica direta ao estruturalismo antropológico, propôs a “redução do conceito de cultura a uma dimensão justa” (GEERTZ 2008, p. 03). O autor está acionando um conceito de cultura mais limitado e busca, na teoria sociológica weberiana, a formulação que lhe parece ser mais adequada: aquela que define o “homem como um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e a cultura “como sendo essas teias e a sua análise”. O tipo de análise cultural proposto por Geertz não consiste em uma “ciência experimental em busca de leis, mas sim em uma ciência interpretativa à procura do significado”. Essa ciência interpretativa teria um procedimento metodológico fundamental, que Geertz, retomando a sugestão feita por Gilbert Ryle, chamou de “descrição densa”, entendida como a análise descritiva das práticas sociais, com o objetivo de interpretar seu significado simbólico.

A proposta de interpretação das práticas culturais apresentada por Geertz evoca uma ideia que é muito cara aos autores neo-historicistas: a definição da cultura como um tipo

de texto. Considerar a cultura um texto significa entender que o trabalho do etnógrafo possui como objeto “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ 2008, p. 07). Se é assim, o estudioso dos fenômenos culturais deve, ao considerar a cultura um texto, “tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GEERTZ 2008, p. 07). Ao comentar a “prática do novo historicismo”, Gallagher e Greenblatt aderem explicitamente ao projeto geertziano, argumentando que

tratar a cultura como texto encerra o pressuposto hermenêutico capital de que se pode ocupar uma posição de onde é possível descobrir significados que aqueles que deixaram traços de si mesmo jamais teriam articulado. Explicação e paráfrase não bastam, buscamos algo mais, algo que os autores por nós estudados não lograram capturar por falta de distanciamento de si próprios e de sua época (GEERTZ 2008, p. 19).

O empirismo neo-historicista, portanto, não deve ser tratado como uma fenomenologia vulgar, mas sim como a percepção de que apenas o estudo atento das práticas permite a compreensão do significado simbólico das ações dos atores sociais. Não se trata de considerar a prática como um mero epifenômeno das estruturas, mas como a força de mobilização de redes simbólicas, cujo significado é sempre cultural.

Uma ciência experimental de teor empírico com pretensões teóricas propositalmente modestas. Esse é o modelo de estudos culturais proposto por Geertz, no início dos anos 1970, que alcançou grande sucesso entre os estudiosos da sociedade. É importante destacar que a antropologia simbólica geertziana é um dos desdobramentos da inflexão empírica que traduziu o questionamento das abordagens estruturalistas, e não exatamente a sua causa motora. Os estudos sociais e culturais já estavam flertando com o empirismo desde os anos 1960, como demonstra, entre outros exemplos, as críticas de Thompson ao

marxismo estruturalista de Louis Althusser. Portanto, o neo-historicismo abordado por Veerser, por Abrams, por Galagher e por Greenblatt não esgota as diversas possibilidades de manifestação dessa inflexão empírica tão importante para os estudos sociais contemporâneos, já que se debruça apenas sobre uma das suas manifestações. No Brasil da redemocratização, a empiria e as críticas à generalização estruturalista estiveram a serviço de uma contundente agenda política.

Se, como mostrei há pouco, James Pinsky e Kazumi Mutakata foram exceções ao tímido engajamento político direto dos historiadores profissionais brasileiros em atuação na década de 1970, Manoel Nunes Dias mostrou uma prática de engajamento político direto a serviço da Ditadura civil-militar. Tendo sido interventor na USP durante muito tempo, Manoel Dias foi transferido para o *campus* de Franca da UNESP em 1977, onde, no ano seguinte, aconteceria o Encontro Regional de História de São Paulo. Manoel Dias proibiu a realização do evento, que foi reorganizado às pressas e realizado em Araraquara. Kazumi Mutakata testemunha que

aquele encontro já nasceu como uma resistência. [...] os organizadores ficaram alvoroçados, queriam que eu desse entrevista [...] , queriam anunciar uma nova historiografia surgindo e tal. [...] um grande exagero, porque aquele era o primeiro trabalho acadêmico de um mestrando. Eu nunca tinha escrito nenhum trabalho acadêmico. [...] A conjuntura permitiu esse alvoroço, né? E aí de repente virou alguma coisa meio paradigmática, que eu não tinha nenhuma intenção (MUTAKATA *apud* PERRUSO 2009, p. 274).

Marco Antônio Perruso discorda da modéstia de Kazumi Mutakata, ao afirmar que a fala do historiador naquele encontro foi uma das “fontes cognitivas” do ativismo intelectual tão efervescente na época. Segundo Perruso, nos anos 1970, os estudos sociais brasileiros experimentavam uma intensa renovação conceitual a qual se manifestou na forma de uma “inflexão empírica” que, entre outras coisas, criticou os estruturalismos. Como já sabemos, essa renovação conceitual foi alimentada pela própria conjuntura política da

redemocratização, que trouxe à luz do dia os movimentos sociais que reivindicavam a autonomia da sociedade civil e negavam a tutela do Estado. Perruso não estabelece uma relação de causa e efeito entre esses dois movimentos e sugere que a inflexão empírica foi alimentada pelo ativismo da sociedade civil e vice-versa. Trata-se de um processo único que teve algumas “fontes cognitivas”, as quais devem ser buscadas na década de 1970:

a primeira é constituída por sociólogos, a começar pelos trabalhos de Weffort a partir de 1971, que tematizou as relações entre os sindicatos e a política e que se desdobrou nos trabalhos de José Álvaro Moisés e de Verena Martinez-Allier. A segunda fonte cognitiva vem da antropologia e sua busca pelo lugar simbólico onde os setores populares, em seu cotidiano, concebem a relação e o conflito em torno do trabalho: bom exemplo são os estudos José Sérgio Leite Lopes. A última fonte é trazida por historiadores criticando a “memória dos vencedores” e influenciados por Marilena Chauí: Carlos Alberto Vesentini e Edgar De Decca e Kazumi Mutakata (PERRUSO 2009, p. 67).

Temos aqui o nome dos principais intelectuais que, a partir da universidade e dos programas de pós-graduação, direcionaram seus estudos aos “novos sujeitos”. Não se tratou, apenas, do voluntarismo e do ativismo individual desses pesquisadores, mas também de um esforço institucional levado a cabo pelos lugares dentro dos quais os estudos engajados estavam sendo produzidos. No que se refere à sociologia, teve destaque a USP. Em relação à antropologia, o principal centro de referência foi o Programa de Pós-Graduação sediado no Museu Nacional (UFRJ). A ciência política teve no IUPERJ a sua morada. Já a historiografia encontrou na UNICAMP o espaço que melhor acolheu a tal “inflexão empírica”.

A tese de doutorado de Igor Guedes Ramos demonstra como o programa de pós-graduação em história da UNICAMP foi o principal lugar de produção dessa historiografia engajada, tendo contado com a liderança intelectual de Edgar Salvadori de Decca. Ramos argumenta que a dissertação de mestrado de Margareth Rago, orientada por Decca e defendida em 1984, foi um dos marcos de fundação dessa “operação

historiográfica inovadora no uso das fontes e na postura ético-política” (RAMOS 2014, p. 208). Sem querer negar a importância da década de 1980 e, tampouco, a centralidade da UNICAMP para o engajamento epistemológico/temático dos historiadores profissionais, proponho um breve recuo no tempo, à segunda metade da década de 1970, pois é aqui que encontramos os primeiros indícios desse engajamento, que conviveu perfeitamente com as diretrizes organizacionais estipuladas pelo I Plano Nacional de Pós-Graduação. Na prática, o autoritarismo desenvolvimentista da Ditadura Civil-Militar permitiu aos historiadores contarem com uma sólida e eficiente organização institucional, o que potencializou a produção dessa historiografia engajada. Mas essa historiografia era engajada com quais agendas?

A década de 1960 foi marcada por uma intensa renovação na militância marxista internacional. As lideranças que comandaram os movimentos radicais protagonizadas por jovens estudantes em 1968 cada vez mais questionavam as organizações da esquerda tradicional. Segundo Paul Berman, não se tratou apenas de um mero conflito geracional. O que estava em disputa era o conteúdo programático que deveria orientar a atuação política dos movimentos de esquerda, em um momento marcado pelas críticas ao comunismo stalinista e pela descolonização da África e da Ásia. Hannah Arendt afirma que o imobilismo burocrático soviético e os movimentos anticoloniais trouxeram a “ação direta” para o primeiro plano das prioridades dessas jovens lideranças. Diz a autora que, ao longo da década de 1970, “na Europa, na América Latina e nos EUA, a juventude socialista e comunista se lançou em uma jornada de encontro “ao povo”, aos trabalhadores do campo e da cidade, com o objetivo de compreendê-los, de entender o conteúdo prático de suas ações, fora da rigidez teórica do marxismo ortodoxo” (ARENDR 1994, p. 59). Foi essa mesma busca pelo trabalhador que estimulou o engajamento dos intelectuais brasileiros nos anos 1970. O interesse político e intelectual estava nos trabalhadores, nas suas práticas mais cotidianas, nos seus valores. Por isso, o conceito de “classe

social” proposto por Thompson, como já demonstraram Margareth Rago, Igor Guedes Ramos e Asthor Dhiel foi tão bem recebido pelos historiadores brasileiros.

Carlos Fico e Ronaldo Polito organizaram em 1994 uma série de dados sobre a pesquisa histórica desenvolvida no Brasil na década de 1980. Trata-se de um catálogo com os títulos das dissertações de mestrado, dos artigos científicos e dos livros produzidos no período. Estou adotando o critério de que as dissertações defendidas e os artigos publicados até 1982 estavam sendo escritos no final dos anos 1970, ou seja, no período em que estou interessado. Foram 77 dissertações das quais 46, aproximadamente 60%, tematizam, de alguma maneira, a figura do trabalhador. Em relação aos artigos, a incidência é um pouco maior, pois dos 120 trabalhos publicados se debruçaram sobre a temática. No que se refere aos livros, os números são bem mais modestos, pois apenas 23% dos volumes publicados traziam as palavras “trabalhador” ou “trabalho” nos seus títulos. Nesse tipo de suporte, é possível perceber a força das sínteses de história política brasileira e ocidental, o que nos leva a pensar que os critérios do mercado editorial não eram os mesmos adotados pelos programas de pós-graduação e pelos periódicos especializados. O funcionamento do mercado editorial dos livros de história publicados no final dos anos 1970 ensejaria um estudo específico, pois suspeito que, já nesse período, existisse certo distanciamento entre as agendas da historiografia profissional e as demandas do público não especializado, distanciamento que, nesse nosso século XXI, parece ser cada vez maior.

Os anais das ANPUHs realizadas em 1976, em 1977 e em 1979 também sugerem o fortalecimento progressivo do engajamento dos historiadores com as agendas das “novas esquerdas internacionais”. O simpósio realizado em Aracaju, no ano de 1976, teve como tema a “propriedade rural”. Das 72 comunicações apresentadas, todas feitas por professores universitários, 52, mais ou menos 73%, abordaram, a figura do trabalhador. A tendência temática manteve-se no simpósio

realizado em Florianópolis, em 1977, que teve como tema o as relações entre o “Homem e a Técnica”. Dessa vez, foram 55 professores universitários apresentando comunicações, entre as quais 36, aproximadamente 65%, abordaram diretamente o personagem trabalhador

Já no simpósio realizado em 1979, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, podemos perceber um deslocamento semântico no tema central, propondo a discussão sobre “As relações entre o Estado e a Sociedade”, assunto que também estava na agenda dos movimentos sociais que emergiram na conjuntura da redemocratização. Das 63 comunicações apresentadas, 44 (69%) estiveram dedicadas à história do Brasil. Tomando esse universo como totalidade de análise, 52% das comunicações mostraram a preocupação em perceber o lugar dos trabalhadores (escravos, camponeses e operários urbanos) nessa relação de dominação e conflito entre o Estado e a Sociedade.

Esse levantamento quantitativo dos artigos publicados, das dissertações de mestrado produzidas e das comunicações apresentadas no simpósio da ANPUH no final dos anos 1970 é importante porque nos possibilita uma visão geral dos interesses compartilhados pelos historiadores profissionais em atuação na época. Os números mostram o fortalecimento crescente de uma agenda temática dedicada ao problema dos trabalhadores, que foi desenvolvida, em frequência numérica nada irrelevante, à luz de referências teóricas como Edward Thompson e Clifford Geertz, o que parece apontar para a tal “inflexão empírica”, que segundo autores como Margareth Rago, Marco Antônio Perruso e Igor Guedes Ramos estava mesmo se fortalecendo como tendência nos estudos sociais desenvolvidos na época. Temos, portanto, o cruzamento de dois dados que demonstram que, no final dos anos 1970, fortalecia-se entre os historiadores brasileiros a tendência de examinar empiricamente o comportamento dos “atores subalternos”, dos trabalhadores escravos, rurais e urbanos. Esse tipo de interesse temático ainda não era plenamente hegemônico nesse período, mas estava em claro movimento de crescimento.

Conclusão

É uma obviedade conhecida por qualquer graduando em história a afirmação de que a historiografia é sempre filha do seu tempo, que as perguntas feitas pelos historiadores são desdobramentos das questões que estão sendo disputadas pela sociedade dentro da qual eles desenvolvem seus trabalhos. No entanto, não é nada óbvio o funcionamento dessa interlocução entre o campo histórico e a sociedade, pois a forma como os historiadores interagem com as agendas coletivas se transforma com o tempo. Neste artigo, estive preocupado em examinar a relação entre os historiadores profissionais brasileiros e a sociedade no início de transição da Ditadura para a Nova República, quando estava sendo fundada a historiografia brasileira contemporânea. Esse interesse no final da década de 1970, no entanto, deita suas raízes no tempo presente, quando os historiadores profissionais estão perdendo a disputa pela imaginação histórica coletiva. Acredito, e esse é um argumento que pretendo aprofundar em futuros trabalhos, que uma coisa tem estreitas relações com a outra. Ou em outras palavras: as dificuldades que hoje enfrentamos no debate público podem ser explicadas pelo tipo de conhecimento histórico que começamos a produzir no final dos anos 1970.

É que de alguma maneira, os historiadores brasileiros contemporâneos herdaram a cultura de pesquisa que foi formulada e instituída no início da redemocratização. Hoje, com raríssimas exceções, a pesquisa histórica é desenvolvida nas universidades, nos programas de pós-graduação em história. Mas não se trata, apenas, de uma questão organizacional. Herdamos também certas convicções teóricas, que configuram nossos interesses e a forma como atribuímos sentido ao nosso ofício. O impasse, acredito, está aqui.

Defini como “neo-historicista” o ambiente epistemológico em que se deu a fundação da historiografia brasileira contemporânea. Acredito que somos neo-historicistas até hoje, na medida em que a nossa agenda de trabalho ainda está muito próxima daquela que foi instituída na década de 1970: no geral, a ação dos “sujeitos

subalternos” continua a nos interessar. Continuamos desconfiando dos estruturalismos e interditamos a síntese, o ensaio e a diacronia de média e longa duração. Já que nos consideramos profissionais especializados no passado (e cada vez mais especializados), os temas tempestivos interessam apenas à área de especialização que aprendemos a chamar de “história do tempo presente”. É como se os especialistas na escravidão colonial, ou na cultura política imperial, ou mesmo nos primeiros e tropeçantes passos da República, não tivessem nada a dizer sobre o presente, não tivessem com o que colaborar para o debate público. O *breaking up time* historicista nos coloca, então, na confortável posição de quem objetifica o passado a partir de um outro lugar, com o interesse exclusivo de compreender esse passado. Um passado que não vive mais, que não teria nenhuma relação com o presente. O que tentei fazer neste artigo foi mostrar que tal forma de pensar e de agir não é natural. E se é datada, é porque é perfeitamente possível tratar o conhecimento histórico em outras perspectivas. Ao formular a reflexão nesses termos, não estou abrindo mares nunca antes navegados, pois a própria experiência de aguda crise institucional vem aumentando o interesse dos historiadores brasileiros pela participação no debate público e pelo problema da utilidade social do conhecimento histórico.

O fato mesmo é que o tempo presente e o tempo futuro apontam para grandes dificuldades no que se refere à sobrevivência da historiografia profissional: a drástica diminuição no financiamento, a retirada da disciplina história do currículo obrigatório no ensino médio, os constantes ataques de movimentos políticos e sociais como o “Movimento Brasil Livre” e o projeto “Escola sem Partido”, os revisionismos das interpretações de temas sensíveis e traumáticos como a escravidão e a Ditadura Civil-Militar. A historiografia forjada nos anos da redemocratização parece não estar conseguindo responder a esses desafios. Por isso, é tão importante examinar a fundação da historiografia brasileira contemporânea, compreendendo as suas premissas. Talvez assim seja possível entender melhor a natureza dos impasses contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, M.H. **Glossary of literary terms**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1988.

VIII Simpósio Nacional de História, Sergipe. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1976.

VIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1979.

ARAUJO, Valdeci Lopes. **Pós-graduação, avaliação e o futuro da (sem) história**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 85-110, dez. 2016

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BERMAN, Paul. **A tale of two utopias: the political journey of the generation of 1968**. New York: Norton, 1968.

BRASIL. I PNPG. **Ministério da Educação e Cultura**. Conselho Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: 1975.

BRASIL. **Análise da Área de Pós-Graduação em História**. CAPES/MEC, Brasília. 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CÔRTEZ, Norma. **Esperança e democracia: As ideias de Álvaro Luís Vieira Pinto**. Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes**. Passo Fundo: UPF, 2004.

DANTAS, F. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: ideias para (avali)ação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, p. 160-172, nov. 2004.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**. Ouro Preto/ MG: Ed. UFOP, 1994.

GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. **A prática no novo historicismo**. Bauru SP: EDUSC, 2005.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia do Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. **Cadernos AEL**, nº 14-15, Campinas. IFCH/UNICAMP, 2001.

MARTINS, José de Souza. Tempos de Luta: os trinta anos da Revista Debate & Crítica. **Jornal da USP**, ano XVIII n.623. <https://goo.gl/DSU3uR>. Consultado em 19 out. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (ORG). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2014, p. 48-66.

MOURA, Alkimar R. A política econômica: de Geisel a Collor. In: LAMOUNIER, Bolivar (ORG) **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: Ed. Sumaré, 1990, p. 37-59.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PERRUSO, Marco Antônio. **Em Busca do "Novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80**. São Paulo: Annablume, 2009.

RAGO, Margareth. **A "nova" historiografia brasileira. Anos 90**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-82.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologia**. São Paulo: Ática, 1978.

VEESER, H. Aram (ORG). **The new historicismo**. New York and London: Routledge, 1989.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Rodrigo Perez Oliveira

rodrigoperez@ufba.br
Professor Adjunto de Teoria da História
Universidade Federal da Bahia
Rua Guadalajara, 172, ap. 302
40140-461 – Salvador – Bahia
Brasil

Agradeço aos companheiros do Fórum de Teoria da História pela rigorosa leitura que fizeram da versão preliminar deste artigo na ocasião de nosso último evento, realizado em dezembro de 2017, em Salvador.

RECEBIDO EM: 09/11/2017 | APROVADO EM: 19/03/2018

As cabecinhas estourando, a prisão do cientista e o cheiro da chuva: trauma, perplexidade e esperança em *Não Verás País Nenhum*

The little heads popping, the scientist's arrest and the smell of rain: trauma, perplexity and hope in *Não Verás País Nenhum*

Ana Carolina Monay

RESUMO

Não Verás País Nenhum: entre 1976 e 1981, nascia nas páginas de Ignácio de Loyola Brandão um Brasil que, em um futuro distópico, não-mais-se-veria. Pós-catástrofe ambiental, em um momento de ápice do capitalismo e sob um regime político autoritário, o não-mais-Brasil de Loyola Brandão é apresentado por Souza, que, através de um ato de rememoração, tece uma narrativa visando responder à questão máxima "como foi possível que chegássemos aqui?". O presente trabalho, tendo em perspectiva a noção de "ler em busca de *Stimmung*" de Hans Ulrich Gumbrecht, analisa como a narrativa de Souza apresenta o trauma, a perplexidade e a opacidade da esperança, buscando apreender, na medida do possível, algo da *atmosfera* do tempo e mundo de Loyola Brandão, o Brasil de fim da década de 1970 e início de 1980.

PALAVRAS-CHAVE

Trauma; Experiência; Ficção.

ABSTRACT

Não Verás País Nenhum: between 1976 and 1981, in the notebooks of Ignácio de Loyola Brandão, a country in a dystopic future was born, "that would no longer be seen". Post-environmental catastrophe, in a moment of capitalism's heyday, and under an authoritarian political regime, Loyola Brandão's non-Brazil is presented by Souza, who, through an act of remembrance, weaves a narrative aimed at answering the maximum question "how was it possible that we got here?". Thus, the present work, taking into account Hans Ulrich Gumbrecht's notion of "reading by *Stimmung*", seeks to analyze how Souza's narrative presents the trauma, perplexity and opacity of hope in order to apprehend, as far as possible, something of the atmosphere of the time and the world of Loyola Brandão: Brazil in the late 1970's and early 1980s.

KEYWORDS

Trauma; Experience; Fiction.

Nascido da pena de Ignácio de Loyola Brandão, *Não Verás País Nenhum* tornou-se o segundo romance de grande sucesso do autor. O primeiro, *Zero*, escrito na Itália e publicado em 1975, tematizou a tensa relação entre a repressão e liberdade, vindo a ser censurado pelo Ministério da Justiça da ditadura militar brasileira. Já em 1981, *Não Verás...* é publicado, gozando de maior liberdade de circulação, tendo em vista que, sobre a década de 1980, ainda que não seja possível afirmar que a ditadura se enfraquecia, ao menos já se articulavam modos de abertura do regime.

Os objetos de inquietude do autor não puderam ser esgotados em seu primeiro romance, passando a ocupar, então, as páginas de *Não Verás País Nenhum*. Na obra em questão, um não-mais-Brasil foi projetado. Um país que, no futuro, não mais se veria. Pós-catástrofe ambiental, da qual não restou uma única árvore; comportando um regime político autoritário, no qual *Militecnos* ocupam o alto escalão do governo e as melhores posições do capital, *Civiltares* realizam o policiamento das ruas, *Agentes Naturalmente Disfarçados* podem ser quaisquer um e o *Isolamento* é a ameaça do temível destino dos elementos disfuncionais da sociedade; e em um momento econômico de ápice do capitalismo, quando miseráveis ocupam os *Acampamentos Paupérrimos* nas margens de São Paulo, empregados trabalham por um prato de comida e um copo de urina purificada por dia, e quando o domínio das multinacionais foi capaz de desfazer do Estado brasileiro e retalhar seu território, o Brasil que (não mais) se vê de Loyola Brandão foi reduzido a uma São Paulo guetizada, temerosa, quente e *mefítica*, que, em vez de cidadãos, produz sobreviventes.

O Brasil de Loyola se faz perceptível a partir das palavras de Souza, o narrador-personagem, um sobrevivente desse não-mais-Brasil. Em um ato de rememoração, o país-nenhum nos é apresentado através do *plot twist* de sua vida. O ex-professor universitário de História, aposentado compulsoriamente pela *lei de segurança*, é, no hoje do livro, um funcionário da burocracia

do Estado. Como mais um hamster girando a roda da inércia, o personagem acorda todos os dias no mesmo horário, dá o mesmo bom dia à sua esposa Adelaide, toma o mesmo transporte coletivo que o leva ao trabalho, e assim, inertemente, seguiu o curso de seus dias desde os *Abertos Oitenta*, quando se instaurou a conjuntura supraexposta. Até que, após sentir uma coceira na mão, nela se abre um furo incrivelmente simétrico capaz de configurar-se em um *acontecimento* em sua vida, i. e., ponto de inflexão de onde passado e presente passam a entrelaçarem-se de uma outra forma, tornando possível o redimensionamento do campo de experiência, de sua potência de ação e do horizonte de expectativas de Souza. Então, a narrativa tecida pelo personagem, cujo subtítulo do livro classifica como “memorial descritivo”, orientada pela questão máxima sobre como foi possível que se chegasse até ali, é condição de possibilidade de, através do ato de visita ao passado, promover uma conciliação com seu presente e abrir possibilidades de futuros. Além da necessidade manifesta de descrição, a narrativa se configura num processo de *elaboração* de traumas passados.

Diante desta breve apresentação do livro, a questão que aqui pretendo abordar se resume nas formas de apresentação da perplexidade, do trauma e da esperança na narrativa do personagem-narrador, em atenção não só aos sentidos passíveis de serem produzidos pela narrativa, mas também às sensações da ambiência do contexto de nascimento da obra. Sendo o livro capaz de emanar a atmosfera do início da década de 1980 no Brasil, através dessa análise pode ser possível perceber os pontos sensíveis que, se não unem interioridade da obra e exterioridade, implodem esses dois aspectos enquanto dicotomia.

Para tanto, as primeiras linhas desse trabalho tratam do contexto de escrita da obra, que aqui, a despeito de propor uma contextualização artificial, é traçado com o fito de trazer ao leitor a potência da proposição de Hans Ulrich Gumbrecht de “ler em busca de *Stimmung*”, não exatamente como *metodologia*, mas

como *orientações sensíveis* para “*pensar hoje na realidade da literatura*”, abrindo ao corpo a possibilidade de percepção e de encontro com o passado como uma experiência estética (GUMBRECHT 2014, p. 09). Em seguida, imergindo no “universo da obra”, apresentarei o não-mais-Brasil de Loyola Brandão, para, ao fim, compreender a dinâmica afetiva de Souza e o que dela pode ser comunicável. Tendo em vista a noção de *atmosfera* de Gumbrecht, se não é objetivo do trabalho ingênua ou cinicamente sobrepor literalmente os traumas, a perplexidade e a esperança de Souza aos seus contemporâneos, talvez seja possível pensar que certas dimensões de pestilência traumática, perplexidade e esperança eram afetos presentes no ar que respiravam.

O Brasil que se via e sentia nas décadas de 1970 e 1980

1981, ano de publicação de *Não Verás País Nenhum*. Para além das páginas de Loyola, no mundo que habita o escritor e é por ele habitado uma ditadura militar, que já durava então 17 anos, se fazia realidade. O golpe de 1964, que derrubou o governo constitucional de João Goulart, evidenciou no Brasil uma certa *excepcionalidade*¹ que possibilitou a montagem de uma ditadura. Ao contrário dos (já desconfiáveis) acordos de entrega do governo constitucional em dois anos², a ditadura veio a durar mais de 20 anos. Em articulação com o empresariado, os militares tomaram o controle do Estado, pondo em curso um projeto de Brasil que vinha sendo formulado no interior da Escola Superior de Guerra desde a década de 1950 (BORGES 2014).

O esforço da corporação militar em dar ao golpe um lustre institucional e, posteriormente, à própria ditadura é evidente, sobretudo pela edição do primeiro Ato Institucional dias após o golpe, em que os militares conferiam a si mesmos plenos poderes constituintes. O estado de exceção se materializava na paradoxal Constituição não soberana, não originada do pacto legal entre Estado e sociedade, não republicana e não

1. Em referência à noção de estado de exceção tal como proposta por Giorgio Agambem. Cf. AGAMBEM 2004.

2. Disponível no 1º Ato Institucional, de 03 de abril de 1964.

democrática. Junto à cadeira da presidência, a soberania constitucional também foi usurpada.

Vladimir Safatle nos chama atenção ao que considera “uma das características mais decisivas da ditadura brasileira” (2013, p. 251):

sua legalidade aparente, ou, para ser mais preciso, sua capacidade de *reduzir a legalidade à aparência*. Tínhamos eleições com direito a partido de oposição, editoras que publicavam livros de Marx, Lenin, Celso Furtado, músicas de protesto, governo que assinava tratados internacionais contra a tortura, mas, no fundo, **sabíamos que tudo isto estava submetido à decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico**. [...] Uma ditadura que se servia da legalidade para transformar seu poder soberano de suspender a lei, de designar terroristas, de assassinar opositores, **em um arbítrio absolutamente traumático** (SAFATLE 2013, p. 251 - grifo nosso).

A reorganização do Estado nessa direção foi guiada, ideologicamente, pela Doutrina de Segurança Nacional reformulada também em 1950 pela ESG. Essa versão incorpora um novo conceito de geopolítica, que compreendia que ameaças à soberania nacional poderiam ser também ameaças “ideológicas”. Como não se limita a fronteiras espacialmente determinadas, esse tipo de compreensão abre o precedente para que seja interno o inimigo idealizado contra quem as Forças Armadas devem lutar por ameaçar a Segurança Nacional (BORGES 2014). Embasada nessa DSN, a Lei de Segurança Nacional de 1967 prescreveu uma série de ações passíveis de criminalização, tais como a censura, a tortura, sequestros, desaparecimentos forçados, execuções sumárias. A violação dos Direitos Humanos foi sistematizada, encontrando brecha para existir no coração do Estado, na legislação de exceção.

Se, por um lado, uma concepção estreita de vítimas da ditadura compreende pessoas as quais suas vidas foram afetadas pela intervenção direta de algum agente do Estado encarnado; por outro, é possível compreender que o clima geral de arbitrariedade e violência – que, no limite, sustenta a faceta

autoritária do Estado – é capaz de envolver a todos, embora em aspectos e nuances diferentes entre si. Ratifico as palavras de Safatle: o “arbítrio absolutamente traumático”, originado do uso da legalidade pela ditadura, é caracterizado pela mescla entre direito e ausência de direito, lei e fora da lei (SAFATLE 2013, p. 251). É justamente por conta da manutenção de um aparato normativo que a suspensão arbitrária desse aparato gera uma situação de insegurança, a princípio jurídica, mas que se amplia largamente, se estendendo à integridade física e moral.

Vale, nesse ponto, mencionar as considerações sobre a relação entre repressão e poder identificadas por Pilar Calveiro, em *Poder e Desaparecimento* (2013), e sobre a faceta revelada e ocultada do/pelo poder. Segundo Pilar,

não há poder sem repressão, mas, mais do que isso, é possível afirmar que a repressão é, de fato, a alma do poder. As formas que ele adota revelam sua mais profunda intimidade que, precisamente por ser capaz de escancarar o poder, torná-lo óbvio, se mantém secreta, oculta, negada. (CALVEIRO 2013, p. 37-38)

A partir dessa consideração, a autora compreende que o “traje de domingo” do poder militar, “que aparece nos desfiles, no sistema penal, no exercício legítimo da violência,” embora revelem “um rosto rígido e autoritário, [é] coberto por um verniz de limpeza, altivez e brilhantismo”, se configurando na parte mostrável do poder. Entretanto, uma outra, vergonhosa, é negada: ela aparece “nos assassinatos políticos, nas práticas de tortura, nas negociatas, na corrupção” (CALVEIRO 2013, p. 37-38).

Ora, nas descrições dos campos de extermínio da Argentina, mantendo a interseção entre o que do poder é revelado, e como isso que é revelado oculta uma face do poder, e como o que é ocultado revela a outra face negada, a autora ressalta que os campos funcionavam dissimulados em dependências militares, mantendo proximidade para/com a vida cotidiana das pessoas. “Tratava-se de um segredo guardado sem muito

empenho” (CALVEIRO 2013, p. 53). Embora Pilar Calveiro analisasse a ditadura argentina, é possível fazer ilações com a realidade brasileira. Relembro aqui o testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Nacional e Estadual da Verdade, quando denuncia a noção de “porões da ditadura”, revelando que a tortura acontecia não em porões, mas na sala de estar das dependências oficiais.

Naquela noite, no dia 20 de agosto de 1970, no momento em que entrei no quartel da Polícia do Exército [...] eu ouvi uma frase que até hoje ecoa forte nos meus ouvidos: ‘aqui não existe Deus, nem padre, nem família’. [...] Diferentemente do que muitos dizem, aquele lugar não era um porão da ditadura, um local clandestino. Embora ali não existisse nem Deus, nem padre, nem família, eu estava em uma dependência oficial do Exército brasileiro, uma instituição que funcionava a todo vapor, com todos os seus rituais, seus símbolos, seus hinos, sua rotina³ (PANDOLFI 2013, NP).

Se, de um modo, não era estratégico apresentar toda a face vergonhosa do poder; de outro, algo que fosse capaz de dissuadir potenciais oponentes deveria ser relevado. “De fato, para *disseminar o terror*, cujo efeito imediato é o silêncio e a inação, é preciso mostrar uma fração daquilo que permanece oculto” (CALVEIRO 2013, p. 53).

Ao fim da década de 1970, uma lei de anistia começa a oferecer os contornos da já falada abertura do regime. Porém, ao contrário dos anseios das ruas por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, a lei de anistia acabou se configurando uma autoanistia para os militares, e a permanência de formas variadas de condenação para os presos políticos (GAGNEBIN 2010). Como consequência desse processo de anistia, destaca-se a tentativa de silenciamento das vozes das vítimas, às quais foi negada uma justiça de transição completa, que incluiria, dentre outros fatores, a abertura de um espaço jurídico-político aos moldes das Comissões da Verdade que ocorriam nos outros países violadores dos Direitos Humanos. Uma democracia vinha (re)nascendo, sem que o Estado fizesse uma autocrítica sobre a violação sistemática dos Direitos Humanos (CALIL 2012).

3. Testemunho disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZwyKtFdZrKk>. Acessado em 28 jul. 2017.

Já no meio da década, os anseios pelas *Diretas, Já!* foram solapados pela emenda Dante de Oliveira, que determinou que o civil a suceder os militares seria eleito indiretamente. A morte precoce de Tancredo Neves, emedebista eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, levou José Sarney (PFL), o vice da chapa, à presidência da República. Se a década de 1980 convivia ainda com a *pestilência* - tanto por conta dos anos que ainda comportavam a ditadura, quanto de suas heranças traumáticas que rizomaticamente penetravam a nascente democracia -, e com a *perplexidade* - tanto legada da década de 1970 quanto suas atualizações frente às derrotas inesperadas no momento de abertura -; de outra maneira as possibilidades de abertura do regime traziam a *esperança*.

O lugar dos afetos e a leitura por *Stimmung*

Em vídeo de divulgação de seu mais recente livro *O circuito dos afetos: Corpos Políticos, Desamparo e o Fim do Indivíduo*, de 2015, Vladimir Safatle (2016), em diálogo com a psicanalista Maria Rita Kehl, analisa os afetos do medo e da esperança e sua relação com a condição de possibilidade de ação.⁴ Segundo o filósofo, medo e esperança são afetos provenientes da forma das relações que os homens estabelecem com o tempo futuro. O tempo é vivido, sob esses afetos, como expectativa. Dos dois modos, há a projeção de um futuro que deve ocorrer, e é essa projeção que permite aos indivíduos saberem como agir. Ambos afetos são antagonicamente complementares: quem tem esperança, também tem medo de que o esperado não ocorra. Pode-se afirmar que o medo ainda atingia os mais descrentes em relação à democracia nascente, mas a Constituição de 1988 e os “novos tempos” traziam também esperança.

Safatle (2016), nessa mesma ocasião, comentou sobre a relação entre os afetos e a política:

Como se a condição da política [na democracia] fosse o esfriamento das paixões. Você precisa criar um espaço que seja marcado pela procura pelo melhor argumento, uma

4. Publicado em 26/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gn4A-6pps5k>. Acessado em 28 jul. 2017.

argumentação racional, que seria então esse diálogo livre do peso das paixões. Essa visão tende a vincular os afetos à dimensão do irracional (SAFATLE 2017).

Segundo o autor, a política seria marcada pela busca da fala não *afetada*. Ora, não é preciso muito esforço para traçar paralelos com a relação entre método, objetividade e verdade na construção das ciências humanas. Para reafirmar um estatuto de cientificidade, desvios considerados subjetivistas foram afastados de todo enunciado que se pretendia científico. Além disso, a noção de fato confundiu-se com verdade, de modo que o empirismo se tornou outro critério legitimador do metadiscurso científico nas humanidades (BENZAQUEM 1992). Como consequência óbvia, as questões afetivas não se configuravam como objeto de estudo para as ciências, devido a sua impossibilidade natural de serem submetidas à um método científico que se construía com base na noção de verdade como *veritas*, empirismo, objetividade.

Entretanto, no final do século XX, as ciências humanas passaram por um ponto de inflexão geral, que concentrou as discussões sobre as possibilidades de acesso a um mundo real, e, conseqüentemente, de construir enunciados objetivos sobre esse mundo. Na disciplina histórica, duas tradições surgiram: a neohistoricista, cuja marca principal é a noção da impossibilidade de acesso a qualquer forma real do passado, cabendo aos historiadores e historiadoras construir enunciados *representativos* cujo efeito prático no presente seja um critério. E a outra, a fenomenológica-hermenêutica, herdeira dos estudos de Heidegger, compreendendo que a possibilidade de construção de enunciados objetivos sobre a realidade é impossível, não porque a realidade é inacessível, mas porque a relação que homem e o mundo estabelecem é de profunda intimidade, não existindo, assim, distância e observação excêntrica (RANGEL; ARAUJO 2015).

Hans Ulrich Gumbrecht, tão herdeiro da tradição heideggeriana quanto crítico da metafísica, advoga pelo estabelecimento de uma relação com o mundo que reconheça

a sua materialidade como presença, bem como critica a falta de espaço nas ciências para estudo dessa relação. Atentando para “o potencial escondido da literatura”, em *Atmosfera, Ambiência, Stimmung* (2014) o autor, ao trazer a discussão para o campo dos estudos literários, identifica que há dois pressupostos mutuamente exclusivos que configuram o que chama de *ontologia da literatura* - ou seja, “o conjunto de modos fundamentais como os textos literários - enquanto fatos materiais e enquanto mundos de sentido - se relacionam com as realidades que existem fora deles.” (GUMBRECHT 2014, p. 10). Esses dois pressupostos seriam o desconstrucionismo, que, segundo Gumbrecht, “sempre pertenceu àquela ‘virada linguística’ da filosofia. Isso significou - e, para os seus defensores, continua a significar - que não pode existir contato entre a linguagem e a realidade que existe fora dela” e, de outra maneira, os estudos culturais, que

pelo menos em parte, eles compartilham os pressupostos metodológicos (talvez fosse melhor dizer: ideológicos) do marxismo, que consideram seu precursor e seu ponto de partida. Ao contrário do desconstrucionismo, os estudos culturais - tal como surgiram na Grã-Bretanha e vieram a transformar-se, na Alemanha, em *Kulturwissenschaften* (sem grandes diferenças) - nunca foram céticos quanto à relação da literatura com realidades extralinguísticas. Quando muito, os pesquisadores nessa área de estudos fundiram de tal maneira sua fé na validade da pesquisa quantitativa e empírica e sua atitude de despreocupação relativa à epistemologia, que os modestos resultados filosóficos desta convergência fazem o desconstrucionismo, com sua rejeição do referente, parecer quase sedutor, ao menos em termos filosóficos (GUMBRECHT 2014, p. 10-11).

Ainda segundo o autor, o caráter mutuamente exclusivo de ambas posições pode levar a uma estagnação do campo, sendo necessário, segundo ele, uma terceira posição que, não por acaso, será sugestionada pelo autor.

A palavra alemã *Stimmung* (muito difícil de traduzir) exemplifica um “terceiro” que eu gostaria de defender. Por analogia com a noção de “ler para conhecer a intriga”, desenvolvida por Peter Brooks já há alguns anos, eu gostaria de propor a ideia de que os intérpretes e os historiadores da literatura leem com a atenção

voltada ao *Stimmung*. Uma das razões pelas quais recomendo tal abordagem é que esta é a orientação de grande número de leitores não profissionais (que não estão - e, claro, não têm de estar - conscientes desse fato) (GUMBRECHT 2014, p. 11-12).

Gumbrecht enfrenta uma contradição intrínseca à sua própria questão, e quaisquer outros que propuserem semelhante caminho enfrentarão. O autor é, de certa forma, apanhado num círculo que Derrida apresenta em *A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas*:

Este círculo é único e de certa forma da relação entre a história da metafísica e a destruição da história da metafísica: não tem nenhum sentido abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem - de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico - que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar (DERRIDA 1971, p. 233).

Ora, na crítica à tradição metafísica e na proposta de leitura em busca de *Stimmung*, Gumbrecht inevitavelmente recorre a um vocabulário pertencente à tradição que pretende contrapor. É evidente que muito do inominável que, como ressaltou Derrida (1971), só o é por se tratar de um fenômeno que não pôde ser encaixado dentro dos tradicionais quadros conceituais, hoje já possui um nome. Talvez seja o caso de *Stimmung*. Entretanto, a compreensão de *Stimmung* e seu potencial só se torna inteligível e só pode ser reconhecida pelo contraste com a tradição.

Devido aos imprecisos contornos do conceito em questão - se é que Gumbrecht pretende transformar em um conceito, caindo em mais uma das contradições inevitáveis pela falta de ferramentas disponíveis -, cabe reiterar as próprias palavras do autor sobre *Stimmung*.

Só em alemão a palavra se reúne, a *Stimme* e a *stimmen*. A primeira significa "voz" ; a segunda, "afinar um instrumento musical"; por extensão, *stimmen* significa também "estar correto". Tal como é sugerido pelo afinar de um instrumento

musical, os estados de espírito e as atmosferas específicas são experimentados num *continuum*, como escalas de música. [...] Interessa-me muito a componente de sentido que relaciona *Stimmung* com as notas musicais e com escutar os sons. É bem sabido que não escutamos apenas com os ouvidos interno e externo. O sentido da audição é uma complexa forma de comportamento que envolve todo o corpo. A pele, assim como modalidades de percepção baseadas no tato, tem funções muito importantes. Cada tom percebido é, claro, uma forma de realidade física (ainda que invisível) que **“acontece” aos nossos corpos e que, ao mesmo tempo, os “envolve”**. Outra dimensão da realidade que acontece aos nossos corpos de modo semelhante é o clima atmosférico. Precisamente por isso, muitas vezes **as referências à música e ao tempo atmosférico aparecem na literatura quando os textos tornam presentes - ou começam a refletir sobre - os estados de espírito e as atmosferas**. Ser afetado pelo som ou pelo clima atmosférico é uma das formas de experiência mais fáceis e menos intrusivas, mas é, fisicamente, um encontro (no sentido literal de estar-em-contra: confrontar) muito concreto com nosso ambiente físico (GUMBRECHT 2014, p. 12-13 - grifo nosso).

Contra a possível crítica da definição de *Stimmung* como uma metáfora, Gumbrecht responde: “Mas o meu argumento é que esses tons, atmosferas e *Stimmungen* não existem nunca completamente independentes das componentes materiais das obras” (GUMBRECHT 2014, p. 13-14), ou seja, na sua proposta, o *potencial escondido* seria o que emerge na Literatura, mas que não é só sentido, tampouco somente representação, é *presença*. O efeito de presença aconteceria pela dissolução entre forma e conteúdo. A forma diz do conteúdo; forma é conteúdo, e não existe conteúdo disforme.

O não-mais-Brasil – E os afetos disponíveis para leitura

“Mefítico. O fedor vem dos cadáveres, do lixo e excrementos que se amontoam além dos Círculos Oficiais Permitidos, para lá dos Acampamentos Paupérrimos” (BRANDÃO 1982, p. 11). Se essas palavras, as primeiras do livro, já podem causar por si a sensação do desconforto em respirar um ar que *fede a cadáver, lixo e excrementos*, a potência delas é ampliada

quando contrastadas com a epígrafe escolhida por Ignácio de Loyola Brandão: “y llegando yo aqui a este cabo vino el olor tan bueno y suave de flores o arboles de la tierra, que era la cosa mas dulce del mundo”⁵, frase creditada a Cristóvão Colombo, de 1503, proferida diante do cabo Hermoso. Essa *coisa mais doce do mundo*, em um não-mais-país que não mais possui árvore alguma, se tornou produto artificial, comprimido em uma lata de *spray* a ser comercializado. Cheiro de folha seca, folha podre úmida, bosta de vaca, eucalipto no fim de tarde, flores, verduras, serraria depois de cortar troncos de cedro, alfazema, jasmim, jatobá aberto, algodãozinho, papel novo, jaca, chá mate[...] Cheiros fabricados e vendáveis. Produtos feito de cheiros que não mais existem. Cheiros de memória.

Junto ao fedor, o calor de um “sol violento demais [que] corrói e apodrece a carne em poucas horas” (BRANDÃO 1982, p. 11). A vida verde foi extinta. O *deserto da Amazônia*, considerada a *nona maravilha do mundo*, avança rumo ao mar. Os últimos animais existentes, além dos ratos que são pragas da cidade, sobreviviam em uma pequena reserva secreta mantida por também secretos cientistas. Que carne a violência desse sol que queima no cinza dos concretos armados é capaz de apodrecer? Na passagem citada, a referência direta é à carne cadavérica. Mas será que a atmosfera pestilencial sobre a qual vivem os vivos não os apodrece também?

Os rios secaram. Urina reciclada é o que tem de disponível para solucionar a sede. “O corpo melado. A roupa grudada na pele. Ofegante” (BRANDÃO 1982, p. 91). Camisas, vestidos e paletós sintéticos: o suor exalado na estufa entre a roupa e a pele, o suor *mefítico* que brota da pele de corpos que se alimentam de comidas factícias, artificiais, produzidas por indústrias químicas governamentais e que de líquido ingerem somente urina processada[...] Fedor, calor e sede. O sol também apodrece os vivos.

Mefítica, quente, sedenta e lenta. Como forma de minimizar o efeito do calor e da sede, os sobreviventes desta São Paulo evitam mover-se rapidamente.

5. “E chegando eu aqui a este cabo [me] veio o cheiro tão bom e suave de flores ou árvores da terra, que era a coisa mais doce do mundo.” (tradução livre).

Os prédios concentram o mormaço, as filas de circulação caminham indolentes. Como era engraçado o tempo em que todo mundo andava apressado em São Paulo, aos encontrões, esbarros. No entanto, a irritação no rosto e dentro da gente é igual. Por causa desse abafamento constante, interminável. O povo se move em câmera lenta, como se vivesse dentro de um efeito especial em cinema. Cabeças baixas, respirando mal, seguindo as filas, entrando e saindo de edifícios. Poucando energia para conseguir suportar um pouco mais, e conseguir chegar ao fim do dia (BRANDÃO 1982, p. 91-92).

A fim de racionalizar o deslocamento dos citadinos, o *Esquema* guetizou a cidade. Os bairros foram separados por critérios de classe, categorias sociais, profissões e hierarquias no *Esquema*, e o trânsito entre um e outro não era livre; através de fichas de circulação, só era possível circular em determinados espaços. “A ficha aponta por onde posso andar, os caminhos a percorrer, bairros autorizados, por que lado da calçada circular, condução a tomar” (BRANDÃO 1982, p. 18).

Preso nessa rotina inerte estava Souza, narrador-personagem da obra. Fazia mais ou menos 30 anos, todos os dias acordava no mesmo horário, e bebia com sua esposa Adelaide o mesmo café factício. Ele colocava seu chapéu, acariciava o ombro esquerdo de Adelaide, consultava o relógio e apanhava seu ônibus S-7.58 pontualmente, junto a todas as pessoas que seguiam semelhante rotina. Era essa a forma de instrumentalização do tempo: o tempo era o tempo de um só dia. Acordar no mesmo horário, recorrer o mesmo coletivo, realizar o mesmo trabalho.

Souza era um funcionário do Estado, conferia tediosamente papéis ao longo de sua jornada. O excesso de *perguntas intragáveis* para a Segurança Nacional em suas aulas levou a direção da universidade onde lecionava a questionar que tipo de aula o professor vinha construindo com seus alunos, o que lhe custou uma aposentadoria compulsória. Como exemplo, era *perigoso* citar a *Era da Grande Locupletação*, momento seguido dos *Abertos Oitenta*, quando a concentração de renda foi extrema, enriquecendo os pouquíssimos ricos e levando

à miséria os muitíssimos pobres. De acordo com os círculos oficiais do *Novo Exército*, a *Era da Grande Locupletação* não passava de um mito negativista, subversivo e perigoso. E, bem, o fechamento dos arquivos oficiais ao público em geral e aos cientistas tornava impossível o acesso à documentação oficial, que comprovaria a veracidade dessa *Era*.

Hipóteses negativas, subversivas, perigosas. Mas não só esse era o grande perigo. Os *Agentes Naturalmente Disfarçados* poderiam ser quaisquer um, e os *Civiltares*, uma milícia formada por ex-militares da *linha dura* e civis *radicais*, que contava com a negligência consciente e apoio do *Esquema*, cuidavam da chamada *Segurança Pública*. Eram os mestres em atirar e perguntar depois; qualquer atitude considerada *suspeita* podia conduzir o sujeito ao temível *Isolamento*.

No alto escalão do governo e nos melhores cargos do país – fundidos, aqui, o Estado e as empresas – estavam os *Militecnos*. Eram militares, mas tinham acesso exclusivo à formação universitária. Claro, após a perseguição aos cientistas, só restou para o ensino universitário o que podia ser *útil*. Sendo de uma geração pós-acidente do Reator Nuclear, a geração dos *Militecnos* não tinha o cérebro normal.

Ficou demonstrado pelos cientistas. Foi mais uma das razões que os tornaram marginalizados. Provou-se que os *Militecnos* sofreram metamorfoses em seu organismo. O cérebro ficou afetado. Perdeu parte da memória. As emoções foram eliminadas. Tornaram-se serenamente calculistas (BRANDÃO 1982, p. 29).

Como no título de tal secção da obra, “nas suas divagações, Souza vê que tem sorte, pois ainda possui memória, ao contrário dos *Militecnos*, que já perderam suas faculdades humanas” (BRANDÃO 1982, p. 24). Memória está, aqui, diretamente relacionada à condição humana. Ora, Souza mesmo identificou:

Sou lúcido para saber que o controle total, rígido, dos meios de comunicação, aliado à Intensa Propaganda Oficial, IPO, amorteceu as mentes. De tal modo que esta emergência em que vivemos passou a ser considerada normal. **A nossa**

memória é admirável, porque este passado é recente. E nos esquecemos. Tudo se precipitou, rápido demais. [...] Se analisarmos a história, vamos concluir que o nível de vida do brasileiro baixou a zero. **Todos querem sobreviver** (BRANDÃO 1982, p. 30-31 - grifos nossos).

Quanto da sobrevivência reduz a vida? No eterno presente da manutenção imediata da sobrevivência, de trabalhadores que trabalharam por um prato de comida e um copo de urina decantada, de censura e repressão, existe espaço para a memória?

Cito, aqui, algumas “Palavras Prévias” de Fernando Catroga, autor de *Memória, História e Historiografia* (2015):

O passo que o homem [e as mulheres] dá[/ão] para a frente tem na pegada anterior a sua condição de possibilidade. Trespasado de tempo, o seu caminhar vai deixando traços no ecrã branco de Cronos [...]. Seja como for, eles são sinais que impedem de ser só presente ou só futuro. Dir-se-ia que vão, colados às solas de seus pés como sombras que, se ficam para trás, o sol da vida também projeta para adiante (CATROGA 2005, p. 07).

Isto é, se por um lado há sombras do passado que ficam para trás no solado dos pés de quem caminha, embora quem caminha não caminhe sempre para frente, no momento de incidência o sol – e esse que é da vida – projeta sua luz para a frente. Como condição de memória, então, entende-se que sombras devem ser deixadas para trás, sendo essa a única possibilidade de projeção do sol da vida. Um sol que incidisse sem deixar sombras fincaria o homem em um eterno presente, ao passo que um sol que se projetasse para trás iluminaria somente o que passou, deixando à frente sombras que turvam os sentidos e impossibilitam a caminhada. Seriam esses ainda sol? Sol *da vida*? Ora, o violento sol que racha a cabeça dos sobreviventes dessa São Paulo os encerra no presente. Sem lembrar, sem esquecer, sem agir. Eterno presente atualizado.

Por outro lado, a condição de projeção do sol da vida é deixar sombras.

Tal força [a do esquecimento] não é *vis inertiae* [força da inércia], como acreditam os superficiais; ao contrário, é um poder ativo de obstrução, e, no sentido mais rigoroso da palavra, positivo, ao que se atribui o fato de que o que é vivido, experimentado e assumido apenas por nós, não penetra em nossa consciência em estado de digestão (poderia ser chamado de assimilação psíquica) (NIETZSCHE 2006, p. 30).

Seria importante para Nietzsche (2006), autor dessa afirmação,

um pouco de paz, um pouco de **tábula rasa** da consciência, criando outra vez um **lugar para algo novo**, e acima de tudo para as funções e funcionários mais nobres, para o reger, antever, predeterminar [...] - esta é a utilidade, como disse, do esquecimento ativo, como um porteiro ou zelador da ordem psíquica, da calma, da etiqueta, como que logo se vê que não poderia haver felicidade, alegria, esperança, orgulho, *presente*, sem o esquecimento (NIETZSCHE 2006, p. 30 - grifo nosso).

“Homem memorioso imbuído de expectativas”, como diria Catroga (2015, p. 08), ou um fazedor de promessas, nas palavras de Nietzsche (2006), a vida é possibilitada não só pelo que se lembra, mas também pelo que se esquece.

Ora, Souza também havia sido preso nas rédeas do imediatismo. Como outros, vivia girando a roda, cumprindo cada dia como se fosse o único, preso na inércia de um cotidiano altamente controlado pelo *Esquema*. Onde estavam as brechas para sair do moto-contínuo? Segundo Safatle (2016), em um dado momento, a consciência deve se angustiar. A angústia representa o esgotamento de uma forma de (no caso, sobre)vida. E, através dela, é possível redimensionar o campo da experiência; ou seja, redimensionar passado e presente, e abrir possibilidades de futuros. O momento da angústia é momento do desabamento das imagens de mundo e de passado, fixadas até então. O desabamento dessas imagens permite tanto criar novas, quanto reposicionar as mais cristalizadas. Angústia é, para Safatle (2016), um afeto que detém potência de transformação. A roda girava sem sair do lugar. “Produzindo o quê?” pergunta Souza.

O vazio. O moto-contínuo. Funcionaria a vida inteira, sem parar. A menos que alguém interrompesse. Se ninguém impede, as

coisas continuam eternizadas. É sempre preciso intervenção, que alguém se interponha, se transforme em obstáculo à repetição (BRANDÃO 1982, p. 95).

No caso de Souza e de seus leitores, a angústia é gerada a partir de um furo que aparece em sua mão, capaz de reconfigurar toda a sua vida. É a partir desse furo que Souza começa a narrar-se, narrar São Paulo, narrar seu passado e presente, e narrar possíveis futuros.

Trauma, perplexidade e esperança como afetos compartilháveis entre exterior e interior da obra

Brechas: o furo tem o poder de desautomatizar a vida de Souza, e colocar-lhe a pergunta: “como chegamos até aqui?”. De certa maneira, essa é pergunta que conduz a narrativa memorialística de Souza, tendo em conta o constante e inevitável trânsito que amalgama o indivíduo – como “eu” cheguei até aqui – e o coletivo – como nós chegamos até aqui.

Ainda de início, Souza relata o estranhamento nesse olhar para o passado e a busca por si mesmo. Diz ele:

Fechado por placas pregadas por fora. Assim me sinto. Contando os dias, detalhando meus passos. Sensação de que me observo em microscópio, aumentando dezenas de vezes. Quantas vezes não reconheço este Souza que desliza num líquido viscoso. Sou, todavia não pode ser eu (BRANDÃO 1982, p. 17).

Buscando a si-mesmidade no passado, as imagens que se projetam entre as duas estruturas temporais não são capazes de se sobreporem: o Souza do passado não é idêntico ao Souza do presente. Agregada à pergunta máxima sobre “como chegamos até aqui” está, justamente, o desabamento das imagens estáveis do passado e a consequente impossibilidade de articulação dessas com o seu presente. Como articular um passado incompreensível a um presente recém-desperto como tal?

Lutei para pagar casa, aceitei a troca pelo apartamento, briguei para arranjar emprego, aceitei o que me deram, apavorado com a perspectiva de um não-futuro. E foi exatamente ao

não-presente que cheguei. Olhando para trás, vejo que vivi em um não-passado. E a conclusão é simplesmente terrível. Sim, porque um homem que atravessou um não-passado e caiu dentro de um não-presente, este homem não existe. Aqui estou, posso me tocar, me pegar. Penso, reflito, concluo: me vejo inteiro, mas não me reflito, não há imagem (BRANDÃO 1982, p. 181).

O presente duro de Souza o fez buscar não olhar para o passado. “Há quantos anos penso assim: este é meu cotidiano, tenho que vivê-lo da melhor forma possível. Todo mundo pensa assim, por isso as coisas andam como andam” (BRANDÃO 1982, p. 181). Memórias duras, se pudessem, deveriam ser evitadas, já que o presente, composto por um cotidiano feito de cenas que “nem foram feitas para suportar”, teria que ser carregado, pois “são o cotidiano, feijão com arroz” (BRANDÃO 1982, p. 181). Era inevitável. Além de esvaziar o presente, disse Souza que “para eliminar o sofrimento, elimina-se a memória. Uma cirurgia aparentemente simples, única solução”, mas que, percebe ele, não é possível: “eu não consigo. Tudo é vivo dentro de mim. Agitado” (BRANDÃO 1982, p. 170). A re-visita ao passado busca, mais ou menos voluntariamente, promover essa ligação interrompida.

“Onde está nosso filho? Nem sei se tivemos. Pode parecer absurdo, mas é verdade. Podem acreditar. Pela minha honra. Tudo se confunde na minha cabeça, o que foi e o que devia ser. O que era realmente e aquilo que eu gostaria que fosse”. (BRANDÃO 1982, p. 15). Uma realidade que, se nos dissessem com verdade, “ultrapassariam os limites do inacreditável” (BRANDÃO 1982, p. 189). Dada a loucura manifesta do que se apresentava como normal na vida de Souza, o senso de credulidade se encontra, em sua narrativa, abalado, de modo que nem seus interlocutores, tampouco ele mesmo, têm clareza do que realmente aconteceu e do que é produto de sua (in)consciência fora do campo da experiência factível. Na *Era das Grandes Esterilizações*, depois de muitos abortos provocados pelo *Esquema* através da intoxicação de alimentos para mulheres, teria Souza e Adelaide de fato tido um filho?

Adelaide sonhava, repetidas vezes com coisas que Souza classificava como “coisas que devem ser esquecidas”, cuja única sugestão possível seria sepultá-las como um passado duro dado o inferno que viviam como cotidianidade.

O navio afundava num mar terrível. Não havia tempestade alguma, nem vento, só o silêncio. Sabe o que me congelava? O ruído das lâmpadas quentes estourando, quando tocavam a água fria. Os cordões de lâmpadas se arrebetavam, soltando uma fumacinha branca. O mar foi ficando escuro, escuro, até que a última lâmpada se apagou. Eu, sem enxergar nada, só ouvindo aquelas explosões. Nem mesmo um gemido. Elas morreram todas, não morreram, Souza? Você vai ter que me contar uma hora. **Será que não era o barulho das cabecinhas estourando?** (BRANDÃO 1982, p. 15 - grifo nosso).

Mesmo quebrando o pacto de silêncio, Adelaide retornava ao assunto que remontava a um episódio no qual todas as crianças daquele não-Brasil, inclusive um suposto filho do casal – suposto, pois, tamanha inverossimilhança, a realidade de tal episódio é capaz de confundir – foram postas em um navio e enviadas não se sabe para onde: se para algum lugar ou se para a morte. A dúvida, enquanto um ponto solto na história de vida do casal, por um lado ainda alimentava a esperança de um contato ou do retorno do suposto filho. Porém, em contrapartida, tendo em vista a inverossimilhança do real, essa dúvida era como um fundamento.

No subtítulo do livro encontramos “memorial descritivo”. De fato, tem muito de descritivo: assim é possível conhecer o país-que-não-se-veria. Mas tem de traumático também. Primeiramente é necessário destacar a ambivalência do trauma; é tanto, e a um só tempo, evento gerador (traumático) e seus efeitos (traumáticos) prolongados. De acordo com o Vocabulário da Psicanálise - Laplanche e Pontalis (2001), que sistematizou os estudos de Freud, o trauma pode ser definido como a recepção não adequada pelo sujeito de um evento de excessiva intensidade, gerando, assim, uma patogênese psíquica que também é chamada trauma. Em outros termos, um evento pode gerar um fluxo demasiado de excitação, cujo sujeito não

tolera psicologicamente receber, organizar e elaborar, i.e., tornar a experiência pretérita assunto tematizável e articulável a outras experiências da história psicológica individual.

A ambivalência *evento gerador e efeitos*, na realidade, é dada pela própria quebra do tempo linear intrínseca à experiência traumática. Em vez de buscar compreender o trauma na chave clássica de causa-efeito – o que custa tensionar a linguagem a fim de demonstrar que essas duas chaves são insuficientes para dar conta do fenômeno –, talvez fosse mais adequado apostar em uma forma circular de compreensão: no trauma, evento gerador e efeitos são cíclicos, sem começo e fim de um e outro; eles se fundem e se revelam fundidos ao mesmo tempo. A noção do pretérito não tematizado, não significado e articulado com o(s) passado(s) – portanto, não elaborado – materializa a imagem do “passado que não passa”. O recalque de uma experiência – quero dizer: na dificuldade do sujeito de lidar com os afetos da experiência traumática, com o objetivo de se defender da desarticulação psíquica, o sujeito, inconscientemente, “esconde” aquela experiência da sua história individual, tornando a lembrança recalçada – não provoca o apagamento dessa lembrança, como pretendeu Souza, mas somente seu encobrimento.

Ora, se a lembrança recalçada não é apagada, ela retorna. Há duas formas de emergência do recalçado: na primeira forma, chamada de “compulsão pela repetição”, o sujeito, sem identificar o protótipo original da experiência traumática passada, se coloca em situações que repetem a constelação da situação pretérita geradora do trauma acreditando ser novidade. E, de outro modo, o chamado *acting out*, ou “atuação”, se configura na irrupção brusca do afeto gerado no momento do trauma em momentos outros, ocasionando no sujeito a revivência no presente de uma experiência passada (LAPLANCHE; PONTALIS 2001). Souza teme: “Se eu soltar minha cabeça, as recordações disparam, memória afetiva descontrolada” (BRANDÃO 1982, p. 178). Em ambos os casos é notável a implosão das estruturas temporais. O passado existe no trauma como adjetivo, qualificando uma determinada

experiência, mas que não se substantivou e se tornou o/um passado. Esse passado adjetivo que não se tornou memória assalta o presente, descaracterizando-o: esse é um presente que ou não se reconhece como tal, no caso do *acting out*, ou só reconhece a si mesmo, como na repetição. Um passado não tematizado e um presente que se confunde em si mesmo na vivência de um sujeito o impossibilita de articular um futuro; esse, na situação traumática, toma forma no modo da repetição inconsciente.

Uma explosão rápida, seca. Como a de uma lâmpada quente mergulhada em água gelada. Estourando com o barulho abafada. Dolorosas lâmpadas elétricas se apagando no meio de um mar gelado. Cordões de lâmpadas festivas apagando-se. [...] Lâmpadas coloridas. Surgem às centenas, milhares. Uma festa. Tem de ser, porque consigo ouvir perfeitamente os gritos. Estranho, não há música. Gritos em pleno silêncio, e o ruído das águas. Agitadas. Porque agitadas se em volta é tranquilo? Os estouros secos sucedem. Tudo o que vejo é imensidão de água, barulho de ondas rolando, batendo. As lâmpadas se apagam e não descubro se água fustiga as rochas. [...] Há um casco escuro. Um casco de navio que se afunda. A imagem é muito clara, não entendo. Jamais estive no mar, nunca viajei de navio. Navio, lâmpadas estourando, gritos, explosões como se fossem cabeças. Meus Deus, é o sonho de Adelaide. Delírio meu, não pode ser. Estou mergulhado em pleno sonho, e num sonho que não é meu. Cada manhã ela me contava, eu me apavorava. Não queria admitir, por nada. Nem podia pensar que o navio de nossas crianças pudesse ter afundado. Estou seguro que chegou a um porto, as crianças desembarcaram. Hoje devem ser adultos, vivem suas vidas (BRANDÃO 1982, p. 340).

Se o trauma está ligado à atualização de um complexo de afetos do passado no presente decorrente de uma experiência geradora, a perplexidade é um afeto – ou bloqueio de – que se dá no presente. Pensando na palavra, per-plexo: o que atravessa seu plexo, gerando incompreensão e conseqüente paralisia. Se o trauma do barulho das cabecinhas estourando acompanhou Souza, seu imobilismo diante da prisão de um cientista, que marcou a abertura do tempo em que vivia, também.

Fomos ingênuos. Como eu, muitos. Tínhamos nas mãos posições através das quais era possível, lentamente, instilar um gesto de lucidez, um pouco de consciência. Semente de inquietação. [...]

Sim, aquele cientista protestou. Teve coragem. Quem lembra seu nome hoje? Havia na universidade um livro negro. Intenso relato da perseguição que professores, pesquisadores, médicos, cientistas, sofreram. Até o momento em que os registros não adiantaram. A exceção virou normalidade. Convivemos com ela, nos habituamos. **O cientista punido não me sai da cabeça.** Eu estava no hall da universidade [...]. Ao passar por nós, no hall, parecia o mesmo homem de todos os dias. Nem a cabeça abaixada, derrotado. Nem erguida, sinal de orgulho e indiferença. Homem normal. Tinha acabado de perder seus direitos. O de professor, o de circular, comprar, conversar com os outros. O de viver, enfim. Eu estava chocado. Não fazia ainda ideia exata do que se abatera sobre aquele homem. [...] No entanto, ele se ergueu. Sua voz indignada clamou. Contra o deserto. Não calculávamos os resultados. A reação foi violenta. Deixou-nos confusos. [...] A punição daquele homem foi a chave que nos forneceram, o aviso. Não a utilizamos. **Levei alguns meses perplexo, até a vergonha tomar conta de mim.** Senti que devia ter atravessado o hall e me colocado ao lado do professor. Tivéssemos todos feito isso, algo poderia ter mudado. [...] Dar as mãos simbolicamente. Penso muito nisso. Já se passaram tantos anos e ainda me imagino. Nós, juntos, diante da universidade. Ou aniquilavam todos, ou voltavam atrás. Permitimos. Não me conformo. Culpa que carrego. Ela me corrói. Nada pior que a memória de um gesto não realizado (BRANDÃO 1982, p. 60-61 - grifo nosso).

A lembrança do não feito de Souza o acompanhava. A perplexidade, a paralisia, que gerou uma memória dura. Ainda era possível? Desde o furo que apareceu na mão de Souza, perpassando toda a sua narrativa, memórias mais ou menos semelhantes a relatos factíveis e delírios aparecem na obra. Delírios traumáticos, delírios de esperança. A sensação de sede que acompanha o leitor na leitura, o calor, vai dando espaço ao desejo de chuva. As Grandes Marquises: promessas do *Esquema* para acabar com a incidência do sol. Na realidade, um grande galpão, um depósito de gente que, no fundo, aguardava a morte. Mas no meio do cinza, no meio do concreto, onde não tinha vida e a sobrevivida esperava a hora da morte, Souza pôde ver nascer um broto. E junto ao broto, veio o cheiro de chuva. Ele sentiu cheiro de chuva. Ele sentiu o cheiro de chuva?

(In)Conclusões

Afirmando não desejar fazer de *Atmosfera, Ambiência, Stimmung* (2014) um tratado metodológico, Gumbrecht caracteriza como secundária a tentativa de captura, em artigo científico, da atmosfera que emana de uma obra e que acontece em nós, leitores e leitoras. Entretanto, o objetivo desse trabalho foi buscar realizar uma amálgama entre a interioridade e a exterioridade da obra, percebendo os afetos que emergem de *Não Verás...* Se Gumbrecht não resolve questões, ao menos as coloca como potência. É possível que a atmosfera de pestilência, de perplexidade e de esperança que envolve a interioridade da obra tenha relação com uma mesma atmosfera que envolvia o autor e seus contemporâneos no momento da escrita? É possível, ainda, que a leitura contemporânea da obra seja capaz de afetar leitores no presente-hoje?

Embora o futuro que construiu Ignácio de Loyola Brandão seja, de pronto, distópico, em entrevista concedida em 2008⁷ o autor paulista confessa preferir pensar que se trata, na realidade, da projeção de uma utopia. Entre profecia e aviso de incêndio, os anos 2010, 2020, 2030 do Brasil que escreveu em suas páginas era um futuro possível e provável, embora não desejado pelo autor. Tanto no enredo principal como em detalhes nos entremeios da trama, é possível perceber brechas onde, com um fio de luz, pode se enxergar esperança. Mas também se pode não. Se Souza viu o broto ou não, se o cheiro de chuva era real ou não, o autor preferiu deixar que os leitores decidissem. O não fechamento da obra pode configurar-se na tentativa de sua perenidade para os próximos anos? Otimista autodeclarado, utópico em um momento de falência das utopias, o broto que Ignácio criou *na* obra seria também um broto criado na realidade fora da obra através da obra? Quero dizer: Ignácio fez da obra o próprio broto?

Se não é possível nem é intenção estabelecer uma relação direta entre as situações de trauma, perplexidade e esperança vivenciadas por Souza e seus leitores da década de 1980, talvez seja possível pensar que a atmosfera pestilenta, a atmosfera

7. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6PBvvhHdkFM>. Acessado em 28 jul. 2017.

da perplexidade e da esperança fossem ares que respiravam os contemporâneos de Loyola. Entre pessimismo e otimismo do autor, questões ficam abertas no decorrer do livro, cabendo ao leitor fechar (ou não) os pontos abertos. Souza teve mesmo filho? O navio afundou? As cabecinhas estouraram? O furo existiu ou é metáfora para a angústia de Souza? Souza viu o broto nascer onde a vida não era possível? Souza era o próprio broto? Existe, ainda, possibilidade de vida brotar? E a chuva, vai chegar...? Entre repressão e liberdade, fechamento de futuro e possibilidade de ação: decidam os leitores com base nas suas próprias crenças otimistas. Ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARAÚJO, Valdei L. e RANGEL, Marcelo M. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. In: **História da Historiografia**, n. 17, 2015. p. 318- 332.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e o governo dos militares. In: DELGADO, Lucilia de Almeida neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **Brasil Republicano: O tempo da ditadura**. Vol. 4. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 13-42.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Zero**. 7. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. **Não Verás País Nenhum: Memorial Descritivo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário

da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**: 09 de abril de 1964. Disponível em: <<https://goo.gl/k3FLPb>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 314, de 13 de janeiro de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção I, 13 de janeiro de 1967. p. 2993. Disponível em: <<https://goo.gl/yAxwFL>>. Acesso em 28 jul. 2017.

CALIL, Mário Lúcio Garcez. O direito fundamental à memória e à verdade e a justiça de transição: pressupostos para a construção de uma cultura constitucional democrática. In: **Justiça de Transição para transição da justiça**. Porto Alegre: Editora Acesso, 2012. p. 137-164.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: **Escritura e Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, Ambiência, Stimmung**: sobre um potencial oculto da literatura. Trad. Ana Isabel Soares. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NIETZSCHE, Friederich. **A genealogia da moral**. Trad. Attila Blacheyre. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2006.

PANDOLFI, Dulce. Depoimento. [28 de maio de 2013]. Rio de Janeiro: Comissão Estadual da Verdade. In: **BRASIL. Comissão Nacional da Verdade**. Relatório final, volume

II. Capítulo 10, nota 17.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. (orgs.). **O que resta da Ditadura**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Antônio de Pádua Dias. **A cidade deteriorada: distopia e ecologia na ficção de Ignácio de Loyola Brandão**. Terra Roxa e Outras Terras, v. 12, p. 5-15, 2008.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Ana Carolina Monay

monay.carol@hotmail.com
Mestranda em História – Bolsista CAPES
Universidade Federal de Ouro Preto
Rua Padre Antônio Gabriel Carvalho, 45 - Antônio Dias
35400-000 - Ouro Preto – Minas Gerais
Brasil

Ana Carolina Monay é graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016) e, atualmente, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

RECEBIDO EM: 02/10/2017 | APROVADO EM: 19/02/2018



RESENHAS



REVIEW ESSAYS

Por una disciplina del “quizá”

Para uma disciplina do “talvez”

NAVA Murcia, Ricardo. **Deconstruir el archivo: la historia, la huella, la ceniza.** Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2015. 167 p.

Alfredo Nava Sánchez

PALABRAS-CLAVE

Arquivo, Desconstrucionismo, Teoría da historia

KEYWORDS

Archive, Deconstruction, History Theory

Declaro el lugar desde donde puedo leer y dar cuenta del libro de Ricardo Nava. Un converso reciente en el estudio y lectura de lo que, dentro del medio historiográfico, se denomina “teoría de la historia”. Conversión derivada, en primer lugar, de sus efectos reflexivos, que pueden llevar – según mi parecer – a entender la disciplina historiográfica como una forma alternativa de conocer la vida propia y sus alrededores. Hacer historia también puede ser un ejercicio de comprensión personal y, por extensión, de los que le rodean a uno. Ciertos trabajos que se reconocen dentro de una línea teórica no dejan duda de que todo texto historiográfico tiene una perspectiva que, necesariamente, contempla a su autor y los contornos de su vida. Determinar, por ejemplo, los límites y las coordenadas de una narración histórica es una manera muy personal y explícita de construir su sentido. Y en los trabajos de historia, el sentido ha sido un tema casi exclusivo de la teoría; y sí no, de una compañera muy cercana, la filosofía.

En segundo lugar, tal conversión tiene que ver con la situación actual de la historia como disciplina y profesión, así como lo que de ella pueda dar cuenta una perspectiva teórica.

Una muestra de esto es el cuestionamiento de la homogeneidad de sus caminos para llegar al conocimiento histórico. A pesar de los múltiples esfuerzos por mantener la unidad de procedimientos, teorías, campos y problemas, una reflexión con mayor profundidad de las formas de producción historiográfica ofrece la dispersión, la falta de acuerdos, la heterogeneidad, las contingencias y la ambigüedad. Sobre todo cuando en el centro de esas reflexiones sobre las operaciones epistemológicas de la historia se desplazan las interrogantes del “qué” al “cómo” surge el conocimiento histórico (BETANCOURT 2016).

Tal vez haya sido Michel de Certeau quien, en un último esfuerzo, trató de distinguir en sus prácticas lo propio del conocimiento histórico. En *La escritura de la historia* y, particularmente, en el artículo “La operación historiográfica”, planteó su unidad en un proceso de tres momentos que incluyen el espacio y las prerrogativas que la sociedad otorga a la actividad profesional de la historia, el conjunto de herramientas que distinguen su ejercicio y, finalmente, el medio de su comunicación, la escritura. En el momento de la dispersión, de Certeau intentaba salvar la unidad epistemológica de la historia (CERTEAU 1993, p. 67-120).

En la vereda en la que se publica el libro de Ricardo Nava, la de la historiografía mexicana, la particularidad de la labor del historiador tiene otros rasgos. La ilusión generalizada de su unidad epistemológica y metodológica está dada por la acepción más tradicional del archivo. Éste, o para ser más preciso, el trabajo en el espacio así nombrado, sigue siendo uno de los elementos que distinguen como ningún otro el ejercicio profesional del historiador. En su formación, son comunes todavía las recomendaciones de los profesores para que los alumnos consideren el archivo como la fuente principal de la materia prima con la que se trabaja en historia. Bajo estos presupuestos el archivo es la “mina” de un pasado disperso que es necesario descubrir y después amalgamar para desvelar su valor esencial. En este caso, el historiador es solo el intermediario que da a conocer un pasado apilado en cientos de legajos.

Pero en otras veredas, en aquellas que con más fuerza anuncian la contingencia, que denuncian la ilusión del engaño y el engaño de la ilusión, que declaran lo invisible, a propósito de eso que tal vez todavía puede llamarse historia, está la reflexión de Ricardo Nava, cuyo punto de partida es la pregunta de si es posible pensar históricamente el archivo – es decir, pensarlo de otra manera. Que también es una pregunta por el archivo como referente, según la historia empirista que recurre a él en búsqueda de evidencias del pasado. La respuesta que da Ricardo Nava a esta pregunta sigue de manera estrecha las indicaciones de Jacques Derrida. Aunque este sesgo es en realidad el marco que propicia un dialogo con otros autores, cuyos argumentos le sirven igualmente para proponer una identificación alternativa del concepto de archivo en historia: Michel Foucault, Michel de Certeau, Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Fernando Betancourt y Alfonso Mendiola. Y aun otros identificados en campos ajenos a los de la historiografía o la filosofía: Jorge Luis Borges, Eduardo Halfon, Paul Auster y *Los Beatles*.

Las tres palabras que sirven de marco al título del libro –la historia, la huella, la ceniza – son la síntesis de su perspectiva, en la que la historia puede definirse como "una disciplina del quizá". Una contradicción, por lo menos con aquella historia a la que estamos más acostumbrados, si entendemos que el objeto de ésta es el pasado en su referencia más precisa y delimitada, por sus materiales y por sus fechas. Sostenida por su inspiración en el trabajo de Derrida, la línea del libro de Ricardo Nava postula que el archivo puede ser siempre algo distinto, y no necesariamente el recipiente de conservación del pasado que espera por su historiador. Lejos de la certidumbre que proporciona su significado habitual, el archivo puede llegar a ser lo incontrolable, que se presenta en puntos intermedios, sin fronteras evidentes y que abre la posibilidad persistente de ser siempre otra cosa. Desde un punto de vista derridiano, el archivo sería una construcción permanente, invadido por la incertidumbre propia del mal que le es inherente, y que se sintetiza en la contradicción de que para conservar precisa

destruirse. Se acopia y protege solo aquello que se sabe finito y en riesgo constante de perderse.

El camino por el que transita el autor está conformado por tres paradas principales y otras al interior de ellas. Se trata de un libro de puntos intermedios cuya primera parada comienza por la deconstrucción de la definición común y contemporánea del concepto de archivo, según los historiadores. Una vez su sentido ha sido puesto en suspenso, la segunda parada recoge los restos y da paso a la "diseminación", es decir, a la posibilidad de otros significados del archivo. A manera de cierre, la tercera recoge lo que este procedimiento puede ofrecer a la disciplina historiográfica: "una reflexión crítica del concepto de archivo, como un paso anterior a las discusiones respecto al problema del análisis y la crítica de fuentes" (NAVA 2015, p. 123). La incertidumbre, la contingencia, el límite, la diferencia, la pulsión de muerte pero particularmente la ceniza son las marcas de los puntos intermedios. Después del fuego de la deconstrucción queda solo la ceniza del concepto archivo.

En la primera parte, la inclinación derridiana de Ricardo Nava lo lleva a proponer "desarchivar el archivo". Cuestionar, en otras palabras, la transparencia del sentido con el que tradicionalmente se trabaja en historia y que, en la práctica, responde a la representación que lo define como el espacio de conservación del pasado y de sus anexos: papeles, cintas, formatos, memoria, pero sobre todo de datos para el historiador. En su sentido común, las paredes de este lugar sirven también de marca para diferenciar como pasado lo que está dentro de ellas y como presente lo que está fuera. Esta separación ha identificado el terreno "natural" de trabajo del historiador.

Por el contrario, la perspectiva de Ricardo Nava propone otras formas de análisis en donde esa seguridad resulta eventual y su evidencia evanescente. Propone dar cuenta de lo que reprime este concepto de archivo, descubrir sus "ocultamientos", los fantasmas que develan una forma de pensar que puede ser otra y que pudo no haber sido. La representación que refiere el concepto vigente de archivo tiene límites que es necesario

precisar por medio de la crítica histórica para dar paso a la posibilidad de otros sentidos, en los que se incluyan otras formas de archivos, pero también otros formatos. En una reflexión contemporánea sería posible preguntarnos sobre otros medios de comunicación del conocimiento y los formatos en los que se "archiva". ¿Qué ha originado pensar y conocer bajo las coordenadas de lo digital, lo virtual y lo oral? ¿Nuestras ideas sobre la memoria y el olvido se han visto modificadas por ello? ¿Cómo se archivan estos formatos y bajo qué criterios?

Ricardo Nava promueve una reflexión sobre el archivo que se extienda por encima de las paredes de la academia, que incluya más explícitamente "la vida", así como la memoria y el olvido según fueron tratadas por el psicoanálisis de Freud. Ambas explican la posibilidad de lo que hoy puede ser el archivo, un acto que ocurre "en la escritura, repetición y pérdida" (NAVA 2015, p. 27). El archivo como índice de la memoria.

El final de la primera parte abre la posibilidad de hallar nuevos sentidos del concepto archivo desde otras formas de pensar históricamente – que para Nava sería también críticamente – las certitudes del presente. Con ello el autor encamina la idea derrediana de diseminación, que ahonda más todavía en la plurivocidad de los significados de un concepto. Esta infinitud del sentido sería el impulso sustancial de todo conocimiento si se piensa la diseminación como otra manera de llamar a la incertidumbre. Conocer sería una vía de hallar seguridad, de imponer un control sobre lo que una y otra vez se escapa. Es el anhelo de resolver una angustia sin final, la que desea "recuperar lo que tampoco se puede recuperar jamás porque nunca se tiene." Es un movimiento recurrente y sin término, muy parecido al fracaso repetido que Samuel Becket ofrecía en uno de sus poemas como forma de vida ante la inevitabilidad del sufrimiento y la muerte: "Todo de antes. Nada más jamás. Pero jamás tan / fracasado. Peor fracasado. Con cuidado jamás/ peor fracasado./Luz tenue fuente por saber. Saber lo mínimo./ Saber nada no. Qué más quisiera. Como mucho/lo mínimo mínimo. Lo mínimo minimísimo" (BECKET 2001, p. 9-10). Vivir

la vida sin la certeza de una meta que asegure su armonía y la eternidad. Destinerrancia, diría Derrida: ir a la deriva, sin destino. "Al equivocarse, no todo está perdido, ya que el equivoco, el sin destino, con destino forja" (NAVA 2015, p. 81). El conocimiento no como materia proclive a la posesión sino como incertidumbre permanente, fantasma inaprensible.

Pero en este camino sin principio y sin fin merodea el relativismo y sus críticos. Pretendiendo responder a ellos, y a la tentación de la salida metafísica, Ricardo Nava se concentra en repasar la tesis derridiana sobre el signo – particularmente de su materialidad– como marco de posibilidad del conocimiento. A partir de ello sostiene que la escritura se encontraría siempre en una situación inferior o subordinada a la voz para cumplir su labor comunicativa. Derrida insistía en que las formas tradicionales de elaboración y transmisión del conocimiento se arraigaban en un sistema binario de raíz metafísica, que podría definirse como "logofonocentrico". Asegurando que todo binarismo – los que se han convertido en doctrinas epistemológicas, el estructuralismo sin duda – conlleva un orden jerárquico, aquel sistema tendría la escritura como el elemento inferior que reproduce y necesita de la voz para cobrar sentido pleno. Separada de la voz, la escritura genera desconfianza. Por eso la insistencia en la hermenéutica y el privilegio dado a la palabra presente, pues la escritura es solo un intento de representarla. Es aquí en donde Derrida halla la metafísica del sistema. Ese más allá apela a una presencia intangible que sin embargo resulta esencial para la comunicación.

A este diagnóstico, Derrida – en palabras de Ricardo Nava – opone otra escritura, una que se basta así misma en su condición material y tangible. El argumento que la sostiene es que la experiencia y el conocimiento están sustentados más en la materialidad del signo que en elementos conceptuales. Esta materialidad, que Derrida trata como huella, es siempre la posibilidad de algo. Se trata de un incentivo no solo para pensar sino también para experimentar el mundo. Apoyado en ello, propone una "archiescritura", que podría definirse como

un sistema de signos – un conjunto de materialidad – puesto a la deriva. Un sistema abierto al momento y a la experiencia, en donde la certidumbre de un binarismo cuyo sentido está más allá desaparece para dar paso "al equivoco, la muerte y la ausencia", centradas en el más acá de la perdurabilidad y la repetición del signo. La iterabilidad del signo, es decir la cualidad de repetición que le permite su materialidad – incluso más allá de su productor –; así como el espacio y la incertidumbre que introduce el acto mismo de su inscripción, fundan la "archiescritura".

La interrogante no se resiste ¿cuál sería el ejercicio de esa escritura en el campo de la historia? Al final de esta segunda parada, Ricardo Nava ciñe sus cualidades no a su dimensión pragmática sino a sus virtudes reflexivas, que abren una oportunidad para pensar y hacer historia desde otro lado. Y que, en otro aspecto, permiten el cuestionamiento de las convicciones más arraigadas de la historiografía de los hechos, la objetividad y la imparcialidad. O de aquella que promueve el archivo que guarda el pasado en espera del historiador.

En la tercera y última parada, Ricardo Nava convoca los argumentos atrás expuestos – con un énfasis particular en el psicoanálisis y la idea de represión – para explorar las posibilidades de aplicar la deconstrucción derridiana al concepto de archivo hegemónico entre los historiadores. Esta tarea se completa con las glosas de Nava al artículo "Mal de archivo" del mismo Derrida. Mal cuyo síntoma sustancial es la paradoja que entraña la memoria y el olvido. El acto de archivar para conservar un mundo que dejó de ser supone necesariamente la fragilidad de éste, su fatal desaparición. El recuerdo no puede alcanzar por completo al mundo que desea restaurar, recoge solo lo que tiene a su alcance y produce olvido y muerte de aquello que deja fuera. En todo caso, lo que resta es la huella de lo que pudo ser, la ceniza que deja el fuego. Pensadas desde la historiografía y la propuesta de Nava, ambas llevan a la incertidumbre y a otros mundos. Es la iterabilidad del signo, de su materialidad, lo que da paso a formas de recuerdo distintas y por tanto a nuevos

archivos, incluso contradictorios unos con otros.

Finalmente, en medio de esta arbitrariedad que va del recuerdo al olvido, está lo que ella reprime, lo que queda fuera pero que vuelve latente en la huella. Ricardo Nava insiste en que el vocabulario psicoanalítico permite una reflexión más aguda para entender las omisiones y las repeticiones del ejercicio historiográfico. El recuerdo consciente, aquel que orienta la selección de los materiales que constituyen una forma de archivo, es solo un lado de una operación que al mismo tiempo conlleva un olvido inconsciente. ¿Qué criterio permite distinguir la inclusión y la exclusión en la constitución de los archivos? La represión en forma de silencio y omisión quedan registrados en la materialidad de la huella, que permite pensar de otras maneras aquello que se reprime. Ricardo Nava termina diciendo:

Para Derrida el psicoanálisis llama a revolucionar la problemática del archivo: impronta e imprenta, y permite pensar el almacenamiento de las impresiones y cifrado de las inscripciones; en otras palabras, la censura y la represión como la supresión de los registros[...] Mal de archivo permite pensar incluso que la pulsión de muerte atraviesa los archivos en el momento en que éstos reprimen acontecimientos, los borran, pero dejando siempre una huella de lo reprimido (NAVA 2015, p. 153).

¿Hacia dónde lleva el libro de Ricardo Nava? No hay duda de que a nuevas veredas para pensar y hacer otra historia. Lleva a un camino nuevo que demuestra que no existe una sola forma de entender y hacer historia. Que son tiempos idos aquellos en donde la tarea del historiador parecía reducirse a un solo trayecto, el del erudito que, confiado en su imparcialidad, acumulaba detalles sobre lo “verdaderamente acontecido”. El diagnóstico habla de diversidad. Ya no podemos afirmar incluso que la materia que define la disciplina histórica es exclusivamente el pasado, pues el presente es actualmente un campo fructífero de investigación historiográfica. Podría decirse, sin embargo, junto con Fernand Braudel, que es el tiempo la dimensión de estudio que distingue la labor del historiador. Pero desde un mirador distinto, existen quienes aseguran que

la historia es una disciplina que trabaja con la diferencia, con los límites que produce el tiempo y al tiempo mismo, y que son estos límites en los que debe centrar sus reflexiones (CERTEAU 1993, p. 82-100). Todo conduce a pensar que la homogeneidad del ejercicio historiográfico es un asunto insalvable, y el libro de Ricardo Nava es una constatación de ello.

La deconstrucción derridiana puede ser una alternativa historiográfica, y Ricardo Nava busca demostrarlo mirando desde ahí el concepto de archivo. El resultado es la propuesta de una historia como disciplina del "quizá". Muy diferente a la historia del erudito y sus certidumbres, el pasado siempre es un asunto del presente, de la memoria y sus huellas, por ello es indefinible y se encuentra permanentemente a la deriva. Es la materialidad de las huellas lo que imprime la contingencia y el objeto de trabajo del historiador. En su ejercicio de lectura o escritura, la materialidad del signo sugiere y orienta, pero nunca define; y es con ello con lo que el historiador tiene que trabajar. La propuesta de Ricardo Nava es crítica en tanto posibilidad de historias cuya sustancia no se origina de la necesidad sino de la contingencia. Es una historia que no mira hacia atrás sino al porvenir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKET, Samuel. **Worstward Ho [rumbo a peor]**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

BETANCOURT, Fernando. **Historia y cognición: una propuesta de epistemología desde la teoría de sistemas**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, Universidad Iberoamericana, 2015.

CERTEAU, Michel de. La escritura de la historia. In: _____. **La operación historiográfica**. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 1993, p. 67-120.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Alfredo Nava Sánchez

alfredonavasanchez@gmail.com

Pós-doutorante em História - Bolsista CAPES

Universidade Federal de Santa Maria

Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Prédio 74A, Sala 104, (CCSH)

97105-900 - Bairro Camobi, Santa Maria - Rio Grande do Sul

Brasil

RECIBIDO EN: 06/03/2017 | ACEPTO EN: 20/12/2017

A poética do poder na América portuguesa

The poetics of power in Portuguese America

LUZ, Guilherme Amaral. **Flores do desengano**: poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII). São Paulo: Editora UNIFESP, 2013. 240 p.

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

PALAVRAS-CHAVE

Retórica, História Moderna, América Portuguesa.

KEYWORDS

Rhetoric; Modern History; Portuguese America.

A proposta de Guilherme Amaral Luz, autor de *Flores do desengano*, é a de efetuar uma leitura retórico-histórica de objetos textuais produzidos entre os séculos XVI-XVIII na América portuguesa. Seu estudo volta-se para as representações políticas a partir de suas dimensões retóricas, utilizando textos que funcionam como “dispositivos simbólicos carregados de poder”, mas de um poder cujos critérios de validação encontram-se “expirados”, para usar um termo que o autor emprega em sua introdução. Logo, são “peças de valor fugaz”, flores exemplares (e transitórias) das quais nos restam somente ruínas.

Os procedimentos metodológicos adotados pelo autor se desdobram, basicamente, em três movimentos simultâneos e complementares: (1) leva em consideração e examina os procedimentos convencionais de cada gênero retórico, que são praticados conforme as circunstâncias históricas; (2) apreende o “contexto histórico” a partir das convenções que o fundamentam, sem supor que ele se encontra fora da escrita. Esse procedimento evita a hierarquização indevida dos objetos textuais, como aquela que pressupõe que um gênero retórico é

mais fidedigno do que outro; (3) compreende os efeitos que os mais diversos gêneros retóricos efetuam a partir das referências datadas desses mesmos efeitos. O autor, portanto, ao analisar práticas letradas afinadas a diferentes gêneros retórico-poéticos, leva em consideração os códigos linguísticos que amparam e possibilitam sua invenção (no sentido retórico do termo).

Luz pontua, em suas considerações iniciais, alguns dos temas que problematiza no decorrer dos oito ensaios que compõem seu livro: a “formação de laços políticos coloniais”, “o papel dos sentimentos morais e do *éthos* católico na constituição desses laços”, “a materialização desses laços em torno de afetos e sentimentos de pertença ao Império” e “os lugares das artes poéticas e retóricas na constituição dos pactos concernentes à colonização, entendidos em suas dimensões não só econômicas, mas também (e ao mesmo tempo) sociais, políticas, culturais e éticas”.

O primeiro ensaio é *Produção da concórdia: poética do poder na América portuguesa*: trata-se de um texto que busca compreender, “em termos mais conceituais e historiográficos, os papéis das práticas letradas como componentes da propaganda imperial portuguesa nas suas colônias americanas”. Inicialmente, o autor levanta questões concernentes à produção historiográfica que se ocupa da América portuguesa, sobretudo do lugar político das relações entre a metrópole e suas possessões ultramarinas no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em termos gerais, as análises de autores como António Manuel Hespanha, João Fragoso e Maria Fernanda Bicalho permitem repensar o “pacto colonial” e os mecanismos políticos e administrativos que o subsidiam. Os estudos de Hespanha sobre as “monarquias corporativas” e as análises de Kantorowicz sobre os dois corpos do rei, por exemplo, ajudam a entender não somente o lugar do rei, cabeça de Portugal, mas também dos súditos portugueses, integrantes do corpo político do Império. O rei, nesse caso, apresentava uma natureza dupla, ao mesmo tempo humana e sagrada. Tal revestimento místico de sua imagem política permitia a edificação de uma ideia de “reino” que ele representava e administrava. O sentido orgânico

da sociedade de corte permitia e promovia uma distribuição das responsabilidades entre os súditos, como condição para o bom regulamento do Império, que dependia do ordenamento de suas “partes” para administrar um “todo” coeso.

Os poemas encomiásticos, como é o caso dos elogios a personagens públicas, encenam a concórdia entre as partes do Império ou, melhor dizendo, representam a hierarquia do corpo místico português e efetuam a produção do herói, que pensa e age de forma exemplar, suprimindo a falta “física” do rei por encarnar sua *persona ficta*. O herói mobiliza seu livre-arbítrio em prol da vontade régia e luta pelo bem comum, agindo como braço do Império e, por extensão, como instrumento da Providência. Esta é uma das constatações de Guilherme Amaral Luz neste ensaio e também o eixo axiológico de toda a sua reflexão em *Flores do desengano*, que gira em torno de distintas práticas letradas que, prescritiva e programaticamente, inventam a concórdia do reino, instruindo os súditos através de um modelo de conduta afinado às prerrogativas do bem comum.

No segundo ensaio, *O éthos do aedo e a constituição jesuítica do herói: Anchieta e Mem de Sá*, o autor estuda a epopeia *Os feitos de Mem de Sá* (1563), atribuída ao padre José de Anchieta. Após problematizar alguns aspectos da obra, como o uso do latim e as imprecisões quanto à atribuição do texto a Anchieta, Luz analisa aspectos retóricos e poéticos do poema, chegando à conclusão de que ele “reafirma o compromisso da Companhia de Jesus com o projeto político de um Estado católico que se lança à colonização da América”. Quando o aedo do poema de Anchieta recusa o apoio autorizado das Musas, invocando o auxílio de Jesus, ele se torna detentor de uma “voz inspirada por Deus”. Mem de Sá, herói do poema, é apresentado como súdito humilde e prudente, que age como braço da Providência. Os méritos pelo sucesso da empresa liderada pelo governador geral não são seus, portanto, mas da “cabeça” que o orienta: Deus. Esse procedimento reveste a obra de uma importância providencial e fidedigna, reforça a humildade do herói e do aedo e ressalta o bom juízo e discernimento do poeta, que mobiliza

lugares-comuns adequados à instrução e deleite dos leitores/ouvintes. O heroísmo de Mem de Sá, portanto, compreende-se “conforme o decoro teológico-político de uma monarquia corporativa, harmônica e concorde em suas partes, que tem como propósito realizar, no plano da história, a vontade de Deus”.

Pero de Magalhães Gandavo: a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz é o terceiro ensaio do livro. Nele, o autor analisa o *Tratado da Terra do Brasil* (1570) e a *História da Província de Santa Cruz* (1576), buscando, de um lado, sondar os procedimentos retóricos e políticos de Gandavo e, de outro, pensar a escrita destes textos em função do momento histórico vivenciado pelo autor, que se apresenta de maneira elegante, humilde e discreta no prólogo, fazendo uso da “dissimulação honesta”, perceptível na tópica da modéstia afetada. Quando recusa grandes ornatos e figuras agudas, ele assume uma postura humilde, atitude que busca assegurar a veracidade dos relatos, que decorrem do testemunho direto. e não do artifício da escrita. Luz compara, por exemplo, os relatos de Gandavo e os textos missionários jesuítas, encontrando certos procedimentos em comum: a retratação do caráter providencial dos descobrimentos portugueses, a valorização da ação missionária dos inicianos, a descrição de elementos raros da natureza brasílica e o uso da tópica da humildade como elemento adequado à *captatio benevolentiae*.

Para Gandavo, “a saúde do reino de Portugal depende do cumprimento de seu mandato evangelizador, que, uma vez esquecido, compromete a manutenção e a expansão do próprio Império no ultramar”. Sua escrita, afinada ao gênero da história, buscava fornecer um conjunto de lições morais através da divulgação de exemplos, deixando subtendido, através deles, que, “nos assuntos do Novo Mundo, vale mais o exercício da política sábia e prudente do que o exercício das armas”. Guilherme Amaral Luz chega à conclusão de que existe um caráter místico e outro pragmático nos escritos de Gandavo: místico devido à ênfase no providencialismo das descobertas, cabendo aos portugueses a condução desses povos ao corpo

de Cristo; pragmático porque prescreve a “necessidade da ação do homem na coautoria dessa vontade de Deus”, através de meios justos e prudentes.

No quarto ensaio, *O canto de Proteu: a corte na colônia em Prosopopéia de Bento Teixeira*, Luz começa recuperando o posicionamento da crítica literária em relação ao poema atribuído a Teixeira para, só então, ponderar sobre alguns anacronismos, não para repudiar a crítica literária dos séculos XIX-XX, mas para dialogar com ela valendo-se de ferramentas de que ela não dispunha. A voz de Proteu, aedo do poema, profetizando um futuro que, para o leitor da obra, já era passado, confere sentido à memória e, por assim dizer, retrata seu caráter providencial. Em consonância com o aedo inventado por Anchieta e com o *histor* implicado nos textos de Gandavo, Bento Teixeira, que sai de cena para dar voz a Proteu, anuncia “princípios éticos para a ação colonizadora portuguesa no Ultramar”.

No quinto ensaio, *A morte-vida do corpo místico: a ordem cósmica da política em um panegírico fúnebre seiscentista*, o tema do desengano é tratado de forma mais evidente, uma vez que seu objeto de estudo é um panegírico fúnebre de 1676 que retrata a boa-morte do governador-geral do Brasil, Afonso Furtado de Mendonça. Isso nos remete à imagem que encontramos na abertura do livro de Luz, relativa à *vanitas*. O ser humano é mortal e suas posses são passageiras como uma flor: essa tópica demarca, por exemplo, a proposição das epopeias homéricas, que evidenciam a fragilidade humana e apresentam o canto épico como única imortalidade possível. Uma bela morte pode ser alcançada também no Império português, caso as ações do morto tenham reproduzido os preceitos éticos e políticos valorizados em seu meio. Guilherme Luz busca, portanto, analisar as articulações entre as representações fúnebres, a teologia-política que as fundamenta e os mecanismos retórico-poéticos que engendram a educação dos colonos.

O problema da escravidão africana na América portuguesa é abordado no sexto ensaio, *Rosário da concórdia: Vieira e os fundamentos místicos da paz social*, no qual o autor busca

“o nexu teológico entre Rosário, Eucaristia e Concórdia, quando aplicadas às circunstâncias da escravidão na América portuguesa”. Luz constata um conjunto de mal-entendidos, ao perscrutar a historiografia brasileira, que muitas vezes concebe uma suposta contradição entre escravidão e cristianismo. O autor consegue problematizar essas leituras enviesadas através de dois sermões de Vieira, a partir dos quais ele discorre sobre a tópica do mistério, que inclui a escravidão como parte integrante do Império português na consecução da “primavera dos tempos”. Por outras palavras, os escravos são os pés e as mãos do senhor do engenho, e sem eles não há açúcar; sem açúcar não há prosperidade econômica e, assim, Portugal não poderia cumprir sua missão salvífica, orientada conforme os desígnios da Providência Divina.

Aos escravos, afirma Luz, “é permitido exercitar a imitação frequente de Cristo, com sua Cruz, no cotidiano de privações, humilhações e sofrimentos”. Tais males fazem com que o escravo experimente “a verdadeira benção escondida por trás dos açoites, do trabalho árduo e das ofensas recebidas”. Importante, aqui, é a produção e manutenção da concórdia, através da qual se consegue não somente a absolvição e salvação dos negros, como também o desenvolvimento econômico do corpo português, que precisa de seus pés e mãos para cumprir os mandatos de Deus. Vieira não assume, portanto, uma postura contraditória ou hipócrita em relação aos preceitos cristãos; muito pelo contrário: ele afirma que o cativo redime o escravo que o acata sem fraquejar, possibilita a continuidade da evangelização e o crescimento do Império.

O sétimo ensaio, *A oikonomia do engenho ou o engenho da pólis cristã: Prudêncio do Amaral, Antonil e o açúcar*, é baseado no estudo das obras *De Sacchari Opificio Carmen*, escrita pelo Pe. Prudêncio Amaral S.J. (1675-1715) e *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), de Antonil. Ambos elogiam o campo e a economia açucareira e criticam a descoberta do ouro. O elogio à agricultura faz sentido, portanto, quando analisado como contraponto à economia aurífera. Para

tanto, o processo de produção do açúcar, desde o cultivo do solo ao refino, é colocado como ensinamento para a vida virtuosa, fruto do trabalho árduo. A entrega ao labor no interior dos engenhos de açúcar traz, como consequência, a purificação. Daí Guilherme Luz afirmar que o engenho de açúcar, no caso, fruto máximo do engenho humano, é uma “pequena porção do Divino”. O engenho humano não produziu somente uma máquina de fazer açúcar, mas “uma máquina divina de fazer homens e, mais ainda, comunidades humanas ordenadas conforme regras ajustadas”. Prudêncio Amaral e Antonil inventam “uma espécie de mecânica histórica, providencialmente inspirada, de purificação moral e, concomitantemente, de ordenamento político, que funciona em torno da *oikonomia* patriarcal do engenho de açúcar”.

Último ensaio, *As avessas da Idade de Ouro: ruínas da moral*: nele, Luz retoma alguns textos trabalhados no decorrer dos ensaios precedentes, mas questiona outros, como *O Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manuel Calado; *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído a D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar; *Cultura e opulência do Brasil* (1711), do Pe. Andreoni, *El Criticón*, de Gracián, dentre outros. O objetivo do autor é abordar a definição de alguns males que, em maior ou menor escala, desordenavam ou impediam o bem comum, sobretudo aqueles que estão imbricados no enriquecimento colonial na América portuguesa. Quando se atenta para os mecanismos retóricos e poéticos, o autor descobre nesses textos preceitos que buscam efetuar a correção moral dos súditos.

A transitoriedade das flores remete à fugacidade das letras coloniais, compostas de dispositivos éticos e doutrinas retórico-poéticas que fundamentaram os mecanismos de poder na América portuguesa. No entanto, esses mecanismos são datados e, eventualmente, caíram em desuso. Mesmo sucumbindo, as flores coloniais deixaram seu aroma impregnado na memória escrita. *As Flores do desengano*, nesse sentido, foram plantadas sobre as ruínas de um jardim: quando nos atenta para as

particularidades históricas dessas belas e espinhosas flores de outrora, analisadas de forma refinada, discreta e elegante, o autor permite-nos flagrar um palácio de memórias, construído em solo arenoso e sustentado por uma poética do poder.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

clebervafe@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de Uberlândia

Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, Santa Mônica

38400-902, Uberlândia - Minas Gerais

Brasil

RECEBIDO EM: 07/04/2017 | APROVADO EM: 19/03/2018

João Ribeiro entre a memória e o esquecimento

João Ribeiro between memory and forgetfulness

RODRIGUES, Rogério Rosa (org). **Nos desvãos da História: João Ribeiro**. Paco Editorial: Jundiá, 2015. 260 p.

Felipe Yera Barchi

PALAVRAS-CHAVE

Biografia; Historiografia brasileira; História intelectual

KEYWORDS

Biography; Brazilian historiography; Intellectual history

Lançada pela Paco Editorial em 2015, a coletânea organizada por Rogério Rosa Rodrigues soma-se aos esforços já empreendidos pelo pesquisador à frente do projeto "*Espírito germânico em terra brasílica: João Ribeiro e a cultura histórica alemã*". Dez historiadores colaboram nesse trabalho que lança luz à vida e obra do polígrafo sergipano.

João Ribeiro nasceu em 1860 em Laranjeiras, Sergipe, e chegou ao Rio de Janeiro ainda moço na casa dos vinte anos. Engajou-se nas duas causas que arrebatavam a maioria dos jovens letrados: A República e a Abolição. Esteve dentro das maiores e mais prestigiadas instituições culturais de seu tempo: foi catedrático no Colégio Pedro II, "imortal" da Academia Brasileira de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além da presença nessas instituições basilares da cultura nacional, destacou-se na imprensa, na crítica literária, como autor de livros didáticos e tradutor. Não bastassem esses papéis, o polígrafo ainda se enveredou pelos caminhos da música, da pintura, da poesia, embora sem o mesmo sucesso obtido no mundo das letras.

O livro organizado por Rodrigues não se resume a aspectos biográficos, vai muito além, mas também cumpre essa missão.

As principais biografias sobre João Ribeiro foram lançadas na década de 1960, em comemoração ao seu centenário de nascimento, entre as quais merece destaque a feita por Mucio Leão (1962), que via João Ribeiro como mestre dos mais reverenciáveis no panteão das letras brasileiras e dedicou boa parte de sua carreira a inventariar, preservar, comentar e reverenciar a obra do sergipano. Tal esforço pode ser vislumbrado pelo projeto encabeçado por Leão de editar as obras completas de João Ribeiro: previa-se 57 volumes! Mas, tal empresa não teve sucesso.

Ao fazer uso da metáfora do “desvão”, Rodrigues fita João Ribeiro entre a memória e o esquecimento. Para contrastarmos com dois ícones do período, João Ribeiro não obteve o sucesso do qual desfrutara Machado de Assis; todavia não chegou a ser um marginal como o fora Lima Barreto, por exemplo. João Ribeiro flutuou entre o *establishment* literário (*in vita*) e a marginália (*post mortem*); entretanto, as oscilações e incertezas foram mais a regra do que o desvio em sua vida e obra.

Podemos destacar dois eixos comuns a todos os textos do livro: a vida e a obra. No primeiro deles, estão os capítulos: 1 – *Arranjos possíveis de uma vida privada: João Ribeiro e os desafios de compor sua trajetória pessoal*, de Alessandra Ramos; 4 – *O pão amargo da vida independente: João Ribeiro entre a monarquia e a república*, de Marcos Alberto Rambo e 6 – *Abundância de alma: as aventuras plásticas de João Ribeiro em seu contexto nacional*, de Ana Carolina Humbert. É evidente que vida e obra se entrecruzam em todos os textos e o leitor notará essa confluência, mas nos referimos à matéria principal analisada por cada pesquisador. Entre os que focam a obra do imortal da Academia João Ribeiro, temos: 2 – *Notas sobre uma introdução: João Ribeiro e a escrita da história do Brasil*, assinado por Rogério Rodrigues, Janaina Soares e Christianne Gally; 3 – *O objetivismo ribeiriano e o valor historiográfico do presente*, por Itamar Freitas e Jane Semeão; 5 – *O filólogo João Ribeiro: um germânico no Brasil*, de Christianne Gally; 7- *Livros e mosaicos: João Ribeiro do jornal ao livro*; 8 – *João Ribeiro e*

o ensino de história no Brasil, por Cristiani Bereta da Silva e Maria Teresa Santos Cunha; e, encerrando a coletânea, mais um capítulo escrito pelo organizador: 9 – *Nos anais eternos da história: João Ribeiro e a historiografia nacional*.

Acerca da *persona* João Ribeiro, é preciso ressaltar os méritos que os autores apresentam no trabalho de desmistificação da aura sagrada criada em torno dele, principalmente por seu filho Joaquim Ribeiro e seu pupilo Mucio Leão. Ambos se esforçaram por construir perfis biográficos heroicizados, destituídos das contradições e incompletudes inerentes à vida humana. Marcos Rambo recupera em seu trabalho uma esquecida publicação de João Ribeiro intitulada *Impressões da Alemanha*, na qual o sergipano faz críticas contundentes ao regime republicano. Não apenas no Brasil a república não funcionava, como na maior parte do mundo e, ainda de acordo com Ribeiro, as únicas exceções eram Suíça e Estados Unidos. O texto resgatado por Rambo mostra as oscilações de João Ribeiro no âmbito da política, seja como cidadão, seja como intelectual, as quais Mucio Leão e Joaquim Ribeiro preferiram esconder nas biografias de seu predileto autor. Nesse sentido, Alessandra Ramos destaca a dificuldade em perscrutar a trajetória de João Ribeiro, na medida em que não há muita documentação disponível, sobretudo a de cunho pessoal e dos primeiros anos no Rio de Janeiro. O acervo “João Ribeiro”, situado no Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras, guarda significativo número de cartas, que datam de 1888 em diante. Segundo os primeiros biógrafos, o polivalente escritor teria chegado ao Rio de Janeiro em 1880, atuando na imprensa e como professor particular. A trajetória ascendente de Ribeiro nesta década permanece misteriosa a nós ainda hoje: não sabemos como o jovem que havia abandonado a Faculdade de Medicina de Salvador chega à capital do país e, aparentemente sem dinheiro, nem contatos prévios, ao final dela publica um *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1888) junto de Silvio Romero, um *Dicionário Gramatical* (1888) e acaba ingressando como professor de História do Colégio Pedro II. Esse interstício turvo paira como uma espécie de “Pré-história”

de João Ribeiro, já que foi negligenciado pelos biógrafos que lhe foram mais próximos – pessoal e temporalmente falando.

A mesma lacuna documental grassa a sua atividade como pintor. Sabemos, através de Mucio Leão, que estudou pintura, em Milão, com o mestre Bartezzago e, em Berlim, com Wildeburd Winck. Obviamente, isso se deu a partir de sua primeira viagem à Europa, feita entre 1895 e 1897, quando já era professor do Colégio Pedro II e um autor estabelecido no ramo dos livros didáticos. Humbert explora os vestígios do pintor João Ribeiro: não são muitos, todavia, convém destacar sua predileção pelos pintores clássicos e o gosto pelas paisagens. Além disso, é preciso pontuar que alguns amigos ilustres guardavam com carinho suas telas – entre eles Machado de Assis. O que é certo, com relação à pintura de João Ribeiro, é que ele investiu e se enveredou por essa arte, mas não pôde suportar as críticas dirigidas a sua primeira vernissage.

Com relação à obra do polígrafo sergipano, Rogério Rodrigues, Janaina Soares e Christianne Gally exploram, no segundo capítulo, a trajetória do livro *História do Brasil* (1900). Inicialmente dirigido ao público escolar, viria a consagrar João Ribeiro como historiador. Através dos prefácios, introduções e demais paratextos das diferentes edições do livro, os pesquisadores reconstroem um percurso que começa com extrema modéstia por parte do autor – chamando o trabalho de “livrinho” – e termina, em um curto espaço de tempo, por reivindicar posição de destaque na historiografia nacional: “Nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores” (RIBEIRO *apud* RODRIGUES 2015, p. 49).

Itamar Freitas e Jane Semeão dissertam sobre o horizonte teórico e metodológico de João Ribeiro, ao escrever *História do Brasil*. Apresentam um precioso trabalho de análise daquilo que João Ribeiro considerava “boa historiografia”, a partir das resenhas feitas pelo sergipano de obras de relevo no cenário nacional. Contudo, poder-se-ia enriquecer a análise a leitura de dois textos basilares de teoria e metodologia escritos por João

Ribeiro. O primeiro deles é *A Ciência da História*, publicado pela primeira vez em 1892 como apêndice de *História Antiga – Oriente e Grécia*, foi republicado em 1918 como apêndice de *História Universal*, o que revela que as concepções historiográficas de Ribeiro não se alteraram substancialmente neste íterim. O segundo, é o discurso de posse do letrado, ao assumir uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1914, publicado na revista da instituição no ano seguinte. Somados ao que os autores nos apresentam, esse conjunto de textos apontam a dificuldade de se enquadrar João Ribeiro nos limites de uma escola historiográfica de fins do XIX ou início do XX, sobretudo pelo precário estágio de especialização desse *métier* no Brasil – diferentemente do que ocorria na Europa, sobretudo na França e na Alemanha.

Essa questão da polivalência de João Ribeiro, comum a toda sua geração, nos remete à análise de sua obra como filólogo, feita por Christianne Gally no capítulo 5. É consenso, desde a década de 1920, que João Ribeiro participa de uma *virada modernista* – ainda que isso implique uma visão mais ampla desse movimento. Esse *turning point* é marcado pelo seu livro *A Língua Nacional* (1921), no qual advoga a independência cultural e linguística do Brasil em relação a Portugal e também, de modo mais geral, de toda a América frente à Europa. O cabo de guerra travado entre os puristas (aferrados a tradição normatização lusitana) e os defensores do “verniz brasileiro conferido à língua portuguesa” é analisado com muita perspicácia pela pesquisadora. Metodologicamente, é importante não descolar o *filólogo* do *historiador* ou do *crítico literário*: embora essas disciplinas caminhassem *pari passu* à uma especialização crescente, sobretudo na Europa e EUA, fica claro que o horizonte de referência de João Ribeiro era o mesmo em suas diversas atuações.

No capítulo 7, Alessandra Ramos aborda a transmigração dos textos – e seus suportes – de João Ribeiro. *Grosso modo*, apenas seus livros didáticos foram pensados e escritos como livros. No mais, veremos o autor se aproveitando de textos

que já haviam sido publicados (as vezes parcialmente, outras integralmente) na imprensa para compor obras que durassem mais. “O jornal morre de morte súbita, já o livro morre lentamente” – pensava João Ribeiro. Ele não foi o único a usar esse método de composição, Ramos cita obras de José Veríssimo e Araripe Junior como exemplos semelhantes. O fato é que o jornal possibilitava notoriedade, legitimação e algum dinheiro aos escritores. Além desse movimento de transmigração dos textos jornalísticos para o livro feito pelo próprio João Ribeiro, a autora destaca o papel cumprido por Mucio Leão – o grande curador de sua obra.

Uma dimensão essencial da obra de Ribeiro envolve as publicações didáticas: dicionários, seletas, gramáticas e os manuais de História. Nessa empresa, João Ribeiro não só foi um dos autores mais vendidos como também foi dos mais longevos. Muitas de suas obras didáticas foram editadas até a década de 1960 (*post mortem*, com acréscimos) tamanho era o prestígio do catedrático do Colégio Pedro II. Cristiani Bereta da Silva e Maria Teresa Santos Cunha concentram a análise sobre o papel de *História do Brasil* no ensino de história *do* e *no* Brasil. Conforme apontam, num momento em que se prescrevia que a história do Brasil deveria ser mero apêndice da história universal – leia-se “da Europa Ocidental” – João Ribeiro rompeu com esse paradigma, apresentando uma narrativa que superava os aspectos políticos e administrativos, que ia muito além das biografias dos grandes heróis nacionais, e outras mudanças que viriam, anos mais tarde, a virar regra dos programas de ensino.

Coube ao organizador o encerramento do livro com o último capítulo. Nele, Rodrigues faz um balanço do papel desempenhado por Joaquim Ribeiro na construção da memória do pai como historiador. Diferentemente de Mucio Leão que reverenciava o sábio, o mestre de todas as artes, de todas as letras, Joaquim deu muito relevo ao epíteto *historiador*. Assim, reeditou as obras do pai, principalmente as que falavam de história e nas quais João Ribeiro exercia o ofício de historiador.

Mais que isso, em algumas delas construiu elaborados prefácios que mostravam o quão inovador foi João Ribeiro perante a historiografia de seu tempo e o quão alinhado estava o sergipano perante os pares europeus, sobretudo os alemães ligados a *Kulturgeschichte* (História Cultural).

À guisa de conclusão, devemos ressaltar a importância desse livro organizado por Rodrigues no que tange primordialmente a uma reavaliação da vida e obra de João Ribeiro e, indiretamente, da história cultural da Primeira República. Entre tantos “pais da pátria” que lhe foram contemporâneos, João Ribeiro não é, hoje, tão ilustre quanto um Joaquim Nabuco, um Rui Barbosa, um Machado de Assis, um Olavo Bilac, mas travou relações muito próximas com esses ícones da história nacional. Seu “esquecimento” reflete ainda aquela tradição da antiga história intelectual que só preservava e canonizava os grandes nomes. Com o avançar nos últimos cinquenta anos de história cultural que tem muito interesse no letrado de tipo médio – àqueles que se contam as dúzias como jornalistas e escritores de manuais didáticos e seus “subprodutos literários”, muitas questões têm sido suscitadas sobre a época da Primeira República e seus círculos letrados. Este livro é mais uma contribuição para esse movimento historiográfico que visa entender os intelectuais, a imprensa e o magistério sob a ótica da história cultural. Qualquer um que tenha interesse no assunto deverá revisitar João Ribeiro para melhorar sua compreensão e *Nos desvãos da História* é uma boa introdução ao assunto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LEÃO, Mucio. **João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Felipe Yera Barchi

felipeyerabarchi@gmail.com
Doutorando em História
Unesp - Universidade Estadual Paulista
Rua Luis Lima, 83
19750-000 - Lutécia - São Paulo
Brasil

RECEBIDO EM: 18/12/2017 | APROVADO EM: 19/03/2018



■ TRADUÇÃO ■

TRANSLATE

Aproximação antropológica à atualidade da retórica

Hans Blumenberg

Tradução¹ de Luiz Costa Lima

Inúmeros intuitos de definição foram feitos a propósito do homem. As variedades do que hoje se denomina antropologia filosófica são redutíveis a *uma* alternativa: o homem como uma criatura pobre ou rica. Não estar o homem fixado a uma certa ambiência pode ser compreendido como a carência fundamental de um equipamento ajustado à autoconservação ou como abertura para a plenitude de um mundo não mais tão só organicamente acentuado. A urgência de suas necessidades faz o homem criador *ou* a relação lúdica com sua abundância de talentos. É ele a criatura incapaz de fazer gratuitamente alguma coisa *ou* o animal só capaz do *acte gratuit*. O homem é definido pelo que lhe falta ou que se aloja em mundos seus pelo simbolismo criador. É o expectador do universo no meio do mundo *ou* o excêntrico expulso do paraíso em um corpúsculo insignificante de terra. O homem abriga em si o produto estratificado de toda a realidade física ou é a criatura carente abandonada pela natureza, afligida por resíduos instintivos que se tornaram incompreensíveis e disfuncionais. Não preciso prosseguir com a enumeração das antíteses; vê-se com facilidade o princípio que nos permitiria ampliá-la.

No concernente à retórica, suas concepções básicas tradicionais permitem igualmente levar a *uma* alternativa: a retórica tem a ver com as conseqüências da posse da verdade *ou* com a perplexidade resultante da impossibilidade de alcançar a verdade. Platão conduziu a luta contra a retórica dos sofistas mediante o pressuposto que ela se baseava na tese da impossibilidade da verdade, de que derivava o direito de impô-la à verdade. A retórica mais influente em nossa tradição, a de Cícero, parte ao contrário da posse possível da verdade, e dá à oratória a função de ornamentar a comunicação desta verdade,

1. *Anthropologische Annäherung an die Aktualität der Rhetorik* (1971). Republicado em: **Ästhetische und metaphorologische Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2001. Tradução realizada sob supervisão de Doris Offerbach.

em fazê-la acessível e expressiva, em suma: em processar a coisa de acordo com ela. A partir da premissa da posse da verdade, a tradição cristã oscila entre as duas possíveis consequências: por um lado, a verdade divina prescindiria da ajuda humana do modo retórico e deveria oferecer-se sem ornamentos – padrão que se repete em toda a retórica da sinceridade – e por outro lado mesmo esta verdade se humaniza no estuque canonizado das regras retóricas. Na estética dos tempos modernos, a implicação da retórica celebra seu último triunfo, tenha a ver positiva ou negativamente com a verdade, pela inversão da conexão: a partir da arte do discurso, do estilo, do belo, é permitida a dedução da verdade; arte e verdade se tornam idênticas. A inimizade que Platão estabelece entre filosofia e retórica está na própria filosofia, ao menos em sua linguagem, assim como está decidida a da estética contra a filosofia. Apenas como estética?

Vê-se com facilidade que ambas as alternativas radicais da antropologia e da retórica podem ser coordenadas entre si. Como criatura rica, o homem dispõe de sua posse da verdade com os meios eficazes do *ornatus* retórico. Como criatura pobre, o homem precisa da retórica como arte da aparência, que o ajusta à sua carência quanto à verdade. A situação epistemológica que Platão imputa à sofística, radicaliza-se antropológicamente na de “criatura carente”. Ela faz tudo convergir à economia de seu instrumental de sobrevivência; que, em consequência, não podendo admitir a retórica, tenha de produzi-la. O agravamento antropológico das condições iniciais tem como consequência que também o conceito de uma retórica ajustado a elas deve ser compreendido de modo mais elementar. A técnica do discurso assim se mostra como o caso especial entre as maneiras reguladas de conduta que dá a entender alguma coisa, põe signos, produz persuasão ou provoca contradições. Um silêncio, uma omissão evidente, em um contexto comportamental podem se tornar tão retóricos como um grito de cólera do povo lido em uma folha de papel, e o diálogo platônico não é menos exposto à retórica do que uma lição sofística, contra a qual o diálogo arremete. A retórica,

também sob o umbral da palavra escrita ou falada, da forma como meio, é regulamentada como porta-voz. Nietzsche estava errado ao estabelecer que a luta de Platão contra a retórica era de ser compreendido a partir da inveja por sua influência, mas tinha razão quando no mesmo lugar diz que os gregos teriam com a retórica inventado a “forma em si” (NIETZSCHE 1921, p. 105).

As duas grandes negações do platonismo, a atomística e a sofística, ainda eram mais consequentes do que as posições dogmáticas de sua constatável história dos efeitos conhecida como “platonismo”. A preferência filosófica pela objetiva relação semântica da linguagem teve por consequência uma sensibilidade constante contra a compreensão linguística pragmática da retórica, que só episodicamente favoreceu a esta quando a linguagem conceitual, sob a modalidade da escolástica, foi objeto de consideração. A frase do Sócrates platônico, pertencente aos inventários culturais triviais, de que a virtude é saber, converte a evidência em vez da instituição em norma da conduta. Ninguém quererá negar que desta maneira formulava-se um ideal, logo seguido com arrogância e com desespero, sem a qual a tradição europeia não será pensada. Mas também vale que se constituía uma exigência demasiada a que logo se seguiu a resignação – a começar pelo retrocesso catastrófico que experimentou a doutrina das ideias da própria escola de Platão pela irrupção do ceticismo acadêmico apenas um século depois da morte de seu fundador e terminada com o que Nietzsche descreve como niilismo. A filosofia dos fins absolutos não legitima a teoria dos meios, senão que a recalca e estrangula. Uma ética que parte da evidência do bem, não dá espaço para a retórica como teoria e prática da influência exercida pelo comportamento sob o pressuposto de que a evidência do bem não é disponível. Isso também afeta a “antropologia” aplicada e aberta à retórica; a “antropologia”, entendida como uma teoria do homem de que se retira a idealidade, abandonado pela evidência, perdeu a possibilidade de ser “filosófica” e se converte na última e retardada disciplina da filosofia.

A significação antropológica da retórica destaca-se com preferência no pano de fundo da metafísica dominante desde a antiguidade, que tinha como base cosmológica que as ideias formam um cosmos, ao qual o mundo aparente reproduz. O homem também pode como expectador estar posto no meio do todo, mas não é nenhum caso particular senão que antes um ponto de intersecção de realidades estranhas, uma composição – e, como tal, problemático. Do modelo estratificado modernizado permanece vivo o pensamento de que no homem se reuniram várias coisas que mal se toleram entre si. Esta metafísica sobretudo declara que os pensamentos do homem poderiam também ser de um deus e o que o move poderia mover uma esfera celeste ou um animal. Está-se diante de uma complicação da natureza, que antes apenas se representa e regula sem rodeios, que se deixa explicar como acidente ou mistura de elementos heterogêneos: o problema do comportamento então esteve em atribuir o domínio de um destes sobre os demais, em extrair uma espécie de consequência substancial. Em suma: sobre a afirmada unicidade do homem, a tradição metafísica fundamentalmente não tinha nada a dizer em particular. Isso é surpreendente mas se relaciona estreitamente com o repúdio filosófico da retórica. Pois a retórica parte daquilo e só daquilo que é singular ao homem e, com efeito, não porque a linguagem seria seu traço distintivo, senão porque a linguagem se indicia como função de uma perplexidade especificamente humana. Se se quiser expressar esta perplexidade na linguagem da metafísica tradicional há de se dizer que o homem não pertence a este cosmos (que então se lhe dá) – e, na verdade, não por conta de um excesso transcendental mas sim por efeito de uma carência imanente: da carência de estruturas de adaptação e regulação preparadas para uma conexão dignas do que se chama “cosmos”, dentro do qual qualquer coisa devia ser chamada parte do cosmos. Também na linguagem da moderna antropologia biológica o homem é uma criatura que recai nos trabalhos de ordenação da natureza, cujas ações devem substituir as regulações que lhe faltam ou que devem corrigir as imprecisões erráticas admitidas. A ação é a compensação da “indeterminação” da criatura humana e a retórica é a produção

cansativa daquelas concordâncias, que devem aparecer em lugar das funções “substanciais” nas regulações para que a ação se torne possível. Sob este aspecto, a linguagem não é um instrumental para a comunicação de conhecimentos ou de verdades senão que fundamentalmente a produção da compreensão, da concordância ou da tolerância visada pelo que age. Aqui se enraíza o *consensus* como base para o conceito do que “realmente” é: *chamamos real aquilo de que todos estão convencidos*, diz Aristóteles, e para isso sempre tinha no fundo um argumento teleológico.² Só a destruição cética deste apoio tornou outra vez visível o subsolo do *consensus*.

Sei que hoje em dia o termo “cético” não é muito valorizado. Muitas coisas voltam a ser muito conhecidas e ninguém aprecia ser um estraga-festas. Mas a antropologia, cujo recalçamento metafísico procurei há pouco localizar, voltou-se em princípio para a tradição subterrânea do ceticismo, apenas ocasionalmente reavivada quando as verdades eternas tiveram de ser rebaixadas a afirmações mais seguras, mais próximas e o homem não mais se confundia com uma variante disfarçada de puro espírito. A primeira antropologia filosófica merecedora deste nome é, no princípio dos tempos modernos, a “Apologie de Raymond Sebond” de Montaigne. Na mão de um cético que se vê impossibilitado de, a propósito do homem, perguntar-se além dele, um material predominantemente convencional alcança um novo estado agregado, no qual o único objeto ainda possível ao homem decorre de que tudo ainda apenas é sintoma deste objeto. Pelos moralistas, esta tradição conduz ao que Kant expressivamente chamou de “antropologia”.

2. *Metafísica* 1172b
36ss.

O ceticismo amontado na porta das teorias do conhecimento (também da fenomenologia de Husserl), apenas visando sua liquidação definitiva, traz a oportunidade de seu rendimento antropológico, que depende da questão de que cabe ao homem ao lhe faltar acesso à pura evidência, à pura fundamentação absoluta. Prova deste estado de coisas é a maneira como Descartes não só liquida a dúvida teórica radical como também, com a então possível *morale définitive*, o problema da *morale par provision*, que devia vigorar até a

perfeição do conhecimento teórico. A sempre instrutiva ilusão de Descartes não só consistia em que a *morale définitive* logo deveria se impor pois a física se desenvolveria com rapidez, mas sim antes que o entretanto poderia ser uma fase estática de manutenção do que desde sempre fora obrigatório. Descartes não reconhecia o retrocesso do processo teórico no suposto interim da moral provisória. É muito curioso pensar as consequências da ideia de uma *morale par provision* sob o pressuposto da ausente escatologia científica e daí reconhecer o que produzem para a comunidade as sempre frustradas expectativas definitivas da ciência. Ter Descartes querido encenar o provisório como pausa, o privava da necessidade de examinar a fundo as implicações antropológicas deste estado. Ele tomava como exemplo da moral provisória que aquele que se extraviara no bosque só precisava seguir uma direção pois todos os bosques têm um fim e para a situação pensada há de se considerar ser assim imutável. A recomendação da decisão formal para a moral provisória significa a interdição de levar em conta todos as características concretas da situação e de suas mudanças, com a inclusão da disposição do homem em um caso de orientação incerta. A anunciada utilização do “método” impede a autocompreensão atual do homem, também impede a retórica como uma técnica para dispor do provisório antes de todos as verdades e morais definitivas. A retórica cria instituições onde faltam evidências.

Poder-se-ia compreender o dualismo da filosofia com a retórica, cuja comparação sempre fracassou, por um certo conceito histórico-filosófico que converta o projeto de Descartes à medida que modifique ceticamente a *morale par provision*. Permanece duvidoso não só a plenitude do conhecimento científico, em qualquer âmbito, como também a contribuição possível de tal realização para uma *morale définitive*. É quase esquecido que o “progresso” não é senão o prolongamento da forma de vida daquele interim cartesiano, para que foi pensada a moral provisória. Onde Descartes tinha razão é que não há algo como uma participação provisória e de antemão concedida no resultado do todo. Dito de outro modo: ganhe ou perca o

programa da filosofia, ela não provoca nenhuma contribuição a prazo. É retórica tudo que está além da evidência; ela é o órgão da *morale par provision*. Antes de tudo, tal constatação significa que a retórica, em seu núcleo, é um meio legítimo. A retórica é um sintoma dos pressupostos céticos. Não se deve esquecer que ela poderia apenas se opor ao veredito de ser um “puro meio”, à medida que se apresenta como o meio da verdade. Pois ainda em suas vitórias a retórica deve proceder “retoricamente”: quando no século IV a.C. a retórica foi afastada das reivindicações filosóficas, Isócrates chamou sua sofística pelo artifício de “filosofia”. Para Jacob Burckhardt, o sentido que tinham os gregos para eficácia, em vez de realidade, é a base da retórica, que só por momentos se erigia em oratória pública, de resto formada a partir do êxito nos tribunais. Mas para os próprios gregos a persuasão se punha em oposição à violência: segundo Isócrates, no trato dos gregos com os gregos, a persuasão é apropriada, no trato com os bárbaros, cabe o uso do poder; mas esta diferença era compreendida como da língua e da cultura, porquanto persuasão pressupõe um mesmo horizonte, a alusão ao prototípico, à orientação pela metáfora, pela comparação. A antítese entre verdade e efeito é superficial, pois a eficácia retórica não é a alternativa elegível para uma compreensão, que *também* poderia recorrer, senão à evidência, que *não* se pode ou ainda não se pode ter aqui e agora. Assim a retórica não é tão-só a técnica cuja eficácia se pode obter, mas sempre e também algo para alcançá-la: ela torna consciente o meio eficaz, cujo uso não precisa ser propriamente prescrito, pois ela explicita o que também já estará feito.

Enquanto a filosofia quis dispor, ao menos ter em vista, verdades eternas, conhecimentos definitivos, devia-lhe ser abominável o *consensus* como ideal da retórica, a concordância como resultado alcançável pela persuasão. Mas com sua transformação nos tempos modernos em uma teoria dos “métodos” científicos, não se poupou a filosofia a renúncia a tudo que toca a retórica. Na verdade, a princípio parecia que as hipóteses da ciência sempre fossem meios provisórios a favor

do conhecimento, disposições para levar a cabo a verificação e assim a certeza definitiva; mas a história da ciência elucidou que também a verificação representa o tipo de concordância frente à contestação, que a publicação de cada teoria implica um apelo a prosseguir nos caminhos indicados de sua convalidação que se lhe indicam para alcançar a resolução da objetividade, sem a qual este processo nunca pode ser concluído, que outros caminhos serão achados e contradições exigidas. O que Thomas S. Kuhn chamou de *paradigma* em seu *A estrutura das revoluções científicas* (KUHN 1962) – a concepção dominante por um longo período em uma disciplina científica, integradora de todas as pesquisas posteriores que a refinam e ampliam – não é senão um *consensus* que se estabilizou, se bem que não exclusivamente, mas também com a ajuda da retórica das academias e dos manuais.

Conquanto a falta de evidência possa ser a situação comum entre o processo teórico e a retórica, a ciência conta com a incalculável vantagem de poder suportar a provisoriedade de seus resultados. Mas sua representação do “método” possibilita compreender e organizar a ciência como um processo total integrante, constantemente “transferível”, que tem os indivíduos e as gerações tão-só como funcionários. Toda ação que se apoie como “aplicação” nesta ideia de teoria deve compartilhar da debilidade de sua provisoriedade, a qualquer momento passível de divergência. Também as teorias implicitamente solicitam “concordância” como a retórica o faz explicitamente. A diferença decisiva está na dimensão do tempo; a ciência pode aguardar ou pode manter-se sob a convenção, enquanto a retórica como elemento constitutivo pressupõe a compulsão à ação da criatura carente – quando não mais possa ser *ornatus* de uma verdade. É por isso uma reprodução da forma processual da ciência quando a discussão tem o papel de servir de instrumento para a formação pública da vontade como um mecanismo para encontrar resultados racionais, enquanto, ao contrário não pode cumprir a ilimitação principal da racionalidade científica. O tempo de fala restrito do orador pode haver substituído insuficientemente o rigor

das prescrições formais da retórica mas, como substitutivo, é também uma instituição essencial da retórica; onde ele é descurado ou é ignorado ou se torna o oposto institucionalizado (o trapaceiro), converte-se na manifestação do caráter de alternativa ao terror, de que dispõe a retórica. Sob o aspecto da retórica compreende-se estar consciente da compulsão à ação, assim como do âmbito da norma em uma situação finita. Tudo que aqui não é coação, prospera como retórica e a retórica implica a recusa à coação.

A compulsão à ação determinada pela situação retórica e que fundamentalmente impõe uma reação física é retoricamente transformada de modo que a ação coagida torna-se outra vez pelo consensus em “apenas” retórica. Substitui as operações físicas pelas verbais é um radical antropológico; a retórica o sistematiza. Em sua *Philosophie der symbolischen Formen*, Ernst Cassirer descreveu o homem como o *animal symbolicum* cuja produção originária é transformar a “impressão” externa em “expressão” do interno, convertendo deste modo algo estranho e inalcançável em algo sensivelmente apreensível. A linguagem, o mito, a arte e a ciência são, conforme Cassirer, regiões de tais formas simbólicas, que, em princípio, repetem aquele processo primário de substituição da “impressão” em “expressão”. Mas esta teoria de Cassirer renuncia a explicar por que se exigem as “formas simbólicas”; o fato de que apareçam no mundo da cultura admite que a chave esteja no *animal symbolicum*, cuja “natureza” se manifesta em suas criações. Uma antropologia do homem “rico” faz crescer progressivamente a base de uma existência biológica segura, pelo menos inquestionada camada por camada o invólucro cultural das “formas simbólicas”. A concentração da existência desnuda não tem nenhuma relação funcional com sua possibilidade de existência. Mas à medida que a filosofia seja a desmontagem do que se tem por evidente, uma “antropologia filosófica” tem de tematizar que a existência física não é o mero resultado daquelas operações atribuídas ao homem como “essenciais”. O primeiro enunciado de uma antropologia seria então: não é evidente por si que o homem possa existir. O tipo de tal reflexão está pré-formado na

teoria moderna do contrato social, que deduz a necessidade de fundamentação da condição burguesa do homem do encontro, na situação “natural”, de uma contradição entre as condições de possibilidade da existência física. Em Hobbes, o Estado é o primeiro artefato que não enriquece a esfera da vida com vistas a um mundo da cultura senão que contorna aquele antagonismo mortal. Filosoficamente, não é fundamental nesta teoria que explique a produção de uma instituição como Estado – e ademais absolutista – senão que transfere a hipotética determinação da *essência* do homem como “zoon politikon” para uma representação funcional. Não vejo nenhum outro traçado científico para uma antropologia senão analogamente destruir a suposta “naturalidade” e transportar sua “artificialidade” no sistema funcional da operação elementar da “vida” humana. Paul Alsborg empreendeu em 1922 uma primeira investigação a propósito, mas, prejudicado por seu título, *Das Menschenrätsel (O enigma humano)*, seu livro foi pouco notado. Em 1940, Arnold Gehlen, com a obra fundamental, embora questionável em sua intenção, *Der Mensch (O Homem)* desenvolveu o princípio de uma teoria da percepção e da linguagem, desde então prolongada com a consolidação da teoria da “instituição”. Com o absolutismo das “instituições” de Gehlen. A antropologia de certa maneira retorna a seu ponto de partida com o modelo do contrato social. Até hoje a discussão sobre esta antropologia não esclareceu se esse fatídico retorno não era inevitável.

A carência do homem em dispositivos específicos para um comportamento reativo frente à realidade, assim sua pobreza de instintos é o ponto de partida da questão antropológica central: como esta criatura pode existir apesar de sua insuficiência biológica. A resposta pode ser assim formulada: à medida que não se encaixa imediatamente nesta realidade. A relação do homem com a realidade é indireta, circunstancial, diferida, seletiva e, antes de tudo, “metafórica”. A interpretação nominalista do julgamento há muito tempo nos mostrou como o homem, com o excesso de demandas, estabelece suas relações com a realidade. Os predicados são “instituições”; algo concreto é apanhado porquanto se desliga

de sua pertença a estas instituições. Quando emergem em julgamentos, como concreção os predicados desaparecem. Mas captar algo *como* algo difere radicalmente do procedimento de captar algo *por meio de* outra. O rodeio metafórico de encarar um outro objeto a partir do objeto temático, supõe, de antemão, ser uma operação instrutiva, trata o dado como o estranho e o outro como o disponível confiável e manejável. A identidade é o valor limite do julgamento, assim o valor limite da metáfora é o símbolo; aqui, o outro é o completamente outro, que não dá mais do que a pura substituibilidade do indisponível pelo disponível. O *animal symbolicum* domina a realidade para ele genuinamente mortífera à medida que a deixa representá-lo; afasta o que lhe é estranho em favor do que lhe é familiar. Isso é mais patente ali onde o julgamento com sua exigência de identidade não consegue alcançar seu alvo, seja porque seu objeto vai além do procedimento (o "mundo", a "vida", a "história", a "consciência") seja porque o espaço de manobra do procedimento não é suficiente, como em situações de compulsão à ação em que são necessárias uma rápida orientação e uma drástica plausibilidade. A metáfora não é apenas um capítulo no tratamento do meio retórico, ela é o elemento significante da retórica, em que se apresenta sua função e se pode remeter sua relação antropológica.

Seria bastante unilateral e incompleto apresentar a retórica apenas como a "solução de emergência" face à carência de evidência em situações de compulsão à ação. Ela não só substitui a orientação teórica para a ação; é mais significativo que possa substituir a própria ação. O ser humano não só pode *representar* uma coisa em vez da outra senão que também pode fazer uma *em vez* da outra. Se, em suma, a história ensina alguma coisa é esta: sem a capacidade de substituir ações não haveria muito da humanidade. A representação ritualizada da vítima humana através de uma vítima animal, tal como ainda transparece na história de Abraão e Isaac, pode haver sido um princípio. O cristianismo manteve por dois mil anos como muito evidente que a morte de um demonstrava a desgraça culpada de todos. Freud via na refeição fúnebre a

convenção dos filhos que visava a dar fim ao assassinato do pai da horda e, em vez disso, fazer algo diferente. Antes da viagem de 1909 à América, Freud, em Bremen, persuadia C. G. Jung, o discípulo suspeito de traição, a beber vinho enquanto comia – o que transgredia os princípios fundamentais de seu primeiro mestre, Bleuler –, em vez de obrigá-lo a um ato de submissão, por não querer ser ele próprio desempenhar o papel de pai. Há em política a censura de que o ato verbal ou demonstrativo é mais sério do que a “pura retórica”; mas o mesmo argumento cabe à retórica que não quer crer e tampouco precisa crer que uma política é tanto melhor quanto mais produz e não se limita a “meras palavras”. Em política externa, são frequentes as advertências que continuam a ser emitidas antes que o cumprimento do ato para o qual se advertia tenha sido alcançado. Tudo depende – como se costuma dizer – de “limitar-se a declarações”, de dissuadir a compulsão à ação se o risco da mesma poder desqualificar todo êxito possível. Entram aqui em jogo questões sobre o conceito de realidade que não podem ser tratadas neste contexto.

A falta de evidência e a compulsão à ação são os pressupostos da situação retórica. Mas o retórico não é só o procedimento substitutivo e metafórico. A própria compulsão não é um fator completamente “real”, pois também se baseia no “papel” atribuído ao agente ou com quem ele mesmo procura se definir – também a autocompreensão serve-se do metafórico e “persuadir-se a si próprio é um rodeio que trai que o uso interno da retórica não é nenhum novo descobrimento. A metafórica do papel, hoje de novo em curso, baseia-se na muito sólida tradição que implica ver a vida e o mundo como “teatro”, sem que em todas as formas históricas de teatro se entenda que seus “papéis” sejam fixados, como hoje pressupomos quanto ao uso da metáfora. Permitir a alguém no decurso de um conflito que “livre sua cara”, decorre na verdade de um outro campo discursivo, mas encobre amplamente o imperativo implícito na metafórica dos papéis de que não se escuse à pessoa de referência, obrigada em um acontecimento a esta alteração de conduta, a sair de seu papel, mas sim que apresente a

exigida mudança como consequência verossímil. Não preciso aqui ilustrar em que medida a política das grandes e pequenas potências pode ser descrita como definição e expectativa de papéis (aqui outra vez se toma a metáfora como metáfora antropológica) e de quais indicações pragmáticas para tratar de um procedimento que, potencialmente retórico, assim de fato se torna, estão aqui implicadas. Georg Simmel a respeito assinalou que a metáfora de papéis é tão produtiva porque a vida é uma “*forma preliminar da arte teatral*”; com a afirmação, Simmel reconhecia que esta metafórica não está mais associada ao pressuposto de que se trata de ilusão, da dupla vida encenada com ou sem máscara, com ou sem disfarces, de maneira que apenas bastaria privar-se do palco e dos atores para ver-se a realidade; para acabar com o *intermezzo* teatral. A “vida” de que Simmel fala não é uma *forma preliminar* próxima e vizinha da arte teatral senão que são idênticos poder viver e definir-se um papel. O que afirmo é que esta afirmação dos papéis não só é metafórica senão que o próprio processo definitório do conceito de papéis – de que depende a consciência de identidade e com o qual ela pode ser ferida – se enraíza na metáfora, afirma-se e defende-se interna e externamente de maneira metafórica. A própria circunstância de defendê-lo torna-se significativo: o livro *Stigma* (1963) de Erving Goffman em muito contribui para isso. Que a concordância deva ser o alvo da “persuasão” (mesmo da autopersuasão) é a congruência sempre ameaçada e outra vez reiterada pela consciência e expectativa de papéis por parte dos outros. Talvez “concordância” seja um termo demasiado forte e a aprovação sempre se dê em um momento excepcional. Trata-se no fundo de não se encontrar contradição alguma, tanto no sentido interno da consistência como no sentido externo de aceitação. A retórica não é apenas um sistema, um mandato que requer ação, senão uma compreensão configurada e configurante que se afirma a si e perante os outros e que se há defender. Do ponto de vista da teoria da ciência, o “papel” metaforicamente concebido ocupa a função de uma hipótese, que “verifica” cada ato que não falsifica. O resto do valor teleológico do *consensus*, mantido para toda retórica como salvaguarda da natureza, é

a garantia da não contradição, da não ruptura da consistência do aceito, o que no jargão político diário é por isso chamado de “plataforma”. Face a este resultado é compreensível que a obrigação face à “base da convicção comum, formulada por propostas sempre diversas, se torne virulenta. Pode-se portanto chamar o *consensus* de uma “ideia” do efeito retórico; na fundamentação antropológica, a função retórica é redundante.

A substituição retórica na compulsão à ação e a proteção retórica da auto-representação como “autoconservação” têm em comum pressupor, de fato, atos criativos (criação de símbolo, concepção de papéis), mas que, na pura criatividade, permanecem impotentes e disfuncionais. Aqui ao mesmo tempo se põe a pergunta se a conexão entre as estéticas da produção e da recepção não leva a uma estrutura análoga. *Cada arte tem um grau de retórica*, escreve Nietzsche, em 1874, em um fragmento sobre Cícero (NIETZSCHE 1923, p. 385). A “invenção” do símbolo substitutivo é o ato mais inofensivo e mais imaginativo do mundo. Tem de ser reconhecido e para isso, ao contrário da obra estética, não contém materialmente o mínimo atrativo. Mas este reconhecimento é aqui tão valioso como tudo; só ele tem consequências. Lembro a fórmula política clássica: o comércio segue a bandeira; hoje pode-se dizer ao contrário: a bandeira segue o comércio (Estados que sequer mantêm relações diplomáticas estabelecem tratados comerciais na expectativa de que outros se sigam) – a inversão da velha frase exprime a plena desvalorização do símbolo da bandeira, que ainda tão-só ornamentam a realidade. Dizer que o valor das substituições se baseia na convenção é tão certo quanto tautológico. A convenção é um resultado – como se verifica? Por certo, por oferta e publicidade. Isso vale inclusive para o caso abstrato da história da ciência, em que se impõem os sistemas simbólicos da lógica formal. A retórica publicitária detalha ou consiste em pretender publicamente inacreditáveis formas nacionais que nunca podem ser compreendidas. Quanto menos realidades políticas ainda podem ser “criadas” fora da esfera econômica, tanto mais importante se tornam “reconhecimentos”, questões de intitulação, tratados, nos quais

de todo modo se renuncia ao impossível, aos procedimentos em que se discute duramente sobre o, de qualquer maneira, já está estabilizado. Tão logo não há mais o que valia como "real" as próprias substituições se convertem em "o real". Na estética, com o abandono de todos os modos e graus de objetividade, só com o grande dispêndio de retórica, impõe-se a oferta de aceitar algo como obra de arte ou também o que é "exigível" depois do fim de toda arte. Não se trata fundamentalmente da obrigação de comentário de uma obra, do que se faz valer nos textos que a acompanham ou a seguem mas sim de sua declaração que estamos diante de uma obra de arte ou do que veio depois; a propósito, a crítica feroz de um crítico competente sempre ainda produz aceitação no contexto de uma história em que uma modalidade de arte sempre se fez contra outra modalidade - com o gesto retórico de dar fim ao conhecido e começar o que se lhe segue. Também a negação da retórica ainda é retórica; mesmo o ponta-pé que recebe o expectador na "compreensão" convencional lhe demonstra que o que antes não compreendia tem seu "lugar" ocupado ou que agora compreenderá a instância competente. O "reinvestimento" em que consiste a história, cumpre-se retoricamente.

A retórica também tem a ver com a estrutura temporal das ações. Aceleração e retardo são momentos dos processos históricos, que até hoje têm merecido pouca atenção. A história não consiste apenas em acontecimentos e (como sempre se entendeu) em sua articulação, mas também no que se poderia chamar seu "conglomerado" temporal. O que em nossa tradição é descrito como racionalidade quase sempre favoreceu o momento de aceleração e condensação dos processos. Mesmo as teorias dialéticas da história acentuam os fatores de aceleração porque impulsionam o processo ao ponto crítico de mudança repentina e assim torna reconhecível o estágio final, e aproxima das disposições legais afirmadas. O fenômeno multiestratificado da tecnologização se reduz à intenção de ganho de tempo. A teórica ao invés é, em face da estrutura temporal das ações, um núcleo dilatatório. O detalhamento, a fantasia processual, a ritualização implicam a dúvida de

que a ligação mais curta entre dois pontos também seja o caminho humano. Esteticamente, por exemplo na música, esta situação nos é bastante familiar. No mundo moderno, as pretensões exageradas não só decorrem da complexidade das situações como também da divergência crescente entre as duas esferas das exigências objetivas e das decisões relativas à sua estrutura temporal. Deu-se um desentendimento entre a aceleração dos processos e as possibilidades de manejá-los com as decisões de neles intervir e coordená-los com outros processos. Certas funções auxiliares que podem ser exercidas para a ação humana têm um efeito assimilador: onde todos os dados são rapidamente disponíveis, a decisão rápida parece ser a evidência adequada. A vontade de manter o desenvolvimento em mãos e assim mantê-lo comanda as considerações acerca da crítica ao progresso, à medida que elas não são puro romantismo. Análises operacionais fornecem ótimas soluções de problemas, mas não dissipam a dúvida de se o problema foi bem posto – e esta dúvida já caracteriza a ação como o que pressupõe sua teoria e como o que não é mero resultado da teoria. Na ação pública, reconhece-se distintamente o forte cunho dos momentos de retardo. Não por acaso uma palavra gasta como “reflexão” volta a ser uma palavra na moda. Há uma necessidade institucional de dar um suspiro forte que faz com que também maiorias de capacidade decisiva dêem grandes rodeios retóricos. Deve-se considerar que não se é “impulsionado” (por qualquer coisa que seja) e que não se pensa em meramente sancionar o decidido há muito tempo. A aceleração do processo é apenas uma variante daquela “inundação de excitações” que é constitutiva da criatura biologicamente pobre que é o homem e que se encontra com a institucionalização de sua conduta. Instituições verbais não são de modo algum um grau de atrofia das regulações maciças; seu poder deve ser medido pelo ideal das teorias decisionistas, ideal consistente na pontualidade.

Há como que uma oportunidade no inoportuno. Observamos hoje em dia uma desmontagem vertiginosa de formas “antiquadas” por meio de procedimentos críticos em

que o peso de justificação de sua existência recai sobre todo o existente; mas vemos ao mesmo tempo uma exuberante fantasia na reconfiguração de procedimentos muito detalhados, que só se distinguem por denominações bem prosaicas, como regulamentos internos, órgãos de controle, sistemas de funcionamento. Cada ganho de tempo é de todo consumido.

Devemos progressivamente abandonar o pensamento de um tipo de formação comandado pela norma de que a criatura humana deve em cada momento saber o que faz. Um médico deveria conhecer não só as condições de funcionamento dos órgãos, cuja falência provoca as doenças e assim o modo de atuar das terapias e dos remédios que prescreve, como ainda dominar as palavras estrangeiras de que precisa constantemente para designar tudo isso e cujo emprego lhe assegura ser depois consagrado. Um capitão não deveria poder apenas usar o sextante e as fórmulas pertinentes de trigonometria, mas também saber como o instrumento funciona e como as fórmulas podem ser deduzidas. Desta maneira ele seria um Robinson potencial, que poderia começar do nada se estivessem perdidos os meios de ajuda pré-fabricados. Frente a isso, há muito ganha terreno o pensamento de que o mundo técnico precisa de funcionários treinados, com reações apropriadas mas não que compreendam todas as conexões de funcionamento. Sempre menos pessoas ao aprender *o quê* fazem saberão *porquê* o fazem. A ação se atrofia em reação quanto mais se procura um caminho direto entre a teoria e a prática. O clamor pela eliminação do aprendizado de matéria “inútil” é sempre pela transformação funcional em prol do “mais leve”. Na verdade, a complexidade da exigência de saber o que se faz ainda não é garantia de uma compreensão humana ou moral, mas sim um tipo de reação diferida de uma ação potencialmente “consciente”. Suponho que a “cultura” – seja o que possa ser – tem a ver com este diferimento das conexões funcionais entre sinais e reações. Com o *quê* seus conteúdos, seus “valores” e “materiais” se tornam secundários. A discussão sobre estes valores é sobretudo conduzida com uma distribuição de asserções não comprovadas: quem defende

bens culturais transmitidos deve provar que ainda têm valor. Supondo que já não tenham valor algum, se mostra evidente seu caráter retórico: são figuras, exercícios obrigatórios, rodeios e complicações obrigatórios, rituais que dificultam ao homem o aproveitamento imediato, que bloqueiam o início de um mundo de ligação mais curta entre dois pontos ou apenas o retardam. A retórica clássica essencialmente visa ao mandato para a ação; a retórica moderna se empenha no diferimento da ação ou ao menos para a compreensão deste e isso também quando quer demonstrar a capacidade de ação, à medida que outra vez mostra as substituições simbólicas.

O princípio fundamental de toda retórica é o princípio da razão insuficiente (*principium rationis insufficientis*). É ele o correlato da antropologia de uma criatura a que falta o essencial. Se o mundo dos homens correspondesse ao otimismo da metafísica de Leibniz, que acreditava poder indicar o fundamento suficiente para o fato de que algo existe e não o nada (*cur aliquid potius quam nihil*), não haveria nenhuma retórica pois não haveria nem a necessidade, nem a possibilidade de, por ela, provocar efeitos. Já a difusão da retórica mais significativa de nossa história, a da oração, devia dirigir-se a um Deus que devia deixar-se persuadir, ao contrário das posições teológicas do conceito racionalista ou voluntarista de Deus; este problema é reiterado pela antropologia: o homem tematizado por ela não se caracteriza pela superação filosófica da “opinião” através do saber.

O princípio da razão insuficiente contudo não se confunde com o postulado de renúncia à razão, assim como a opinião não designa a conduta infundada senão que a difusa e não metodicamente regulamentada. Deve-se ter prudência com a censura de irracionalidade quando se devam excluir procedimentos indefiníveis, indetermináveis e amplos; no campo de fundamentação da práxis da vida o procedimento insuficiente pode ser mais racional do que a insistência nos de “aparência científica” e ser mais racional do que o disfarce de decisões tomadas com raciocínios tipificados como científicos. A euforia face ao assessoramento da ciência a ações públicas é, com efeito, algo decrescente, mas as desilusões quanto a esta união

se baseiam na visão errada de que as associações de cientistas, na falta de evidência conclusiva em seus conhecimentos, não podem senão proceder como instituições que os aconselha retoricamente, ou seja, tendo por alvo um *consensus* fáctico, que não pode ser o *consensus* de suas normas teóricas. A norma científica também a clara caracterização de uma modalidade de enunciado. Afirmar apoditicamente ou assertoricamente o que só podia ser afirmado problematicamente transgride a norma. Quem é afetado pela ação pública ou quem a acatou deve exigir saber que dignidade têm os pressupostos que se passam como resultado do assessoramento científico. A retórica ensina a reconhecer a retórica, mas não ensina a legitimá-la.

Não se trata apenas da relação entre ciência e instâncias políticas senão também de um âmbito de enunciados de efeitos práticos muito significativos e não permanentes que, de acordo com seu *status* teórico, sempre têm uma fundamentação insuficiente ou são inverificáveis. A proposta positivista de extirpar questões e enunciados que não contêm elementos para sua verificação implica a paralização da práxis fundada em tais premissas e assim se torna ilusória. Científica mas não praticamente, pode-se adiar ou declarar sem sentido a decisão de questões como, por exemplo, se o homem é por natureza bom ou mau, determinado por sua constituição ou por seu ambiente, se é condicionado ou condicionante de sua história. Assim como todo tipo de pedagogia já se encontra no processo prático e não pode esperar que se lhe forneçam seus pressupostos teóricos; daí que a pedagogia seja forçada a aceitar o quase resultado da oferta das generalizações teóricas da biologia, da psicologia, da sociologia e de outras disciplinas. Nesta zona limite, sucedem curiosos processos de tipo do retórico, nos quais racionalidade e realismo parecem divergir; pois aqui não há apenas compulsão à ação como tal mas sim a necessidade de axiomatização de pressupostos, sem a qual a teoria relacionada às compulsões à ação seriam paralisadas e condenadas à esterilidade. Penso no entanto que tais decisões não têm nada a ver com o cinismo de uma *liberum arbitrium indifferentiae* e muito menos com o

autoposicionamento existencialista.

No âmbito de validade do princípio da razão insuficiente há regras de decisão racional que não têm uma constituição científica. Com seu *argument du pari* (*argumento da aposta*), Pascal deu um modelo que só não nos é bastante porque compara o risco de uma aposta finita com a oportunidade de um ganho transcendental infinito, mas que permanece válido ao declarar que o homem, ante qualquer risco de erro, deve dispor da aposta de sua práxis pela alternativa teórica favorável à sua autoafirmação e autodesdobramento. Qualquer dúvida teórica sobre a validade do princípio da causalidade ou de sua fundamentação evidente pode alterar dispormos da validade inesgotável de nosso comportamento. Um dos enunciados mais fecundos no âmbito de diversas ciências seria a resposta à questão sobre em que medida os modos de conduta do homem são determinados ou daí influenciados por fatores endógenos ou exógenos. Ainda que se possa considerar esta questão complexa como cientificamente não decidida, é fácil reconhecer que reflexões teórico-científicas favorecem o determinismo endógeno, assim como, na teoria da evolução, com independência dos achados empíricos, implicam a preferência pelo darwinismo às espécies de lamarckismo. A teoria que se limite a apresentar fatores especificamente poucos, metódica e nitidamente isoláveis, tem maiores chances de se tornar um “paradigma, no sentido de Thomas S. Kuhn, do que aquela que tenha de oferecer um conglomerado preparado de fatores difusos. A aproximação científica a um resultado do tipo da teoria darwinista parece-me inevitável e teoricamente fundada.

Este desenvolvimento deveria ter amplas consequências em vários campos das vidas pública e privada: para a educação e a jurisprudência, para a profilaxia social e para o cumprimento das penas, assim como para o convívio diário entre os homens. Mas de fato parece que a prioridade dos axiomas práticos não parece se orientar pela dominância científica. É esta a situação descoberta por Kant quando, na doutrina dos “postulados” de sua *Crítica da razão prática*, admite a independência das decisões morais das demonstrações teóricas. Para Kant, são

as proposições clássicas de toda metafísica – a liberdade do homem, a existência de Deus, a imortalidade – que *se unem inseparavelmente*, em forma de postulado, à lei prática. A lógica desta inseparabilidade se torna patente se se observa que apenas quem transgride a lei tem interesse em alegar sua falta de liberdade e a inutilidade do comportamento legal quanto ao bem-estar. Teríamos de retirar os postulados de toda metafísica para conectarem-se os postulados da retórica à moral: eles seriam um conjunto constitutivo do *consensus* de axiomas práticos através da persuasão e da autopersuasão que propicia o assentimento a esforços públicos e privados e dá sentido, as condições para a vida livre de delitos e conflitos e de ter confiança na admissão de currículos antiquados ou desarticulados. Assim fazemos “como se” soubéssemos que esforços e gestos desta natureza em prol do homem não são inúteis e não serão questionados pela ciência. A práxis axiomatiza como “postulados” o que motiva perceber as grandes oportunidades humanas. A retórica é também aqui a arte de não levar em conta a persuasão do que se opõe à aposta nestas oportunidades. Os resultados frustrantes da pesquisa genética dos gêmeos não devem poder, e com razão, desanimar os defensores das teorias do meio. Por maior que seja a insegurança dos enunciados científicos, nunca será admissível e tolerável uma teoria sem práxis. Desde Kant, o postulado prático se erige contra o determinismo subjugante do mundo de objetos científicos possíveis.

A retórica não tem a ver com fatos senão que com expectativas. Aquilo que em toda sua tradição foi denominado “crível” e “equivalente à verdade” em sua capacidade prática deve ser claramente diferenciado do que teoricamente se chama “verossímil”³. Que o homem “faz” a história é uma oportunidade posta pelos tempos modernos depois de rodeios histórico-filosóficos. Esta frase só pode ser compreendida se se percebe o remanejamento por ela empreendido. Introduzi e expliquei este conceito no meu *Legitimität der Neuzeit* (*Legitimidade dos tempos modernos*, 1966), mas ainda não via que implicava um processo teórico. Pois assim não se descobre

3. Cf. a respeito Hans Blumenberg (*BLUMENBERG* 1960, p. 88-105).

ou compreende quem é o sujeito ativo da história; o sujeito da história é “nomeado”. No sistema de explicação da realidade de nossa tradição já se refere um “lugar” para o sujeito da história como vazio ou ocupado. A imposição e a confirmação do remanejamento são atos retóricos; a “filosofia da história” apenas tematiza a estrutura deste, não a traz consigo. Não é acidental que o ato pelo qual o sujeito da história é determinado e legitimado traga o nome de uma figura retórica fundadora: *translatio imperii*. As “transposições”, as figuras metafóricas aqui desempenham um papel essencial. Alexandre empunha sua concepção histórica na inversão do caminho de Xerxes para o Helesponto. O Deus do Antigo testamento transfere sua soberania da história por um contrato. Os cidadãos da Assembleia da Revolução Francesa tomam ao pé da letra, com trajes e frases, a metafórica da república romana. Os homens fazer sua própria história, mas não a fazem por decisão livre, nem por escolha própria senão que circunstâncias de antemão encontradas, dadas e transmitidas, escreve Marx no *18 Brumário* (MARX; ENGELS 1960, p. 115). Quanto mais profunda alcança a crise de legitimidade, tanto mais marcado é o recurso à metafórica retórica – a tradição não é feita pela preguiça mas sim pelo embaraço em satisfazer a designação do sujeito da história. Daí que seja mais fácil contentar-se com a participação no papel de sujeito da história: não se é, mas se *participa disso*, tal afirmação deveria ser incluída se as coisas fossem como deveriam ser. Na retórica, estão igualmente disponíveis as justificações como as desculpas.

A retórica não é aqui consagrada como um talento criativo do homem. Sua elucidação antropológica não é a demonstração de um “privilégio metafísico”. Como evidência de comportamento de uma criatura que *apesar de tudo vive, é*, no sentido da palavra, um “testemunho de pobreza”. Temeraria chamá-la de “astúcia da razão” não só porque ainda a vejo em companhias duvidosas mas porque gostaria de registrar e de nela ver a própria configuração da racionalidade, um arranjo com a provisoriedade da razão. Pode ser que a provisoriedade teórica que ela percebe e utiliza seja para ela mesma apenas

um prazo de graça, se não for justo que não há irrevogabilidade teórica. Contra toda retórica que não é a clara e elegante expressão dos pensamentos e conceitos, Hobbes recomendava o emprego da “justa razão”. Esta expressão é semelhante a “razão crítica”, atualmente em curso. Está bem dito, mas quem poderia julgar se se trata, em cada caso, da razão “justa”, salvo a razão e, de fato, a razão “verdadeira”? Para Hobbes, é uma das objeções mais importantes contra a democracia, pois ela não poderia avançar sem retórica, porquanto seus oradores não se orientam pela “natureza das coisas” mas sim pelas paixões de seus ouvintes. *Esta não é uma falta dos homens mas sim da eloquência, cuja meta, como ensinam todos seus professores, não é a verdade (exceto ocasionalmente) mas sim a vitória, e cuja tarefa não é ensinar mas persuadir.*⁴ Uma frase curiosa que expressamente considera os homens livres dos efeitos de um instrumento porque o inventaram e usam. Uma frase estranha só correta se é confrontada com o tipo de racionalidade que a teoria do Estado de Hobbes representa: a autoconservação como motivação racional do contrato de submissão arrisca-se ante a vontade indeterminada e indeterminável do senhor absoluto àquele *impetus animi*, que Hobbes discrimina como correlato da retórica.

4. HOBBS, Thomas.
De cive X, II.

A patologia da retórica por Hobbes reconduz a excitação das paixões *ao uso metafórico das palavras*. Também para ele a metafórica é o elemento signifiante da retórica; ele a considera ajustada às paixões e assim *distanciada do verdadeiro conhecimento das coisas* (HOBBS *De cive X, 12*). Em que se baseia a conexão entre metafórica e paixão, que Hobbes supõe evidente por si mesma? Para ele, a metafórica é o oposto do conceito: à medida que exclui o instrumental da razão, ela estabelece o campo livre para tudo que, segundo a tradição, é freado e controlado pela razão, para o que se afasta do esforço do conceito pela orientação imaginosa. Hobbes aqui considera valer uma *eloquentia* que contém a metáfora e, provinda *da observação das próprias coisas*, consiste apenas na elegância de exposição de conhecimentos. Confrontada com a “natureza das coisas” como possível de ser possuída, a retórica

realmente aparece como um meio artificial excêntrico. É certo que se assim se observa a teoria do conceito de Hobbes é surpreendente que sua recusa da metáfora consiste em confiar na razão humana mais do que ele próprio admitia na teoria do conceito. Pois também o conceito é um meio artificial que nada tem em comum com aquela “natureza das coisas”. Não é accidental que se ponha o dedo nesta discrepância na crítica da metáfora como o elemento essencial da retórica. A discrepância motiva a hipótese que a crítica à metáfora pela recorrência à sua afinidade com as paixões se funda na contradição da ideia do Estado absoluto com uma retórica, descrita como o *atributo necessário do homem nascido para a intranquilidade*. Ora, de fato, a metáfora não é um sucedâneo de um conceito em falta mas sempre possível e por isso requerível, senão que um elemento projetivo que tanto amplia como ocupa o espaço vazio, um procedimento imaginativo que cria na semelhança sua própria consistência. Como Ahlrich Meyer rapidamente mostrou (MEYER 1969, p. 128-199), o Estado absoluto é deduzido do princípio da autoconservação, entre, de um lado, as tenazes da metafórica do orgânico e, de outro, do mecanismo. Tal metafórica axial tem sua própria força de persuasão, que remete precisamente ao núcleo metafórico das ampliações possíveis: a possibilidade de uma história da filosofia orgânica fortalece por exemplo o tipo do Estado orgânico; o próprio Hobbes passou por cima da contradição entre sua metafórica orgânica para a “pessoa do Estado” pela artificialidade de sua origem – e isso é bastante instrutivo, pois o veredito contra a metáfora dificulta a percepção de sua função fáctica pressuposta. Mesma a interdição da retórica é um precedente retórico que só os outros percebem como tal. O exemplo de Hobbes mostra que a anti-retórica, nos tempos modernos, tornou-se em um dos mais importantes meios artísticos retóricos que se vale da dureza do realismo, prometendo só ele estar à altura da condição humana – aqui em sua “Estado de natureza”.

A retórica é portanto uma “arte” porque é um conjunto de dificuldades com a realidade e a realidade, em nossa tradição, é basicamente pressuposta como “natureza”. Em uma ambiência

altamente artificial, tão pouco é percebido da retórico porque ela é onipresente. A figura anti-retórica clássica, “*res, non verba!*” portanto remete a uma estado de coisas que, por seu lado, não tem a ver com a sanção do natural senão que já com uma tintura retórica. Por outro lado, isso faz um pouco menos (ou mais) risível a recomendação enfática ou a apresentação de meios estilísticos retóricos. Isso logo é atribuído ao realismo intensificado. As dificuldades modernas da retórica com a realidade em boa parte consistem que esta realidade não mais tem valor de apelo porquanto, de sua parte, ele é resultado de processos artificiais. Assim se entra na específica situação retórica de assegurar-se a advertência para não a deixar a outros: “*ad res*”, “*para a coisas e de volta às coisas!*”. Ser necessário sugerir a outros o pressuposto de voltar às coisas ou, em suma, de começar a pensar e agir é retórico. Se fosse possível ver e manejar a realidade “realisticamente”, ela seria sempre assim vista e manejada. A atitude de *retour au réel* muito mais do que com a realidade que promete tem a ver com ilusões, enganos e sedução que se tem de eliminar. Toda retórica do realismo precisa dos complôs que até agora o obstaculizaram. A alegoria da caverna, em que os prisioneiros diante do jogo de sombras da parede de fundo, nunca encontram a realidade verdadeira, a não ser que escapem violentamente, é o modelo de tal tipo de desmascaramento: é dirigida contra a retórica de que os sofistas como “artífices de imagens” são os maquinadores das sombras e ela própria é uma retórica, pois que depende da metáfora elementar da chegada à luz, ampliada na alegoria de uma realidade absoluta, cuja promessa de evidência não pode ser cumprida. A volta filosófica, em seguida estética, das sombras em realidade foi usurpada da retórica. Jean Paul reflete ironicamente por duas frases em seu romance, *Unsichbaren Loge (A sociedade invisível)*: *Uff, somos apenas sombras trêmulas! E, no entanto, queremos despedaçar a outra sombra?* Na Crítica da faculdade de julgar, Kant declarou a retórica, *como arte de servir-se das fraquezas humanas para seus propósitos, indigna de qualquer consideração.*⁵ Esta arte astuta visa deste modo a conduzir os homens como máquinas para um certo juízo em coisas importantes. Ora, não é discutível

5. KANT, Immanuel. *Kritik der Urteilskraft*, § 53.

que a inclinação constitutiva do homem para ações retóricas sempre é uma predisposição para o retórico; para o homem, há riscos e pressões suficientes para que ele se converta em máquina. A teoria da retórica sempre desmascarou o propósito de utilizar estas fraquezas humanas, porquanto delas se tem servido. Em uma localização antropológica da retórica, não se trata daqueles propósitos mas sim destas fraquezas. Com isso, os acessos antropológicos à retórica convergem com a verificação descritiva central: a criatura humana não tem em si algum comportamento imediato, puramente “interno”. Sua autocompreensão tem a estrutura da “autoexterioridade”. Kant foi o primeiro a negar que a experiência interna tivesse precedência sobre a externa; somos para nós mesmos a síntese secundária, fenomênica de uma multiplicidade primária e não o contrário. O substancialismo da identidade está em pedaços; a identidade deve ser realizada, torna-se um modo de produção e a ela corresponde uma patologia da identidade. A antropologia tem tão-só por tema uma “natureza humana”, que nunca foi “natureza” e nunca será. Que ela se apresente com disfarces metafóricos – como animal, como máquina. Como camadas estratificadas e como fluxo de consciência, à diferença ou em concorrência com um Deus – a antropologia não justifica a expectativa de que, no fim de todas as confissões e moralidades, essa natureza seja desvelada. O homem se compreende a si além do que não é. Não só sua situação como também sua constituição é potencialmente metafórica. O pior lugar que poderíamos escolher é em nós, formula Montaigne o resultado de sua antropologia como autoexperiência (*la pire place, que nous puissions prendre, c’est en nous*).⁶ Ele se refere à revolução copernicana que, como trauma da interioridade cósmica do homem, metaforicamente fortalece o ceticismo quanto à sua autointerioridade. Pela conduta externa, a autopersuasão subjaz a toda retórica; ela não só afeta as proposições muito gerais e praticamente eficientes, de que antes tratamos, como a autocompreensão a partir da autoexteriorização. A metáfora mais ousada, que procurava abarcar a maior tensão, talvez tenha daí provocado a autocompreensão do homem: à medida que tentava pensar o Deus como o absolutamente outro, o

6. MONTAIGNE,
Michel. *Essais II*, 12.

homem principiava irresistivelmente o ato retórico mais difícil: comparar-se a si mesmo com este Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUMENBERG, Hans. Paradigmen zu einer Metaphorologie. **Archiv für Begriffsgeschichte**, v. 6, p. 7-142, 1960.

KUHN, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: Chicago University Press, 1962.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx-Engels-Werke**. Band 8. Berlin: Dietz, 1960.

MEYER, Ahlrich. Mechanische und organische Metaphysik politischer Philosophie. **Archiv für Begriffsgeschichte**, v. 13, p. 128-199, 1969.

NIETZSCHE, Friedrich. **Gesammelte Werke**. Band 6. München: Musarion, 1921.

NIETZSCHE, Friedrich. Cicerofragment. In: NIETZSCHE, F. **Gesammelte Werke**. Band 7. München: Musarion, 1923.



NORMAS DE PUBLICAÇÃO



EDITORIAL
GUIDELINES

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

3) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

4) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

5) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor

deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

6) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas.

7) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

8) Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

9) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

10) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

11) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

12) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter

explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

13) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

14) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

Livro KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: _____. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

Artigos em periódico RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set.

Trabalho publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO

DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S. Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

15) Desde o seu terceiro número, a revista História da Historiografia adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

16) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à História da Historiografia, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

17) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista:

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>



DIRETRIZES

PARA AUTORES

GUIDELINES
FOR AUTHORS

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta. **Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema. **Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata? Quais os objetivos? Como o estudo foi conduzido? Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa? Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.